

*Falta o retrato de Dr. J. Foz*

PUBLICAÇÕES

DA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Porto (1865), Paris (1867), Filadelfia (1876),  
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Decreto n.º 8630, de 9-2-1923

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

VOLUME VI



PROPRIETÁRIA E EDITORA

A

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SEDE: — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — MCMXXVII-MCMXXVIII

BIBLIOTHECA  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES  
Edifício Histórico do Carmo

3361

---

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

---

BIBLIOTHECA  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUEZES  
Edifício Histórico de Guimarães

3361



Desenho de Alberto Sousa

## *Dr. Luiz Xavier da Costa*

*A Associação dos Arqueólogos Portugueses, desejando prestar uma pública homenagem ao seu ilustre Presidente, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Luiz Xavier da Costa, resolveu, por unanimidade, que o seu retrato fôsse inserto no vol. VI de "Arqueologia e História",.*

(Da acta da sessão da Assembleia Geral de 26 de Junho de 1928, a que presidiu o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Gustavo de Matos Sequeira).

PUBLICAÇÕES  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Pôrto (1865), Paris (1867), Philadelphia (1876),  
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Decreto n.º 8630 de 9-2-1923

---

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

VOLUME VI



PROPRIETÁRIA E EDITORA  
A  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SEDE: — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — MCMXXVII-MCMXXVIII

*A responsabilidade dos escritos insertos nas publicações desta Associação pertence exclusivamente aos seus autores, cuja ortografia é, portanto, respeitada.*

# O RELICÁRIO DO PINTOR SEQUEIRA

COMUNICAÇÃO LIDA NA SESSÃO DE ASSEMBLEA GERAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
DE 3 DE NOVEMBRO DE 1927

POR

LUIZ XAVIER DA COSTA  
SÓCIO TITULAR DA MESMA ASSOCIAÇÃO

---

*Materiais para o trabalho em preparação :  
«O pintor Domingos Antonio de Sequeira e  
sua familia»*

---

No seu livro póstumo «*Domingos António de Sequeira em Itália (1788-1795)*», faz o Dr. J. M. Teixeira de Carvalho as seguintes considerações :

«O marquês de Sousa Holstein escreve referindo-se ao regresso do Sequeira :

«Obedecendo á ordem do governo, Sequeira deixou Roma para regressar a Portugal. Antes porém foi recebido em audiencia pelo papa Pio VI, que lhe testemunhava muito affecto e que, em prova de sua estima, lhe mandou em grande cerimonia, segundo o uso d'aquelle tempo, uma reliquia de Santo Antonio, engastada em custoso relicário. Usavam os pontifices dar por esta forma um publico testemunho de consideração ás pessoas a quem queriam honrar, enviando em grande pompa um dos seus camareiros em coche de gala, levar a reliquia ao agraciado. Esta demonstração que lhe conferiu o venerando Pio VI foi em extremo agradável para Sequeira, que assim recebia como que a consagração do seu talento com a benção do futuro martyr de Valença. Para o ânimo piedoso de Sequeira misturava-se o respeitoso acatamento que sentia pelo dom pontificio, com o jubilo de receber, em tão verdes

annos e em posição relativamente humilde, a mercê do soberano, pois outra cousa não era a distincção que o papa lhe outorgára. Quando velho comprazia-se em recordar a fineza que n'aquelle dia lhe fôra feita e da qual sempre conservára grata memoria» (1).

«Estes factos são apenas citados pelo marquês de Sousa Holstein e foram aproveitados pelo meu amigo e mestre, sr. Joaquim de Vasconcelos, que não tem grande simpatia pelo Sequeira, para concluir: «O artista foi recebido em Lisboa com as maiores demonstrações de simpatia e consideração. Vinha com a reliquia de Santo António, o santo essencialmente popular e lisboeta. O acto do Papa devia ter imensa importância na côrte de D. Maria I, onde o beaterio imperava soberanamente; a rainha enlouquecera de todo desde 1792 (regência a 10 de fevereiro) (2).

«Apesar da afirmação do marquês de Sousa Holstein, não cremos que os factos se tenham passado assim. O caso do Papa tem tanto de pitoresco com o camareiro, o coche de gala e o custoso relicário que não devia ser desconhecido do sobrinho do pintor que deu tão curiosas e inéditas informações a J. M. Mendes Leal [sic], autor do artigo do *Jornal das Bellas Artes*.

«Nas cartas do Sequeira não há uma só referência a este facto, o que seria inexplicável com a conhecida vaidade do pintor, os sentimentos da côrte portuguesa e a necessidade de se impôr ao favor do Guarda-joias.

«E' possível que o Sequeira o inventasse e o contasse, quando velho, acabando por acreditar êle mesmo, que assim se tivesse passado tudo. Não seria o primeiro caso dum mentiroso enganado pela própria mentira. Nem o último...» (3)

De facto, na «Biographia» de Sequeira, publicada por J. M. da Silva Leal no «*Jornal das Bellas-Artes*» de 1843 e organizada em grande parte com apontamentos fornecidos pelo sobrinho e pupilo do pintor, o architecto José da Costa Sequeira (4), não se encontra qual-

(1) *Artes e Letras*, vol. 3.º, pág. 105.

(2) Joaquim de Vasconcelos, *Plutarcho Português*, vol. II, pág. 78.

(3) Dr. J. M. Teixeira de Carvalho — *Domingos António de Sequeira em Itália (1788-1795)* — Coimbra 1922 — pags. cxxvii a cxxix.

(4) *Jornal das Bellas-Artes* — 1843 — N.º II — Vol. I — Pags. 28 a 32 — Veja : Nota \*, a pág. 30. — O autor é «J. M. da Silva Leal»; e não «J. M. Mendes Leal», como lhe chama o Dr. Martins de Carvalho.

quer referência ao relicário nem aos acontecimentos que lhe dizem respeito.

Deve notar-se, porém, que o aludido trabalho biográfico é tão sucinto como deficiente, sob todos os aspectos. E, ao contrário do que insinúa o Dr. Teixeira de Carvalho, o conhecimento do precioso objecto, assim como a tradição da sua origem de oferta pontifícia, sempre existiram na família do possuidor.

Em umas provas limpas dos citados artigos do marquês de Sousa Holstein, publicados nas «*Artes e Letras*», provas que pertenceram a Thomaz Julio da Costa Sequeira<sup>(1)</sup> e que actualmente conserva a Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Mariana Nobre de Carvalho da Costa Sequeira, viuva de Augusto Victor da Costa Sequeira, primo direito do antecedente, lançou o último, á margem dos graneis impressos, no ponto em que tratam da relíquia, a seguinte nota a lápis: «*Este presente de Pio VI foi legado / por Thomaz Julio da Costa Sequeira ao / Theouro de NS.<sup>a</sup> da Oliveira de Guimarães em 1902.*»

E, confirmando isto, lê-se no desenvolvido extracto do testamento do mesmo Thomaz Julio, publicado em jornais da época do seu falecimento<sup>(2)</sup>, entre as disposições da sua derradeira vontade: «*Lega... ao theouro da Senhora da Oliveira de Guimarães, uma relíquia do Santo Lenho guardada em caixa elíptica de prata, dadiva do pontífice Pio VI a seu tio Domingos de Sequeira;...*»

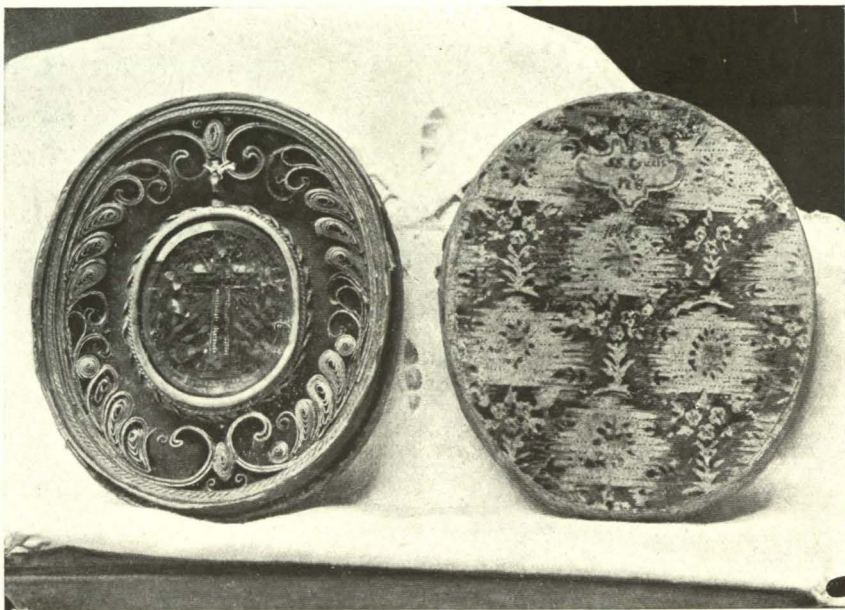
Guiado por tão precisas indicações e pelas afirmativas dos actuais representantes da família do artista, visitei no dia 7 de Outubro de 1927 aquela riquíssima colecção de objectos sacros, na antiga Colegiada vimaranense, sendo acompanhado na visita por Alberto Vieira Braga, benemérito secretário e bibliotecário da Sociedade Martins Sarmento, e por João Lopes de Faria, erudito paleógrafo, conservador do referido tesouro, aos quais agradeço as atenções e deferências com que me honraram.

Lá existe efectivamente o relicário, de tradição concorde em todos os pontos com as notícias transcritas. Está guardado na mesma vitrina

(1) Veja «NOTA FINAL», a pag. 10.

(2) «*Diario de Noticias*» — N.º 12:986 — 38.º ano — 1902 — Domingo 26 de Janeiro — «Fallecimentos / O general Thomaz Sequeira / O seu testamento e o funeral / ... Guimarães, 25 — ».

que guarda a célebre custódia gótica, os cálices de D. Dulce e de S. Torquato, e muitos outros objectos preciosísimos. Data evidentemente do século XVIII e compõe-se do seguinte:



Estôjo elíptico de cartão, em forma de caixa pouco funda, com sua tampa separada, para fechar de virola; ambas as peças forradas, por fora, de papel com ramagens a côres; e por dentro, de seda adamacada vermelho-carmesim. Dimensões dos eixos da elipse:  $0^m,115 \times 0^m,097$ . Na face externa da tampa, para cima do centro, segundo o grande eixo, distingue-se difficilmente, manuscrito a tinta preta sobre o papel que a forra: «Nº 8»; e, mais para cima ainda, está colada uma etiqueta de papel branco e contôrno fantasiosamente recortado, com cercadura linear a tinta vermelha, em cujo campo se lê claramente, manuscrito a tintas vermelha e preta: «SS. Crucis/Nº 8». No interior da caixa, em toda a volta, partindo da parede lateral e deixando no centro o espaço para o relicário, folhagens e ornatos caprichosos feitos de tiras sobrepostas de papel grosso, vistas de lado, contornadas artisticamente e douradas nas arestas que formam o desenho.

Na cavidade que êsses adornos circundam, e devendo estar colado

ao fundo da caixa, encontra-se o relicário propriamente dito, elíptico também, em forma de medalhão, com a parede de contôrno em prata, cercada por fora de cordões torcidos do mesmo metal, e tendo em cima, no extremo do grande eixo da elipse, uma pequena péga ou cabo torneado e perfurado, para a argola de suspensão que não existe. Dimensões da elipse:  $0^m,053 \times 0^m,045$ . A parede anterior é de vidro transparente e espêsso, talhado em bisel no rebôrdo encastoadado. Dentro, contra a parede do fundo, que é forrada de ouropel acarminado com lavrados lineares, uma cruz alongada, talhada em ouro (ou formada de tiras douradas de papel?), com os ramos vazados contendo na sua cavidade a relíquia; e por baixo, no supedâneo rectangular sôbre o largo, uma filacteria de papel branco, ondulada, na qual se lê, manuscrito a tinta prêta: «*l<sup>o</sup>: S.S. Cru: D. N.*» [ligno Sanctissimae Crucis Domini Nostri]. Em tôrno da cruz, radiações rectilíneas de retrós vermelho-escuro; enchendo o campo livre, pequenas flores e folhagens de pano em várias côres; e, salientes da parede circundante, adornos dourados de fantasia, talvez em papel, como os do estôjo do relicário.

Achando-se êste destacado daquêle, pode examinar-se a parte posterior da sua parede fundeira, a qual não é revestida de prata, mas só formada por papel branco encorpado, com ramos de flores em côres muito vivas. E nela, ao centro, aplicado sôbre fios de retrós vermelho, cruzados por cima de um recorte irregular de papel dourado, um sêlo elíptico de lacre encarnado, que em relêvo parece mostrar confusamente a tiara pontificia; ou antes, três coroas abertas e sôbrepostas, tendo por cima um chapêu eclesiástico e pelos lados os respectivos cordões de borlas.

Ao que se vê, não se trata de «uma relíquia de Santo Antonio, engastada em custoso relicário», como escreve o marquês de Sousa Holstein na biografia de Sequeira publicada em «*Artes e Letras*». Mas sim de uma relíquia do Santo Lenho, modesta ainda que artisticamente resguardada em apropriado relicário, o qual apresenta todas as condições de autenticidade da época e da proveniência que lhe são atribuidas.

Não deve aceitar-se, portanto, a negativa total e sistemática que o Dr. Teixeira de Carvalho adopta para a existência do objecto e para a veracidade dos factos com que o pintor relacionava a sua origem e posse, nem o apodo de «mentiroso» que chega a dirigir-lhe a tal respeito.

## NOTA FINAL

Thomaz Julio da Costa Sequeira, filho de Thomaz José da Costa Sequeira e neto de Pedro Victor da Costa Teixeira casado com D. Mariana Rosa das Dominações, irmã de Domingos Antonio de Sequeira, nasceu em Lisboa a 7 de Março de 1838. Foi aluno do Real Colégio Militar e depois oficial de infantaria, havendo assentado praça em 11 de Agosto de 1857.

Sendo primeiro sargento graduado aspirante do batalhão de Caçadores n.º 5, foi promovido a alferes graduado para Caçadores n.º 1 por decreto de 9 de Julho de 1859, contando-se-lhe a antiguidade desde 4 do mês. Alferes de Caçadores n.º 5, e agraciado pelo decreto de 29 de Agosto de 1865 com o grau de cavaleiro da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa por bons serviços prestados no Asilo dos Filhos dos Soldados, requereu dispensa de aceitar tal mercê em 17 de Outubro do mesmo ano. Esteve depois colocado em Caçadores n.º 9, em Caçadores n.º 6; e em Caçadores n.º 8, já tenente por decreto de 27 de Novembro de 1867, pertencendo a este batalhão, mas sendo adido a Caçadores n.º 5 e continuando na comissão que desempenhava no referido Asilo dos Filhos dos Soldados; comissão de que foi exonerado, a seu pedido, por portaria de 26 de Outubro de 1871. Era então tenente de Infantaria n.º 13, havendo sido nomeado instrutor do Real Colegio Militar por decreto de 28 de Junho de 1870.

Foi promovido a capitão por decreto de 15 de Março de 1874, servindo em Infantaria 10, em Caçadores n.º 2, etc., e nêsse pôsto fez parte da comissão encarregada de formular os regulamentos precisos para levar a efeito as disposições da carta de lei de 22 de Fevereiro de 1875.

Majior por decreto de 31 de Outubro de 1884 e tenente coronel por decreto de 22 de Março de 1888, suponho que foi promovido a coronel em Maio de 1892, estando em Guimarães como tenente coronel de Infantaria 20; pois nessa data, e já com o último dos postos mencionados, solicitou que lhe fôsse permitido residir naquela cidade.

Sendo coronel de Infantaria 11, requereu em Dezembro do mesmo ano para ser presente á Junta, com o fim de mudar de situação; e foi reformado em general de brigada pelo decreto de 29 de Dezembro, publicado na Ordem do Exército n.º 33, de 31 do mês. Em 3 de Janeiro de 1893 pediu novamente para residir em Guimarães, onde era muito conhecido e geralmente estimado e onde faleceu no estado de solteiro a 23 de Janeiro de 1902, deixando testamento. Tinha a comenda da Ordem de São Bento de Avis, e a medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar.

Thomaz Julio da Costa Sequeira, literato e jornalista, espirito esclarecido e delicado, veio a possuir os papeis da familia de Domingos Antonio de Sequeira, interessando-se muito por tudo quanto a ela se referia e mantendo correspon-

dência com alguns dos seus membros residentes no estrangeiro. Detentor de grande porção de desenhos do seu glorioso tio, de outros trabalhos dêste e de vários objectos que lhe haviam pertencido, consagrou sempre á memória do grande artista um culto apaixonado, que não perdia ocasião de evidenciar, procurando divulgar a história da sua vida e pôr em relêvo a importância da sua obra.

Para isso, servindo-se da imprensa periódica em que colaborava, com a publicação de notícias a tal respeito e de artigos biográficos sôbre o homenageado («*Portuguez*» de 20 de Junho de 1864, «*Federação*» de 16 de Julho de 1864, «*Gazeta de Portugal*» N.º 553, de 23 de Setembro de 1864) e coligindo uma extensa lista das suas produções existentes no norte e no sul do país, trabalhou activamente no sentido de que fôsse levada a efeito, em Outubro do ano mencionado, uma exposição dessas produções, a qual havia sido projectada pela Sociedade Promotora das Belas-Artes em Portugal e cuja proposta inicial, da autoria de Joaquim Antonio Marques, tinha a adesão do presidente da dita Sociedade marquês de Sousa Holstein, do vice-presidente José da Costa Sequeira e de outros sócios influentes.

Em comêço de 1881 renovou Thomaz Julio da Costa Sequeira a mesma iniciativa no seio da Associação dos Jornalistas e Escretores Portuguezes, da qual fazia parte, escrevendo por essa occasião outra biografia do pintor e assinando, conjuntamente com seu primo Thomaz Sequeira, a respectiva proposta, que foi acolhida com entusiasmo pela agremiação, bem recebida pelo público e provocou da parte de Julio Cesar Machado o célebre folhetim do «*Diario de Noticias*» N.º 5:389, de 3 de Fevereiro dêsse ano, a que noutros trabalhos meus já tenho feito referências.

Como nenhum dos projectos chegasse a ter realização, fez Thomaz Julio da Costa Sequeira, em 1894, no Club Commercial Vimaranesense da cidade minhota onde então residia, uma exposição de vinte e dois trabalhos de seu tio que possuía, da qual existe o «*Indice*», impresso e publicado com data de 29 de Julho.

Dez anos antes, e ainda que oficialmente a iniciativa da consagração se attribuisse ao tenente coronel de engenharia Firmino José da Costa, director dos trabalhos militares de Caxias, promovera a colocação, em 12 de Agosto de 1884, no secularizado edificio da Cartuxa de Laveiras, de uma lápide comemorativa da estada ali de Domingos Antonio de Sequeira, lápide cuja redacção epigráfica lhe pertence também, conforme é narrado nas reportagens do «*Diario de Noticias*» N.º 7:129, de 23 de Novembro de 1885, e do «*Jornal da Manhã*» do Porto, N.º 313, do dia seguinte.

Representando igualmente uma consagração póstuma, comunicava José Gregorio da Rosa Araujo ao citado sobrinho do pintor, em carta de 4 de Novembro de 1887, que «*tendo o presidente da Camara Municipal de Lisboa, Sr. Fernando Palha, necessidade d'um nome para uma rua cuja obra [ia] começar e que deve [ria] ligar o Largo da Estrella com a Rua Saraiva de Carvalho, e em harmonia com o que h' muito tinha dito, ... indic[ara] o nome do grande Artista Domingos de Sequeira, nome que foi aceite... e unanimemente approved pela Camara*». A rua existe de facto, no local indicado e com o nome proposto.

Por convite de Thomaz Julio da Costa Sequeira, foi á rua de S. Bento N.º 73, 3.º andar, Joaquim Prieto, «academico de merito da Academia Real de Bellas-Artes e morador na rua de S. José N.º 127», avaliar algumas obras de arte que haviam pertencido ao professor José da Costa Sequeira, falecido em 7 de Novembro de 1872, das quais onze «executadas por Domingos Antonio de Sequeira».

Entre as produções assim designadas no inventário da avaliação, que tem a data de 29 de Dezembro do mesmo ano e é assinado pelo perito, mencionam-se, com os respectivos vidros e molduras «uzadas»: «Um quadro a oleo, — *imprompto* — representando — *A prisão de Christo*»; e outro, nas mesmas condições, «— representando — *A negação de S. Pedro*»; cada um «com 0,ª 64 de largo, por 0,ª 53 d'alto», «por 22\$500 rs»; «Um esboço a oleo, ... duas cabeças allegoricas com 0,ª 47 de largo, por 0,ª 66 d'alto», «por 13\$500 rs»; a gravura de «*O conde de Ugolino na prisão*», «por 800 rs»; duas litografias, das de Paris, uma «por 800 rs», outra «por 1000 rs»; quatro desenhos «a esfuminho e dois lapis», de assuntos variados, entre «por 1000 rs» e «por 2\$250 rs»; finalmente «*Um desenho a sepia e pena, representando a coroação de Christo, com 0,ª 25 de largo, por 0,ª 30 d'alto*» «por 2\$250 rs», desenho que ainda actualmente se conserva na pösse da familia e, parecendo feito por um grande artista flamengo, é das coisas mais formosas que podem ser vistas.

Foi também por intermédio de Thomaz Julio da Costa Sequeira, o qual escreveu e assinou os respectivos documentos, que suas tias D. Mariana Victoria da Costa Sequeira e D. Luciana Maria da Costa Sequeira, «irmans e herdeiras do fallecido professor José da Costa Sequeira» e «sobrinhas do fallecido pintor historico portuguez Domingos Antonio de Sequeira», propozeram a venda, em 6 de Maio de 1874, á Academia Real das Belas-Artes, de «*quatrocentos e quatro desenhos de seu tio... a saber/ Uma vista geral da sala de cortes de 1820/ Um da apotheose de Lord Wellington/ Quarenta e seis da baixella/ Trinta e um, retratos dos deputados ás côrtes constituintes de 1820/ Dez do projectado quadro do panorama de Lisboa/ Dez dos frescos do palacio de Mafra/ Tresentos e cinco, estudos differentes/ tudo avaliado 750\$000 para lhes ser pago em prestações mensaes de 31\$250 reis*».

A venda efectivou-se em 6 de Agosto do mesmo ano, conforme a data do título de dívida assinado pelo vice-inspector, marqués de Sousa Holstein, num total de «*trezentos e oitenta e sete desenhos authenticos*» entre os quais se contavam os mencionados. Todos divididos em dois grupos, dos quais o primeiro «*foi vendido pela quantia de trezentos mil reis pagos em dôze prestações mensaes de vinte e cinco mil reis no anno economico de 1874 a 1875*»; e o segundo, composto dos «*trinta e um retratos dos deputados... e do desenho representando a perspectiva da sala das cortes*», seria «*adquirido pela Academia no futuro anno economico pela quantia de quatrocentos e cincoenta mil reis caso o estado do cofre o permita*».

Por sinal que as pobres senhoras, inquiridas e molestadas a 23 de Dezembro de 1878 e a 2 de Janeiro de 1879, por officios com estas datas e assinados pelo «*Secretario da Commissão... encarregada de proceder ao exame e legalidade com que se effectuaram as compras de varios objectos feitas pelo fallecido Vice Inspector da Academia*», respondiam e ponderavam, a 7 do mês último, ainda pela letra do sobrinho Thomaz Julio, que «*posto... começaram em 1872 [sic] foram os pagamen-*

tos por vezes muito irregulares, não só nos prazos... mas ainda com respeito á mensalidade estipulada».

Já um ano atrás, no «*Diario de Noticias*» N.º 4:274, de 5 de Janeiro de 1878, em local de ostensiva evidência, se podia lêr que «a familia do famoso artista [Sequeira]... ainda não recebera o pagamento integral da compra de que devia ha muito estar embolsada».

Referindo-me a obras existentes no Museu Nacional de Arte Antiga, ignoro em que épocas e em que condições foram alienados pela familia o retrato de Domingos Antonio de Sequeira pintado a óleo por Pelegrini, que ficou incompleto, assim como os retratos de seus filhos em crianças e o da filha tocando piano, pintados pelo pai, e outros quadros que com estes veem citados na «*Relação*» manuscrita das obras deixadas em Lisboa pelo pintor quando emigrrou em Setembro de 1823; lista feita e assinada pelo sobrinho José da Costa Sequeira, parecendo haver sido organizada por incumbência do tio, que a isso se refere na carta de 3 de Novembro do mesmo anno, escrita de Paris ao cunhado João Baptista Verde.

Várias das obras mencionadas nessa lista foram cedidas a particulares.

O magnifico quadro, inacabado também, «*da Cea de Christo, grande*», que depois, a 28 de Junho de 1889, sendo intermediário o P.º Patricio Russel, foi adquirido (custou 225\$000 reis e a moldura mais 20\$000 reis) pelo marquês de Rio Maior (D. Antonio), na sacristia da igreja do Corpo Santo onde esteve muitos anos colocado por cima do arcáz das vestimentas, de consignação do anterior proprietário, chegando a ser conhecido por «quadro do Corpo Santo», havia sido vendido primeiramente pela familia do seu auctor a John L. O'Sullivan ministro dos Estados Unidos da América em Lisboa, o qual, deixando o nosso país, quis desfazer-se da tela.

Em 11 de Dezembro de 1879 vendeu Thomaz Julio da Costa Sequeira, então residente com suas tias na rua de S. Bento N.º 87, 4.º andar, ao colleccionador portuense José Mauricio Rebello Valente, diferentes desenhos do pintor e dois quadros a óleo. Sendo um destes o «ex-voto» que supponho referir-se ao accidente de parto que vitimou a espôsa D. Mariana por ocasião do nascimento do filho Domingos, a 15 de Fevereiro de 1814, e em cuja figuração o artista se retratou junto ao catre da enferma, dirigindo angustiosa prece á Santa Virgem, como exponho no meu livro «*A morte de Camões*», pags. 71-72. E o outro quadro, com assunto tirado do poema «*Afonso Africano*», «Afonso V armando cavaleiro seu filho D. João, em presença do cadaver do marquês de Marialva, na mesquita de Arzila», que descrevo na «Nota final» do meu estudo «*Camões na obra de Sequeira*», publicado no Vol. III de «*Arqueologia e História*», onde copio também a declaração de autenticidade que o vendedor colou, manuscrita e assinada, no reverso do painel.

Em requerimento, datado de 9 de Novembro de 1875 e dirigido ao Ministério do Reino, propôz Thomaz Julio da Costa Sequeira ao governo a venda do «*deseño a aquarella de Nankin — A sopa economica de Arroios — original do pintor*

*historico Domingos Antonio de Sequeira*», sendo entregue do respectivo recibo em 13 do mês, «quando o referido desenho foi para a Academia... afim de ser submettido ao exame do respectivo conselho de administração e aperfeiçoamento».

Segundo declara em officio para Antonio Thomaz da Fonseca, director da citada corporação, com data de 22 de Dezembro, conformava-se o proponente com a avaliação de 300\$000 reis, quantia pela qual se realizou a venda, «porque o [seu] intuito foi, antes de agenciar uma mercancia, procurar a tão valioso trabalho, . . . , logar condigno, que mais perpetue no... paiz, o renome artistico [do seu] illustre ascendente». «Esta... homenagem, que o Estado e a Academia [iam] prestar a [seu] tio, na sala exclusivamente destinada à exposição das suas mais valiosas produções artisticas, no Museu Nacional de Bellas-Artes, [era]... compensação mais do que sufficiente na premutação realisada».

Completando muito mais tarde a referida cedência, por officio escrito de Guimarães, datado de 15 de Novembro de 1900 e dirigido ao director da mesma Academia Real das Belas-Artes de Lisboa, ofereceu para a «Aula de Gravura» desta, «a chapa gravada por F. Queiroz, tres annos depois», do desenho original «aguarella a Nankin da Distribuição da Sopa Economica em Arroios» que vendera em 1875.

O secretário da Academia, Francisco Tiburcio Melicio «por ordem do Director interino Antonio José Nunes Junior», passou quitação do recebimento da chapa com data de 17 de Novembro; e o segundo, em officio de 20 de Dezembro, communicou ao doador que dera parte da oferta ao «conselho escolar em sua sessão de 23 de Novembro», resolvendo «o mesmo conselho que fizesse constar o seu intimo reconhecimento... e se exarasse na acta um voto de louvor», etc.

Sobre a mencionada obra de arte, pode vêr-se o que escrevi no meu livro «A morte de Camões», nota «U», pags. 209-210.

Finalmente, pelo testamento com que faleceu a 24 de Janeiro de 1902 e pelo qual legou «ao thesouro da Senhora da Oliveira de Guimarães a reliquia do Santo Lenho... dada do pontifice Pio VI a seu tio Domingos de Sequeira», deixou Thomaz Julio da Costa Sequeira ao Museu de Belas-Artes diversas obras do grande artista; e entre ellas, «um desenho alegórico» que já vem registado na «Introdução» do «Catalogo da collecção de desenhos» de 1905, pag. 6, e especificado a pag. 20 do mesmo, sob os números «38. (2:246)», com o título «Alegoria á reliquia, ou a Roma (?) — Desenho a nankin».

Também pelo mesmo testamento contemplou a Academia Portuense de Belas-Artes com uma cópia do busto do pintor, em tamanho natural, feito em Roma pelo escultor Tenerari. Dêsse busto, cujo original se encontrava na cidade italiana, haviam sido trazidas para Lisboa em 1859, pelo marquês de Sousa Holstein, três cópias, conforme anotou o doador nuns apontamentos manuscritos.

Após a morte de Thomaz Julio da Costa Sequeira, os seus papeis, recordações de familia e obras de arte, ficaram na posse da velha governante, meia paralítica, D. Maria Thereza Esteves do Amaral, que com êle vivia e que foi sua herdeira usufrutuária e do remanescente da herança, depois de satisfeitos os numerosos legados. Por morte da referida senhora, cumprindo também disposições testa-

mentárias do falecido e no impedimento de seu primo direito Pedro Victor da Costa Sequeira, indicado em primeiro lugar para tal incumbência, foi a Guimarães o irmão deste, Augusto Victor da Costa Sequeira, recolher e acondicionar os mencionados papeis e objectos, trazendo-os para Lisboa, onde actualmente se conservam na posse da viuva do último, a Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Mariana Nobre de Carvalho da Costa Sequeira, e de seus Ex.<sup>mos</sup> filhos.

Dessas fontes me servi para a confecção do trabalho presente.

---

# INSCRIÇÕES ROMANAS

DO

## MUSEU DO CARMO

POR

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

E

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

---

TRABALHO REVISTO PELO DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

---

Nas duas dezenas de inscrições romanas que se encontram no museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, se algumas há já publicadas e estudadas, outras são ainda inéditas. Julgamos por isso dever torná-las conhecidas pela publicação, transcritas por nós com a máxima fidelidade compatível com o estado de deterioração de algumas e traduzidas e comentadas pelo nosso sábio Presidente de Honra, Snr. Dr. José Leite de Vasconcelos.

Êste estudo é mais uma contribuição para o catálogo do museu e a continuação lógica das três séries de inscrições portuguesas e das inscrições hebraicas já publicadas na «Arqueologia e História».

1

Face da esquerda	Frente
A	VOTV
PR	
E	AROL
AT	AS

Pequena ara de granito, medindo 27 cm. de altura, 14 cm. de largura maxima e 10 cm. de espessura máxima.

Na face da esquerda deve conter o nome do dedicante, na da frente deve ler-se: votu (m) Aro l(ibens) a(nimo) s(olvit) e na da direita tem uma figura insculpida. Na parte superior tem o *foculum*, ou cavidade sacrificial.

Foi descoberta em 1877 nas margens do Pavia, ao pé de Castro-Daire e tem sido publicada, que nos lembre, no Corp. Inscr. Lat. II, 5247; Bol. da Ass. dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, serie 2.<sup>a</sup>, tomo III, n.º 4; O Liberal, n.º 23, de 3 de out. 1885; Revista Archeologica e Historica, vol. I, n.º 4, pag. 52; Religiões da Lusitania, vol. II pag. 315.

## 2

SILVAN  
(V) S · PIILL  
IONIS F  
QVI V...

*Silvano, filho de Pollião, que viveu.....*

Pequena ara de calcário brando, medindo 34 cm. de altura máxima, 19 cm. de largura máxima e 13 cm. de espessura máxima.

Creemos que esta inscrição ainda não foi publicada.

## 3

Q · CAECILIO  
GAL · RVFO AN  
XXVII · ANTISTIA  
Q · F. MAELA · MAT  
E R · F · C

*A Quinto Cecilio Rufo, da tribu galéria, de 27 anos, sua mãe Antistia Mela, filha de Quinto Antistio Mela, mandou fazer (este monumento).*

Cipo de calcario lioz, medindo 87 cm. de altura, 50 cm. de largura e 29 cm. de espessura, abaulado superiormente. Está fragmentado em três partes. O paramento da face por cima da inscrição, acha-se picado e com um orificio rectangular.

Proveniente duma demolição feita em 1924 na parede traseira do antigo palácio dos condes de Coculim, junto ao Arco de Jesus.

4

D · M  
L · LVCRET.....  
GAL · NEP.....  
ARRIA · Q · F · QVINTIL.....  
ET LVCRETIA · L F AVI.....  
F C

*Aos deuses Manes. A Lucio Lucrecio Nep (otiano?): Arria Quintilla, filho de Quinto Arrio e Lucrecia Avita, filho de Lucio Lucrecio, mandou fazer.*

Cipo de calcário lioz, medindo 180 cm. de altura, 90 cm. de frente e 90 cm. de espessura. Aparelhado nas quatro faces e tendo duas das arestas desbastadas para começo de aplicação posterior, assim como a face de cima onde tem começada uma cavidade rectangular com um orificio ao centro.

Proveniente de uma escavação feita em 1923 num prédio da rua das Canastras, em Lisboa, a 6 metros abaixo do nível da rua.

5

D · M  
SALLVIA · P · F · AMOE  
NA · TERENCEIA · MA  
XSVMA · M · F C

*Aos deuses Manes. Sallvia Amena, filha de Publio Salvio, (está aqui sepultada) sua mãe Terencia Maxima mandou fazer.*

Cipo medindo 107 cm. de alto, 58 cm. de frente e 50 cm. de espessura. Na parte superior das duas faces laterais tem duas cavidades para alojamento de malhetes. Proveniente de Ilhavo (Alemquer).

Julgamos inédita esta inscrição.

## 6

D M  
DVTIAE  
TANCIINI · F  
MENA  
SILVANI F  
MATRI  
F C

*Aos deuses Manes. Mena, filha (ou filho) de Silvano mandou levantar este monumento a sua mãe Ducia, filha de Tangino.*

Cipo de calcário rijo, medindo 71 cm. de alto, 32 cm. de frente e 24 cm. de fundo.

As letras AN na 3.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> linhas e MA na 6.<sup>a</sup> linha são geminadas. Esta inscrição foi publicada por Hübner, a pg. 55 das *Noticias Archeologicas de Portugal*.

## 7

C IVLIVS  
G · F · GAL  
RVFINVS  
AED · DESIG  
H S E

*Caio Júlio Rufino, filho de outro do mesmo nome, da tribu Galéria, já escolhido para edil, está sepultado aqui.*

Cipo medindo 101 cm. de alto, 40 cm. de frente e 22 cm. de fundo. Calcário dos arredores de Lisboa. Entalhe na frente, parte posterior. A ultima letra da 4.<sup>a</sup> linha acha-se mutilada. Inscrição inédita.

## 8

(I)VLIA Q F FV.....  
Q · IVLIVS Q F.....  
SEVERVS  
H · S · SVNT

*Júlia Fu(sca?) filha de Quinto Fu(sco?), Quinto Júlio Severo, filho de outro do mesmo nome, estão aqui sepultados.*

Cipo com 114 cm. de alto, 54 cm. de largo e 29 cm. de espessura. Aparelho perfeito na frente e lados, imperfeito na parte posterior.

## 9

L · LVCRETIV(S)  
L · F · GAL ·  
SEVERVS  
(H · ) S · E ·

*Lúcio Lucrécio Severo, filho de outro de igual nome, da tribu Galéria, esta (aqui) sepultado.*

Fragmento irregular de cipo, com 50 cm. de altura máxima, 42 cm. de frente e 26 cm. de espessura.

Parece-nos que esta inscrição ainda não foi publicada.

## 10

L · IVLIVS · L ·  
F · REBBILVS ·  
H · S

Grande estela de granito, medindo 195 cm. de altura total, 142 cm. na parte não enterrada, 43 cm. de largura máxima e 18 cm. de espessura média. Abaulada em semi-círculo na parte superior. Com esculturas e insculpturas grosseiras nas faces da frente e laterais.

Descrita pelo Dr. José Leite de Vasconcelos a págs. 408 e 410 e reproduzida a pág. 420, vol. III das *Religiões da Lusitania*.

## 11

LVCRETIA ·  
L · F · SEVERA ·  
H · S · E ·

*Lucrécia Severa, filha de Lúcio Severo, está aqui sepultada.*

Grande estela de calcário lioz, com 198 cm. de alto, 49 cm. de

largura e 25 cm. de espessura. Tem a parte superior abaulada. Aparelho grosseiro na parte de trás.

Proveniente de Olhalvo, Alenquer.

Creemos que é inédita.

## 12

IMP CA.....  
 MAR... AV.....  
 VALERIVS  
 MAXSIMIANVS  
 INVICT AVG.  
 PONTIF · MAX  
 TRIB POT V...  
 CONS IIII PAT...  
 PATR RO  
 CON  
 M P

Marco miliário de calcário brando, proveniente de Tomar.

Do ano 293-294 p. C. Mede 40 cm. de diâmetro e 118 cm. de altura. Tem um chumbadouro na parte superior.

Inscrição publicada no Corpus Insc. Lat. L. II e supl. n.º 6.198.

## 13

IMP · CAES  
 DIVI TRAIANI PARTHI  
 CI F DIVI NERVAE · NEPOS  
 TRAIANVS HADRIANVS  
 AVG · PONT MAX · TRIB  
 POT · XVIII · COS III PP  
 REFECIT

*O imperador Cesar Trajano Adriano, augusto, pontifice máximo com o poder tribunicio pela 19.ª vez, consul 3 vezes, pai da pátria, filho de Trajano, vencedor dos Partos e já falecido e neto de Nerva, também já pôsto entre os Divos, refez esta via.*

Marco miliário de calcário rijo. Tem um chumbadouro ao centro na base superior.

Proveniente de Alenquer. Do ano 133-134.

Inscrição publicada no Corpus Insc. Lat. L. II n.º 4633.

## 14

IMP C(A)ES M CLAV  
DIO TACI(T)O PIO  
FEL IN(V)ICTO A(VG)  
.....T.....  
.....

*Ao imperador Marco Cláudio Tacito, pio, feliz, invicto, augusto...*  
Fragmento de marco miliário, de forma sensivelmente cilíndrica, medindo 85 cm. de altura e 30 cm. de diâmetro médio.

Proveniente de Tomar.

Inscrição publicada no Corpus Inscr. Lat. L. II n.º 6197.

## 15

## XXXII

Fragmento de marco miliário (?) de forma sensivelmente cilíndrica, medindo 30 cm. de alto e 38 cm. de diâmetro médio.

## 16

.....NV...  
... I CAIV.....  
ANN XXX

.....de 30 anos

Fragmento medindo 33 cm. de altura, 52 cm. de largura e 55 cm. de espessura.

As letras AN da 3.ª linha são geminadas.

## 17

C · IVLIO · C · F · CAL  
MAXSVMO

*A Caio Júlio Máximo, filho de outro do mesmo nome, da tribo Galéria.*

Tampa de sepultura semi-cilíndrica, medindo 105 cm. de comprimento, 35 cm. de largura e 52 cm. de altura.

Proveniente do Livramento, Mafra.

## 18

D · M ·  
M · AEMILIVS · M · F  
GAL · TVSCVS · AN · X<sup>LV</sup>  
I · T · M · F · C · H · S · E ·

*Aos deuses manes. Marco Emilio Tusco, filho de outro do mesmo nome, da tribo Galéria, falecido na idade de 45 anos, está aqui sepultado. O mesmo mandou por testamento que fôsse feito este monumento.*

Inscrição aberta numa pedra de calcário rijo, medindo 21 cm. de alto, 36 cm. de largo e 6 cm. de espessura. Aparelho só na face da inscrição. Proveniente de Santarem.

## 19

C · LICINIUS · BADIUS ·  
PODIVM · CIRCI · P · C ·  
SVA · IMPENSA · D · D

*Caio Licínio Bádio mandou fazer à sua custa cem pês do pódium do circo como dom à cidade.*

Inscrição gravada numa pedra de calcário rijo, tendo 40 cm. de alto, 64 cm. de largo e 12 cm. de espessura. Aparelho pouco cuidado e só na frente. Foi descoberta por Estácio da Veiga, na Quinta das Antas, junto a Tavira e provém da antiga cidade de Balsa.

Foi publicada a pág. 35, vol. I da *Revista Archeologica e Historica* e no *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal, v. *Tavira*.

L · CASSIVS CELER  
 PODIVM CIRCI  
 PEDES · C ·  
 SVA IMPENSA  
 D D

*Lúcio Cássio Celer fez à sua custa cem pés do pódium do circo como dom à cidade.*

Lápide de calcário rijo, medindo 36 cm. de altura, 40 cm. de largura e 33 cm. de espessura. Aparelho grosseiro na face da inscrição. Esta acha-se dentro de uma almofada, excepto a última linha. Foi descoberta por Estácio da Veiga, na Quinta das Antas, junto a Tavira e provém da antiga cidade de Balsa.

Foi publicada a pág. 35, vol. I da *Revista Archeologica e Historica* e no *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal, v. *Tavira*.

Esta lápide, como a anterior, foram oferecidas ao museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses em 1878, por Francisco Rafael da Cruz Furtado.

CVM ANTE...  
 ET · STATVIS...

*... cum ante(pagmentis...) et statuis...*

Fragmento dum entablamento, de calcário sacaroide, tendo na parte superior restos duma pequena cimalha, descoberta por Estácio da Veiga, na Quinta das Antas, junto a Tavira e proveniente da antiga Balsa.

Mede 29 cm. de alto, 58 cm. de frente e 38 cm. de espessura média.

Hübner, a pág. 35 do vol I da *Revista Archeologica e Historica*, referindo-se a este fragmento, diz que a inscrição devia estender-se por muitas outras pedras das quais esta contém apenas o resto da frase —«que o doador (ou doadores) tinham fornecido à parte do edificio construído á sua custa, os *antepagmenta*, isto é, as peças d'architectura destinadas a revestir as faces exteriores».

# AS COROAS MURAIAS NAS ARMAS DE DOMÍNIO PORTUGUESAS

PARECER APRESENTADO À SECÇÃO DE HERÁLDICA E GENEALOGIA

PELO SEU SECRETÁRIO

CONDE DE S. PAIO (D. ANTÓNIO)

Sócio Titular da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Não é nosso intento fazer uma dissertação histórico-heráldica sobre as coroas: é matéria estudada, e quem a quiser consultar vê-la-á tratada exhaustivamente em muitos tratados de heráldica, e nomeadamente num artigo do Marquês de Magny, na sua obra *Le roi d'Armes*, no *Dicionário Enciclopédico Hispano-Americano*, no *Heraldische Atlas*, de Ströhl, no *Atlas de las Coronas*, publicado na casa editora de Martin Gerlach, de Viena, no *Dizionario Araldico*, do conde G. Guelfi Camajani, no *Tezouro da Nobreza*, do Rei de armas Francisco Coelho, etc.; pretendemos unicamente justificar o parecer que aqui emitimos, e que foi por todos aprovado, sobre as coroas murais dos brasões municipais portugueses.

As coroas murais modernas são uma revivescência das coroas murais dos romanos. Desde o *pschent* ou coroa dupla de Menfis e Tebas dos velhos Faraós, e das demais coroas a que se fazia referência no capítulo XVIII do Livro dos Mortos, que estes ornamentos desempenham um papel importantíssimo na indumentária e na simbologia da humanidade. Na Grécia a sua importância foi tal que Calímaco, Mnetes, Apolodoro, e Aelio Asclepiades escreveram tratados a seu respeito. Em Roma, Claudio Saturnino compôs igualmente um tratado *De coronis*, e, além destes, muitas são as memórias que se encontram em vários textos antigos referentes a este particular, pelos quais se descobre que a coroa, símbolo ou recompensa, mereceu dos antigos especial consideração. Egger e Fournier recompilaram quantas notícias se podem

alcançar sôbre o assunto, num extenso e erudito artigo publicado no *Dictionaire des Antiquités*, de Daramberg.

Foram as coroas, na sua origem, um ramo com os seus dois extremos unidos, ao qual se juntaram mais tarde diversas flores escolhidas por sua côr e perfume. A confecção das coroas foi objecto de uma indústria, a dos coronários de Roma, e de um comércio, o dos vendedores de coroas. As plantas que os antigos escolhiam para tecer suas coroas têm dado motivo para curiosas investigações da parte de alguns sábios modernos. Eram, segundo Polux, de rosas, violetas, mirto, hera, sempreviva, melitoto, crisanto, aipo, alecrim, manjerona, hortelã, acácia, lírio, nenufar, etc., algumas tinham designações especiais, como as de ambrosia marítima, a *lychnis coronaria*, do pancrácio marítimo, a *lychnis flos jovis*, e outras. Outras plantas, porém, eram preferidas para coroas, como a oliveira, a vide, a hera. As coroas faziam-se de uma só espécie de plantas ou de várias: as de rosas foram muito estimadas, especialmente as que se faziam sômente de pétalas cosidas entre si. Na sociedade romana foi moda o uso de coroas de rosas, a que chamavam *subtís*, e os jardineiros faziam uma cultura geotérmica a fim de obterem rosas muito temporãs; no inverno iam-se buscar ao Egipto, ou às estufas dos horticultores. As *coronas subtís* mais procuradas eram as que se compunham de flores de uma laurínea que da Índia se exportava para Roma, de intenso perfume. Também se empregavam para êste efeito espigas e frutos em vez de flores; estas só excepcionalmente, porém, se encontram nas imagens sagradas, e então como emblema de abundância.

Havia tambem coroas de folhas artificiais, que se fabricavam com pedaços de chifre laminado, tintos de variadas cores, e com pedaços de seda. As mais preciosas eram todavia as de metal, mesmo quando êste tivesse pouco valor, recoberto simplesmente de uma delgada fôlha de ouro ou prata. Chamavam-lhe coroas *inauratas* ou *inargentatas*. Na Grécia foi muito comum o uso de coroas de ouro; nos inventários dos objectos sagrados do Panteão de Atenas se faz menção de muitas, e de mais de cem no templo de Delos. Não só de ouro, senão de pedras preciosas, se adornavam as coroas, imitando-se com elas a folhagem, e as coroas chamadas *estefanos*, eram ornadas com relevos, pedras ou aljófares. Também algumas vezes se adornavam com figuras de vulto. No *Antiquarium* de Munich, conserva-se uma preciosa coroa de ouro encontrada num túmulo da Itália do sul, que tem ao alto, entre a

folhagem, uma figura em pé. Domiciano presidia aos jogos capitolinos, tendo posta uma coroa adornada com as figuras de Jupiter, Juno e Minerva; por detraz dele collocava-se o *flamen dialis*, e o grande sacerdote da família dos Flávios com coroas que ostentavam a imagem do Imperador.

As trinta e três coroas de pérolas levadas no triunfo de Pompeu, mostram até que ponto predominou no mundo clássico o luxo asiático. Os romanos usaram muitas de cintas ou bandas bordadas de pedraria, e ainda de fôlhas de ouro batido, cujos extremos caíam sobre os ombros e colo, o que veio a ser um attributo imperial a partir de Constantino.

Com respeito ao uso das coroas e sua antiguidade parece que na idade heróica da Grécia elas eram desconhecidas; com um simples ramo se oferecava aos deuses. Não é possível fixar com exactidão a época em que os gregos começaram a levar coroas nos sacrificios e outras cerimónias de culto; este costume é porém muito antigo, e já nos monumentos do século VI se vêem coroas em representações de sacrificios.

As coroas com que se adornavam no princípio as estátuas dos deuses deviam ser de fôlhas e frutos naturais, que variavam segundo o carácter da cerimónia e da divindade: assim, a Baco e a Sileno se oferecia a vide, a Jupiter o carvalho, a Apolo o louro, a Venus a murta, a Minerva a oliveira, a Ceres o narciso, a dormideira e as espigas, a Rea a vide e o carvalho, a Hércules o álamo branco, a Pan o pinheiro, a Juno a romã, como rainha do Olimpo, e o *dietamo*, planta medicinal, que lhe era consagrada como presidindo aos partos; os romanos também ofereciam a esta deusa a *caprotina* ou hera silvestre, e talvez também o lírio. As ninfas eram coroadas de rosas, e a personificação do outomno, de frutos. Em tôdas as festas dos deuses, tanto os sacerdotes como as sacerdotisas, como os assistentes, apresentavam-se coroados. Os magistrados de certas repúblicas gregas levavam coroas em várias cerimónias, bem como os sacrificadores.

Parece que as coroas dos sacerdotes eram adornadas com imagens dos deuses; as vítimas dos sacrificios, os vasos e os cestos que nelas figuravam eram igualmente coroados. Também se coroava o edificio onde se praticava a cerimónia. Por modo igual foi costume coroar as proas das naves quando tomavam parte nalguma cerimónia religiosa, como por exemplo a galera *salaminiãna* que anualmente

levava a Delos a procissão em memória de Teseu, e a barca que levou a Roma o ídolo de Cibeles obtido do rei Atala.

Pela relação que existia entre o culto dos deuses e o mistério que rodeava os mortos, se fez muito uso de coroas nos funerais. Tanto na Grécia como no Egipto coroavam-se os defuntos para mitigar o cheiro da decomposição; a coroa era assim um distintivo honroso e um símbolo religioso, pois era considerada tributo divino, e aos mortos divinizava-os. O costume de depositar coroas nos túmulos vem da antiguidade, pois quando Augusto visitou o túmulo de Alexandre depositou ali uma coroa de ouro. As coroas funerárias eram geralmente de murta, e também se empregava a rosa, o jacinto, a violeta, etc. As coroas que se depositavam nos túmulos não eram somente as oferendadas aos manes dos mortos, mas também as que este havia recebido em vida como recompensa. Nos banquetes fúnebres coroavam-se as vasilhas, e o mesmo se fazia nos banquetes com que se solenizavam faustos acontecimentos.

A coroa do bebedor teve muita importância na antiguidade, e com ela cingia-se cada convidado quando entrava o segundo serviço da comida: por esta razão sem dúvida a coroa foi considerada em certa época um sinal de intemperança. Uma só pessoa chegava a reunir três destas coroas, uma em roda do pescoço, e as outras duas na cabeça. Este costume foi comum aos gregos, etruscos e romanos. O costume generalizou-se e chegou-se a atribuir às coroas a faculdade de preservar da embriaguês, pela acção refrescante ou astringente dos seus perfumes.

Em várias outras cerimónias cingiam-se igualmente as cabeças de coroas como sinal de regozijo: uma coroa de oliveira posta sobre a porta de uma casa indicava ter ali nascido um filho varão. Em pinturas antigas vêem-se os noivos oferecerem coroas a suas noivas em sinal de himeneu. A personificação de esta divindade levava uma coroa na cabeça, e outra na mão; nas bodas não só se cingiam com elas as cabeças dos nubentes mas também as de todos os convidados.

Os romanos não se coroavam fora dos dias em que a sua religião os autorizava.

As coroas como recompensa foram concedidas desde a mais remota antiguidade: já 582 anos antes de Cristo N. S. elas se concediam aos vencedores dos jogos Olímpicos, e nos concursos de Delfos, Nemea e de Istmo.

Como a religião estava associada à poesia dramática e lírica, o côro

teatral levava coroas, que no tempo de Demóstenes nem sempre eram de folhagem, mas de ouro; também os músicos recebiam coroas igualmente como prémio nos seus concursos, e em Roma houve-as também para os vencedores dos jogos gímnicos e agonísticos. Nos jogos capitolinos concediam-se coroas em número de cinco, sem dúvida correspondendo às cinco divisões do concurso: música, drama, poesia latina, poesia grega, canto e instrumentos. Estes jogos foram os preferidos de Nero, que depois de haver recolhido mil e oitocentas coroas durante a sua viagem pela Grécia, entrou triunfante na capital com a fronte cingida da coroa olímpica e levando na mão a coroa pítica.

Na Grécia também se concederam coroas para recompensar serviços prestados à pátria, o zelo evidenciado no serviço de alguma função, e às vezes não se concediam já sòmente a pessoas singulares, mas a colectivas, como corporações e povoações; como êste costume degenerou porém em abuso, foi mister regulamentar a sua concessão. Em Roma era prêso todo aquele que levasse uma coroa sem a ela ter direito, tal e qual como faz hoje a polícia especial que existe em França para reprimir o uso abusivo da roseta encarnada. O direito de apparecer coroado nas festas só o tinham os que haviam recebido coroas como recompensa pública. Primêiramente concedeu-se êste direito como privilégio especial a Pompeu, e logo depois a Júlio César e a Augusto.

Nos bustos dos imperadores que apparecem nas moedas é freqüente encontrar-se a coroa láurea ou triunfal, e desde Caracala alternou esta com a radiada, que já Nero usara por attribuir-se attributos divinos, pois esta collocava-se tão sòmente na cabeça dos deuses ou heróis divinizados.

Além destas, havia outras coroas com que os generais recompensavam os soldados que houvessem praticado feitos de valor, ou que estes ofereciam ao seu general vencedor: eram recompensas militares que se levavam solenemente por ocasião da entrada triunfal do exército vitorioso em Roma. Destas, a mais estimada era a *gramínea*, composta de relva ou hervas do campo, das quais a preferida era a grama, concedida ao que havia salvo o exército de algum perigo, ou feito levantar o cêrco a uma cidade sitiada, em cujo caso se chamava *obsidional*; êste emblema de antiga origem representava o solo conquistado. Seguia-se em ordem de estimação, a coroa *cívica*, e concedia-se ao que havia arrancado ao inimigo um cidadão romano, condição que era indispensável também a tivesse o primeiro. Fabricava-se

primeiramente de carrasqueira, mas depois de carvalho, a árvore consagrada a Jupiter. Os que a houvessem merecido ficavam autorizados a usá-la em quanto vissem, e honrava suas pessoas, família, e posteridade. Quando entrava no circo um soldado condecorado com ela, punham-se em pé todos os assistentes, até os senadores, e por esta recompensa ficava o soldado exonerado de exercer cargos públicos, privilégio que era extensivo a seu pai e avô.

Além destas, havia a coroa *castrense*, ou *valar*, que figurava uma palissada, e se concedia ao guerreiro que no combate fôsse o primeiro a entrar no campo inimigo; a *naval*, ou *rostrata*, concedida ao guerreiro que primeiro abordasse uma galera inimiga, feita de proas e de popas ou róstros; a *oval*, concedida ao general que houvesse triunfado sem grande efusão de sangue, composta de murta, em cujo caso se lhe fazia uma pequena entrada triunfal ou ovação.

Pertencia ainda a esta classe de coroas aquela que mais nos interessa: a mural. Era concedida pelo general do exército ao guerreiro que primeiro assaltasse uma fortaleza defendida pelo inimigo. Desde o seu princípio que era de ouro e composta de muralhas e cubelos.

Esquecida com a decadência e queda do classicismo, foi relembrada com o pseudo classicismo revolucionário, e napoleónico. Napoleão, que quis fazer uma nova heráldica, um mixto disparatado da heráldica medieval com a simbologia clássica da antiga Roma, fêz reviver as coroas murais. Mandou compor um código heráldico, e, com respeito às armas de domínio, dividiu as povoações em três classes, tendo cada classe um sinal heráldico interior e outro exterior particular.

Para as de primeira classe concedia uma coroa mural de ouro ameçada de sete ameias de prata; com cinco ameias, para as de segunda; e um cesto cheio de espigas de ouro, tudo estilizado em forma de coroa, para as de terceira.

Em Espanha, Inglaterra, e no moderno Estado italiano o exemplo foi seguido. Na verdade, de tudo quanto a engenhosidade dos heraldistas napoleónicos inventou — porque foram engenhosos havemos de convir — se alguma coisa se salva é a invenção das coroas murais. Elas, na verdade, são um complemento elegante e expressivo do brasão; são, diz Santos Ferreira, a representação da própria cidade, que se considera ainda envolvida pelos seus antigos muros. A ideia foi feliz, simbólica e artisticamente. A lei italiana perfilhou-a e reconheceu quatro espécies de coroas: de ouro com 7 tórres ameçadas para as

armas das províncias; o aro de ouro com 4 portas e 4 janelas, encimado de 5 tórres ameçadas do mesmo, unidas por um pano de muralha de prata, encimado cada pano por uma vigia de ouro, para as cidades; aro de ouro com 4 portas, encimado por cinco ameias do mesmo, unidas por uma muralha de prata, para as comunas com mais de três mil habitantes; e aro de ouro encimado por cinco ameias do mesmo, unidas por um muro de prata, para as comunas de menos de três mil habitantes.

Na Alemanha reconhecia-se três categorias diferentes de coroas murais, e era segundo a importância de cada povoação que elas se concediam de ouro ou prata, e de 3, 4, ou 5 ameias ou tórres.

Em Portugal, atacado, desde os primórdios do liberalismo, da macaconevrose, também a moda pegou, e neste particular, diga-se em abono da justiça, justificadamente, mas o seu uso e prática foi introduzido sem critério. Diploma algum regulou o seu uso na generalidade.

A sua introdução e divulgação, pelo exemplo, data do decreto de 12 de Janeiro de 1837, pelo qual a rainha D. Maria II concedeu à cidade de Angra do Heroísmo «em remate uma coroa mural». Depois, ignoro se mais concessões de coroas murais se deram; à cidade de Lisboa por alvará de 31 de Março de 1896 foi concedida «a coroa mural de ouro»; a Mafra por Decreto de 5 de Junho de 1903 foi concedida também coroa mural de ouro, e a mesma coroa foi concedida ao brasão de armas da vila de Mossâmedes.

Pelo visto, a capital do reino e metrópole, uma cidade das ilhas adjacentes, uma notável vila ultramarina, e um pequena vila do continente houveram tódas a mesma coroa mural! Não quero falar da concessão de uma coroa ducal à cidade do Pôrto. O facto está abaixo de tódas a crítica. Se se quisesse significar naquelas armas o facto do ducado do Pôrto, era dentro do escudo, no chefe, e não fora, que a coroa devia figurar. Não é porém tanto para estranhar, como já alguém fez, a coroa naval que pelo decreto de 12 de Janeiro de 1837 D. Maria II concedeu à notável vila da Praia da Vitória; comemora ela a derrota que os baluartes da terra inflingiram na esquadra del-Rei, D. Miguel, que quis forçar o desembarque; é uma vitória sobre uma esquadra, e segundo a melhor tradição clássica compete-lhe este trofeu.

À secção de Heráldica e Genealogia da nossa Associação, haviam chegado frequentes pedidos para a secção se pronunciar sobre o uso deste attributo externo das armas de domínio. Encarregou ela o signa-

tário de estudar a questão e dar o seu parecer; assim fêz, e na sessão de 3 de Junho de 1925 apresentou a seguinte proposta que foi aprovada por unanimidade:

«A secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, na sua sessão de 3 de Junho de 1925, considerando o desejo, muitas vezes manifestado pelas autarquias locais de serem os seus brasões de armas coroados; considerando que assim ficam os brasões de domínio esteticamente mais equilibrados — circunstância que em boa heráldica nunca se deverá desprezar; considerando que as coroas murais simbolizam uma povoação que se considera ainda envolvida nos seus antigos muros, propôs que seja aconselhada a adopção do uso de uma coroa mural de prata em todos os brasões de armas das povoações portuguesas, distinguindo-se a sua importância pelo número de tórres que a componham: de três para os lugares, aldeias ou freguesias, quatro para as vilas, e cinco para as cidades, reservando-se a coroa mural de cinco tórres de ouro para a capital da nação e para as capitais das províncias ultramarinas».

Despresou-se, por complicada e cheia de detalhes sem significação, a graduação italiana, e atendeu-se à antiga jerarquia municipal com a sua divisão em cidades, vilas e aldeias, com importância ainda hoje, e seguindo-se o código e a prática francesa, debaixo de cuja influência, de mistura com a antiga inglesa, sempre andámos, rejeitando por incongruente o cesto com as espigas, e preferindo no número de tórres a progressão 3, 4 e 5 usada na Alemanha, á 5 e 7 francesa, por um princípio de clareza, simplicidade, e atenção às proporções a que os emblemas heráldicos de domínio têm de ser reduzidos muitas vezes, para timbrar papéis, carimbos, selos, etc., sempre guias seguros no bom gosto.

Assim aconselhámos às autarquias locais o uso das suas coroas murais, e dizemos *aconselhámos* porque quem adopta os símbolos para a sua representação são as próprias autoridades locais, de pleno direito. Assim o fizeram sempre em Portugal até o fim da monarquia tradicional, não intervindo o poder central na sua organização senão muito excepcionalmente, como é tradição ter acontecido por castigo com Figueira de Castelo Rodrigo, e com algum outro por ventura, por mercê especial.

A monarquia constitucional por uma estranha interpretação, como muitas mais teve, do princípio da liberdade, que tanto badalava, consi-

derou estes emblemas, talvez pelo facto de se ostentarem vulgarmente em escudos, como distincções nobiliárquicas, tal qual como os escudos de armas da nobreza. Assim o parece sentir o texto das cartas e alvarás que concederam brasões destas armas, e a já hoje decantada Portaria de 20 de Agosto de 1881 que mandava as câmaras municipais munirem-se de cartas de brasão solicitadas pela secretaria de Estado dos Negócios do Reino, e fazê-las registar no Cartório da Nobreza, pela mesma forma que as cartas de brasão de armas dos nobres do Reino. Estribado nesta Portaria, quer o nosso consócio sr. comandante Quirino da Fonseca que esta determinação legal se não pode julgar nula ou derogada, mudando apenas a estação competente, do ministério do Reino para o ministerio do Fomento, e creio que o Sr. Dr. António Baião abunda em análogas ideias. A jurisprudência e a ideia geral de que os emblemas municipais são distincções nobiliárquicas, é porém errada, e a Portaria é desarrazoada, ainda que muito louvável a sua intenção.

Mas, seja como fôr, retomaram hoje os municípios a sua plena liberdade na escolha dos seus símbolos: o n.º 3 do art. 3.º da Constituição aboliu a nobreza com seus foros e privilégios; se alguns lhe restavam era o uso de brasões de armas um deles. Abolidos os brasões de armas como privilégios de nobreza, abolido o Cartório de Nobreza, desinteressando-se o Estado da questão, caducou sem dúvida a célebre Portaria e a legislação a que ela se referia, e retomaram as autarquias locais o pleno direito de deliberar sobre os seus símbolos e emblemas. Uma coisa pelo menos se ganhou, é que se fizerem tolice, é menos uma tolice official, como foram todos os brasões de armas de domínio concedidos de há cem anos para cá.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA GRAVURA ARTISTICA  
EM PORTUGAL

DADOS BIOGRAFICOS  
DO GRAVADOR GREGORIO  
FRANCISCO DE ASSIS E QUEIROZ

POR

ERNESTO SOARES

SOCIO EPECTIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUESES

*(Comunicação feita na Assembléa Geral de 26 de Março de 1928)*

Entre os abridores de chapas de metal, que maior nome deram á arte da gravura no nosso Paiz, um daqueles em quem se patenteou mais evidente o sentimento e concepção artisticas, foi sem duvida o gravador Gregorio Francisco de Queiroz.

A sua discutivel individualidade, como Mestre de Gravadores e como Funcionario encarregado de manter os creditos, firmados por Joaquim Carneiro da Silva e mais tarde pelo velho Francesco Bartolozzi, numa aula que devia preparar futuros artistas, é um ponto que, creio não ter sido até hoje estudado, e considero valiosissimo subsidio para o conhecimento de uma arte que, entre nós, apenas teve raros cultores, embora alguns de notavel merecimento.

Os trabalhos perfeitissimos de gravura, executados por Gregorio Francisco de Queiroz, são os mais deles notaveis produções, que podem emparelhar com os dos bons artistas estrangeiros dos finais do seculo XVIII e começos de XIX.

O trabalho delicado, cheio de vida e movimento, quer interpretando o seu lapis facil e ligeiro, quer os maravilhosos desenhos de Domingos Antonio de Sequeira, Francisco Vieira Portuense ou Esquiopetta.

não podem de forma alguma coadunar-se com as ásperas e, infelizmente, merecidas censuras, de todos aqueles que, tendo trabalhado com o artista, foram seus companheiros, especialmente na aula da Impressão Regia, de Lisboa.

Factos providencialmente descobertos, obrigam-me a julgar o artista menos benevolmente, atribuindo-lhe em parte a decadência de uma arte que aos estrangeiros mereceu e merece os mais carinhosos impulsos e protecções mais desveladas.

O exame minucioso que fiz da obra notavel de Queiroz, suscitou-me a natural curiosidade, levando-me a estudar atentamente a sua pessoa, de que apenas se conhecem breves traços biograficos, afim de poder estabelecer o paralelo entre o seu indiscutivel valor artistico e os elementos de uma vida de trabalho e abnegação, que estava certo esse estudo me devia fatalmente revelar.

Infelizmente essas risonhas esperanças desvaneceram-se ao compulsar os documentos, que há mais de um seculo, jaziam no silencio discreto dos arquivos, como testemunhas de factos passados, que apenas aguardavam a instancia dum rebuscador de velharias da arte portuguesa.

A profusão desses preciosos documentos, dispersos sob titulos varios, justificativos da escrita da antiga Impressão Regia, são valiosos subsidios para o estudo das artes graficas em Portugal dos finais do seculo XVIII até meados do seculo XIX. Para o meu trabalho aproveitei apenas os que dizem respeito á Aula da gravura, se bem que considere dignos de minucioso estudo e exame os restantes, afim de se poder aquilatar, com justiça, dos esforços que o Estado em epochas agitadas da nossa vida nacional, dispendeu, não descurando o aperfeiçoamento e desenvolvimento das artes gráficas em Portugal.

As acusações gratuitas do abandono a que os governos votaram a Arte em Portugal, cai perante a evidencia dos factos revelados por esses milhares de folhas de papel almasso, onde se alinham contas, propostas, consultas, avisos e alvarás, que tive a boa sorte de examinar, relativos aos anos de 1768 a 1820. Factores varios influiram mais tarde na decadencia das artes gráficas, não sendo somenos o palavreado ôco e incompetente de deputados, que em Córtes exigiam economias orçamentais, sem curar dos efeitos perniciosos que ao futuro da arte trariam para o Paiz.

São prova disto as sessões de 1821, 1822 e 1823, em que chegou a

ser proposta a alienação da Imprensa Regia. A nomeação politica do cargo de Administrador Geral teve tambem a sua nefasta influencia, por isso que nem sempre o mais competente era o escolhido para tão melindroso lugar, que devia apenas recair naquele que melhores garantias tecnicas oferecesse e não no que mais poderosas influencias tivesse junto dos governos, resultando dessa escolha o estabelecimento de uma repartição de burocratas, que se estendia aos proprios operarios. Se juntarmos a estes factos os que passo a expôr e que nos patenteiam bem uma epoca de comodismo e indiferença, veremos as causas da decadencia de uma arte que hoje, no nosso Paiz, apenas raros conhecem.

Para mais clara comprehensão do que vou expor, estudarei em breves traços e especialmente á luz dos documentos examinados, o que foram as aulas de gravura, particularmente aquelas em que Gregorio Francisco de Queiroz teve maior ou menor interferencia.

\*

\*      \*

Por alvará de 24 de Dezembro de 1768, foi criada juntamente com a officina da Impressão Regia e Real Fabrica das Cartas de Jogar, e pela disposição do § 11.º do referido alvará, uma Aula de gravura, onde um abridor de estampas, *conhecidamente perito*, ensinasse a arte de gravar em chapa de metal.

Justificava esta criação, a letra do referido § que dizia «*Sendo presentemente necessario que no corpo duma Impressão Regia não falte qualquer circumstancia que a faça defeituosa; e sendo um dos ornatos da impressão, as estampas, ou para demonstrações ou para outros muitos utilissimos fins, terá a mesma Impressão um abridor de estampas conhecidamente perito, o qual terá a obrigação de abrir todas as que forem necessarias para a Impressão, e se lhes pagarão pelo seu justo valor.*»

A nomeação do lugar de Mestre recaio no habilissimo e conhecido abridor Joaquim Carneiro da Silva, artista ainda mal estudado, mas, segundo a opinião insuspeita dos seus colegas da Administração daquele Estabelecimento, homem honesto, trabalhador e da maior competencia profissional.

Competia ao Mestre, como lhe preceituava o Regio Alvará, ensinar

todos aqueles que desejassem aprender o officio de abridores, percebendo para isso um ordenado de 400\$000 reis anuais e um premio de 40\$000 reis, por cada discipulo, que, dado por pronto da aprendizagem, em exame prévio, fosse considerado artista.

Curioso é saber-se, que durante 19 anos em que Carneiro da Silva dirigio a aula, apenas recebeu uma unica vez esse premio quando da saída de Eleuterio Manuel de Barros (1).

Nessa Aula que nunca funcionou annualmente com mais de seis alunos, cada aprendiz recebia 100 réis diarios, salario este que ia aumentando, conforme as suas aptidões, até o maximo de 200 reis, além de um premio de 10\$000 reis, pago por uma só vez, logo que terminava a aprendizagem.

Assim foi seguindo esse curso artistico, até 1787, data em que deixou da funcionar, por motivos até hoje pouco claros, tendo tido por alunos os nomes mais conceituados na gravura portuguesa nos finais do seculo XVIII. Durante os 19 anos de funcionamento da escola, apenas cinco dentre os vinte e um aprendizes que a frequentaram, foram considerados Mestres, depois de sujeitos a prévio exame; são eles: Eleuterio Manuel de Barros, em 1775; Gaspar Frois Machado e Manuel da Silva Godinho, em 1777; Eduardo José de Figueiredo, que acrescentava por vezes o apelido Girão, em 1778 e Nicolau José Baptista Cordeiro, em 1783.

(1) O competente recibo escrito e assinado por Carneiro da Silva é do teor seguinte:

*Snres. Director G<sup>l</sup> e Deputados.*

Sua Mag.<sup>e</sup> foi servido ordenar pelo Alvará da Creação da Impressão Regia que ao Mestre da Aula de Gravura da mesma Impressão se dessem quarenta mil rs por cada Discipulo que apresentasse Mestre; e havendo Joaquim Carneiro da Silva q. serve actualm.<sup>te</sup> aquelle lugar ensinado a Eleutherio Manoel de Barros, e este se acha capaz de exercitar a Arte de gravar como consta da Estampa da Ressurreição do Senhor, que apresentou nesta conferencia, parece ser justo pretender o Sup.<sup>e</sup> aquelle premio pelo que P. V. M.<sup>ces</sup> sejam servidos mandar que ao Sup.<sup>e</sup> se dê o dito premio em conformidade do Alvará de S. Mag.<sup>e</sup> E. R. M.

Satisfassace ao sup.<sup>te</sup> na forma que S. Mag.<sup>e</sup> ordena. Lisboa 30 de set.<sup>o</sup> 1775. Paglianne-Miranda-Manescal.

Recebi dos Snrs Director e Deputados da Impressão Regia quarenta mil reis em premio do Discipulo ensinado Eleuterio Manuel de Barros. Lisboa 30 de setembro de 1775. Joaquim Carneiro da Silva.

Dos restantes destacaram-se ainda Felipe Estanislau Coutinho, Antonio Sisenando, que tambem usava o apelido Carmo, José Galdino de Matos e Gregorio Francisco de Assis, conhecido pelo Gonella e de quem nos vamos ocupar.

A Aula de Joaquim Carneiro da Silva funcionou com a mais estrita ordem e regularidade, até 1785, começando neste ano a acentuar-se uma certa decadencia, que terminou pela sua completa paralização em 1786.

Até 1802 não existio na Impressão Regia qualquer escola de Gravura e os trabalhos deste genero eram feitos por artistas estranhos ao Estabelecimento.

Em 1800 fundava-se em Lisboa uma nova escola de Artes Gráficas, denominada, Casa literaria, Tipografia Calcografica, Tipoplastica e Literaria do Arco do Cego, sob a protecção do Principe Regente D. João, tendo como Administrador o Padre José Marianno Veloso, homem de largas vistas, que conduzio o Estabelecimento a um alto grau de perfeição.

Este celebre fitografo, a quem o Brasil deve o conhecimento da sua flora, conseguiu o estabelecimento de uma Aula de Gravura, tendo como Mestres, artistas bem conhecidos: Romão Eloi de Almeida, como mestre dos gravadores; José da Cunha Taborda, que ensinava o desenho; Guilherme de Casturigh, tendo a seu cargo a iluminação das Estampas, Maximo Paulino desenhador de retratos e, nota interessante, o proprio Bocage recebia por cada livro que apresentava traduzido a quantia de 12\$80 reis. (1)

Procurava a Direcção com todo o cuidado, o aperfeiçoamento da aula, já adquirindo livros que ensinassem os processos mais em voga no estrangeiro, (2) já comprando ou mandando executar modelos de artistas de nomeada reputação. Assim, pagou a Jerónimo de Barros em 26 de Agosto de 1801 por uma colecção de desenhos para uso dos Gravadores 480\$000 reis quantia importante para a epoca; e a Henri-

(1) Estas indicações estão juntas ao maço dos documentos de Caixa da Imp. Reg., anno 1802.

<sup>2</sup> São prova desse cuidado as traduções dos livros de Abraham Bosse, *Tratado da Gravura a Agua forte, e a buril, e em Maneira Negra com o modo de construir as prensas modernas...* por José Joaquim Viegas Menezes Lisboa... No Arco do Cego 1801. e a obra *Principios de desenho tirados do Grande Livro dos Pintores de Gerardo Lairesse*. Lisboa — 1801.

que José da Silva, por uma coleção de modelos de 150 retratos, em gêsso, a quantia de 75,000.

Os aprendizes viviam em internato, na escola, sujeitos a apertada disciplina. O corpo de abridores e estampadores atingiu nos dois annos de existencia da Escola a totalidade de 34 operarios, entre mestres e aprendizes, em contraposição aos 21 que frequentaram a Aula de Gravura, na Impressão Regia, durante os dezenove annos da sua existência.

Como estímulo ao trabalho, além do pagamento por cada chapa, aberta pelos artistas, tinham estes um premio que variava conforme a sua perfeição. Assim vemos Constantino da Costa e Oliveira receber em 25 de Agosto, por abrir a chapa da Sultana o premio de 12,800 reis (1).

Foram estes os elementos que ingressaram, em parte, na Impressão Regia, quando pelo Alvará de 7 de Dezembro de 1801, foi mandada incorporar neste Estabelecimento aquella Casa.

Pelo Decreto de 25 de Janeiro de 1802, era entregue a Regencia da Aula de Gravura ao Florentino Francesco Bartolozzi, tendo como substituto e ajudante Gregorio Francisco de Queiroz.

O que foi a Aula de Bartolozzi durante os treze annos da sua Regencia, é assunto que mais de espaço tratarei, por isso que essa epoca representa para o estudo da Gravura em Portugal, o ponto culminante do seu aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo, o inicio da sua decadencia; não pela incompetencia profissional do Mestre ou do Ajudante, mas em grande parte pela incuria deste.

Nestas tres escolas ensinaram-se e praticaram-se apenas os metodos de gravura mais usuais, descurando-se talvez por falta de publico especialmente educado, os processos usados em França e Inglaterra conhecidos pelos nomes de agua tinta e maneira negra, applicações da agua forte.

Assim vemos na Aula de Carneiro da Silva praticar-se apenas o metodo do buril sêco ou da ponta com applicação da agua forte no contorno do desenho.

A Escola do Arco do Cego, ensinou e usou do mesmo processo, se bem que no compendio que adoptava para ensino dos seus discipulos,

---

<sup>1</sup> Esta chapa existe ainda na Imprensa Nacional aberta a buril, sendo notavel pela viveza e fidelidade na interpretação das roupagens.

ensinasse todos os outros metodos, já de ha muito usados no estrangeiro e de efeitos surprehendentes, como era a *mezzo tinta* ou *maneira negra*.

Durante o ultimo periodo, que abrange a escola de Bartolozzi e Queiroz, os processos adoptados são os mesmos das escolas anteriores e tambem o processo do ponteado ou *pointillé* em que ambos eram eximios artistas. Dos abridores que frequentaram a escola do Padre Veloso seguiram a maneira antiga, Constantino da Costa e Oliveira, Antonio José Quinto, Romão Eloy d'Almeida, Diogo José Rebelo, os Figueiredos, Antonio Debrie, etc. É verdade que alguns destes ensaiaram, por vezes, o processo do ponteado, mas apenas acidentalmente. Seguiram a maneira do mestre Bartolozzi, Francisco Thomaz d'Almeida, Teodoro Antonio de Lima, Raymundo José da Costa, Romão José Abrantes e muitos outros.

O acanhado do meio e a applicação restrita da gravura a illustração de obras scientificas ou de assunto religioso, atrofiou alguns desses valores que em outras nações poderiam ter-se tornado notaveis pela sua perfeição e execução tecnicas.

Desta ultima escola basta-nos saber, por agora, que entre os abridores vindos, como disse, do Arco do Cego, se contavam, entre outros, Antonio José Corrêa, Manuel Luiz Rodrigues Viana, que depois foi mestre dos abridores de punção de letra, Romão José Abrantes, Raimundo José da Costa, que mais tarde foi mestre da Real Academia de Marinha, no Porto, Romão Eloy d'Almeida, a quem já me referi, Antonio Debrie, especializado na abertura de letras nas chapas, e que era filho do celebre Guilherme Francisco Lourenço Debrie, da Academia Real da Historia e muitos outros que seria fastidioso enumerar.

A aula de Bartolozzi nunca funcionou, ao contrario do que poderá supôr-se, no edificio da Impressão Regia, como aconteceu com a de Carneiro da Silva, mas sim na residencia do mestre, na rua de S. Bernardo, freguesia de Santa Izabel, fugindo por isso á tutela directa da Administração da Imprensa.

Este facto, aparentemente somenos, considero-o de capital importancia para o estudo da arte da gravura em Portugal.

O afastamento dos discipulos das vistas dos admistradores da Regia Oficina, entregues apenas á vigilancia de um estrangeiro, já em idade propecta, desconhecedor do meio e do temperamento meridional dos discipulos, acrescido da incuria e pouca assiduidade do ajudante

ou substituto, foram a causa principal das divergencias entre gravadores e os membros da Junta da Impressão.

Depois da morte de Bartolozzi, em 1815, foi nomeado Mestre o seu ajudante Queiroz, de cuja regencia nos vamos ocupar. Se bem que a este tempo já os desaguisados entre este e a Junta fossem notaveis, o que é facto evidente era ser Queiroz o primeiro artista no genero em Portugal e, por conseguinte, o unico com aptidões tecnicas para exercer tão melindroso cargo.

\*

\*     \*

Gregorio Francisco de Assis, Gregorio Francisco de Assis Gonnella, Gregorio Francisco de Assis Queiroz e Gregorio Francisco de Queiroz são uma unica pessoa e um gravador apenas.

Este o ponto primeiro do meu trabalho. Com ele espero aclarar uma duvida, que ultimamente se tem suscitado, dando logar a formar-se uma dupla individualidade, que vai até ao ponto de formar parçaria entre Gregorio Francisco de Assis e Gregorio Francisco de Queiroz. Vejamos rapidamente quais os autores que teem tratado de Queiroz e quais as suas informações.

Cirilo Volkmar Machado, nas suas Memorias<sup>(1)</sup>, apenas trata de Queiroz na epoca em que, tendo sido discipulo de Bartolozzi, em Inglaterra, regressou depois ao Reino, como ajudante do mesmo, acrescentando que primeiro fôra discipulo de Jeronimo de Barros Ferreira. E aqui erra-lhe o apelido, chamando-lhe Franco, em lugar de Francisco.

O douto Cardeal Saraiva<sup>(2)</sup>, na sua preciosa lista dos artistas, reproduz os mesmos dados biograficos, acrescentando ao que escrevera Cirilo, algumas informações sobre gravuras de Queiroz. Assim, lê-se na obra do famoso antiste:

*A obra mais antiga que dele temos visto é a estampa do retrato de D. Euzebio Luciano de Carvalho Gomes da Silva, que vem no compendio da vida deste virtuoso mancebo, falecido em Goa, de 26 anos, eleito e já confirmado em Roma, Bispo de Nanquim. A obra foi impressa em*

(1) Colecção de Memorias, Lx.<sup>a</sup>, 1823 — Pag. 128, 293.

(2) Obras — Vol. VI pag. 349.

1792 e a estampa tem as subscrições — G. F. A. QUEIROZ FEZ — J. DE BARROS INV. — *Esta segunda parece ser de Jeronimo de Barros, de quem Volkmar diz que Queiroz fôra discipulo no desenho e gravura a agua forte.»*

Raczinski<sup>(1)</sup>, seguindo aqueles dois escritores, copia-lhes os informes, dando noticia de outras chapas abertas por Queiroz. A critica severa a essas chapas, feita por Raczinski, conquanto justa, parece-me menos propria para aquilatar do valor de Queiroz. Raczinski aponta as gravuras da «Sopa de Arroios», o retrato de «D. Luiz da Cunha», a «morte de S. Luiz Gonzaga» e um «Ecce-Homo», datado de 1827. Desta ultima julgo haver confusão, pois o Ecce-Homo de Queiroz é de 1839, com a subscrição «G. F. Queiroz inv. e sculp. em 1839, idade de 70»<sup>(2)</sup>.

Raczinski aponta apenas gravuras da epoca da decadencia de Queiroz, quando este, já em idade avançada, entrava no declinar da vida.

Inocencio Francisco da Silva<sup>(3)</sup> reproduz as informações de Cirilo e do Cardeal na parte biografica, acrescentando: «*Recebeu tambem lições, segundo creio, do insigne Joaquim Carneiro da Silva.»*

É o primeiro que faz esta referencia, embora na duvida. Da veracidade desta afirmação adeante daremos a prova.

O Catalogo da colecção de estampas da Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães<sup>(4)</sup>, regista uma unica estampa com a subscrição «G. Assiz», encabeçando a mesma debaixo do nome Gregorio Francisco de Assiz, e abrindo novo capitulo para Gregorio Francisco de Queiroz, onde dá noticia de 32 estampas assinadas com este nome, salvo uma que aparece com a subscrição «G. F. A. Queiroz sculp. Lx.<sup>a</sup>»

O *Arqueologo Portuguez*<sup>(5)</sup> diz que «*Assiz e Queiroz gravaram juntos*» e em nota «*Aparecem inumeros registos com os nomes destes dois gravadores associados.*»

Num precioso trabalho de «*Subsidios para a Historia da Gravura em Portugal*» ultimamente saído da Imprensa da Universidade de Coimbra, diz o seu erudito autor a pg. 136 — «*Gregorio Francisco de Quei-*

(1) Dictionnaire — Pag. 238.

(2) Desta gravura possui o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. João Luis da Fonseca uma bela prova.

(3) Dicionario Bibliográfico Vol. III pg. 162.

(4) Revista de Guimarães Vol. XXV pg. 180 e XXXVI pag. 12.

(5) Vol. XXI pag. 46.

roz 1768-1845», e logo na linha seguinte: «Assiz que muito gravou em companhia de Queiroz».

Num despretençioso trabalho que tive a honra de apresentar e que li nesta Associação em 3 de Dezembro de 1927, de «*síntese sobre a historia da gravura, sua tecnica e influencias*» já acidentalmente havia feito referencias a Queiroz, apresentando-o com o nome de Gregorio Francisco de Assiz e Queiroz. Esta afirmação, conquanto não fosse baseada sobre documentos, era todavia o resultado do exame minucioso que das obras de Queiroz, ha anos venho fazendo, juntamente com as de outros gravadores.

Assim, tendo encontrado, até hoje, cerca de 70 gravuras ou estampas, abertas por Queiroz, dividi-as, para melhor e mais facilidade no estudo em tres grupos ou categorias.

1.º Influencia predominante do buril, embora auxiliado pela agua forte, onde se mostra claramente o ensino da escola Carneiro da Silva. Primeira epoca de Queiroz. A maioria subscritas com as rúbricas "G. F. ASIZ" — «G. F. A. DE QUEIROZ». E' deste periodo, de pequena produção, um precioso S. Jeronimo, aberto a agua forte e buril, e onde creio haver muito da mão habil do mestre Carneiro da Silva, subscrita G. F. A d'ASIZ, SCULP. OLISIP. IN TYP. REG. 1787 — A. CARRACI, INV, copia de outra estampa que servio de modelo na Aula de Gravura existente na I. N. L.

Esta a mais antiga das estampas subscritas, aberta por Queiroz no ultimo ano em que frequentou a Aula de Carneiro da Silva.

2.º A mesma influencia, em parte, mas com pronunciada tendencia para a gravura a agua forte. As estampas desta epoca são quasi todas da invenção de Jeronimo de Barros e revelam já uma mão habil e expedita no manejo do buril ou ponta. Este periodo vai até 1796 e deixa-nos supôr uma época de aturado estudo e aperfeiçoamento, indo findar com a concessão do Governo, nomeando-o pensionista, com um estipendio de 600\$00 reis anuais, em Londres, como discipulo de Bartolozzi.

São desta epoca entre outras

a) a alegoria á fundação da Basilica da Estrela inserta nas «*Sessões literarias dos alunos da Academia dos Obsequitosos — Lisboa 1790*» subscrita — *Jer. de Barros inv.—G. F. A. de Queiroz sculp*

b) Estampa religiosa representando o milagre de N. S. da Nazaré, subscrita «*Queiroz fez no ano 1791*».

c) A já citada do retrato de D. Euzebio Luciano de Carvalho Gomes da Silva.

d) Retrato meio corpo "JOANNES BRAZILIAE PRINCEPS" subscripto «Silva deli» «Queiroz sc. 1792.

e) O mesmo com a data 1793.

f) Uma Sagrada Familia — BARROS INV. E P. — QUEIROZ SCULP.

3.º O longo espaço de 38 annos, que vai de 1796 a 1845, abrangendo os seis annos da estada em Londres, onde se aperfeiçoou no estudo da gravura, adoptando os metodos Bartolozianos da applicação da agua forte, já com o emprego da ponta ou da rolêta, para interpretação do ponteadado ou do lapis.

São evidentemente as melhores produções de Queiroz as referentes a este periodo. Para não alongar citarei entre outras :

a) A dança das Bacantes, formosissima agua forte oferecida a D. Luis Pinto de Sousa Coutinho subscripta «F. Vieira Portuensis Penc. de S. Mag. Fid. inv. et del». — «G. F. de Queiroz sculp. sendo Disc. de F. Bartolozzi R. A.

b) Morte de S. Luis Gonzaga, datada de 1799 e subs.<sup>a</sup> «G. F. de Queiroz sculp. em Londres sendo disc. de F. Bartolozzi A. R.

c) Retrato do 1.º Conde da Barca, Antonio de Araujo d'Azevedo — «Domenico Pelegrini pinx» — G. F. de Queiroz sculp. em Lx. 1804.

d) Sopa Economica de Arroios; grande estampa, aberta a agua forte e buril datada de 1813, subscripta «Dom. Ant. de Sequeira Ac. inv. del. e abrio os cont. das fig. — Greg. Fran.º de Queiroz esculpio as figuras a agua forte e a buril em 1813».

e) Retrato de D. Pedro de Menezes, Marquez de Marialva — «Queiroz, sculp. anno 1813».

f) Retrato do 1.º Marquez de Chaves e 2.º Conde de Amarante — «J. B. Ribeiro da A. do P. vivo del.» — «G. F. de Queiroz, grav. de S. M. Fidel. sculp. em 1824».

g) Retrato da Marquesa de Borba, delineado por Sequeira — «G. F. de Queiroz, sculp. em 1817».

h) Retrato de Sequeira, com uma dedicatoria «Em testemunho eterno da mais cordeal amisade».

j) Retrato de D. Caetano de Noronha, Conde de Peniche — «Queiroz scu.».

l) Retrato do ex-Inquisidor João Maria Soares de Castelo Branco

— delineado por Sequeira «G. F. de Queiroz, grav. de S. Mag. e da R. Cam. sculp. em 1822».

m) Retrato de Dom Pedro IV — subscripto «D. Esquiopetta inv. del.» — «G. F. de Queiroz, grav. de S. M. sculp. em 1826».

n) Retrato de Fr. Francisco de S. Luiz, delineado por Sequeira — «G. F. de Queiroz, grav.<sup>or</sup> de S. Mag. e da S. R. Cam.<sup>a</sup> sculp. em 1821».

o) Retrato do capitão Bernardino Pedro de Araujo. Tambem delineado por Sequeira.

p) Pequena e bela agua forte representando a Ascensão do Senhor. Inventada por Sequeira e subscripta «G. F. de Queiroz sculp.»

E um sem numero de pequenas composições e alegorias, servindo de Registos ou ilustrando obras, que ia oferecendo, conjuntamente com aqueles retratos aos secretarios de Estado e ás pessoas, que politicamente pudessem elevá-lo e protegê-lo. Como se vê, neste periodo desaparece por vezes a inicial A. das subscrições das outras épocas que representava o apelido Assis.

Estudamos a largos traços a obra artistica de Queiroz. Analizemos agora o que foi o artista desde a sua entrada na Aula Regia de Gravura, dirigida por Carneiro da Silva, até 1845 em que de idade já avançada, foi descansar no coval 2.171 do Cemiterio dos Prazeres, onde ficou registado, com o nome de Gregorio José Quirio.]

\*  
\* \* \*

Em dois de fevereiro de 1768 foi baptisado na Igreja de Santos-o-Velho, um individuo do sexo masculino, de nome Gregorio, filho legitimo de Francisco Jorge de Asiz e de Margarida Mathildes, levando por padrinho a Luis Ferrari. Era neto, pelo lado paterno, de Nicolau Jorge e Paula Maria, e, pela linha materna, de João Baptista Gonella e Catarina Maria. Os pais haviam contraído o seu casamento na mesma Igreja, em 29 de novembro de 1760, juntando a mãe nesse acto ao seu apelido Mathildes, o de Gonella (1).

(1) *L.º N.º 14 dos Casamentos da Freguezia de Santos-o-Velho, fls. 273 v.º*

Aos vinte e nove dias do mez de Novembro de mil setecentos e secenta, nesta Parrochial Igreja de Santos, pelo meio dia em minha presença e das testemunhas infra assignadas, receberam por marido e mulher, com palavras de

Até á idade de treze anos nada encontrei por onde possa ajuizar quais os primeiros estudos do artista, podendo, todavia, certificar-me que nesta idade tinha já feito notaveis progressos na arte caligráfica, como tive occasião de examinar nos recibos de salarios da Impressão Regia, onde assinava com belo e elegante cursivo.

Em 1781, portanto, aos treze anos de idade, ingressava Gregorio Francisco de Assiz na Aula de Gravura de Carneiro da Silva, na qualidade de aprendiz, juntamente com os gravadores Antonio Sisenando ou Antonio Sisenando do Carmo e Felix Estanislaõ Coutinho. Foram aí seus companheiros de trabalho, além destes dois, José Joaquim Ramalho, que se dedicou a abrir Registos e pequenas composições de assunto religioso; Francisco Ferraz de Macedo, que creio não haver passado de aprendiz, pois não deixou nome em quaisquer estampas

presente, Francisco Jorge de Assiz, baptizado na freguezia de Santa Ingracia desta Cidade, filho legitimo de Niculao Jorge e Paula Maria, com Margarida Mathildes Gonella, baptizada na Igreja de Nossa Senhora do Loreto, desta Cidade, filha legitima de João Baptista Gonella e Catharina Maria, ambos solteiros e moradores na Travessa do Pastelleiro desta Freguezia e no mais se guardou a forma do Sagrado Concilio Tridentino e Cons.<sup>ão</sup> Foram testemunhas Antonio Freire Carneiro, morador na Rua das Madres, e Antonio Joseph de Sousa, morador na Rua da Costa, tudo desta Freguezia, de que fiz este assento que assignei. Dia ut supra. O Coadj. Franc.<sup>o</sup> de Mattos Callado. aa) Antonio José de Sousa. Ant.<sup>o</sup> Franc.<sup>o</sup> Carn.<sup>o</sup>

*L.<sup>o</sup> N.<sup>o</sup> 24 da Freguezia de Santos-o-Velho, Baptismos. Fls. 196.*

[Á margem] Gregorio — A 31 de Outubro de 1825 extrahi uma certidão a rep.<sup>to</sup> de Gregorio Fran.<sup>co</sup> de Queiroz. O Coadj.<sup>tor</sup> Ramalho.

Em os dous dias do mez de Fevereiro de mil sette centos e secenta e oito nesta Parr.<sup>al</sup> de Santos baptizei e puz os Santos Oleos a Gregorio, que nasceo em os quatro dias de Janeiro proximo passado, filho de Francisco Jorge de de Asiz baptizado na freg.<sup>a</sup> de S.<sup>ta</sup> Ingracia desta Cid.<sup>de</sup> e de Margarida Mathildes baptizada na Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> do Loreto desta Cid.<sup>e</sup> Recebidos nesta Freguesia e moradores na Rua direita do Poço dos Negros, foi padrinho Luiz Ferrari m.<sup>or</sup> na .freg.<sup>a</sup> das Merções desta Cid.<sup>e</sup> de que fiz este assento. Era ut supra. O Coadj. Fran.<sup>co</sup> de Mattos Callado.

*L.<sup>o</sup> N.<sup>o</sup> 12 dos Obitos da Freguezia de Santa Izabel. Fls. 65 v.<sup>o</sup>*

[Á margem] Gregorio Francisco de Queiroz, casado. Em vinte e nove de Março de mil oitocentos quarenta e cinco, pelas tres horas e meia da tarde na Rua da Madre de Deos numero quarenta e cinco desta Freguezia de S.<sup>ta</sup> Izabel flaleceu com os Sacramentos Gregorio Francisco de Queiroz, Gravador Histo-

conhecidas; José Pedro Xavier; José Galdino de Matos, de quem Cirilo nos diz tê-lo uma paixão levado ao suicidio, empregando para isso o buril do officio. Ainda por pouco tempo, encontrou ahí Nicolau José Baptista Cordeiro, que abandonou a Aula por doença, como também succedera com o seu companheiro Eduardo José de Figueiredo, a quem os medicos mandaram suspender o trabalho (1).

Foram estes os companheiros de Queiroz na sua mocidade e que desapareceram sem deixar nome que perpetuasse o seu valor artistico; apenas pequenos registos lhes conservaram os apelidos e uma ou outra chapa de estudo, abertas sob as vistas e debaixo da direcção do Mestre Joaquim Carneiro da Silva.

Temos portanto Queiroz, ou mais propriamente o Gonella como de começo se assinava, discipulo da Aula Regia. Para ella entrou com o salario de 100 reis diarios, conforme o estipulado no Decreto de 24 de Dezembro de 1760; com esta remuneração se conservou durante cinco annos, até que em 1787 passou a receber 150 reis, salario este que apenas auferio durante os dois ultimos trimestres deste anno, por ter nesta epocha deixado de frequentar a Aula. A sua assiduidade e frequencia, foram bastante irregulares, pois vemo-lo faltar, por doença, real ou pretextada durante todo o anno de 1793, e ainda nos ultimos meses de 1785, em virtude de licença que lhe fora concedida.

A Aula de Joaquim Carneiro da Silva foi encerrada, ou antes, deixou de funcionar, como disse, e ao contrario do que se tem suposto em 1788, e não em 1802, quando da vinda de Bartolozzi, sendo certo que já em 1787, apenas tinha como aprendiz José Galdino de Matos e

---

rico, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, de idade de setenta e sete annos, natural de Lisboa, baptizado na Freguezia de Santos, filho legitimo de Francisco Jorge d'Assis Queiroz e de Margarida Gonella, casado com Dona Maria Ignez de Castro Queiroz, de cujo matrimonio existe assento na dita Freguezia de Santos. Deixou hum filho maior, não fez testamento, jaz no Cemiterio dos Prazeres. De que fiz este termo que assinei. Era ut supra. O Prior — José Jacintho Tavares.

(Este termo, que devia encontrar-se a fls. 62 do referido livro, parece que, por lapso, no lançamento, foi deslocado para fls. 65 v.º, tendo á margem a respectiva cota da licença ecclesiastica.)

(1) No maço de Doc. referente ao anno de 1778 da Imp. Reg. existe um atestado medico por onde se vê que Eduardo José de Figueiredo tem «mal de peito; febre elevada e fastio, tendo que suspender todo o trabalho».

no ano anterior apenas este e Queiroz, que nesta época usava o nome de Gregorio Francisco de Asiz, tendo suprimido o apelido Gonella.

Desta época até 1796, isto é, durante nove anos, pouco consegui apurar, sendo certo que os trabalhos deste periodo, a que já me referi, deixam supôr, com justas razões, que Queiroz frequentou a Aula de desenho e gravura a aguaforte de Jeronimo de Barros Ferreira. Foi certamente este illustre pintor quem preparou Queiroz e, possivelmente, quem influio na sua ida para Londres, para onde o nosso biografado partio, pensionado pelo Estado, em 1796, atendendo certamente ás suas incontestaveis aptidões artisticas.

Antes da partida de Queiroz, ainda o encontrei nma vez, pagando 680 reis da estampagem de uns bilhetes de visita, no ano em 1796, em nome de Gregorio Francisco de Asiz. Este facto deixa-nos supor que só depois da sua chegada a Londres deixou de usar o apelido Asiz para apenas empregar o de Queiroz.

Depois do que fica exposto poder-se á attribuir o apelido Assiz, que nos aparece nesta época em algumas estampas e pequenos registos, como pertencendo a outro artista que não seja o nosso Queiroz? Certamente que não.

De entre os 21 gravadores que freqüentaram a Aula de Carneiro da Silva, no largo espaço de 19 anos (1769 a 1787), tempo de duração da Escola, nenhum gravador aparece com este apelido, além do Gonela, que umas vezes assina Gregorio Francisco de Assiz e outras Gregorio Francisco de Asiz Gonella. Não creio possivel a existencia de dois gravadores, usando os mesmos apelidos e nome, provindos dos nomes de pai, mãe e avós, na mesma época, sem que isso constasse muito claramente das folhas das ferias respectivas, que detalhadamente examinei.

\*

\* \*

O periodo de permanencia de Queiroz, em Londres, é para mim pouco conhecido, sabendo apenas, pelo dizer de Cirilo, que foi três anos discipulo de Francisco Bartolozzi e outros tres trabalhou por sua conta. O exame ás produções artisticas de Queiroz deixa-nos perceber intimas relações de amizade com Francisco Vieira Portuense, delineador de algumas das melhores produções do artista. Esta amizade, certamente adquirida durante a estada em Londres, manteve-se durante a

permanencia dos dois artistas em Inglaterra. O mesmo se pode dizer das suas relações com Domingos de Sequeira, de quem Queiroz abriu uma bela chapa com o retrato do pintor, contendo uma amistosa dedicatória que nos deixa antever estreita amizade entre ambos :

*Á Grande e valerosa Nação Portuguesa. D. O o fiel retrato do immortal Domingos Antonio de Sequeira Inc<sup>o</sup> Academico Romano 1<sup>o</sup> Pintor da Camera e Côrte de S. Mag.<sup>de</sup> Fidelissima Sr dos Reinos Unidos & Gregorio Francisco de Queiroz Director e Mestre da Aula R. de Gravura & Em testemunho eterno da mais cordial amizade (1).*

Quais os motivos ou influencias, que trouxeram Bartolozzi e Queiroz, um como professor e outro como seu ajudante, a Portugal, em 1802, é ponto ainda hoje obscuro, e de que não consegui encontrar, até agora, elementos bastante elucidativos; apenas pela informação de Cirilo (2) sabemos que fôra D. Rodrigo de Sousa Coutinho quem influira na vinda de Bartolozzi, afim de dar execução ás estampas que, desenhadas por Vieira Portuense, serviriam para uma futura e monumental edição dos Lusíadas.

Em 6 de abril de 1802 era enviado para Londres o seguinte officio sem que dele se possam deduzir as razões que motivaram a sua expedição: (3)

«Havendo Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, pelo «seu Real Decreto de 25 de Janeiro do presente anno nomeado a «V. M.<sup>ca</sup> para ajudante do celebre artista Bartolozzi a quem o mesmo «Senhor foi servido nomear para Director da Escola de gravura que «manda estabelecer na Impressão Regia He sua Alteza Real servido «que Vossa Mercê se recolha a este Reyno afim de ser Empregado no «dito exercicio pelo qual haverá 600\$000 reis por anno cujo vencimento terá principio desde o dia em que começar a exercitar a dita «occupação. O que participo a Vossa M.<sup>ca</sup> para sua Intelligencia. Deos «guarde a V. M. Palacio de Queluz 6 de abril de 1802—D. João de «Almeida de Mello e Castro. Senhor Gregorio Francisco de Queiroz».

O que é facto, é ter Queiroz logo em 15 de Janeiro de 1803, pas-

(1) Deste retrato possui uma boa prova o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. João Luis da Fonseca.

(2) Memorias 1823 — pag. 290.

(3) Torre do Tombo—Maço 995 do M.<sup>o</sup> do Reino.

sado recibo da quantia de 300,5000 reis, juntamente com Bartolozzi, e referente aos ordenados de ambos, vencidos no semestre anterior.

Nos semestres seguintes, encontram-se identicos recibos, que provam terem ambos sido pontualmente pagos, já assinando-os directamente, já por por procuração passada a Domingos Antonio Lourenço, que foi porteiro e cobrador da Impressão Regia <sup>(1)</sup>, A procuração de Queiroz, que deixo transcrita, produziu os seus efeitos até 1808.

Qual a causa porque o artista não fôra pessoalmente receber o seu ordenado durante estes quatro anos, vê-se claramente da Consulta de fls. 290 do *Livro de Registo de Consultas da Junta Administrativa da Impressão Regia*. Foi o caso: Em Portaria de 21 de Janeiro de 1808 ordenava o Administrador Geral das Finanças que a Junta suspendesse o pagamento de quaisquer Pensões e Ordinarios «ficando na intelligencia de que se deve somente mandar pagar os ordenados ás pessoas que servem effectivamente e exercido empregos que requerem assistencia pessoal. A Junta sabendo da ausencia do ajudante da Aula, deu cumprimento ao despacho suprimindo-lhe o ordenado. Queiroz não se conformou com a resolução e em seu requerimento á Secretaria de Estado das Finanças expõe as suas razões dizendo: *Que foi á Universidade de Coimbra nas Primaveras e Verões de tres anos passados a desenhar as plantas da Flora Lusitana, o que fez com satisfação do lente de Botanica, tendo satisfeito ao que se lhe encarregou, como Ajudante da Aula de Gravura. No tempo do exercito ele estava em actual serviço debaixo da inspecção do Conde de Sampaio, como poderá informar*».

A Junta contesta estas razões, alegando que além de perceber uma pensão por um logar que não exerce, nem frequenta, auferia mensalmente, pagos pela Universidade, 50,5000 reis a titulo de ajuda de custo o que de forma alguma era justo. Repele as afirmações de Queiroz,

---

(1) O theor dessas procurações, que aparecem mais de uma vez entre os documentos da Impressão Regia, é o seguinte:

*Dou todos os poderes necessarios ao Sor Domingos Antonio Lourenço, para que possa receber do Sor Marcos Aurelio Roiz, Deputado e Thezoureiro da Impressão Regia, e Real Fabrica das Cartas, a importancia do 2º quartel deste anno que levo na folha da Impressão Regia, e poderá assignar na dita folha por mim; para que lhe concedo os poderes necessarios. Lisboa 28 de Abril de 1804 — Gregorio Francisco de Queiroz.*

negando a sua frequência á Aula, e estriba-se num atestado passado pelo proprio Bartolozzi, que nos deixa entrevêr certo ressentimento, pela pouca ou nenhuma assiduidade do seu Ajudante. Assim, tendo a Junta mandado que o Mestre informasse sobre a frequência do seu Ajudante, Bartolozzi respondeu: *Que declarava debaixo de juramento, que o Suplicante jamais ajudava, nem estava em estado de o poder ajudar nas obras da sua profissão, e que ele Bartolozzi tem ajudado ao supplicante em todas as suas gravuras.*

A gravidade desta declaração, que revela antes um certo despeito, que a verdade absoluta, foi aproveitada pela Junta, mas em parte rectificada, alegando que o trabalho da Flora Lusitana é reconhecido perfeito pelo mesmo professor Bartolozzi, que aliaz afirma em a ponderada informação *não estar o suplicante em estado de ajuda-lo, no que parece haver excesso pelo diz declarar isso por sua honra e debaixo de juramento, coisa que não tem muito logar em informação.*

O que é facto é que a Junta não conseguiu tirar a Queiroz o seu logar, nem os seus vencimentos; e, por morte de Bartolozzi, em 1815, é Queiroz nomeado Mestre de Desenho e Gravura, indo ocupar o seu logar com o mesmo vencimento e prerogativas que haviam sido concedidas ao Florentino. (1)

Dos documentos existentes no Arquivo do Ministerio do Reino L<sup>o</sup> 325, da Torre do Tombo e da correspondencia official do Administrador da Regia Oficina Tipográfica temos fatalmente de concluir que Queiroz era homem dotado dum character ambicioso, pouco dado ao trabalho e extremamente vaidoso da sua pessoa. Abandonára a Aula e os Discípulos, fazendo repetidas e por vezes impertinentes exigencias

(1) O alvará de nomeação é o seguinte :

«Conformando me com a Proposta do Administrador Geral do Erario do Reino de Portugal Hey por bem promover a Gregorio Francisco de Queiroz substituto da Aula de Gravura, estabelecida na Impressão Regia, ao lugar de Director e Mestre da dita Aula, vago pelo fallecimento de Francisco Bartolozzi que exercia com todos os encargos e incumbencias que tinha o sobre-dito Bartolozzi, declarados no Decreto de 25 de Janeiro de 1812, vencendo o ordenado que lhe compete, pago pela folha respectiva. O Marquez de Aguiar do Conselho de Estado, Presidente do Real Erario o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio de Santa Cruz, 15 de Novembro de 1815 (com a rubrica do Principe Regente).

*Torre do Tombo, Maço citado 995.*

de ajudas de custo, que irritavam o Administrador Geral, Joaquim Xavier Annes da Costa, homem ponderado e fiel cumpridor dos seus deveres e obrigações, zeloso defensor dos interesses do Estado, que lhe estavam confiados.

A obra artistica de Queiroz, conquanto vasta e perfeita, é na sua maioria empregada, em lisongear politicos, ou pessoas de elevada categoria social, que o podiam relevar em suas faltas, ou auxiliar nas suas ambiciosas pretensões. Quando se tratava de executar trabalho obrigatorio e inerente ao seu cargo esquiava-se, tendo até de ser compelido, sob ameaça de suspensão de vencimentos, como aconteceu na encomenda feita pelo Govêrno em 1822, para a abertura de chapas de Modelos ou Figurinos de uniformes dos Ministros e Secretarios de Estado. Essa obra, que desconheço o que não figura em nenhuma das preciosas colecções de estampas que tenho examinado, mas que devia ser importante, foi avaliada segundo conta detalhada, que se encontra junto do Avizo de 24 de Abril de 1822, na elevada importancia de 868\$380 reis, proveniente de materiais e mão d'obra a ela destinados <sup>(1)</sup>.

Sete meses depois em 11 de Novembro de 1822, Filipe Ferreira de Araujo e Castro, expede o seguinte ilucidativo Aviso dirigido ao Administrador da Impressão Regia: *Manda El-Rei N. S. que o Admi-*

(1) Despesa da gravura e das chapas e mais artigos necessarios para se estamparem os modelos ou Figurinos de Uniformes dos Ministros e Secretarios de Estado e Corpo diplomatico.

Pela gravura de 19 chapas em Metal.....	36\$480
Por mais 2 e com muitas letras d°.....	9\$600
Pelos 8 figurinhos .....	32\$000
Por 29 chapas de cobre, Inglezas na forma .....	139\$200
Por 6 libras de agua forte.....	13\$100
sendo 29 as estampas e 400 os exemplares e so-	
mando-se na sua totalidade	11.600
Estampas a 30rs de estampar cada huma Importa..	348\$000
Por estampar 11.600 estampas devendo ser em papel	
Inglez de desenhar e sendo necessarias 2.900 fo-	
lhas a preço de 100rs a folha Importa .....	290\$000
Somma rs.....	868\$380

a) Gaspar Feleciano de Moraes

*nistrador da Imprensa, declare ao Gravador Gregorio Francisco de Queiroz, que tem ordem para suspender o seu ordenado, no caso de não apresentar em 15 dias a gravura dos figurinos de que está incumbido há tempos. Só então Queiroz se resolveu a concluir e entregar o trabalho.*

Em 1822 trabalhava Queiroz na Aula de Desenho, Gravura e Escultura dirigida por Duarte José Fava, como Mestre da respectiva cadeira. A casa da Aula funcionava na habitação do gravador e este facto foi causa de não poucos dissabores e desinteligencias como veremos. Nessa Aula, foram seus discipulos, João José dos Santos, José Maria da Cunha d'Eça, Gregorio José de Queiroz (filho do mestre) e Joaquim Carlos de Moraes Monteiro, não tendo sido ali matriculados quaisquer outros até o estabelecimento da Academia das Belas Artes em 1836. Durante tres anos foi esse curso seguindo, sem grandes atritos apparentes, até que em 18 de setembro de 1826 é nomeado Director das tres Aulas João José Ferreira de Sousa, tenente coronel de Engenheiros, disciplinador e zeloso organizador dos serviços publicos. É desta epoca o periodo mais agitado da vida de Queiroz. Ainda que um pouco longa a sua historia julgo-a importante subsidio para o estudo da gravura em Portugal; não quero porisso deixar de a ela me referir mais de espaço, tanto mais que os documentos que passo a transcrever, se conservam inéditos no referido Arquivo da Torre do Tombo maço 995.

Ferreira de Sousa elaborou, com a sua entrada, um vasto projecto Regulamento que abrangia não só a Aula de gravura mas tambem as de Desenho e Escultura pretendendo com ele dar unidade ao ensino das Belas Artes, pela reunião em um só edificio, das tres cadeiras. A aula de gravura, a mais difficil de fiscalizar porisso que se encontrava estabelecida na residencia particular do Professor, (creio que no convento dos Caetanos ao Bairro Alto) mereceu-lhe mais disveladas atenções. Factos graves, como o de receberem os discipulos os seus salarios sem que frequentassem as Aulas, pondo o Mestre o seu visto nas folhas de ordenados, levaram o novo Director a compellir Queiroz ao cumprimento dos seus deveres não autorizando pagamentos de salarios, ou ordenados, incluindo o do proprio Mestre, sem o seu visto nas respectivas folhas. Queiroz não acata as disposições do Decreto que nomeára Ferreira de Sousa Director das Aulas e responde inconvenientemente aos quesitos que o mesmo lhe formulára para elaboração do já citado Regulamento. Annes da Costa faz causa comum, como aliás

lhe cumpria, com o novo Director e não autoriza o pagamento dos vencimentos. Isto dá logar a violentos officios e a retaliações vergonhosas da parte de Queiroz, que insoburdina os proprios discipulos, levando-os a rebelarem-se contra a autoridade legalmente nomeada. As respostas aos quesitos referidos, definem o caracter voluntarioso do artista. A sua extensão inibe-me de os transcrever na integra. Para documentação do exposto, apenas transcreverei o sexto quesito e sua resposta.

«Emquanto ao 6.<sup>o</sup> Quesito que diz: «Quantos os discipulos, seus nomes, idade e tempo de frequencia e se o seu numero he determinado por lei: — R. Contem 5 outros quesitos aos quais responderei como me fôr possivel: em respeito ao 1.<sup>o</sup> — são 4. Em resposta ao 2.<sup>o</sup> chama-se João José dos Santos, Gregorio José de Queiroz, José Maria da Cunha d'Eça e Joaquim Carlos de Moraes Monteiro. Em resposta ao 3.<sup>o</sup> só posso responder depois de os ter obrigado a apresentarem-me a sua certidão de baptismo se V. S.<sup>a</sup> me concidera autorizado para constrangellos a este acto, depois do Governo mos haver mandado ensinar sem este requisito. Ao 4.<sup>o</sup> o tempo da sua frequencia data dos respectivos Avisos á face dos quaes forão logo matriculados, e em respeito ao 5.<sup>o</sup>, sendo mais proprio e mais conforme com o talento, estudos e conhecimentos que andão connexos com a scientifica profissão que V. S.<sup>a</sup> exerce a noticia e conhec.<sup>os</sup> das Leys do que com aqueles limitados q. pessue hum pobre artista cujo fim principal hé só.<sup>o</sup> saber manejar o buril; V. S. desconhece se ha ou não ley q. determine q.<sup>1</sup> o numero dos Discipulos da Aula de Gravura, como posso eu conhecello.»

Estas respostas desabridas e zombeteiras, deram origem á justa indignação de Ferreira de Souza e á suspensão de vencimentos e do logar a Queiroz obrigando-o humilhar-se, descendo do seu pedestal de altivez. Em 20 de novembro de 1826 dirigia Ferreira de Sousa ao ministro Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato o seguinte officio:

«Huma carreira militar de 26 annos completos, sem huma prisão, «nem a menor advertencia dos meus superiores no desempenho das «minhas obrigações, me tem constituido como subdito, hum fiel executor das ordens que me são communicadas, mas como superior sempre tenho exigido a mais severa subordinação, em tudo quanto é relativo ao serviço; estas qualidades, que tenho a fortuna de possuir, «nunca soffrerão o minimo ataque, mas infelizmente hoje estou insultado de maneira tal que me seria indecoroso, se não pedisse a V. Ex.<sup>a</sup>

«licença para requerer á Ser.<sup>ma</sup> Sn.<sup>a</sup> Infante Reg.<sup>o</sup> a demissão de Director da Aula de Gravura emquanto fôr regida pelo professor Gregorio Francisco de Queiroz. Não é só a mim que se dirigem os insultos contidos na inclusa resposta dada pelo dito Professor aos meus quesitos. V. Ex.<sup>a</sup> que se dignou encarregar-me do exame circuncenciado destes uteis e necessarios estabelecimentos e que me ordenou levasse á Prezença de S. Alteza Serenissima o relatorio do estado dos mesmos, os seus vicios e melhoramentos, V. Ex.<sup>a</sup> seguramente procurou saber se eu era digno de desempenhar esta honrosa comissão. He para a prehencher que eu em Nome de S. Alteza Ser.<sup>ma</sup> fiz os quesitos que me podião esclarecer, he portanto tambem á autoridade q. me manda q. as respostas se dirigem, chegando até a abusar das palavras de que V. Ex.<sup>a</sup> se servio para o obrigar a promptamente responder. V. Ex.<sup>a</sup> me permittirá avançar que jamais me poderei encontrar com o sobredito professor, sem me expôr a cometer algum excesso, que a minha razão não tenha força de reprimir, podendo hum momento decidir de minha sorte. . . . .»

Queiroz suspenso de exercicio e vencimentos procurou justificar-se em seus officios de 13 de Dezembro de 1826 dirigidos á Regente e ao proprio Ferreira de Sousa. Reflectio e ponderou o desconchavo das respostas e dobrou o seu orgulho, respondendo correctamente aos quesitos, pedindo perdão da forma como respondera. Assim no officio dirigido a Ferreira de Sousa diz: «Permitta-me V. S.<sup>a</sup> lhe rogue que no caso em que ella não encontre tudo quanto deseja e convenha aos seus fins, ou que algumas das minhas impressões não vão dirigidas e organisadas no sentido ou formalidade, a que eu por dever seja obrigado; ou V. S.<sup>a</sup> pertenda, me faça a graça especial de manifestar-mo para que eu no primeiro caso possa de novo esforçar-me em satisfazer como me for possivel qualquer falta involuntaria, e no segundo trate pronta e sincera e francamente de emendar o erro desculpavel que de minhas poucas luzes, pratica e talentos mais proprios no commum daquelles q. se dedicão ás sciencias do que se applicão ás artes possa ter ocorrido.»

O seu officio á Regente são verdadeiros actos de contrição e humidade, nada transparecendo nele que revele a minima parcella de altivez. Em 1830 consegue Ferreira e Sousa apresentar o projecto de Regulamento resalvando, com as suas disciplinadoras disposições, qualquer nova revolta do irriquieto professor, que já se encontrava exercendo

novamente o seu cargo. Queiroz, não podendo lutar contra o Director das Aulas, continuava as suas exigencias de ajudas de custo e descarrega o seu mau humor no Administrador da Imprensa Regia. Assim vemos da abundante correspondencia do Administrador Geral da Imprensa, em 1831, seguir a um novo pedido de ajuda de custo, a titulo de despesas feitas, com doença própria e de sua esposa, o Administrador informar, no violento officio de 11 de Agosto, que, embora um pouco extenso, não posso deixar de reproduzir para plena confirmação dos factos:

#### Aviso

Sendo presente a El-Rei Nosso Senhor, a representação de V. S.<sup>a</sup>, na data de 6 do corrente, sobre a escala dos pagamentos, que se acha estabelecida na Imprensa Regia, para debaixo da regularidade poder cada hum receber o que lhe compete, pedindo V. S.<sup>a</sup> a confirmação da sobredita escala, para assim se evitarem pretensões a ella contrárias: He sua Magestade servido ordenar que se observe o estilo constantemente praticado na mencionada impressão Regia ácerca da ordem dos mencionados pagamentos. O que participo a V. S.<sup>a</sup> para sua intelligencia e execução. Deus guarde a V. S.<sup>a</sup> Palacio de Queluz em 9 de Agosto de 1831. Conde de Basto.

#### Representação a que faz menção o aviso supra

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr.—É com a maior repugnancia, que peço a V. Ex.<sup>a</sup> licença para levar ao seu vasto conhecimento, o que acaba de acontecer-me com o Mestre da Aula da Gravura Gregorio Francisco de Queiroz, e com alguns dos seus discipulos.

Veio este homem entregar-me um aviso de V. Ex.<sup>a</sup> com fecho de dois do mez proximo passado, ordenando que pelo Cofre da Imprensa Regia se satisfizesse ao dito mestre, o premio ou ajuda de custo de 40\$000 reis, por haver terminado o tempo de aprendiz João José dos Santos; e exigindo logo o respectivo pagamento, respondi-lhe que não podia já satisfazer-lhe, por não ter necessarios fundos, mas que em havendo occasião mandaria avizal-o para vir receber. Voltou dalli a poucos dias e pela mesma razão se lhe deu igual resposta, accrescentando, que se a entrada do fim do mez o permittisse, então seria attendido. Veio com effeito no fim do mez, e tendo sido tão mesquinhas as entradas, que apenas foram sufficientes para a solução das ferias e

quota estipulada ao fornecedor de papel, que se havia comprado a pagamento em epochas fixas e determinadas, mandei-lhe dizer que tivesse a paciencia de esperar para o seguinte, ou ainda primeiro, no caso de se anteciparem os meios, que naquele momento me faltavão.

Todas estas razões parece que deviam satisfaze-lo, mas não aconteceu assim, porque entrou a gritar, proferindo que mangavão d'elle, e outras expressões dignas do seu orgulho, genio e educação, protestando queixar-se a V. Ex.<sup>a</sup>

Não era sómente a gratificação que elle exigia, era tambem o pagamento dos 100\$000 reis, pelo primeiro semestre das rendas da aula, ou das casas em que com ella habita, das quais é proprietário. Depois do expendido é dever meu chamar a muito prudente iluminada e justíssima attenção de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o seguinte: Que os pagamentos da Impressão Regia, estão mui justa e consideradamente estabelecidos assim:

Em primeiro lugar paga-se aos fornecedores dos generos indispensaveis, como papel, oleo de linhaça, azeite, carvão, lenha & &. Em segundo lugar pagão-se sumariamente as ferias da officina; Real Fabrica de Cartas e fundição de typos, pois que seria injusto e até escandaloso, e de pessimas consequencias, não se pagar aos que pelo suor do seu rosto e trabalhos sustentão suas familias e estes Reaes Estabelecimentos; dando-se preferencias aos que como empregados na Aula, nunca lhe deram de lucro o valor de hum só ceutil, mas sim a perda até ao dia d'hoje da enorme quantia de reis 43.051\$740; sendo este o maior flagello e prejuizo que tem soffrido a Impressão Regia, desde o fatal estabelecimento de tão malfadaça, ou dirigida Aula. 3.º Os ordenados, pensões e vencimentos mensaes aos que diariamente se empregão na Administração, direcção e escrituração. 4.º e finalmente, a Aula, o Mestre, os discipulos e as esmolas que por aqui se tem dado ás viuvas ou irmans dos que tem servido muitos annos por seus officios, ou logar na Impressão Regia.

Em remate desta longa e para mim fastidiosa Representação, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> que em attenção aos incalculaveis e indiziveis serviços, que com tanta dedicação e zelo tenho feito a S. Mag<sup>e</sup>, podendo repetir-lhe em verdade o *«zelus domus tua concedit me, et opprobria exprobantium tibi acciderunt super me!!* se digne de a fazer presente ao mesmo Augusto e benigno Senhor, pedindo a confirmação da sobredita escala de pagamentos para com ella responder a tantos zangãos, que não fazem mais do que chupar o mel desta amortecida colmeia.

Deos guarde a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> m.<sup>s</sup> an.<sup>s</sup> Lisboa 6 de Agosto de 1831.  
 Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr Conde de Basto. O Administrador Geral. *Joaquim Xavier Annes da Costa.*»

E não se pense que este documento é unico ou proveniente apenas de uma má vontade do Administrador Geral. Desde 1804, em que começam a aparecer as primeiras divergencias entre a Junta da Impressão e o Mestre da Aula da Gravura, até 1831, as queixas contra Queiroz, pela sua falta de assiduidade ao trabalho são manifestadas amplamente na vasta correspondencia arquivada, que consultei, e em outra de que apenas tive referencias. Nem uma só palavra de louvor, nem um só voto de congratulação. E, quando houvesse suspeita de parcialidade ou excesso entre tantos e tão preciosos documentos, sobrelevava a opinião do velho e honrado Bartolozzi (1), que já deixei transcrita.

Basta, todavia, compulsar nos livros que apontei os officios e avisos de 27 de Outubro de 1804; 22 de Junho de 1808; 15 de Junho de 1816; 3 de Fevereiro de 1819; 13 de Janeiro, 24 de Abril e 11 e 20 de Novembro de 1822; 3, 6 e 12 de maio de 1823; 3 de setembro de 1825 e o de 11 de Agosto de 1831, para termos a prova cabal destes lamentaveis factos.

A influencia politica, de que dispoz Queiroz, artificiosamente manejada com a ponta delicada do seu buril, manifesta-se em todos os actos

---

(1) O adjectivo *hourado* que mais duma vez tenho empregado, qualificando o artista florentino, não é apenas uma afirmação gratuita. A informação dada pelo thezoureiro da I. R., Joaquim Escopezzi, em 1816, deixa ver bem claramente a consideração em que tinha Bartolozzi como funcionario. Nessa informação, que se opõe á concessão de uma ajuda de custo pedida por Queiroz, diz o thezoureiro : «*Em Cumprimento da Portaria de 11 do corrente lançada no requerimento junto do Director e Mestre da Aula de Gravura Gregorio Francisco de Queiroz em que pede se lhe dê pelo cofre desta Repartição huma ajuda de custo por se remir das despesas que fez com o curativo da molestia que padeceo e sua mulher, devo, em obsequio da verdade dizer, que o sup.<sup>e</sup> não tem direito algum a semelhante ajuda de custo, tanto porque até ao presente nada tem feito mais do que receber 600\$000 reis de pensão annual, como porque até ao presente não ha exemplo de se terem dado ajudas de custo, por molestia a Empregado algum desta Repartição, mais do que huma de 100\$000 reis que em consequencia de ordens immediatas de S. A. R. se mandou dar por Portaria de 2 de Março do anno passado, ao defunto Bartolozzi attendendo a ser hum estrangeiro enfermo, que esteve no actual exercicio da sua Aula até ao ultimo instante da sua vida e outra.....*»

Este paralelo curioso é estabelecido em mais de um documento.

da sua vida. Ambicioso de proventos, a que não tinha direito, pretendeu e alcançou também um lugar de honra, que nada justifica, especialmente na época em que o conseguiu: Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo. A sua Carta de Nomeação, alcançada com o especial favor de isenção nas provanças, revela-nos bem essa influencia, que considero uma das causas primordiais da decadência da arte, pela forma como foi alimentar a vaidade e o orgulho do artista, que apenas devia zelar pelo progresso nos estudos daqueles que o Estado, com manifesto sacrificio, lhe havia confiado (1).

Precorremos a largas passadas a vida de um artista, que se por um lado é digno da nossa admiração, ante os primores da sua concepção artistica, por outro merece a reprovação de todos os que imparcialmente queiram fazer justiça, ao verem o abandono a que foi votada uma arte, por quem tinha a obrigação da sua manutenção e prosperidade futuras. A documentação que tive a honra de ler a V. Ex.<sup>as</sup> e, aquela que por extensa e fastidiosa me abstenho de reproduzir, extraída dos documentos officiais, levam-me a attribuir a Gregorio Francisco de Assis

---

(1) Carta de Nomeação de Cavalleiro professo da Ordem de Christo, com isenção nas provanças.

(Torre do Tombo - Ordem de Cristo Maço 6 N.º 47.)

Attendendo ao que Me representou Gregorio Francisco de Queiroz: Hei por bem dispensar nas Provanças e habilitaçoes de sua pessoa, e have-lo por habilitado para receber o Habito da Ordem de Christo de que lhe fiz Mercê, dispensando-o outrosim da apresentação de quaisquer certidoens e Folhas corridas que deveria ajuntar. E para que na Igreja de Nossa Senhora da Luz, extramuros da cidade de Lisboa, possa receber, e logo professar o dito Habito, sem embargo dos estatutos e Definiçoens da dita ordem em contrario; a Mesa da Consciencia e Ordens o tenha assim entendido e lhe mande passar os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Fevereiro de mil oitocentos e dezenove (com a rubrica de El Rei)

(Rego a fls 4) [no verso]

V.<sup>to</sup> que pelo Decreto de 3 de Fevereiro de 1819 se acha Gregorio Francisco de Queiroz, dispensado das provanças e habilitaçoes de sua pessoa e havel-o por habilitado para receber o Habito da Ordem de Christo de que S. Mag<sup>de</sup> lhe fez Mercê: o julção por habilitado para receber o dito Habito: E mandão se lhe passe sua certidão em forma, segundo o estillo, Meza 18 de Setembro de 1819 (logar de 2 rubricas de Juizes).

Por Portaria do Secretario de Estado Thomaz Antonio de Villa Nova de Portugal, de 3 de Fevereiro de 1819.

e Queiroz a responsabilidade quazi exclusiva da decadencia da arte de gravar em chapa de metal, no nosso paiz.

Mestre da principal aula de Gravura, em Portugal, durante vinte anos, a sua incúria e desleixo, afugentou os discipulos, dispersando elementos que em mãos cuidadosas sairiam artistas de merito, concorrendo com os proprios estrangeiros.

Disse.

---

# NOVAS DA ÍNDIA ORIENTAL

ANO DE 1655

## PORTUGUESES E HOLANDESES

RELAÇÃO CONTEMPORÂNEA (1)

PUBLICADA E ANOTADA

POR

C. R. BOXER

SÓCIO CORRESPONDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

«Annos ha que as cousas deste Estado não prometteram melhores successos, e por nossa disposição nunca tiveram peores fins. Representou o ingles ao Conde de Obidos que seria bom juntar-se seu poder e o nosso contra o hollandez, (2), e pedindo toda a rasão do Estado que se aceitasse o offerecimento, acharam rasões (que sempre as acham para nos perdemos) com que se escusaram do offerecimento. (3) Deposto o Conde lançou mão o Governador Dom Braz de Castro da occasião e aceitou ao ingles o partido, porque sabendo este que os galeões estavam desaparelhados, e que tarde poderiam sahir, tratou de acudir ás naus que tinha na Persia: porque o hollandez de tudo teve noticia, juntou quantas vellas pode escusar no Sul, e encontrando-se com o ingles no Sinde o desbaratou, e daqui se veio refazer a Surrate com trese vellas. Neste tempo se aprestaram os nossos cinco galeões, e já muito tarde partiram para Ceilão com cinco galeotas de mantimento. Foi para Capitão-mor Antonio Pereira no galeão *Nazareth*, almirante

---

(1) BIBLIOTECA DE EVORA. *Cod. C. V. 2-15, fol. 46. Col: de Mss.*

(2) Holanda e Inglaterra estiveram em guerra de 1652 a 1654.

(3) Para as negociações entre os ingleses e portugueses vide Foster-*English Factories in India, 1651-1654.*

Alvaro de Nobais <sup>(4)</sup> no galeão *São João Perola*; Dom Antonio Sotto maior em *Santo Antonio*; Francisco Machado Deça em *São José*; e Antonio de Abreu em *São Felippe*, capitães a que sua Magestade entregou os ditos galeões em Lisboa, excepto Dom Antonio que foi nomeado na India. Viram terra de Ceilão a vinte e dois de Março, e avistaram Collumbo a vinte e tres. Estavam na barra 3 naus hollandezas, <sup>(5)</sup> duas de bom porte, e bem artilhadas, que em vendo os nossos trataram de segurar o barlavento, fiados em sua ligeireza, poder e resolução; o nosso Capitão-mór com o mesmo intento se foi tendo na volta de Galle e acalmando o vento lhe atirou peça de desafio, a que o inimigo respondeo, posto que nas duas naus, almirante e fiscal, se vio claramente que refusavam o jogo; pelas onze do dia refrescou o vento, e não podendo o hollandez escuzar a batalha por estar á terra, e os nossos com boa prôa, foi dando e recebendo cargas até que o nosso almirante pôs a prôa na almirante inimiga dando lhe tal cargo ao atracar, por levar boa artilheria que esteve sossobrada, e a ser em outros mares ali ficava, e querendo a capitanea hollandeza <sup>(6)</sup> fazer uma volta por se ver cercada do galeão *Nazareth* e *São Filippe*, a nossa lhe pôs a prôa. Não quizera passar daqui por não referir nossas desordens occasionadas talvez do valor sobejo, sabendo que brigamos com um pirata destro e soberbo com seus successos bons, posto que em vendo galeões nossos perde o teino. Trazia o hollandes muita e boa gente, tirada do presidio de Negumbo, em uma nau afra-gatada de quarenta peças para cima, e um valente capitão-mor, <sup>(7)</sup> e vendo o nosso já atracado, dizem que por não vêr muita resolução, por que levava poucos soldados velhos da India, se deu por obrigado a saltar na nau inimiga, e querem que 3 a 4 veses. Da primeira o feriram com um pique em uma perna, mas não fazendo caso da ferida, com o valor sobejo que o animava, vendo que o Capitão

---

<sup>(4)</sup> Álvaro de Novais foi capitão-de-mar-e-guerra na frota de 22 velas que saíu de Lisboa em 21.7.1643, sob o comando de António Teles. (J. Araujo: — «Successos militares dos Portugueses», 1644).

<sup>(5)</sup> *Windthond* (=galgo) capitanea; 2. *Renocer* (=rinoceronte) almiranta; *Drommedaris* — Fiscal.

<sup>(6)</sup> Isto é — *Windthond*.

<sup>(7)</sup> CORNELIS DE GILDE, por nome. Como se vê adiante, foi morto num duelo com o valente capitão-mor português António Pereira.

hollandes com resolução ajuntava os seus para resistir aos nossos que o entravam com estoque e broquel, se medio o nosso com elle, e passando pelo pescoço o matou; o capitão a breve se foi pelo outro bordo, dando cargas ao inimigo ate chegar a tirar a seradeira sem apparecer já hollandez; mas não faltou soldado que lhe disse que aquella estava rendida, occasião de ir ancorar pela prôa donde a servio com algumas pelouradas. Pedio um hollandes quartel, e um nosso soldado o despachou com uma mosquetada, tal é a nossa milicia; e passadas já quatro ou cinco horas, cortadas as enxarcias do inimigo e desfeita a sua não a pelouradas, chegou o capitão-mor a bordo, e um bisonho ou barbaro nomeando lhe gritou que se afastasse, e como o trasiam de olho neste tempo lhe deram com um pelouro de cravina por uma verilha, de que em espaço de uma hora morreo; alguns dizem que já trazia outro no corpo, e nelle acabou um dos valentes homens que passaram á India, sendo já tão poucos os inimigos, que se tem por certo escaparam só cinco nesta nau. Com esta confusão, como sempre entre nós em semelhantes casos, por não irem nunca vias abertas ou successões determinadas, contra uzo de todas as nações, arriscado a quantas desgraças temos experimentado, teve logar o inimigo para cortar o arpéu, e levado dos mares foi dar á costa perto de Negumbo. O Capitão Nobais botou gente na nau hollandeza (8), fasendo se senhor dos altos della, e chegando se Dom Antonio lhe disseram que estava rendida, que buscasse outra; e ferindo depois o nosso almirante com um pelouro em um braço, de que morreu em Columbo para se curar digo recolhendo-se para se curar, mortos já muitos hollandezes, a nau se desatracou levando nos cinco soldados, e alguns dão por mortos, e como não levava enxarceas nem vellame tambem foi dar á costa. Francisco Machado d'Eça seguiu a terceira (9), porem fugindo se meteu em Nigumbo. O geral de Ceilão Francisco de Mello de Castro mandou reconhecer o que era, e foram lhe dizer que hollandeses que se brindavam (*sic*). Os galeões aos 24 metteram o soccorro em Columbo, e por não terem ordem para invernar, descarregando o que levavam, voltaram para Goa, vindo por cabo Anto-

(8) Isto é, na nau holandesa almiranta, — a *Renocer*.

(9) A *Drommedaris*.

nio de Abreu, capitão mais velho; no *Nazareth* Urbano Fialho<sup>(40)</sup>, e em *São João* Nuno de Mello, precedendo varias differendas entre os capitães, por quererem todos o maior logar, que vieram a ser a cauza da sua e nossa perdição.

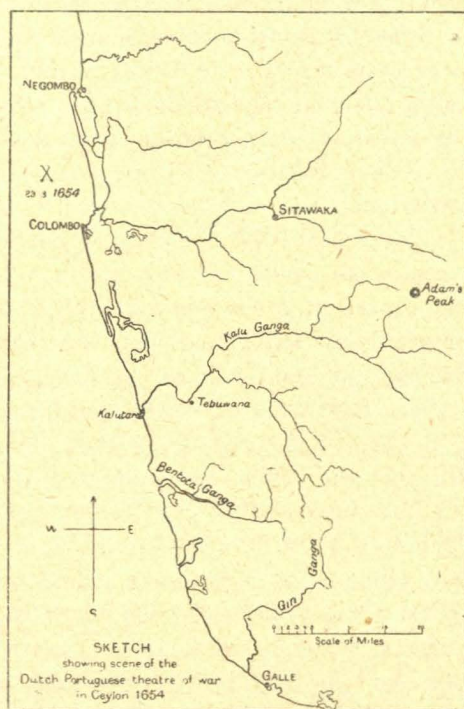
Tanto que em Ceilão houve noticia da ida dos galeões, cuidando como deviam que fosse o bom tempo com a proa em Galle, prevendo que os inimigos, estando elles alli, só por terra lhe poderiam metter soccorro, mandou o geral o nosso arraial que se avizinhasse a Galle para lh'o impedir, e vendo os do arraial a tardança, alem de haver 3 dias naturaes que não comiam, voltaram para Nigumbo; mas o inimigo hollandez em Calaturé sabendo o estado em que vinham, no mesmo tempo que os galeões brigavam lhe sahio ao encontro, e tais estavam os nossos pela fraqueza de corpo, mas não de animo, lhes foi necessario brigar de joelhos e sentados. Perdeo o inimigo neste encontro 200 homens, morrendo dos nossos sete ou oito; mas como a nossa gente vinha tão dibilitada não pôde seguir a victoria, e o holandez por não perder Galle, para onde divinhava se encaminhavam nossos intentos, deixando a artilharia com o mais, cortando pontes pelo não seguirem, desamparou Calaturé, sitio forte que tinha bem fortificado, e se retirou a Galle. Requereram em Columbo que os capitães dos galeões fizessem uma volta sobre Negumbo, donde se sabia não chegarem os hollandeses a cincoenta, e irem tirando a artilheria para se retirarem com o mais, e se viram que os galeões emproavam naquella barra, sem duvida o fizeram, mas como se não obedeciam nada effectuavam. Avizaram os Dissavas ou capitães das Camaras ao geral que o hollandez se tinha retirado a Galle, que se fizesse senhor das terras como podia, tomando os rios, mas ou por falta de mantimento ou de resolução, chamando todos, nada se obrou. De Negumbo fugiram alguns hollandeses para nós, outros morreram de fome, e vieram a ficar até vinte, offereciam os naturaes da terra e presioneiros a praça, e por muitas instancias que se fizeram não acabou o geral de mandar um esquadrão a cuja visita somente se queriam entregar.

Todas estas desgraças foram consequencias da morte de António

---

(40) Urbano Fialho [Ferreira] foi capitão-mor de Cranganor em 1662, quando esta praça foi tomada pelos holandeses. Morreo de muitos ferimentos, depois de uma tenaz resistência.

Barreto Pereira, que nada mais levava no animo que ir sobre Galle, posto que o não tinha por regimento, e concluir de uma vez com Holanda em Ceilão, onde havia boa soldadesca, e elle levava 900 homens nos galeões, e só de matricula 780; mas como Deus não levou ainda mão do castigo da India, pelo mesmo caminho por onde esperavamos



COSTA OCIDENTAL DE CEILÃO, SEGUNDO AS CARTAS DO ALMIRANTADO INGLÊS  
TEATRO DA GUERRA LUSO-HOLANDESA EM 1654  
(Gravura da cópia de C. R. Boxer, reduzida a 1/3)

os bons sucessos nos vieram maiores desgraças, por que o hollandes partio de Surrate com 11 vellas <sup>(11)</sup> bem artilhadas, e estando alguns dias em Achará, não faltando nesta cidade notícia, posto que incerta,

(11) Sob o commando do célebre Rijckloff van Goens. Eram as naus: (1) *Muyden*, (2) *Weese*, (3) *Avenhoom*, (4) *Sluys*, (5) *Popkensburch*, (6) *Cabeljauw*, (7) *Hulst*, (8) *Saphier*, (9) *Gekroonde Leeuw*, (10) *Konrijn*, (11) *Zijdevorm*. A *Zijdevorm* foi uma nau inglesa tomada no gólfo pérsico em 1653.

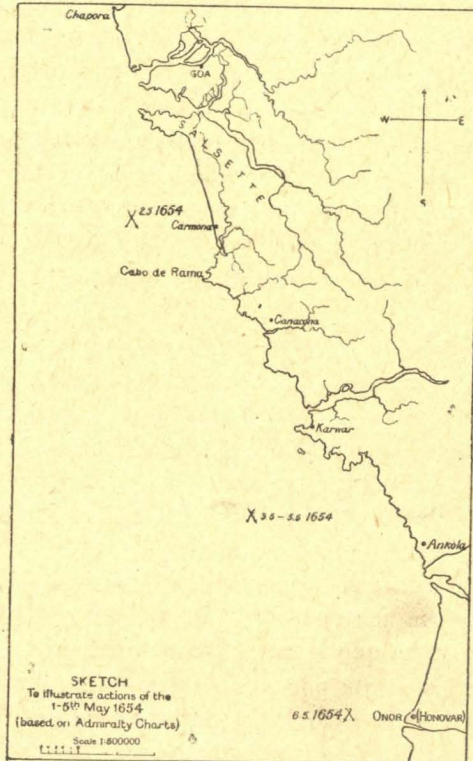
temarariamente se despedio para o norte a cafila acompanhada de poucos navios da armada, que mal providos iam invernar a Chaul, e tendo vista do inimigo, sem os navios chatins terem outro acordo, á vella o remo deram á costa os mais delles, não sendo poderoso o cabo João Sarmiento <sup>(12)</sup> para os obrigar a seguirem, posto que algumas vezes fez rosto a um pataxo, e algumas lanchas, que eram sós os que o perseguiam, por que estes baneanes nenhum acordo tem em semelhantes occasiões. Em fim na costa ficavam alguns 40 barcos e poucos da cafila escaparam; o inimigo queimou os mais delles, e o fato por se não deter; e chegando as novas a Gôa não faltou quem nesta confusão lembrasse o aviso que se devia fazer aos galeões, pois que era moralmente certo que se vinham encontrar com os inimigos, e com facilidade se podiam furtar a volta fazendo-se ao mar quando julgassem terem desigual partido; mas como nestes repentes nem a todos subeja o conselho, havendo tempo para tudo nada se fez, e aos 2 de maio, estando já o inimigo defronte desta barra, teve vista dos primeiros na altura do Cabo de Rama, por que crescendo as desconfianças entre os capitães, Antonio de Abreu que vinha em barco mais ligeiro <sup>(13)</sup> sem reparar em ser o cabo delles, e nas noticias que tinha de andarem os holandeses no norte, por que antes de partir de Goa se soube terem passado algumas naus, desconfiadas dos termos dos outros capitães, se veio diante, seguindo-o Francisco Machado, e já á vista do inimigo sem mais conselho, tendo este leguas de distancia, e podendo voltar em demanda dos seus. pôs a prôa nas praias de Salsete, e com pouca resistencia deu á costa, tendo já recebida uma carta do governador, segundo se affirma, em que lhe dizia que brigasse, por que logo lhe acudia com socorro, como com effeito acudio com quanto poude, couzas em que não acho desculpa a este capitão; primeira em se adiantar por mais desconfianças que tivesse, segundo em não voltar atraz, podendo e devendo-o fazer para se unir com os seus, por que depois de chocar com os inimigos, como trazia fraco barco, ruim artilheria e pouca gente por sua raim condição, ainda que brigasse valeroso, como podia fazer por mais tempo, não me espanto que o acobardasse a vista

---

(12) João Sarmiento tinha aprisionado, alguns meses antes, um pataxo holandês chamado *Maagd van Dort* (Donzela de Dort) na barra de Surrate.

(13) *São Felipe* e *Sant'Iago*.

de 11 vellas. O Capitão Machado deu e recebeu cargas das duas até ás seis<sup>da</sup> da tarde, e pondo algumas vezes a prôa no inimigo o desafiou a atracar; porem o hollandes que tinha o jogo seguro, e é menos arremessado do que nós somos, sempre se desviou do choque, até que veio a descahir tanto, que, ou pelo mau exemplo de seu cabo, ou por



COSTA OCIDENTAL DA PENÍNSULA INDUSTÂNICA SEGUNDO AS CARTAS DO ALMIRANTADO INGLÊS, INDICANDO AS ACÇÕES DE 1 A 5-5-1654 (Gravura da cópia C. R. Boxer, reduzida a 1/3)

lhe faltar vento veio a tocar perto de outro galeão nas praias de Carmona, onde ambos se queimaram salvando-se a gente.

Continuou o inimigo sua viagem, e defronte de Ancolá encontrou algum tanto divididos Dom Antonio <sup>(14)</sup> e Nunç de Mello. <sup>(15)</sup> Dom

(14) Em Santo António (de Mazagão).

(15) Em São João (Pérola).

Antonio nesta ultima desesperação o fez como cavalleiro, brigando com toda a resolução com metnde da esquadra do inimigo, e com duas capitainas carregou sobre os dous galeões. Durou a briga a maior parte do dia, perdendo D. Antonio pouca gente, por ter galeão forte e feito na India, e por não cahir na costa lançou ferro, e tal carga deu a uma das capitainas, que se medeo com elle, que voltando atraz se afastou com as mais ao mar sem o tornar a commetter. Tendo o inimigo já recebido bom dano nos cascos e nas arvores sem nunca querer atracar com Dom Antonio, posto que, mais desesperado que valeroso, por muitas vezes os convidou; neste aperto estando já sem vellas e a noite muito entrada, por não ver outro ramedio, foi botando a gente ao mar, e não fiando de outro pôs fogo ao galeão; tão tarde se lançou ao mar, que rebentando o galeão o levou debaixo e ali acabou chorado por todos, por que era fidalgo de esperanças e bonissimo natural.

Nuno de Mello com o olho no Rio de Mirzen resestindo quanto poudo ao inimigo, se metten na barra, e vendo o pirata que o não podia cercar, reforçou a sua fiscal com cento e cinquenta homens dos melhores que tinha, e tratou de se atracar com elle; mas ao chegar lhe deu o galeão com um pelouro tão bem assestado que logo rebentou a nau <sup>(16)</sup>; só cinco hollandeses que os nossos navios, que a este tempo chegavam de Goa puderam recolher. Tambem Nuno de Mello queimou o seu galeão em que muitos o condenam porque com difficuldade o poderia accommetter o inimigo se não fosse nau por nau, e o de terra não tinha que levar, devendo antever que o hollandez se não podia deter na costa por muitos dias, e que tendo já navios que o cercassem, mal poderia o hollandez conseguir seu intento. Em fim elle se salvou com a sua gente e depois custou trabalho tiraalos das mãos dos mouros, podendo se logo metter nos navios sem esperarem este risco; mas nossas confianças em todo o tempo foram as mesmas.

Em quanto esta briga durava teve o *Nazareth* vista do inimigo com outro pataxo que lhe tinha tomado, e de Surrate levava soccorro para Galle; e por que vinha o galeão desgovernado por falta de lastro, trazia alguma artilheria no porão, tais somos portugueses. Fez se na.

---

(16) *Zydewoom* (bicho de seda).

volta do mar aonde perdèu o inimigo de vista, e não sei com que accordo se tomou a terra aonde aos seis de maio na altura de Onor <sup>(17)</sup> encontrou com as dez naos holandesas, e com o mesmo destino dos mais; sabendo que os da terra eram inimigos e tinham de cerco a fortaleza, foi brigando e descachindo até botar ferro detras do Ilheu, e querendo se atravessar duas vezes com tangedeias por ambas lhas cortou o inimigo, que com tão grandes sucessos brigava desenfadado. E por não navegar mais os que isto lerem, remato com dizer que vindo no galeão duzentos homens, por não terem terra onde se salvassem se renderam a partido, deixando como dizem um barrate na nau, que por ter já muita agua e a não poderem levar, nem poderem fazer detença, foi tambem queimada pelo holandez, que lançou a nossa gente em Cananor; morrendo em todas estas batalhas poucos dos nossos, e escapando ao inimigo cento e trinta e dois homens brancos de toda esta frota, fora javos e malucos segundo as novas que tivemos; nisto vieram a parar as desconfianças dos nossos capitães, que se vieram unidos, e se em Ceilão se não desordenaram, não só com os seus cinco galeões, mas tambem com as duas naus que lá tiveram rendidas, é certissimo que se não tivessem victoria, ao menos seria o jogo igual no encontro desta costa <sup>(18)</sup>, posto que segundo a pouca gente que o inimigo levava tem para si homens experimentados que se chegasse a provar a mão como costumam refuzaria a batalha; por que ainda que vinha prevenido de artilheria as náus não eram como as que brigavam nesta barra. Queira Deus que baste este exemplo para nos emendarmos, o que eu tenho por impossivel em nosso natural, enquanto não houver afiar cutellos e torcer baraços, o que até agora se não fez a nenhnm dos sobredictos; e para que veja tambem como as cousas succederam em Ceilão dedois da vinda dos galeões lanço aqui uns capitulos de uma carta de Colombo, de uma pessoa fidedigna que escrevia pendindo remedio . . . »

---

(17) Neste tempo foi a fortaleza portuguesa de Onor cercada pelos naturais da terra.

(18) Assim diz também o próprio Rijckloff van Goens nas suas cartas.

*O restante desta carta trata da guerra, em Ceilão, e por isso a não copio. É, porém, uma relação muito interessante do cerco de Colombo em 1655 e 1656 pelos holandeses.*<sup>(19)</sup>.

C. R. BOXER.

Lincoln, 1-2-1928.

---

<sup>(19)</sup> Uma tradução inglesa desta carta, e alguns apontamentos sobre as batalhas marítimas de 1654 que encontrei nos arquivos da Holanda serão publicados no periódico inglês *Mariner's Mirror* (*Espelho do Marinheiro*), de Julho de 1928, vol. XIV, número 3. No referido artigo encontra-se uma lista detalhada dos documentos e livros Portugueses, Holandeses e Ingleses utilizados para elucidar o texto.

NOTA FINAL:—Segundo as relações holandesas, os galeões portugueses tinham: *Nazareth*, 42 canhões; *São João*, 38; *Santo António*, 36; *São José*, 34; *São Felipe*, 24. Total: 174. E entre 800 a 1.000 homens brancos, além dos pretos.

As naus holandesas eram de 400 toneladas aproximadamente e tinham 33 canhões cada uma.

# O GALEÃO S. BENTO E A SUA VIAGEM À ÍNDIA EM 1638-1640

COMUNICAÇÃO FEITA À SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA  
EM 7 DE DEZEMBRO DE 1926

POR

FRAZÃO DE VASCONCELLOS

Sócio Titular da Associação dos Arqueólogos Portugueses  
e Secretário da Secção de Diplomática da mesma Associação

As ementas da carreira da Índia, impressas e manuscritas, referem-se ao galeão *S. Bento* e à naveta que, sob a capitania-mor de João Soares Vivas, partiram de Lisboa para a Índia, em 1638.

Vejamos duas dessas ementas. O *Compêndio Universal* <sup>(1)</sup> diz:

*Em 4 de Abril de 1638* — 1.º Cap. mor João Soares Bivas, no galeão *S. Bento*, a Goa em 6 de Novembro. — 2.º João Cardoso, na naveta N.ª S.ª da Salvaçam. Entraram ambos em Goa, estando o holandez com 13 naos. *A 26 de Março para o Reino* — O cap. mor João Soares Bivas, no mesmo galeão. Nelle foi o P.º Paulo de Brito, D. Gonzalo da Silveira e Francisco de Sousa Pereira, que morreu de um raio, tomar Angola e dali ao reino.»

Na *Relação de capitaens mores e naos que vierão do reino a este Estado da India des do seu descobrimento*, publicada pelo sr. Almirante Ernesto de Vasconcelos <sup>(2)</sup>, vem: «O anno de 1638 capitão mor João

---

(1) «Oriente Portuguez», Vols. XIII e XIV, anos de 1916-1917: «Compendio universal de todos os Viso-Reys, Governadores, Capitães generaes, Capitães mores, Capitães de naos, galleões, vrcas e Carauellas que partirão de Lisboa para a India Oriental E tornarão da India para Portugal, etc.», ordenado pelo P.º Manuel Xavier, da Companhia de Jesus.

(2) «Boletim da Segunda Classe» da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. XVI, 1925, distribuído no fim do ano de 1926.

soares Viva no galeão S. Bento, Naveta N. Senhora da Conceição Capitão João Cardoso de Almeida».

Como se vê, há divergência no nome da naveta e no do capitão dela, que aqui aparece com o apelido *Almeida* a mais.

Conquanto não seja a naveta, nem o seu capitão, o que ora nos interessa, queremos desde já esclarecer este ponto. A naveta tinha a invocação de *Conceição Maior* e o seu capitão chamava-se efectivamente *João Cardoso de Almeida*. Provam ambas estas asserções o seguinte documento inédito, que nos dá ainda alguns traços biográficos d'este ilustre marinheiro seiscentista :

«Per resolução do Governo de 2 de m.º de 638.

El Rey nosso senhor havendo respeito a João Cardoso dalmeida haver seruido no estado da India doze annos de capitão e cabo de nauios achandosse em muitas occasiões com os inimigos da europa e naturaes daquellas partes e uir a este Reino tratar dos seus requerimentos no anno de 628 com o V. Rey daquelle estado e estando o anno de 635 despachado para as ditas partes foi encarregado pella boa informação que delle se teue e de sua experiencia de capitão e cabo de dous navios que se aprestauão para hir a manamotapa que não teue effeito e a estar reteudo e obrigado ao dito nauio dous annos sem fazer uiagem nem ser socorrido, e assistir em cascaes com a sua gente na occasião que o inimigo se esperava auiandosse por algumas uezes para hir fazer a dita uiagem e a esse respeito ficar pobre, Ha s. Mg.º por bem fazer merce de o encarregar per capitão do nauio conseição mayor q. se esta aprestando para este anno hir com fauor de Ds a yndia em companhia do galeão sam bento que vay em lugar de nao, E deu fiança a pagar a meanata q. s. Mg.º resolver do dito cargo de capitão do dito nauio que foi registado no L.º dellas a fl. 85 em Lx.º a 10 de Março de 1638.

Afonso de Barros caminha» (3)

O sr. Quirino da Fonseca, no seu trabalho recentemente publicado (4), segue o *Compêndio Universal*, alterando unicamente o nome do capitão-mor, a quem chama João Soares *Bivar*, e dizendo que o galeão *S. Bento* appareceu navegando em 1638 e que se perdeu em Moçambique em 1642, perda que, na verba deste ano, o *Compêndio Universal* tambem refere.

(3) Documentos do antigo *Conselho da Fazenda*, arquivados, com os do tambem antigo *Conselho Ultramarino*, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

(4) «Os Portugueses no mar», Vol I. — «Ementa Histórica das Naus Portuguesas». Lisboa, 1926.

Reproduzimos em *fac-simile* a assinatura de João Soares Vivas ou Vibas, por onde se vê que ele usava esta última grafia, embora em quasi todos os documentos que temos visto apareça *Vivas*, sendo esta também a leitura do compilador dos índices das *Portarias do Reino*, o erudito académico Pedro de Azevedo. Faria e Sousa, que pessoalmente conheceu Vivas, também assim escreve na sua *Asia Portuguesa*. De facto, elle não pertencia à familia Bivar mas sim a uns Vivas, que supomos serem de origem castelhana ou galega.

João Soares Vivas, que era natural do couto de Aboim, comarca

«FAC-SIMILE» DA ASSINATURA DE JOÃO SOARES VIBAS, OU VIVAS

de Viana, e filho de André Vivas, foi nomeado capitão-mor da viagem da Índia em 1638, por alvará de 10 de Março do mesmo anno, em virtude da renúncia que nele fez D. Antonio Teles de Meneses, a quem havia sido concedida a mercê da capitania-mor da mesma viagem.

Na confirmação régia da renúncia alude-se à competência de João Soares Vivas. E não se exagerava: Vivas era marinheiro experimentado e tinha já prestado muitos serviços à coroa de Portugal. Serviu na Índia desde 1612, para onde foi na nau *Nossa Senhora do Cabo* <sup>(5)</sup>.

<sup>(5)</sup> A esquadra de 1612 compunha-se de três naus sob a capitania-mor de D. Jerónimo de Almeida e dela fazia efectivamente parte uma chamada *Nossa Senhora do Cabo*, comandada por D. Luís da Gama.

Esteve na Índia até 1635, prestando serviço nas fortalezas e armadas do Malabar e Sul, achando-se nas defesas de Malaca, quando lhe puseram cerco os de Achem, e de Macau, quando foi cometida pelos holandeses (6).

Teve por diferentes vezes o cargo de capitão de navios e o de capitão-mor. Por alvará de 12 de Fevereiro de 1637 foram-lhe concedidos

(6) Da sua estada e acção em Macau falam os seus papéis de serviços e o interessantíssimo estudo de J. F. Marques Pereira, inserto no seu precioso arquivo TA-SSY-YANG-KUO (1899), intitulado *Holandeses contra Macau*. Referindo Marques Pereira a tentativa que os holandeses fizeram, em 22 de Junho de 1622, para se apoderarem da cidade de Macau, atacando-a com 19 navios sob o comando de Kornelis Reyerzon, com 800 homens de desembarque, descreve a derrota dos holandeses, completa e estrondosa, não obstante as diminutas forças portuguesas. A certa altura, conta que, cessando o fogo dos navios holandeses e reconhecendo os capitães que comandavam os fortes de S. Francisco e Bom-parto que o inimigo desembarcava, enviaram a tóda a pressa João Soares Vivas com 50 mosqueteiros defender a entrada. Vivas e os seus companheiros atacaram com tal furor os holandeses que os puseram em confusão e debandada, perecendo na luta o próprio Reyerzon, que em pessoa os comandava. Marques Pereira transcreve o que sôbre êste facto vem na *Asia Portuguesa*, verificando-se que Faria e Sousa se serviu da informação pessoal de João Soares Vivas. (*Juan Suarez Vivas*).

Esta heróica defesa de Macau foi recordada no n.º 4 do *Boletim da Agência Geral das Colónias* (Outubro de 1925) e dela também se occupou o nosso presado consócio e amigo, sr. Charles Ralph Boxer, no mesmo *Boletim*, n.ºs 15 e 16, e, ultimamente, no n.º 33 (Março de 1928), onde inseriu uma *Relação*, inédita e contemporânea, do ataque dos holandeses a Macau em 1622, escrita por Fr. Álvaro do Rosário, testemunha presencial. Nesta *Relação* não é sequer mencionado o nome de *João Soares Vivas*, attribuindo o autor tóda a glória do comando da defesa a *Lopo Sarmiento de Carvalho*, um dos mais ilustres portugueses do seu tempo, no Oriente. No seu trabalho, quis o sr. Boxer incluir algumas notas nossas, inéditas, sôbre Lopo Sarmiento e João Soares Vivas. Transcrevemos aqui parte das referentes a este último:

.....  
«Vejamos agora *João Soares Vivas*. Conhecemos circunstanciadamente os seus serviços. A sua acção em Macau, em 1622, foi sem dúvida a de um valente soldado, mas somos também de opinião que o relato de Fr. Álvaro do Rosário é que deve ser o mais próximo da verdade. Nos papéis de João Soares Vivas alude-se, mas ligeiramente, aos serviços que prestou em Macau «quando foi cometida pelos holandeses», e bem assim nas fortalezas e armadas do Malabar e Sul, e na defesa de Malaca, quando lhe puseram cerco os de Achem. Mas, que diferença não ressalta se compararmos os termos dêstes documentos com os de Lopo Sarmiento de Carvalho!

o foro de fidalgo da Casa Real e a promessa de uma comenda do lote de 120\$000, na Ordem de Cristo, com o respectivo hábito (7).

Na mesma data lhe foram passados a carta do hábito, o alvará para ser armado cavaleiro na igreja de Nossa Senhora da Conceição, de Lisboa, e a carta de profissão.

Como dissemos, foi nomeado capitão-mor da viagem da Índia de 1638, por alvará de 10 de Março daquele ano. Por outros alvarás da

A importância que alguns escritores têm dado à acção de Vivas em Macau, em 1622, resulta dos louros com que elle a si próprio se enfeitou! Cita-se Faria e Sousa na *Ásia Portuguesa*. Mas o próprio Faria e Sousa (que não fala em Lopo Sarmiento, o capitão-mor!), atira para Vivas a responsabilidade do relato da sua façanha: «... quando le salió con 160 hombres el Capitan Juan Suarez Vivas (esta informacion es suya), hombre robusto..., etc».

A armada de 1638 compunha-se de um galeão, o *S. Bento*, e de uma naveta, da invocação de *Conceição Maior*, de que era capitão João Cardoso de Almeida.

Vivas ia no *S. Bento*. A viagem, no regresso, foi acidentadíssima, estando o galeão, por mais de uma vez, em risco de perder-se. Na volta, levou 46 dias para dobrar o Cabo, tendo-lhe um raio quebrado o mastro do traquete.

Chegou a Lisboa a 6 de Maio de 1640, havendo partido de Goa em 26 de Março de 1639.

Um ano, ou pouco mais (\*), depois da aclamação de D. João IV, Vivas fugiu para Castela, sendo-lhes confiscados os bens.

Em Castela se encontrou, possivelmente, com Faria e Sousa, pois que este escritor lá vivia e lá faleceu em 1649.

Ainda na regência da *Senhora Princesa Margarida*, como os portugueses chamavam à Duquesa de Mântua, em Julho de 1640, havia-lhe sido instaurado processo no Juízo da Índia e Mina, sendo graves os excessos de que o culpavam na viagem que fez à Índia no galeão *S. Bento*:—mandar enforcar um soldado de 20 anos «por se lhe achar um vestido furtado, de mui pouca consideração»; mandar tirar o biscoito do paiol e meter nele a sua canela; ser «m. to aspero no trato da gente do galeão tratando a todos muito mal de palavras e ainda por obras»; meter-se em tôda a viagem «na mareação perturbando os officiaes a que ella tocava», de «q resultou quebrar uma verga e gastar-se m. to tempo em dobrar o cabo, etc., etc».

Faria e Sousa refere-se novamente a Vivas na mesma *Ásia Portuguesa*, quando trata da recuperação de Mombaça (1632-3), no Tomo III, Parte IV, Cap. XII.

(7) Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro XXVIII, fls. 88.

(\*) Averiguámos posteriormente a esta nota, como se vê noutro lugar, que Vivas estava ainda em Lisboa em 1643.

mesma data e, como aquele, registados na Tôrre do Tombo <sup>(8)</sup>, foram-lhe feitas as seguintes concessões:

Poder trazer da India 15 caixas de roupa e seda solta e 12 escravos, tudo comprado com seu dinheiro;

Poder trazer 100 quintais de lacar, 30 quintais de tincal e outros tantos de cânfora, tudo comprado com seu dinheiro, devendo os officiais da Casa da India deixá-lo desembarcar livremente aqueles artigos, «sem pagar quarto e vintena ñ cinco peer cento ñ pagar frete posto que uenha em nau de contratador»;

Poder trazer 300 quintais de pau preto: «duzentos que é costume conceder-se aos capitães mores das naos que vão aquelle estado quando fazem suas viagens» e os 100 restantes da mercê que lhe faz, forros de frete mas pagando os direitos que dever na Casa da India; e, finalmente, de, se ao tempo do seu regresso não houvesse cânfora, poder trazer em seu lugar outra tanta quantidade de tincal e gengivre.

Por fim, depois de tudo isto, dirigiu ainda ao Rei o seguinte requerimento que foi deferido:

«Sor. Diz João Soares Viuas q. V. Mg.<sup>e</sup> lhe fez m. capitania mor das naos da India deste presente anno, com a qual tem de ordenado seiscentos mil rs. trez.<sup>tos</sup> pagos logo, e os outros trez.<sup>tos</sup> de torna viagẽ, mas foy sempre costume darensse logo aos capitães mores os seis.<sup>tos</sup> mil rs. todos juntos dando fiança a uencer os trez.<sup>tos</sup>. E porq. elle sup. está despezo de faz.<sup>da</sup> por haver vinte e sinco annos q. serve a V. Mg.<sup>e</sup> sem haver entrado em mercê algua, antes gastou toda a faz.<sup>da</sup> patrimonial q. teue.

P. a V. Mg.<sup>e</sup> lhe faça m. mandar q. lhe dem tão bem os trez.<sup>tos</sup> mil rs. da torna viagem logo dando fiança ao uencer. E. R. M.»

Este requerimento era acompanhado de uma certidão da Casa da Índia, da qual constava que idêntico pedido havia sido feito por João de Melo, fidalgo da Casa de Sua Majestade, que em 1637 fôra por capitão-mor da armada da India e que obtivera deferimento.

\*  
\*  
\*

A coexistência de navios com o mesmo nome dificulta grandemente e, em alguns casos, impede a completa identificação, mas com êste galção cremos que não pode essa circunstância verificar-se.

<sup>(8)</sup> Chancelaria de D. Felipe III, Livro XXXVI, fls. 21 e seguintes.

O galeão *S. Bento* foi construído nos estaleiros do rio Douro e lançado à água antes de 18 de Maio de 1635, conforme consta de uma *Consulta* do Conselho da Fazenda.

Em Julho de 1635 já estava em Lisboa, porque num atestado passado em 18 dêsse mês, por Diogo de Freitas Mascarenhas «fidalgo da Casa de Sua Majestade, comendador de Santa Margarida da Mata, na Ordem de Cristo, capitão de mar e guerra do terço da Armada da Coroa de Portugal e Cabo de Infantaria, galeões e mais frota», diz êle que partindo do Pôrto para Lisboa encontrou na barra desta cidade o galeão *S. Bento*, em bandolas<sup>(9)</sup>, lutando com o inimigo, tendo-lhe prestado socorro.

Vinha o galeão do Pôrto, mas não acabado, para aqui se completar, aparelhar e armar, como era então usual com os que se lá construíam. E em idênticas circunstâncias estavam os galeões *Santo Antonio* e *S. Domingos*<sup>(10)</sup> que pela mesma ocasião vieram para Lisboa, segundo se vê na seguinte informação inédita de Vasco Fernandes César, Provedor dos Armazens:

«Os tres Galeoens Santo António, São Domingos e São Bento, que vieram do Porto em bandolas, com duas cubertas, se vão passando ao Rio da telha, da outra banda, para nele estarem seguros das tromentas do Inuerno, sem gastos das amarras, e ancoras; de grande beneficio fora tratar logo da obra delles, mas para isto poder ser era neces-

---

<sup>(9)</sup> Em *bandolas*, diz-se de um navio quando, quebrados os mastros, se armam uns paus com uns pedaços de velas para assim marear, ensina o dicionarista Domingos Vieira. Vieira considera só o caso de um navio ser forçado, por combate ou temporal, a pôr-se em *bandolas*. Mas este termo encontram-lo frequentemente empregado em documentos da 1.<sup>a</sup> metade do seculo XVII, tratando-se das construções navais do Rio Douro, onde então, em virtude de um contrato com o Conselho da Fazenda, se construíram vários galeões. Estes galeões vinham depois para Lisboa, em *bandolas*, para aqui se aparelharem e armarem. Iam officiaes experimentados buscá-los ao Douro. Conquanto viessem sempre escoltados, traziam alguns homens de guerra armados de mosquetes e eram artelhados com algumas peças de ferro, só para segurança da sua viagem até Lisboa.

Na Associação dos Arqueólogos referimo-nos já a muitos dos galeões construídos no Douro e que terminaram os fabricos no Rio da Telha, na Outra Banda.

<sup>(10)</sup> A nenhum dêstes se refere o sr. Quirino da Fonseca, na lista de galeões inserta na sua obra atrás citada — «Os Portugueses no mar».

sario que ouera preuenção de materiaes, que o Almazem não tem, como são pregaduras sorteadas, cauilhas, linho, Breu e mais materiaes, e madeyras de toda a sorte, que posto que se dis está cortada no Porto, não é vinda a esta cidade, esta preuenção se deve fazer com grande assistencia e cuydado e tanto que a ouer, se deve meter mão na obra delles, porque ynda que de verão feita seja de melhor condição e mais segura, comtudo he tanto o dano que recebem na Invernada, que de menos consideração he o mais custo que podem fazer, que o risco em que se poem de apodrecerem.

Em Lisboa a 13 de Outubro de 1635.

*V.<sup>co</sup> frz Cesar»*

Era de 1.200 toneladas e tinha a lotação de 200 homens de mar e 400 de guerra. Em 1636 estava ainda muito atrazada a conclusão das suas obras, quando a Senhora Princesa Margarida deu ordem para que se reconhecessem «os navios que ha desta Coroa, de que porte são, os termos em que cada hũ se acha, o que haverão mister para se concertarem e acabarem, de modo que possam fazer viagem, etc.», para um socorro ao Brasil «e restauração do que o inimigo tem occupado naquele estado».

O *S. Bento* não chegou, por isso, a ser incluído no socorro ao Brasil, Em fins de 1637 continuava no Rio da Telha. O Conselho da Fazenda occupou-se dele na sua sessão de 1 de Dezembro, em face de um escrito do Provedor dos Armazens, Vasco Fernandes César, em que dizia «que o apresto das embarcações q. houverem de hir a jndia pende de ponto fixo q. he a monção do mes de m.<sup>o</sup> de 638, para não ficar frustrado o gasto q. nelle se faz. E supposto que se trata do galleão são Bento para hauer de fazer uiagem caminha a passo muy vagaroso, per falta de alguns materiaes e pagam.<sup>to</sup> de fereas; ploq. conuem m.<sup>to</sup> ao serviço de V. mg.<sup>de</sup> tomarsse resolução no q. houver de hir mais, porq. hũ so Galleão parece pouco, a respeito da falta com q. se hade achar aquelle estado particularm.<sup>te</sup> de gente, por não hauerem hido estes tres anos passados mais q. hũa nao em cada hum».

Chama o Provedor a atençaõ para a urgência da resolução a tomar, pois se havia de fundir ainda a artelharia!

Foi tambem apreciado um papel em que Pedro Ferraz Barreto dizia que a fábrica dos galeões que se aprestavam no Rio da Telha estava em estado que o obrigava a escrever a Luis César (que tambem

servia de Provedor), pois que a oficiais de carpintaria, calafates e outros se deviam quatro semanas e que a semana corrente importava em 672.000 reis; que se estava em 26 de Novembro e que a obra do *S. Bento* «que ha de hir à Índia em lugar de nao» estava «mui atrazada, por m.<sup>ta</sup> obra que tinha p.<sup>a</sup> fazer».

Vê-se que o *S. Bento*, lançado à agua em princípios de 1635, desempenha a sua primeira comissão de serviço em 1638! A que decadência chegou a nossa construção naval!

Depois do seu regresso da Índia, em 1640, vai, como *almiranta* da armada de Antonio Teles, ao Brasil. Arriba a Pernambuco, e em fins de 1641 está outra vez no Rio da Telha a receber fabrico.

Noutro lugar trataremos desta armada, dando pormenores inéditos sobre os navios que a compunham e gente dela.

Em 1642, com uns sete anos de existência e duas comissões de serviço, é considerado velho. Assim se diz no seguinte requerimento:

*Snor*

*Diz Rafael Coelho q. V. M.<sup>de</sup> lhe fes M. do lugar de piloto do galião são bento que este Anno de 642 ade ir p.<sup>a</sup> a India, & porque o d. galião uisto ser uelho pode ficar na Índia.*

*P. a V. M.<sup>de</sup> lhe faça M Mandar passar prouisão que uiudo outro galião em seu lugar seja prouido nelle no mesmo lugar de piloto ou em outra embarcação qual quer que seja q. uenha p.<sup>a</sup> este Rn.<sup>o</sup> e q.<sup>do</sup> não uenha embarcado estando la algũa de uiajem se lhe de gazalhado nella onde uenha uencendo o mesmo soldo como se atualmente uiera por plitoto delle.*

E curioso notar que os receios do piloto eram fundados, pois, como já dissémos, o galeão naufragou em 1642, em Moçambique.

Êste naufrágio consta das ementas, mas encontramos referência inédita num documento em que se alude aos serviços de D. João da Gama, capitão-mor da armada que foi à Índia no ano de 1642 e seguiu no galeão *S. Bento*. A maior parte da tripulação adoeceu e

quando chegou a Moçambique não levava «mais de 14 pessoas que pudessem marear o seu galeão» (11).

O piloto *Rafael Coelho* não figura na relação publicada por Sousa Viterbo, nem, que saibamos, noutras. E era piloto considerado, que mereceu o hábito da Ordem de Sant'Iago, que lhe foi concedido em 20 de Outubro de 1644 (12). Nesta mercê se alude à sua ida no galeão *S. Bento* e ao seu regresso no patacho *de Fiets Deus*. Diz assim:

«*El-Rey nosso snor ha por bem de mandar lançar o habito de Stiago a Rafael Coelho, q. o prez.<sup>te</sup> ano veio da India de avizo no Patacho fiets de Deos e o anno passado [há aqui engano] foi para as mesmas p.<sup>tes</sup> por pioto do galeão S. Bento q. fez naofragio em Mossambique...*»

O alvará de cavaleiro de Sant'Iago está registado na Chancelaria da Ordem e tem a data de 15 de Dezembro de 1644.

A referência à arribada a Pernambuco encontra-se na concessão de determinadas mercês a António Pereira Ribeiro, em 1644, em que este alega, entre os seus serviços, o de trazer a Lisboa o aviso de haver arribado a Pernambuco o galeão *S. Bento* (13).

Também se encontra a notícia da estada dêste galeão em Pernambuco, na concessão de uma comenda, em 1644, a Nuno Fernandes de Magalhães, escrivão da câmara de Lisboa, pelos serviços que prestou na armada do conde da Tôrre, na Baía e Pernambuco, quando voltou no galeão *S. Bento*.

O doutor João Salgado de Araujo, abade de Pêra, na sua apreciada obra intitulada *Sucessos das Armas Portuguesas em suas fronteiras depois da Real aclamação contra Castella* — (Lisboa, 1644), alude ao galeão *S. Bento*, no *Livro V*, que trata dos «Sucessos Ultramarinos», quando se ocupa da jornada que fêz a Macau António Fialho Fer-

(11) Sobre os salvados dêste naufrágio encontram-se documentos nos papéis do Conselho de Fazenda.

(12) *Tôrre do Tombo* — Portarias do Reino — Livro I, fls. 206 v.

(13) *Idem*, Livro I, fls. 180.

reira<sup>(14)</sup>. A referência é feita por este illustre português na oração que pronunciou no Senado de Macau, quando ali foi aclamado el-Rei D. João IV.

Descreve António Fialho Ferreira a sua viagem da Índia a Lisboa, em 1639, desde a sua partida de Goa em Janeiro daquele ano. Na sua passagem por Madrid falou a el Rey D. Felipe, a Diogo Soares e ao Conde-Duque, no intuito de obter um socorro para a India. A côrte, diz êle, era fantástica: o Rei ouvia mas não falava e os privados não falavam nem queriam ouvir. Em Lisboa falou à Princesa Margarida e ao secretário Miguel de Vasconceles. Parece que, por fim, alguma coisa conseguiu. Ia-se a armada aprestando, conta Fialho, «com dous galeões de estaleiro, hũa nau nova e o galeão S. Bento, com uma urca comprada aos ingleses e hum churrião<sup>(15)</sup> aos framengos».

(14) De António Fialho Ferreira, português illustre, dos que mais e melhor trabalharam na época maravilhosa da restituição de D. João IV ao Trono de Portugal, nos occuparemos, com muitos elementos inéditos, num estudo intitulado «A aclamação de D. João IV em Macau».

(15) O Sr. Quirino da Fonseca, nas suas *Memorias de arqueologia marítima portuguesa*, que começou a publicar no n.º 5 do Tomo XLVI, de Maio de 1915, dos *Anais do Club Militar Naval*, tratando da nomenclatura de navios antigos que os portugueses usaram, refere 167 variedades, que se propôs estudar, o que infelizmente não levou a cabo. Entre essas 167 variedades não vemos referida a dos *churriões*. Que espécie de navio era o *churrião*?

Vem a propósito, nesta ligeira nota, referirmo-nos a outra espécie de navio igualmente não incluída naquelas 167 variedades — a *galizabra*. Encontrámo-la mencionada num documento do ano de 1616 intitulado «Relação dos materiais, e custo deles cõ q se ade aprestar a galizabra nosa snra do Rozairo q he a terceira das q fez cosmo dias te se por a vela».

Alguns documentos mais encontrámos referentes a viagens destas *galizabras*, que noutro lugar publicaremos. Tendo, porém, consultado o sábio mestre da arqueologia naval portuguesa e eminente escritor, sr. Henrique Lopes de Mendonça, sôbre esta espécie de navio, dignou-se Sua Ex.<sup>a</sup> dizer-nos o seguinte, que aqui arquivamos desde já como autorizada informação:

.....  
«Não encontro nos meus apontamentos, nem tenho ideia de ter visto nunca o vocábulo *galizabra*. Mas duas conjecturas me occorrem a respeito dêle.

A primeira, que me parece mais provável por evidente etimologia, é êle designar um tipo mestiço de construção naval, talvez acomodação de uma *zabra* ou *zavra* para fazer o mister de galeão ou vice-versa.

A *zavra* (port.) ou *zabra* (cast.º) é um barco usado nos séculos XV e XVI,

\*

\* \*

Vejam agora o relato da viagem à Índia, escrito pelo próprio capitão-mor João Soares Vivas, desde a sua partida de Lisboa em 11 de Abril de 1638, até ao seu regresso a esta cidade em 6 de Maio de 1640.

Notaremos, porém, que o *Compêndio Universal* marca a partida de Lisboa em 4 de Abril, mas deve ser erro de cópia. As datas da chegada a Goa e da partida para Lisboa conferem :

«João Soares Vivas, caualeiro profeso da Ordem de nosso S. Jezus Xpo capitão mor das naus da viagem da india por S. mg. do anno de 638, etc. Certifico partir da barra de Lx.<sup>a</sup> a 11 de Abril da dita Era a fazer a dita viagem per não haver naos en o galião S. bento e naueta de sua conserua saindo mais em m.<sup>a</sup> comp.<sup>a</sup> alguns navios p.<sup>a</sup> Cabo Verde Rio de Jan.<sup>o</sup> e Angola aos coais dey goarda athe as alturas q convinha sguir outra derota E os provy das couzas q. vi-nhão faltos e depois de os largar conservey sempre a naueta de m.<sup>a</sup> comp.<sup>a</sup> athe chegar a goa adonde botey ferro a 6 de nou.<sup>o</sup> da dita era adonde me party em 26 de m.<sup>so</sup> da Era de 639 faz.<sup>do</sup> viagem com o dito galião me lançaram as agoas naltura de 2 graos sobre as Ilhas e bayxos de mal-

sobre o qual o próprio Jal não encontrou informações precisas. O que se conclui de várias citações da *Crónica do Conde D. Pedro*, de Azurara, é que era empregado na pesca e na carga em navegações costeiras. Isto no século XV. Porque no século XVI encontram-se nada menos de 13 zavras incluídas na Invenível Armada, não tão pequenas que uma delas, por nome Sant'Iago, não tivesse de guarnição 60 soldados e 40 marinheiros, com 19 bocas de fogo. Eis o que se me oferece de momento com respeito à zavra.

Quanto às modificações que em qualquer dos dois tipos se operassem para dar nascença à suposta *galizabra*, eis o que não posso atinar.

A outra hipótese resulta da existência do termo basco *Galeatzarra*, que Ja identifica com *galeaça* e cuja fonética se aproxima do vocábulo proposto. Mas dou esta hipótese apenas por descargo de consciência, porque *a priori* prefiro a primeira.

Sinto não chegar a conclusões mais positivas, mas quem dá o que tem...»

H. Lopes de Mendonça.

diua adonde com gr.<sup>de</sup> risco escapey das ditas ilhas e baixos  
 atraesando de N Este p.<sup>a</sup> Leste e por fora de todos os bai-  
 xos das Ilhas de s. 1.<sup>co</sup> vin nauegando e faz.<sup>do</sup> viagem e  
 com temporal me quebrou a uerga gr.<sup>de</sup> a coal mandey con-  
 serrar e per outro panão em 48 oras e vindo nauegando em  
 Altura de 32 graos e hũ terço me derão tres Rayos q. me  
 queimarão o mastro do Traq.<sup>te</sup> e com hũa bandola q. man-  
 dey se fizeçe de hũ mastareo vin demandar o Cabo de boa  
 Esperança pela altura de 32 graos e hũ terço avistey terra  
 e da dita altura athe a de 38 graos e hũ terço andey com  
 gr.<sup>des</sup> temporais e trom.<sup>tas</sup> 46 dias e no fim a 14 de Agosto  
 pasey o Cabo e querendo fazer viagem em direitura a por-  
 tugal do modo que esta c galião os ofisiais me deserão q.  
 não podião sem aruore do traq.<sup>te</sup> vir demandar a costa de  
 de portugal no Inverno E q. ainda q. a tiuerão o não po-  
 derão fazer por ser já tarde e asy me rezoluy em hir de  
 mandar o porto de angola a fazer mastro e o mais q. fosse  
 neces.<sup>o</sup> p.<sup>a</sup> fazer viagem daly p.<sup>a</sup> portugal e cheguey a sur-  
 gir no dito porto a 13 de setembro adonde achey a Di.<sup>o</sup>  
 Mont.<sup>o</sup> em hũa carau.<sup>a</sup> para se partir p.<sup>a</sup> Espanha na coal  
 avizey a S. mg.<sup>d</sup> do Estado em q. ficaua a India e logo tra-  
 tety de fazer mastro ao galião e o mais q. convinha em q.  
 gastey tres mezes e m.<sup>o</sup> e a 29 de dez.<sup>o</sup> comety minha via-  
 gem p.<sup>a</sup> portugal e na Altura de 11 graos e meyo me faltou  
 o leme e sem governo dele vin nauegando athe as Ilhas dos  
 asores e avistando a 3.<sup>a</sup> me provy de dois paos para Espa-  
 delas os coais me mandarão Os ministros da faz.<sup>da</sup> de S.  
 mg.<sup>d</sup> E alguns mantim.<sup>tos</sup> e hũa nao Ingreza que me acom-  
 panhou athe este porto adonde entrey com as ditas Espade-  
 delas a 6 de mayo do presente Anno. E Porq. o Alferez  
 D.<sup>os</sup> guedes se embarcou no porto de Angola p.<sup>a</sup> este Reino  
 no dito galião se achou em tudo e susedido nele do dito porto  
 athe esta sidade faz.<sup>do</sup> tudo o q. lhe hordeney do seruiço de  
 S. mag.<sup>d</sup> com m.<sup>ta</sup> Pontualidade faz.<sup>do</sup> suas vigias asin no  
 fogão como nas mais q. lhe cabião trabalhando de continuo  
 no seruisso da nao, e Espadelas e plo seu bom prossedim.<sup>to</sup>  
 e zelo no seru.<sup>o</sup> do dito S.<sup>or</sup> he mereçedor q. se lhe fação  
 m.<sup>tas</sup> ms. — E por me pedir a prez.<sup>te</sup> lha mandey passar e

Juro plo abito de nosso senhor Jezus Xpo de q. sou professo estar na verdade tudo asina dito e o sinal abaixo ser meu. Lx.<sup>a</sup> 17 de non.<sup>o</sup> de 1640 anos.— *João Soares Vivas*»

Algumas notas mais :

João Soares Vivas, como vimos, foi autorizado a trazer da Índia, além dos 200 quintais de pau preto, que lhe pertenciam como capitão-mor, mais 100 quintais. Mas elle ainda achou pouco, porque na Casa da Índia, além dos 300 quintais lhe encontraram mais 112 quintais e 22 arrateis, que, por excederem as mercês, ficaram perdidos em beneficio da Fazenda Real, não obstante os requerimentos de Vivas, que alegava, em 6 de Junho de 1641, que o pau preto estivera todo o inverno à chuva e se encharcou, pesando, portanto, mais.

João Soares Vivas foi uma das testemunhas no processo de habilitação de António Fialho Ferreira, para familiar do Santo Officio da Inquisição. Depôs em 1640, em Lisboa, onde então residia. O seu depoimento não foi de todo favorável ao habilitando, insinuando a cristã-novice de uma sua avó, o que não obstou, no entanto, a que António Fialho Ferreira e um seu filho fôsem admitidos como familiares.

Em 1643, em 4 de Fevereiro, estava Vivas ainda em Lisboa, como se vê numa carta inédita do P.<sup>o</sup> António Francisco Cardim, da Companhia de Jesus, Procurador Geral da Província do Japão, escrita de S. Roque naquela data e tratando do modo de levar a Macau a notícia da aclamação de D. João IV. Esta carta era escrita na convicção de que António Fialho Ferreira não pudera desempenhar-se da sua missão, o que, aliás, não succedeu.

O P.<sup>o</sup> Cardim, mencionando, na aludida carta, os «homens q podião ir a China, por conseguir o effeito q se pretende», lembra, entre outros, «o Cap.<sup>m</sup> Joam Soares Vivas», que «esteve por vezes em Macao».

Depois desta data, talvez por motivo do processo a que aludimos na nota de páginas 75, ou pela sua simpatia por Castela, para lá se passou, tendo-lhe sido confiscados os bens, alguns em Aboim, terra da sua naturalidade.

Como já dissemos, trataremos mais desenvolvidamente dêste assunto, na *Aclamação de D. João IV em Macau*.

A notícia do confisco dos seus bens encontrámo-la nas Portarias do Reino: em 22 de Março de 1646, Fernão Martins de Seixas teve a mercê de 20\$00 nos foros do couto de Aboim que foram confiscados a João Soares Vivas; e a Sebastião da Cunha Barbosa, pelos serviços que prestou como capitão nas guerras do Minho, foi feita, em 11 de Dezembro de 1648, a promessa de uma pensão de 40\$00 em comenda da Ordem de Cristo, sendo 20\$000 no couto de Aboim, que foram de João Soares Vivas, ausente em Castela.

\*

Além de *Domingos Guedes*, de quem já nos ocupámos na «Sintra Regional», de 9 de Abril de 1927, que de Luanda veio até Lisboa no galeão *S. Bento* e cujos serviços nesta viagem Vivas refere, de outros nomes ligados ao mesmo navio temos também notícia.

Assim, *Aires de Figueiredo*, depois de ter combatido quatro dias seguidos com a armada holandesa, em Pernambuco, arribou aos Açores, e veio para o Reino, em 1640, dando escolta ao galeão *S. Bento* <sup>(16)</sup>.

*Francisco de Sousa Falcão*, natural de Lisboa, veio também de Angola no galeão *S. Bento*, quando êste ali arribou vindo da Índia. Assim consta no documento em que se mencionam os seus serviços, entre os quais os «feitos no Reyno de Benguella por espaço de alguns annos de soldado e Alferes e principalmente depois de promovido a capitão. . . . . em cujo posto perseuerou de 12 de dez.<sup>o</sup> de 1638 athe 1640 q. se meteo no galleão São Bento que uinha da India fez escala no porto de Loanda donde veo acompanhando athe a barra de Lx.<sup>a</sup> procedendo nas ocasiões de tormenta e o mais que succedeu na uiagem como devia» <sup>(17)</sup>.

*João de Paiva*, natural de Vila Viçosa, filho de Francisco Rodrigues, teve, em 12 de Outubro de 1648, a mercê de uma tença de 20\$000 cada ano nas Obras Pias, para sua mulher, pelos serviços que prestou no galeão *S. Bento*, em armada, na Índia, na batalha do Montijo e por fim como cirurgião no hospital de Olivença <sup>(18)</sup>.

Uma informação de Fevereiro de 1641: *Bartolomeu Gonçalves* «serve ha 25 anos nas armadas e na carreira da India e se achou nas

<sup>(16)</sup> *Tôrre do Tombo* — Portarias do Reino, Livro I, fls 287 v.

<sup>(17)</sup> *Idem*, Livro II, fls. 505 v.

<sup>(18)</sup> *Idem*, Livro I, fls. 158 v.

ocasiões de pelega naquelle estado com os olandeses em companhia de Antonio Teles e ultimamente veiu por mestre do galeão S. Bento em o qual andou em seu concerto e aparelho e depois que se deitou o galeão Quietação ao mar assistiu sempre nele e de presente o está aparelhando».

Segundo um documento assinado pelo P.<sup>o</sup> Pedro da Rocha, Provincial da Companhia de Jesus «nesta Provincia de Portugal», vê-se que foram para India no galeão *S. Bento*, em 1638, os seguintes portugueses, que iam «por sua vontade cõ dezejos de seruir a Ds naquellas partes»: padres *António de Magalhães* e *António Fernandes* e irmãos *Manuel Ferreira*, *António Caeiro* e *Manuel de Sousa*.

Uma nota curiosa e de carácter bibliográfico, tambem ligada ao galeão *S. Bento*:

«O Patriarcha da Etiopia q. elle tem composto hum catecismo, e confutação de todos os erros de Etiopia obra de m.<sup>ta</sup> importancia p.<sup>a</sup> a conseruação dos Christãos daquelle imperio, E p.<sup>a</sup> a redusão dos hereges q. nelle ha, pella qual resão sua Santidade lhe tem mandado hũa impressão de letras Etiopicas p.<sup>a</sup> q. com effeito se imprima o dito catechismo, o q. oje he m.<sup>to</sup> mais necessario por estarem desterrados os mais dos pregadores q. tinhão aquella Christandade a sua conta. E por quanto elle Patriarcha não tem com q. comprar papel p.<sup>a</sup> a dita impressão por estar m.<sup>to</sup> indiuidado cõ o resgate q. lhe foy necessario p.<sup>a</sup> elle e sua familia sair das mãos dos Turcos a q. os Abexins os entregarão. P. a V. Mag.<sup>do</sup> q. auendo respeito as rasões q. aponta queira prouer nesta necessidade mandando q. se lhe de o q. for necessario p.<sup>a</sup> papel desta impressão, em forma q. cõ effeito possa sair a luz cõ o dito catechismo E R Esmola E m.».

Ordena S. A. q. se ueja no Cons.<sup>o</sup> da faz.<sup>da</sup> e se consulte o que parecer. Lx.<sup>a</sup> a 17 de feu.<sup>o</sup> de 638. (Uma rubrica).

O Conselho deu parecer favorável, ordenando-se em 20 de Março de 1638 que os officiaes da alfândega de Lisboa tomassem do papel de particulares que lá estava o necessario para seguir no galeão *S. Bento* — «visto ser este papel p.<sup>a</sup> a impressão do Catosismo e p.<sup>a</sup> estirpação das erezias e aum.<sup>to</sup> da fe cat.<sup>a</sup> naquellas p.<sup>tes</sup> da india q foi o principal jntento q os srs. Reis deste R.<sup>no</sup> tiuerão na conquista dellas».

O Patriarca da Etiópia era então o sábio e virtuoso D. Afonso Mendes, nomeado em 1621 e que em 1632, depois da morte do Imperador que elle convertera à fé católica, de lá foi expulso e entregue aos turcos, «para ser vítima da sua tirania e impiedade».

A biografia d'este santo varão é um exemplo notabilíssimo e uma glória do missionarismo português. Nascido em 1579, no lugar de Santo Aleixo, termo da vila de Moura, entrou em 1593, com 14 anos apenas e depois de ter dado já brilhantes provas nos seus primeiros estudos, para a Companhia de Jesus, falecendo em Goa em 1656, no mesmo ano em que el Rei D. João IV, querendo premiar os seus extraordinários serviços, o nomeara Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente.

Barbosa Machado, na sua *Biblioteca Lusitana*, e outros autores referem-se-lhe extensamente, mas nenhum daqueles que vimos alude à sua tradução do *Catecismo*. Ter-se-ia, realmente, impresso?

Em 1922, quando nos ocupámos do chantre Manuel Severim de Faria (*O Instituto*, órgão do Instituto de Coimbra, Vol. 69.º), coligimos algumas cartas originaes de D. Afonso Mendes, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa. São escritas de Goa, depois da sua expulsão da Etiópia e tódas interessantes. De uma delas, datada de 5 de Dezembro de 1637, reproduzimos agora o seguinte período, que nos dá noticia de um galeão, o *Bom Jesus*, não mencionado nas relações publicadas.

Diz elle a Manuel Severim de Faria, depois de contar-lhe vários successos das lutas que então tínhamos com os holandeses:

.....

«Tornaram este anno [os holandeses] em 21 de Outubro com 15 naos, as q.<sup>es</sup> depois se redusiram a dez, sete mayores, e tres menores, ou pataxos; mas tam pouca gente nellas, q dis hum francez, q dela fogio, q nam chegam a 400 Europeos; Em quanto a nossa armada esteve desarmada, se chegaram elles tam perto, que me pareceo o estauão mais, q o Carmo da Caza de V. M. mas dia de S. Catherina leuantou bandeira o galeam Bom Jesus, nouo, q deue ser a melhor peça q tem hoje o mar sobre sy, pella traça, e fortaleza, q tem 74 peças de 18 até 30 libras todas; E deu hũa salua real a qual os fes afastar, e ao dia seguinte desappareceram...».

# QUEM ORDENOU E ILUMINOU O "LIVRO DO ARMEIRO MÓR,, (1)

POR

ANTÓNIO MACHADO DE FARIA DE PINNA CABRAL

SÓCIO Efectivo da Associação dos Arqueólogos Portuguezes

Os livros de António Soares de Albergaria fornecem muitos elementos para o esclarecimento de um assunto que parecia estar já arrumado: Quem foi o iluminador do *Livro do Armeiro-mór*?

Aproveitando êsses elementos diremos a conclusão a que nos parece podermos chegar.

Do *Livro do Armeiro-mór* trataram sob aspectos e amplitudes diversas: D. António Caetano de Sousa, dando notícia de um mestre Arriet, alemão, que teria sido o iluminador (2); o Visconde de Sanches de Baena, que seguiu o antecedente dando-nos o mesmo alemão e trazendo ao nosso conhecimento um Portugal rei de armas, de nacionalidade francesa, chamado Jean du Cros, que dizia haver encontrado num manuscrito heráldico, de 1525 (3); Anselmo Braamcamp Freire, dizendo que da sua feitura ou, pelo menos, da sua iluminação fôra encarregado o bacharel António Rodrigues, rei de armas Portugal, tomando como dele a assinatura e armas do juramento do livro e passando atestado de inexistência a Arriet e du Cros, que para êle eram mais do que hipotéticos e dos quais não encontrara notícia (4); o Senhor Dr. Júlio Dantas, tratando o assunto sob o ponto de vista artístico, dizendo, contudo, que *As primeiras figuras apresentadas no códice, a corpo inteiro são aquelas que o «ordenador» da obra, António Rodrigues chama*

---

(1) Êste estudo faz parte de outro, em publicação, intitulado: *António Soares de Albergaria, heráldista do século XVII. Subsídios para a história da heráldica portuguesa.*

(2) *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, no *Apparato*, página CXCIV.

(3) *Archivo Heraldico-Genealogico*, no *Indice*, página LVI.

(4) *Livro primeiro dos Brasões da Sala de Sintra*, 2.<sup>a</sup> edição, no *Preâmbulo*.

os «nove da fama»... , no que seguiu Braamcamp, se não foi guiado pelo facto do bacharel António Rodrigues haver traduzido do francês a *Chronica do triumpho dos nove da fama, e vida de Beltran Cloquin Condestavel de França*, que talvez conhecesse, e afirmando que a pintura do livro era da escola alemã pela abundância de verde, no que, possivelmente, foi influenciado pela indicação feita pelos anteriores, de um pintor alemão (1); e o Senhor Afonso de Dornelas, que estudou o assunto analisando o que anteriormente havia sido escrito sobre êle, tendo feito minuciosa descrição do livro e publicado as principais iluminuras (2).

Sanches de Baena diz que o rei D. Manuel mandou o rei de armas bacharel António Rodrigues acompanhado do arauto Martim Vaz, por 1509, às côrtes da Alemanha, de França e de Inglaterra estudar a arte concernente ao seu officio (3).

Onde foi S. de Baena buscar tal informação? Damião de Goes narra que êsse monarca... *mãdou ás cortes do Emperador Maximiliano, Reis de França, e Inglaterra Antonio rōiz Rei darmas Portugal bacharel em Leis, pera saber na verdade ho modo q̃ nisto estes Príncipez tinhamo...* (4), não falando em Martim Vaz.

Dêste, dá-nos notícia o P.<sup>o</sup> Soares de Albergaria no códice 1118 do Fundo Geral, em nota atraz transcrita (5), e Serra Craesbeeck ao tratar das armas do apelido Vaz (6).

(1) *Diario de Noticias*, de 14 de Agosto de 1912.

(2) *Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal*, volume I, artigo intitulado *O Livro do Armeiro-Mór ou o Livro Grande e II volume, artigo «O livro Grande» Tratado de Nobreza Universal.*

(3) Obra citada, *Preliminares*, página XIII.

(4) *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel (Quarta e vltima parte da)*, edição de 1567, folha 112.

(5) Na folha 150 verso: «Martim Vaz! Estas armas deu ó emperador maxemiliano no año de 1510. a hum martim Váz, q̃ era arauto, e foi cõ o Rey darmas Antonio Rōiz por mandado del Rey dõ m.<sup>el</sup> q̃ esta ã gloria áprenderẽ o off.<sup>o</sup> darmaria, pera see concertarem as armas deste Reino, como o mesmo Rei fêz. Deste martim Vaz foi f.<sup>o</sup> Pero de Evora; q̃ foi Rey darmas Algarue, e escriuão da nobreza casou cõ o qual teue hu' f.<sup>o</sup> q̃ chamarão Jorge Pedrosso: q̃ morreo sã filhos: e hũa filha q̃ foi molher de Jeronimo de Mattos, escriuão dante os Ouidores do crime da casa da soplicação, q̃ teue della f.<sup>es</sup> m.<sup>to</sup> honrrados como foi Jorge Pedroso de Mattos.»

(6) *Espelho da Nobreza de Portugal*, manuscrito n.<sup>o</sup> 963 do Fundo geral da B. N. L., na folha 428.

A informação dêste, pôsto que menos completa do que a daquele é dada nos mesmos termos, o que parece mostrar ter sido copeada do mesmo lugar, que não sabemos qual tenha sido. Ambos dizem que ao arauto Martim Vaz deu armas o imperador Maximiliano, no ano de 1510. Essa concessão devia ter-lhe sido feita quando estava na Alemanha, em viagem de estudo ordenada por D. Manuel. Julgamos que o tempo determinado para António Rodrigues e Martim Vaz, adquirirem os conhecimentos necessários ao bom desempenho do seu officio não iria além de dois anos, que foi o praso que, para o mesmo fim, o rei D. Manuel concedeu a Pero de Évora, filho de Martim Vaz. (1).

Admitindo que o imperador lhe desse armas quando estavam para regressar a Portugal, se a côrte alemã foi a última que visitaram, teriam deixado o reino em 1508, o que se aproxima da informação de Sanches de Baena. Se foi por essa côrte que principiamam, a sua volta só poderia ter lugar por 1511 ou 1512. Braamcamp Freire confessa que não conhece nenhuma carta de brasão assinada pelo Portugal rei de armas bacharel António Rodrigues, antes de 1512 (2).

Teria êle sido, efectivamente, rei de armas principal antes dêsse ano e Martim Vaz seria arauto? Na carta de 23 de Outubro de 1513, pela qual D. Manuel mandou dar trinta cruzados a Pero de Évora emquanto estivesse na Flandres aprendendo o officio de armas, diz que êle era filho de Martim Vaz *nosso Rey darmas* (3). A expressão *nosso Rey darmas* não significa que êle fôsse Portugal rei de armas, mas muito simplesmente que era um dos reis de armas de D. Manuel. E,

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Corpo cronológico, parte I, masso 13, documento 82.

Em documentos publicados por Braamcamp Freire no volume VII, página 221, e no volume X, página 168 do *Archivo Historico Portuguez*, encontra-se um Pero de Évora que em 1505 e 1509 era escrivão da ementa da alfândega de Lisboa. Não cremos que fôsse o filho de Martim Vaz, porque êste escrivão devia ser muito mais velho pois que o official de armas do mesmo nome entrou no officio de armas em 1513, quando foi para a Flandres, subindo a arauto em 22 de Dezembro de 1520, sendo já rei de armas Algarve em 13 de Abril de 1527. Os documentos referentes a estes dois últimos lugares encontram-se citados na página XXI do *Preambulo* da 1.<sup>a</sup> edição dos *Brasões da Sala de Cintra*.

(2) *Livro primeiro dos Brasões da Sala de Sintra*, de A. Braamcamp Freire, 2.<sup>a</sup> edição, *Preambulo*, página, 12.

(3) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, documento citado.

como poderia êle ser Portugal rei de armas em 1513 se já no ano anterior o bacharel António Rodrigues estava nesse officio, que exerceu até perto de 1560? É, portanto, prova evidente de que êle o era de outro reino, certamente o da Índia, como adiante se verá.

Braamcamp diz que Martim Vaz, predecessor do rei de armas António Rodrigues ainda passou uma carta de brasão em 2 de Julho de 1506 (1),

Analisando esta carta nada encontramos por onde se possa inferir que o Portugal rei de armas que a passou, fôsse Martim Vaz. Tal carta não refere o nome do official de armas e só tem um valor: provar que nessa data já era rei de armas principal o antecessor de António Rodrigues. Gaspar Velho, rei de armas Portugal, certifica-o, em 31 de Janeiro de 1583, sob a assinatura do official que a passou, dizendo que *esta carta foi passada pelo antecessor de meu antecessor*.

É também muito possível que tenha havido uma troca de officios de armas nas citações dos escritores antigos a respeito destes dois officiais. Assim, de Martim Vaz, que era talvez rei de armas, terão feito simples arauto e de António Rodrigues, que não seria mais do que arauto, elevaram-no a rei de armas. Mas outra hipótese mais lógica se nos apresenta. E é esta muito harmónica com os officios que os antigos lhes assinalam: arauto, a Martim Vaz e rei de armas a António Rodrigues. Para chegar a rei de armas Portugal era necessário passar por todos os officios dos outros reinos. Se Martim Vaz, em 1513, era rei de armas Índia — admitamos que era êste o reino que lhe dava nome — e em 1510 arauto, sê-lo-ia Lisboa. António Rodrigues, que, em 1512, era rei de armas Portugal, anteriormente tê-lo-ia sido Algarve. Quere dizer: D. Manuel mandou aperfeiçoar no estudo heráldico os dois officiais que primeiramente subiriam no officio, quando se desse vaga. Nem mesmo seria muito prático mandar aperfeiçoar quem já estivesse no fim da carreira de armas, quem fôsse Portugal principal rei de armas. O que era preciso era preparar os novos officiais. Para isso foram ao estrangeiro êstes dois, Pero de Évora, Gaspar Velho, talvez Manuel Teixeira e outros.

Não se teria enganado Damião de Goes na informação dada na

(1) *Archivo Heraldico-Genealogico*, de Sanches de Baena, *Suplemento*, página 681. Esta carta vem transcrita na íntegra por ser uma das que se encontram no códice manuscrito da Biblioteca de Évora.

Crónica de D. Manuel acêrca da ida do rei de armas Portugal, bacharel António Rodrigues, às côrtes de Alemanha, de França e de Inglaterra? O facto de ser cronista não isenta de erros a sua obra, tanto mais admissíveis neste ponto, qüanto é certo sabermos que na época que D. Manuel mandou fazer essa viagem de estudo êle apenas contava nns oito anos de idade, sendo, portanto, muito criança para disso ter lembrança certa quando escreveu a crónica, nas proximidades de 1567, quere dizer, quási sessenta anos depois. Nessa ocasião já não vivia António Rodrigues que êle devia conhecer pelo menos de vista e sabendo que nessa viagem fôra já com o officio de rei de armas, teria suposto que o era então do reino em que o conhecera mais tarde.

Os documentos que podiam tê-lo elucidado não se encontravam na Torre do Tombo, onde êle os haveria consultado se existissem, o que teria feito com a maior facilidade, já pela sua pouca antigüidade, já porque êle era o guarda-mór dêsse arquivo. Poucos documentos referentes a officiais de armas passaram pelas chancelarias. Deviam encontrar-se no Cartório da Nobreza, que, certamente, êle não consultou.

Mas quem seria então o Portugal rei de armas, antes de 1512, o encarregado de fazer o *Livro Grande* ou do *Armeiro-mór*?

Jean du Cros, que Braamcamp julgou hipotético por não dar crédito a uma informação de Sanches de Baena, que, afinal, era verdadeira.

Nos três livros de Soares de Albergaria, de que tratámos na primeira parte dêste estudo, encontram-se referências a êle.

Braamcamp consultou os *Triunfos de la Nobleza*, o códice 259 da Pombalina e, quási podemos afirma-lo, o índice manuscrito de obras genealógicas e heráldicas, existentes no Fundo Geral da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional. Êstes três volumes tratam de Jean du Cros, rei de armas, e êle disse não haver encontrado notícia de tal official. Ê quasi inacreditável!

Nos *Triunfos*, S. de Albergaria escreveu Cron (parecendo que foi emendado de Cio) e no índice dos mesmos Crõ. Eis o que vem «a folha 118 dêsse livro: *Los deste apellido traen por armas en campo azul tres faxas de oro, y un chefe roxo, con vn Aguila negra estendida. Iuan de Crõ Rei de armas, fue el primero que registró estas armas en los libros de la nobleza.* (1)

(1) Estas armas são cortadas e não com um chefe como dizem as descrições. Assim vêm iluminadas no *Livro do Armeiro-mór*.

No códice 259 vem a descrição das armas de *João de Cro Rey darmas*, na folha 24.

O códice 1118 traz na folha 129, verso, o desenho e descrição das referidas armas, sob título gráficamente igual, tendo por baixo *C R Ó*.

Mas nem só Soares de Albergaria dele dá notícia. O códice 962 do Fundo Geral, sem nota de autor mas que identificámos pela letra como sendo escrito por Manuel Alvares Pedrosa, também descreve na folha 125, as armas de *Joam do Cron Rey de armas*, que vinham no *L.º da Armaria fl. 48*, tendo por timbre a mesma águia. Vê-se, pois, que Jean du Cros existiu e foi rei de armas. O seu apelido anda bastante alterado nos armoriais, o que succedeu aos de quasi todos os estrangeiros. Assim, pronunciavam Cron e Cró, sendo esta forma a que prevaleceu, devendo descender dele os que actualmente usam este apelido, mas, cremos, já sem tradição de nobreza.

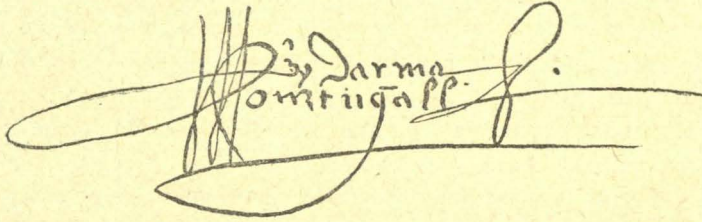
O códice 259 traz, na folha 28 verso, a descrição das armas de *Ant.º rōiz Rey darmas ptugal partido en palla o 1.º preto e mª aguia douro estendida. o 2.º de prata e hũa faixa de vermelho entre duas pombas de purpura uoando.*

Braamcamp Freire, na *Armaria Portuguesa*, página 437, dá a *Rodriguez, de Antonio Rodriguez*, as armas de du Cros dizendo, em nota, que *São as armas que pintou, ou mandou pintar, como suas, o bacharel Antonio Rodriguez, rei d'armas Portugal, no fim da introdução do A. M. (Armeiro-Mór) e acrescentando que não encontrou carta de brasão com as referidas armas. Como se vê, a única fonte para estas armas foi o brasão que firma a introdução do Livro Grande. Continuemos. Seria este Jean du Cros rei de armas Portugal? Assim parece, pois as armas que se encontram no fim do juramento do Livro do Armeiro-mór, junto à assinatura do rei de armas Portugal, são as que os quatro códices referidos lhe atribuem. E a assinatura de quem é? De António Rodrigues? O termo de juramento termina por: *E ho assinasse do meu proprio synall e armas*. Portanto, sinal e armas são da mesma pessoa. Mas há mais provas de que essa pessoa não era António Rodrigues. Os documentos que o Senhor Afonso de Dornelas cita do Arquivo do Hospital Real de Todos os Santos, existente no Hospital de S. José, e que são duas cartas do rei D. Manuel, uma mandando dar remédios e recomendando cuidados com o Portugal rei de armas que lá estava em tratamento e outra sôbre a feitura do Livro Grande,*

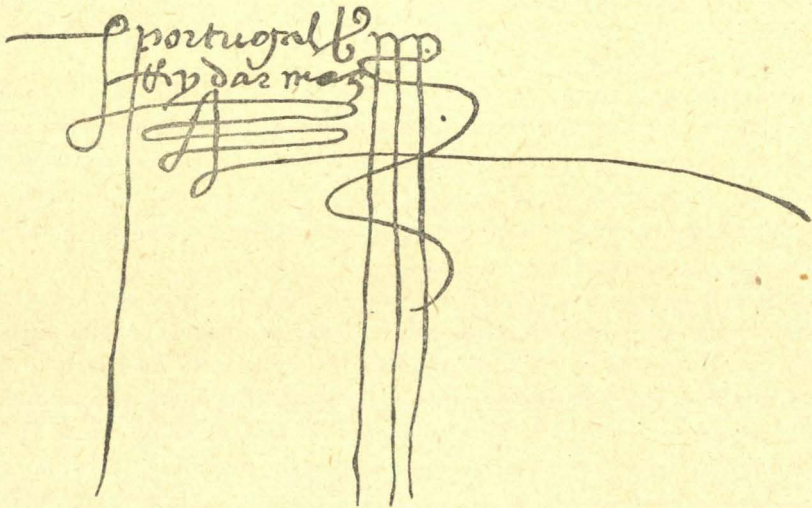
não dizem qual o nome do rei de armas, assim como não o diz o termo do juramento.

Porque se há de, então, querer ver nesse oficial o bacharel António Rodrigues?

Lembrámo-nos de que ainda havia um meio de identificação



António Rodrigues



Portugal  
António Rodrigues

de que podíamos lançar mão: comparar a assinatura da introdução ou termo de juramento do Livro Grande com a de António Rodrigues. Damos nesta página as duas, sendo a primeira a do juramento e a outra a de um rascunho de carta de armas escrita e assinada pelo próprio António Rodrigues, e veja-se se, perante tal

dissimilhança, pode ainda haver dúvidas de que a primeira assinatura é dele. (1)

Gaspar Velho, filho e sucessor de António Rodrigues, refere-se em muitas certidões de armas ao *antecessor de meu antecessor*, mas sem nunca dizer o seu nome. Que o antecessor de Gaspar Velho foi António Rodrigues, seu pai, a ninguém oferece dúvidas. E que o antecessor de António Rodrigues foi o autor do *Livro Grande*, vê-se da carta de armas, de 2 de Junho de 1506, atrás citada, em que o Portugal rei de armas que a passou, diz: *... e estão registadas no livro da nobreza no tempo que el-rei nosso senhor mandou por mim ordenar...*

Agora, não nos resta dúvida de que Jean du Cros foi Portugal rei de armas principal e que em 1508 estava doente no Hospital Real de Todos os Santos, fazendo o livro que o rei lhe mandara e que o terminou no dia 15 de Agosto de 1509, em que o assinou. Êste official de armas deve ter morrido ou abandonado o officio por falta de saúde, em fins de 1511 ou principios de 1512, ano em que aparece no mesmo officio o bacharel António Rodrigues.

E Arriet, o pintor alemão de que fala D. António Caetano de Sousa, também existiu como Jean du Cros? Parece que sim. António Soares de Albergaria quatro vezes nos fala dele. A primeira, no prólogo dos *Triunfos*, por êste modo:

*... Arrieta Rei de armas, y otros Yngleses praticos en este ministerio, que en tiempo de los Reys D. Fernando e D. Juan. 1. obseruaron alguna curiosidad, asentando en vn libro los blazones que en el discurso de la guerra se ganauam...; a segunda, dizendo do 1.º Duque de Bragança: Las armas le dió su padre, deriuadas de las reales, pero con la diferencia, que bien supo blasonar, Arrieta su Rey de armas, segun ciertos quadernos que vi. y lo restante tiene cierto cauallero que jamas me los quiso comunicar (donde consta el principio de algunas fidalgutas deste Reyno) para que escriptura con mas claridad de algunas familias, a quien debe restitucion; pero dire lo que supiere dellas en su lugar (2); a tercei-*

(1) Os decalques destas assinaturas foram feitos por amavel permissão que nos foi concedida, respectivamente, pelo Senhor Dr. António Baião, illustre director do Arquivo N. da Torre do Tombo, e pelo Senhor Dr. Ataíde e Melo, dignissimo chefe da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

(2) Códice 1119 do Fundo Geral da B. N. L. na folha 23, intitulado *Triunfos de la Nobleza*, etc.

ra, ainda sôbre o mesmo assunto, respondendo à objecção que lhe foi feita sôbre as referidas armas, escrevendo: . . . e não podemos dizer, que na composição dellas ouve erro contra as leys da armaria, pois foram fabricadas por Arrieta que foi o mais insigne Rey de armas, que se sabe, e por tal escolhido pello mesmo Rey para ordenar as armas deste Reyno, e dos fidalgos, que o ajudarão a ganhar<sup>(1)</sup>; e a quarta quando transcreve a carta de armas dada a Gil Simões: Por ser este el primero y mas antiguo blazon que se hallo en la torre del Tombo, informando que Los blazones que dio el Rey D. Juan el 1.º quedaron en poder de Arrieta su Rey de armas sin asentar en su archivo.<sup>(2)</sup>

Segundo as informações de Soares de Albergaria, foi rei de armas e de nenhum modo poderia ter colaborado no *Livro do Armeiro-mór*, pois que viveu, talvez, cem anos antes da sua iluminação. D. António Caetano de Sousa diz que era alemão, enquanto Albergaria o dá como inglês. Se a forma porque êste escreveu o nome daquele official de armas — Arrieta — não foi um aporuguesamento, como é nossa opinião, teríamos de nos inclinar para uma nova nacionalidade: a espanhola. Percorremos as grandes enciclopédias em busca de família ou de terra, que em Inglaterra ou Alemanha tivesse o nome de Arriet. Nada encontramos, o que não prova que não exista ou tenha existido. Em Espanha, porém, há vários lugares com o nome de Arrieta e dêste apelido existiu um naturalista no século XVI. Parece, portanto, que o *Livro Grande* foi exclusivamente feito por Jean du Cros que não veio de França trazido por António Rodrigues, como supôs Sanches de Baena, mas que já vivia em Portugal havia alguns anos<sup>(3)</sup>. A desigualdade entre a iluminura do livro e a das armas dos Ribafrias e as dos Tórres, é bem justificada. É que a perfeição de Jean du Cros não podia manifestar-se em 1541 nas dos Ribafrias, pois que, se ainda não era morto, já não exercitava o officio, devendo estas ter sido pintadas por António Rodrigues, ao tempo o Portugal rei de armas, ou por um seu colaborador. Muito menos podia manifestar-se em 1560, nas dos Tórres, quando já era rei de armas principal o licenceado Gaspar Velho.

De que o *Livro do Armeiro-mór* é anterior à vinda dêsses officiais do estrangeiro e à conclusão da leitura das sepulturas, é prova não esta-

(1) *Tropheos Lusitanos*, na *Reposta A Certas Objeiçoens*, que anda junto àqueles.

(2) Nos *Trivnfos*, folha 171 verso, apelido Simões.

(3) *Archivo Heraldico-Genealogico, Preliminares*, em nota da página XIII.

rem nêle incluídas as armas de Martim Vaz e as de António Rodrigues, concedidas pelo imperador Maximiliano, e faltarem as de Domingos Joanes, que buscando-se... *no liuro das armas dos nobres e fidalguos dos nossos Rejnos que tem portugall nosso príncipall Rey darmas para dellas auer de tirar sua carta segundo fforma de nosa ordenaçam as nõ achara no dito liuro asentadas...* como diz a carta de 23 de Abril de 1515, pela qual elas foram passadas a um seu descendente, para o que teve de ir o rei de armas a Oliveira do Hospital, copiá-las da sua sepultura na igreja de Santa Cruz<sup>(1)</sup>.

Vê-se que estando no reino desde fins de 1511 ou princípios de 1512, não tinha António Rodrigues, em Abril de 1515, ainda percorrido todo o reino se é que já tinha principiado o inquérito que o rei D. Manuel mandou fazer sobre sepulturas, pedras de armas e outros monumentos.

António Godinho diz no prólogo do seu livro que *êste conuinha ser manual & portatil. pera S. A. despachar as armas & e se lembrar da linhages & o ter por registo dellas*<sup>(2)</sup>. Parece poder depreender-se disto, que, êste livro, não foi destinado ao Cartório da Nobreza, — embora primitivamente fosse êsse o seu fim — mas a substituir o do Armeiro-mór que era bastante incompleto, tanto por falta de armas como de timbres. Essa substituição é que, ou não se deu ou se chegou a realizar-se foi desfeita pela necessidade de ir servir aos reis de armas, pois que o que elles possuíam no Cartório da Nobreza, ardeu com êle em 1755. Desfeita a troca, o Livro Grande teria voltado para a guarda do Armeiro-mór.

Se compararmos as armas de Martim Vaz com as de António Rodrigues, veremos que entre elas existe uma grande analogia. São ambas partidas, tendo no I meia águia, que nas de Martim Vaz é coroadada, e no II, respectivamente, três e duas pombas, tendo, as de António Rodrigues, menos uma por a do meio estar substituída por uma faxa. Braamcamp, encontrou bastante analogia entre as de Martim Vaz e as de André Rodrigues, mas maior existe entre as daquele e as de António Rodrigues, cujas verdadeiras parece não terem sido do seu

(1) *Armario Portuguesa*, de A. Braamcamp Freire, na página 27.

(2) *Livro da nobreza perfeçam das armas dos Reis christãos e nobres linhagens do reino e senhorios de Portugal*, existente no Arquivo N. da Torre do Tombo.

conhecimento<sup>(1)</sup>. Pôsto, que nenhum armorial dos que falam das armas dêste diga que lhe foram dadas pelo imperador Maximiliano, é de crêr que elle lhas tivesse concedido, como fêz a Martim Vaz. São baseadas nas da casa de Áustria, que também foram dadas a André Rodrigues de Áustria, que por ter servido esta casa assim foi conhecido, não ficando tal designação como apelido a seus descendentes, mas pela qual são, geral e erradamente, incluídas sob ella, nos armoriais, as suas armas<sup>(2)</sup>.

O licenciado Gaspar Velho, cavaleiro do hábito de Sant'Iago e sucessor do bacharel António Rodrigues, foi, também, um official de armas sabedor. A elle se refere na seguinte nota Soares de Albergaria: . . . *Gaspar Bello del habito de Santiago, Rey de armas deste Reyno, hombre experimentado en la armeria, y que autia visto toda Europa, por mandado de la Reyna Doña Catalina* . . .<sup>(3)</sup>.

À lista de armeiros-móres que o Senhor Afonso de Dornelas, laborioso e illustre investigador heráldico-genealógico, publicou<sup>(4)</sup>, poderão juntar mais dois cuja noticia é dada por Serra Craesbeeck<sup>(5)</sup>. São: João Anes, armeiro-mór do rei D. João I e Duarte Pestana, do rei D. João II.

Podemos concluir do seguinte modo, salvo melhor opinião:

1.º Arriet foi rei de armas de D. João I e era de nacionalidade inglesa, sendo possível que o auxílio prestado pelos ingleses aos nossos serviços heráldicos já viesse do tempo do rei D. Fernando;

(1) *Armaria Portuguesa*, lugar citado, attribue a António Rodrigues as de du Cros.

(2) Nos armoriais figura o apelido Áustria, mas os livros da Torre do Tombo não o têm, trazendo as mesmas armas sob a designação de André Rodrigues. Procurámos nas genealogias uma família que tivesse este apelido, mas não a encontramos. Em título de Rodrigues deparámos com um Jeronimo Rodrigues, que viveu na cidade de Brich, na Alemanha, onde casou com Helena de Rhetz. Um de seus filhos, Guilherme Rodrigues, passou a Portugal e daqui à Madeira, onde há descendência. Supomos que estes fossem descendentes de André Rodrigues e que vivendo na Alemanha servissem a casa de Áustria, pelo que ganharam tal alcunha.

(3) Nos *Triunfos de la Nobleza*, folha 21 verso.

(4) No *Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal*, II volume, *O Livro Grande*, página 17.

(5) No *Espelho da Nobreza*, manuscrito 963 do Fundo Geral da B. N. L., na tolha 207 verso.

2.º António Rodrigues não foi rei de armas principal antes de 1512;

3.º Martim Vaz não foi rei de armas de Portugal;

4.º António Rodrigues não iluminou nem ordenou o *Livro do Armeiro-mór*, não sendo dele a assinatura nem as armas que firmam o juramento;

5.º Jean du Cros, francês, foi rei de armas principal, antecessor de António Rodrigues, e é obra dele o *Livro Grande*, que assinou e firmou com suas armas.

# DUAS ESCOLAS DE PINTURA DO SÉCULO XV

COMUNICAÇÃO FEITA NA ASSEMBLEIA GERAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

PELO

MARQUÊS DE JÁCOME CORREIA

I

## A HISTÓRIA

### O mito de Grão Vasco

Há três quartos de século, qualquer painel que aparecia, religioso, pintado sobre madeira, scenografando uma passagem de santo ou de divindade e debuxado nesse estilo que em Itália, na França, na Alemanha ou na Flandres, saía do clacissismo modelar e procurava a realidade, o humano, o natural, qualquer desses quadros era indiferentemente designado por exemplar de Grão Vasco.

O Grão Vasco tornou-se assim um mito, autor de obras que, de facto, constavam de peças distintas, provenientes de origens diversas, produzidas por artistas diferentes, muitas das quais poderiam ser autenticadas por citações de cronistas, ou relatadas por contemporâneos e por referências em registos e tombos, se se encontrassem alusões a elas em convenientes circunstâncias, e identificadas, se a separação dos exemplares, a escassez de comunicações com os lugares onde se achavam os quadros e, sobretudo, a impossibilidade de os confrontar e de os analisar, não concorressem para tornar o problema da autoria do pintor uma verdadeira tarefa.

Em meiado do século passado, essa tarefa foi empreendida por um diplomata alemão — o conde de Raczynski — que teve desvelados cola-

boradores, como José de Oliveira Berardo, o visconde de Juromenha, historiador e arqueólogo, e muitos outros.

O conde de Raczynski, colecionador e amador de arte, desdobrou



A «Anunciação», de Vasco Fernandes, no museu de Lamego

a sua missão na de informador para o seu país, da arqueologia artística portuguesa, de que resultou um dicionário e um volume de cartas críticas preciosos; e como o mito de Grão Vasco foi debatido estudado, examinado e rebuscado, da discussão entretida durante os anos da

sua permanência em Portugal, êsse mito perdeu a lenda que o revestia e animou-se duma realidade que se tornou mais acessível aos curiosos e aos investigadores.

Desde então, o mito de Grão Vasco terminou, mas iria começar a carreira doutro mito, nascido como a Fénix das cinzas dêste — o Grão Vasco do mito.

### O Grão Vasco do mito

José de Oliveira Berardo, que mais tarde foi cónego da Sé e reitor do Liceu de Viseu, tendo exercido também o cargo de administrador de concelho, quando se entregou na mocidade aos estudos históricos e arqueológicos, foi — em 1843, quando Raczyński estudava a pintura nacional—solicitado pelo visconde de Juromenha a elucidar o assunto, por isso que a escola de pintura de Viseu, como tudo que se relacionava com a arqueologia da cidade, o interessava.

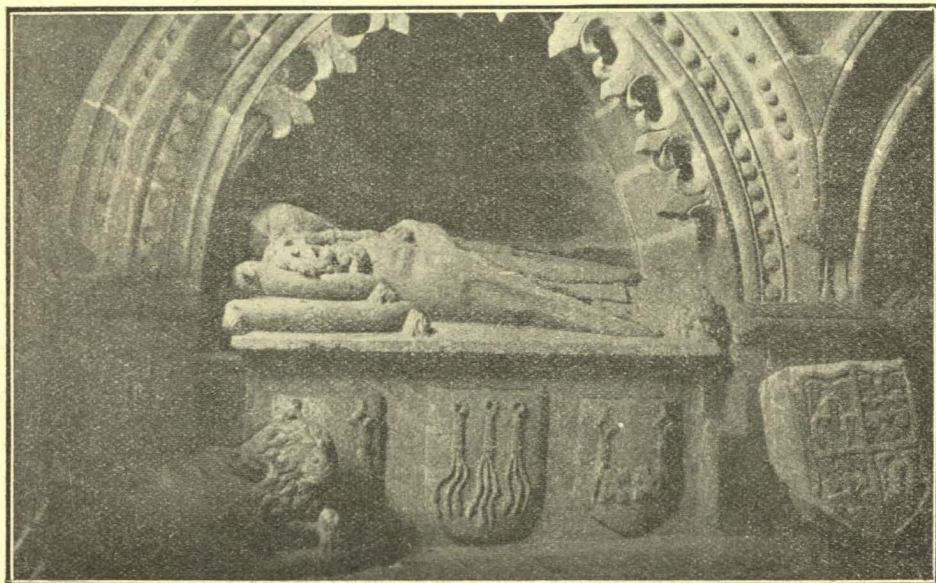
Foram de variada natureza êsses informes e prestaram ao assunto da matéria nessa época os maiores esclarecimentos, os melhores, digamos, por isso que na sua confusão são ainda os que se quedam naturais entre os artificiais que se misturaram à solução do problema que era nesse instante a identificação dos quadros da Sé, atribuídos ao Grão Vasco.

Os quadros que mais tarde, quando os viu o perito londrino Robinson, que se não preocupava com questões históricas, foram pela simples análise comparativa, separados em diversos grupos, distinguindo-se por processos diferentes de técnica artística; nesse momento ficaram ainda por forma vacilante reunidos numa escola — não para o sr. Robinson que os distinguiu perfeitamente — que nem portuguesa genuína parecia aos amadores e que se perdiam em conjecturas sobre a origem de Vasco que assinava uma táboa de Pentecostes em Coimbra e que aparecia citado com o apelido de Fernandes num registo dum livro da Confraria de S. Pedro da Sé, rubricado por Luís Ferreira, em 1607, referindo-se à táboa de S. Pedro que mandára limpar e que era obra dêsse artista.

Consagrado pela tradição, Vasco Fernandes, como artista de Viseu, como autor do S. Pedro, e portanto como o pintor dos maravilhosos quadros que existiam na Sé Catedral, procurava-se em 1843 saber quem era êsse Vasco Fernandes e quais os quadros, além dos conhecidos, que existiriam pela cidade e arredores.

Nessa correspondência entre Berardo e o Visconde de Juromenha, precisava-se que era na estirpe dos Casais e na qual se tinham no século xvi constituído vários morgadios, que a tradição punha a família e a origem de Vasco Fernandes; e que num dos descendentes e administrador de vínculos dessa família, se encontrava ainda um quadro da escola, representando Baco assentado sobre um tonel de vinho, como no morgado de Guimarães e na capela de Santo António existia outro conservado nos descendentes e herdeiros do vínculo.

Pela aldeia de Moure, na freguesia de Abravezes, estendiam-se



Túmulo de Frei João Médico na extinta capela do Bom Jesus,  
no claustro da Sé de Viseu

parte das terras do morgado de José Lemos de Matos e uma quinta dele ocupava parte de uma povoação que ainda conservava o nome de Moinhos do Pintor. Como esse vínculo era o da capela fundada pelo cônego Henrique de Lemos, do século xvi, foi ao redor da ermida de N. S.<sup>a</sup> dos Remédios, que servia o lugarejo, que os geneologistas reme-cheram documentos a fim de identificar os ascendentes dum Vasco Fernandes do Casal, filho de Francisco Coelho de Campos e de Maria

Fernandes do Casal, que foi um fidalgo contemporâneo de D. João III e possuíra essas terras.

Berardo, que acompanhava já a tradição de Viseu pela leitura dos manuscritos de Manuel Botelho Ribeiro, que escrevia pelos fins do século XVI, na falta de provas concludentes, secundava a opinião pelas notícias colhidas nos documentos encontrados no tombo vincular do morgado de Guimarães, em que apareciam os Coelhos de Campos unidos aos Fernandes do Casal, precisado no traslado de 1619 do «Tratado dos Figueiredos», pelo Dr. Francisco de Abreu Castelo Branco, que se refere a um processo orfanológico de 1539, da família, em que figuram como filhos do João do Casal e Branca Lopes de Andrade, já então falecidos, Álvaro Brás e Isabel. Em juízo apareciam Álvaro, representante do irmão Brás, ausente na Índia, Pedro Cadoso, com procuração da mulher, que aí figura com o nome de Isabel de Andrade, e os tios dos interessados que eram Jorge Lourenço e Pedro Correia.

Berardo só podia admitir erros nessa meada de remota parentela de visienses, aliás reconhecendo que sulcava massas genealógicas de incontestável autenticidade, citando Candozos, Correias, Casais, Lourenços, Lopes e Andrades, domiciliários de Viseu, no século XVI, alguns dos quais designados individualmente em documentos do Cabido e do Concelho da Cidade; e honestamente declarava a Juromenha que Vasco Fernandes do Casal era sucessor de Coelho de Campos, e que seria mister conjugar o Vasco Fernandes da tradição, que seria outro, com um outro pintor mais antigo do mesmo nome, e que tivesse o seu nome ligado aos Moinhos do Pintor, da freguesia de Abravezes.

Essa confusão genealógica invadiu a crítica, que passou outra vez a designar indiferentemente por quadros do Grão Vasco toda a táboa e retábulo de altar de pintura do século XV ou XVI que aparecia em collecções particulares ou nas igrejas.

### A autenticação do Grão Vasco

Em 1923 o Doutor Vergílio Correia autenticava a obra de Vasco Fernandes em face de documentos. Os quadros estavam em Lamego. Tinham sido executados para decorar o altar-mor da Sé e correspondiam — em medidas e designações aos assuntos daqueles que ainda existiam — as da descrição lavrada no contrato concluído entre o pin-

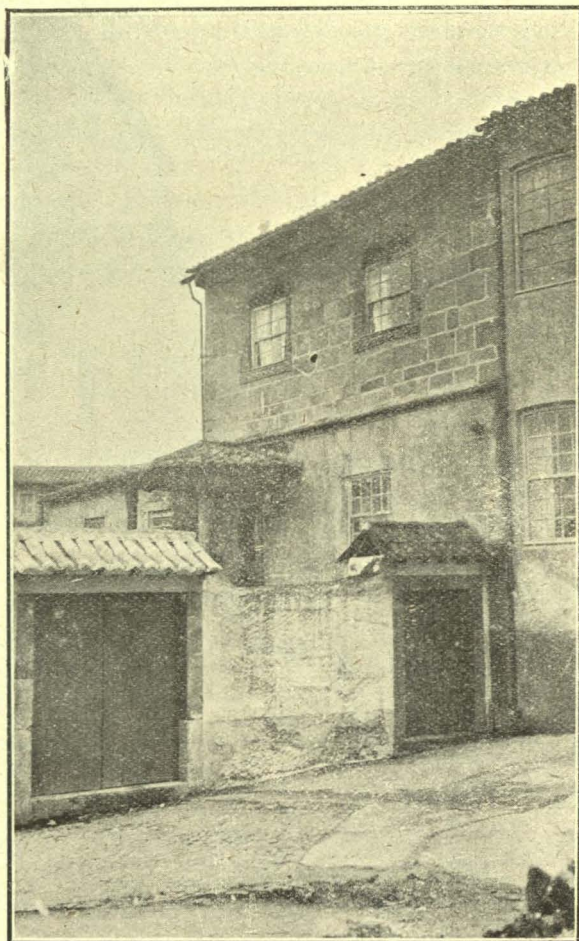
tor e o procurador do bispo D. João da Madureira Camelo. Datava do mês de Maio de 1506 a escritura pela qual 14 peças de pintura seriam executadas no prazo de 18 meses pelo preço de 350 mil reais



Recanto medievo do Largo do Colégio de Viseu,  
casa aonde residiu Frei João Médico

brancos, com alqueires de trigo e duas pipas de vinho, que em Setembro seguinte, em virtude de novo projecto de ampliação, ficavam em 470 mil reais, 150 alqueires de pão e 3 pipas de vinho. Tôda a obra de

talha e de madeira do retábulo estava incluída no contrato e o bispo fornecia a residência aos artistas nas condições convenientes à execução dela.



Recanto, medievo do Largo do Colégio,  
casa do Almoarifado, aonde a tradição diz que nasceu o Infante D. Duarte

É depois dessa data que se encontra Vasco Fernandes residindo em Viseu mas não existem documentos lá que identifiquem trabalho algum do pintor; e os quadros que existem hoje no Museu da cidade não são

dêste artista. O grupo que pertenceu outrora à capela do altar-mor e que se compõe duma vida da Santa Família em 14 quadros constitui uma obra do fundador duma escola e é anterior à obra em Lamego, por isso que o bispo várias vezes alude à sua perfeição no contrato e mostra o empenho que aqueles da encomenda não fôsem inferiores; os outros quadros dispersos e recolhidos de vários lugares aonde se achavam, agrupados pela semelhança de factura, só recebem, alguns deles, influência dos seus processos e da sua técnica, sem mesmo intenção imitativa, não se podendo atribuir a nenhum a autoria de Vasco Fernandes.

Em 1881, quando o secretário da Comissão que organizou a representação artística portuguesa à exposição de Londres, Filipe Simões, andava em exploração pela província para a colecta de exemplares, viu os quadros de Lamego, não só os achou inferiores aos de Viseu como os apontou de autor diferente. O tom assombreado dos seus fundos, o recorte dos objectos, das coisas e das figuras obtidas pelo colorido ou por realce de cambiantes e de sombra, mais do que pelo desenho, são bem processos que diferem das vivas lacas e das inspirações iluminadas dos quadros do altar de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Sé de Viseu e dos outros que se destacam, ou pelo homogeneidade de colorações e tonalidade ou pela fisionomia das personagens das scenas, ou pela animação dos assuntos, ou pela concepção das idealizações.

Conquanto não existisse concordância entre os críticos de arte, é forçoso reconhecer que Vasco Fernandes, antes da descoberta do Dr. Vergílio Corrêa, ficara sempre mais ou menos na confusão das autorias como o autor do S. Pedro da Sé de Viseu; tanto mais que era a êle que se referia ainda num período pouco afastado da sua factura o membro da confraria que deixou registado o que fizera pela capela em obra de restauro. E o assunto perpetuar-se hia se o director do museu de Viseu, Almeida Moreira, não esclarecesse recentemente, em estudo especial, que o célebre quadro exposto dentro do recinto que estava à sua guarda, era uma réplica dum outro existente em Tarouca do qual produziu uma fotogravura com outra do de Viseu; e demonstrando que era o de Tarouca o original. Bastava comparar-se as gravuras, observar-se como num e noutro os olhos se expressavam e estavam desenhados, como um e outro artista tinham tratado as carnes do modêlo dos dois quadros para se ver que um era um retrato e o outro cópia dele com alterações no vestuário, nas posições e nos objectos de mobiliário.

## Um mistério

As obras da Sé de Viseu em que foi compreendido o retábulo do altar-mor que tanto cobiçava para a igreja de Lamego o bispo Camelo Madureira, não foram iniciadas pelo bispo João Vicente. João Vicente, entre outras obras, mandou abrir no claustro térreo uma capela sob o orago de Bom Jesus aonde instalou um sarcófago destinado a receber as suas cinzas quando morresse.

Nesse túmulo, escavado na parede, de arco cairelado a flores de liz, sobre o qual repousa em pedra nas suas vestes episcopais o bom do D. João, foram esculpidos três brasões que deram origem a complicada controvérsia.

Todos os três alinham-se na face do caixão e decoram-na. O do centro é enchido com três látegos de cilício de três pontas caídas cada um, dispostos em pala; nos marginais, idênticos um ao outro, figuram dois chavões desligados partindo também o escudo no mesmo sentido.

São esses chavões assim dispostos, palhetão contra palhetão, no escudo, sem mais outra matéria heráldica a esclarecer a leitura, que encerram o problema e motivo para meditação.

É conhecida pelo cronista da Congregação de Santo Eloi a disputa levantada por ocasião da reconstrução da igreja de Lisboa em 1463, entre o Arcebispo D. Jorge da Costa e os frades. Estes empenhavam-se para que o fundador da Congregação, D. João Vicente, repousasse na capela-mor, que era única, por isso que a igreja antiga era de uma só nave, ao passo que o bispo reservava-a para as cinzas da infanta, sua pupila, D. Catarina, que acabava de falecer.

Suposto que não sejam verdadeiras as razões por que o templo foi alterado de uma nave para duas, como ficou depois da reconstrução, o que é indiscutível é que o cronista que escrevia no século XVII não podia ignorar que D. João Vicente, bispo de Viseu, estando em Espanha junto da rainha D. Isabel, mandara executar o seu mausoléu em Viseu, aonde foi sepultado depois.

Vários bispos sucessores de João Vicente prestaram-lhe em frente do túmulo grandes homenagens póstumas, e não só por cronistas e historiadores que se consagraram à arqueologia de Viseu, é dada como certa a conservação das cinzas do fundador dos Loios, aí nessa capela do Bom Jesus, aonde esteve durante séculos o célebre quadro do Calvário que faz hoje parte da colecção do museu.

No entanto, por princípios do século xvii, começou-se a supôr que as cinzas do Bispo D. João de Chaves que sucedeu em 1523 ao cardinal D. Afonso, filho do rei D. Manuel, estavam encerradas no sarcófago da capela do Bom Jesus e que essas chaves desligadas uma da outra, sem sentido heráldico clássico, eram as das armas dêsse Bispo e não as de João Vicente.

Várias explicações se têm dado a começar pela da trasladação, muito freqüente nos séculos xv e xvi, das cinzas de João Vicente para Lisboa, mas o mistério perdurou e se não existe de facto para quem



Frei João Rodrigues da Macieira  
nas taboas de Nuno Gonsalves, das Janelas Verdes

conhece algum registo ou documento que relate o acontecimento ou elucide o assunto, foi trazido através dos séculos, como prova a asserção de Frei Francisco de Santa Maria, na crónica da Congregação dos Loios.

À volta da discussão, os que combatiam a opinião da trasladação de João Vicente para Lisboa e a representação portanto do brasão das chaves na tampa do mausoléu interpretavam os escudos alegóricos, atributos morais e eclesiásticos do bispo Vicente como fundador

da Congregação dos Loios, como autor dos Estatutos da Ordem de Cristo, como reformador da ordem dos Seculares e porventura como impulsionador do progresso artístico de Viseu, porque a sua cultura intelectual harmonizava-se com a actividade social de que foi dotado.

De facto, a tradição descreve-o modesto e humilde como o pintou nas táboas de S. Tiago o pintor Nuno Gonsalves, passeando por Viseu acompanhado por dois clérigos, com êsse bordão que se vê nas táboas e que foi guardado na Sé como relíquia; e vários cronistas referem-se à simplicidade em que viveu na casa contígua à da rua Escura que deita para a travessa arcada do Largo do Colégio, bem marcado pela natureza artística do estilo das suas janelas da casa perto, nesse recanto da cidade que rescende ainda ao medievo; contando que alienara os bens que lhe advieram por morte dos pais, como abdicara de honras, de distincções e do cargo de fisico-mor da côrte; e como se fizera eremita para se iniciar na carreira eclesiástica.

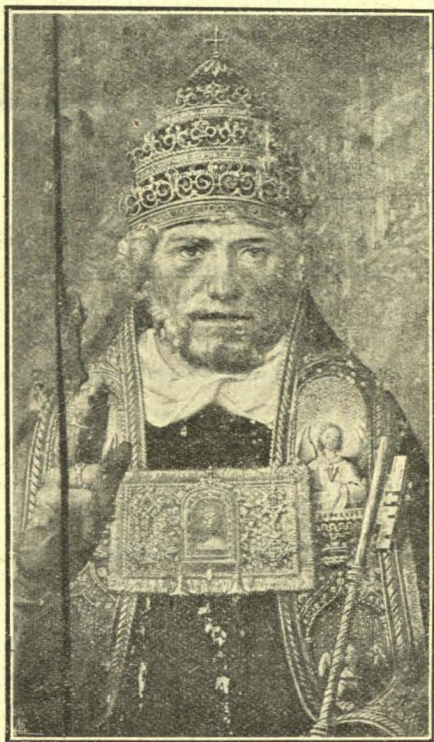
Enfim, na história dessa odissea de exemplar honestidade que se apaga numa sombra do seu grande vulto histórico não é de crer que se esconda uma iniciativa ou qualquer participação directa havida na que revolucionou Viseu, debaixo do ponto de vista artístico, na segunda metade do século xv. Mas é de toda a probabilidade que a impulsionasse.

E se assim é, Nuno Gonsalves, que o pintara entre as principais personagens da côrte de D. Afonso V, nas vésperas da sua morte, abatido, encarquilhada a pele, humilde entre os orgulhosos autores dum grande programa de progresso, vergado ao peso dos anos, não é possível que deixasse assim tão caducamente representada à posteridade uma das mais célebres figuras da história do seu tempo. Não seria humano no grande génio da pintura histórica do reinado glorioso mascarar uma verdade tão autêntica.

Revi com atenção todos os mistérios que se prendiam ao S. Pedro de Viseu, à capela do Bom Jesus, às chaves simbólicas do sarcófago, ao quadro *mito* do Grão Vasco e todos êsses elementos se uniram numa só origem e ligaram-se a Nuno Gonsalves.

O seu quadro de S. Pedro era um simbolismo e era dêsse simbolismo que emanava a santidade que a tradição attribuia a Frei João Vicente, em Viseu, porque nada melhor do que fôsse do domínio místico poderia trazer à população um tal sentimento votado à memória do seu bispo desaparecido.

O prelado que na gerência dos negocios ecclesiásticos de Lamego desanexara ou provocara a desanexação da diocese de Viseu, de 56 igrejas que pertenciam a êste bispado, situadas no arciprestado de Riba Cõa, desde o reinado de D. Dinis; êsse bispo que mais tarde vem dirigir a diocese que despojára, não devia ter exercido a influencia que exerceu na opinião dos seus diocesanos, se não tivesse ligada a



O S. Pedro de S. João de Tarouca, original do seculo XV

sua acção a actos que o elevaram no conceito público; ora êsses actos não se podiam desligar do progresso artístico da cidade, bafejada nessa época por tôdas as favoráveis aragens da civilização, e que nesse ramo marcou o meio século que se seguiu à sua morte (1).

(1) Tem-se querido vêr pelas representações às côrtes uma escassez de meios económicos de Viseu, nessa época, que nada justifica

A veneração que a tradição lhe tributou, o mais significativo respeito que lhe foi guardado, as santas intenções e as faculdades de taumaturgo que lhe foram reconhecidas, são bem provas de quanto os bens pesavam, inclinando o prato da balança da simpatia abaixo do nível da dos males. É certo que os factos são reputados pelos frades loios que, em 1618, foram inquirir a Viseu sobre a vida, fama e milagres do fundador da sua Congregação e que a boa memória de Frei Vicente deve a sua santificação a essa campanha dirigida pelo padre Manoel da Visitação.

O que me parece indiscutível, porém, é que se o inquérito foi dirigido por ocasião em que se cuidava do restauro da capela de S. Pedro da Sé, como prova o registo do confrade que custeou a obra e atribui a factura do quadro a Vasco Fernandes, esse inquérito vinha a propósito para arreigar nas tradições locais memórias sobre João Vicente e que essas memórias se justificam por qualquer campanha havida anteriormente, logo depois da morte do prelado.

Dessa campanha resultaria o ingresso primeiro do quadro de S. Pedro a S. João de Tarouca e depois a factura da réplica para a Sé de Viseu.

## II

## A CRÍTICA

## As escolas do século XV

Frei João da Madureira ou Frei João Médico foi pintado por Nuno Gonçalves no painel das reformas do tríptico das pragmáticas da série de quadros destinadas à decoração da capela dos Cavaleiros de S. Tiago da Espada, ao lado do caixão dos apetrechos de enfermagem destinados à expedição de África, na qualidade de organizador dos serviços de assistência aos feridos nos campos de batalha.

É com essa unção de bondade que lhe reconhece a tradição que ele se salienta dos freires clérigos das ordens, atentos e obedientes, do rabino austero e do embaixador reverente, na atitude de indulgência e de pusilanimidade que contradizem a espiritualidade autoritária que lhe sai do olhar, vivo, penetrante, quasi que de louco. Aí, nesse retrato, a transcendência e o vigor do pensamento são os mesmos que animam a fisionomia coberta pela tiara no quadro de S. Pedro de Tarouca executado 8 ou 10 anos atrás. Naquele, a testa ampla, exageradamente su-

bida, desproporcionada mesmo às dimensões correctas duma fisionomia normal e que sobrepuja a intelectualidade do homem, essa deformação amolda-se na expressão de S. Pedro, desaparecida a anomalia craneana sob a coroa. Parece aqui outra pessoa, arredondadas as faces pela barba crescida e corrigidas as feições, que aliás são as mesmas menos acentuadas pelos 10 anos de diferença caídos em cima duma velhice alerta mas consumida pela luta. São as mesmas profundas pregas que lhe vincam as faces, o mesmo pequenino queixo nutrido de experiência — um mento de indulgência também — que mais curto parece ainda pelo debordamento pronunciado do lábio inferior, carnudo; é o mesmo nariz ponteagudo de asas abertas a uma excessiva sensibilidade; são as mesmas maçãs do rosto salientes.

A cara oblonga transfigurou-se e foi restituída aos traços regulares de qualquer ser normalmente constituído fisicamente quando a garri-dice e a tafalaria ainda susceptibilizavam as preocupações do dignitário da igreja que não as deixa esconder na decrepitude pelo barrete singelo, nos tufos encaracolados que lhe são ondeados das entradas laterais da cabeleira. A boca, que parece em arco na réplica de Viseu, no S. Pedro de Tarouca, é igualmente rasgada a direito, franca e lealmente, e os olhos são mais humanos e naturais, numa verdadeira expressão animada que se completa pela realidade por que estão desenhadas e tratadas as carnes e a pele.

As razões porque foi o bispo de Viseu pintado no simbolismo místico de chefe supremo da igreja não se explicam senão pela razão que levaram as chaves alegóricas do mesmo simbolismo a serem esculpidas no mausoléu do defunto.

Chamariam em vida a frei João Vicente o S. Pedro? Ninguém abriu na sua época tantas portas de tanto céu inexplorado à humanidade pensadora e activa e essa vaidade de ancião não repugnaria aos moços.

É certo que nenhuma explicação se encontra para o facto do quadro ter sido pintado em Viseu achando-se já aí na posse da Diocese Frei João transferido de Lamego, e estar na capela da igreja de S. João de Tarouca que pertencia à Ordem de S. Bernardo; mas não é com argumentação desta natureza que se chega a conclusões mas com outra mais positiva.

A pintura do quadro de S. João de Tarouca é mais fina de pince-lada, mais difusa, mais arrematada nos cambiantes, menos densa e pastosa do que a pintura de S. Pedro de Viseu e que tôda a pintura

de quadros das escolas do século xvi. Lá, como nas táboas de S. Tiago das Janelas Verdes, não se marcam efeitos por acamação ou grossura de tintas. Os recames, os bordados, as joias não oferecem o menor relevo senão o de óptica, obtido pelos recursos do desenho e da técnica pictoral. Apenas no S. Pedro os brocados foram lavrados por justaposição de tintas como os resplendores de S. Tiago; mas nos quadros das Janelas Verdes não existem brocados e nem os perolados nem a obra de passamanaria das borlas das espadas se fizeram por esse processo.

Já nos painéis de Lamego, de Vasco Fernandes, executados entre 1506 e 1511, que estão no museu de Lamego e aonde se manifesta a inspiração de Nuno Gonçalves na tonalidade severa, no estudo dos tipos dos anciãos e dos homens em geral o processo pictoral é diferente e os relevos provocados pelo retoque acentuado são vulgares para detalhar e fazer realçar qualquer decoração minuciosa.

Quando Vasco Fernandes inicia em Lamego a obra do altar-mor da Sé não vinha das oficinas donde saíra o seu camarada que já terminara a decoração na capela-mor da Sé de Viseu; e não é só na técnica que se manifesta a divergência das escolas dum e doutro, é nas aspirações artísticas que em Vasco Fernandes é dum idealista que realiza, ao passo que no autor do retábulo de Viseu é dum humanista de alma descrente e apóstata dos ideais da sua escola.

A maneira de Nuno Gonçalves na pincelada é adoptada pelo mestre do retábulo de Viseu e separa-se assim das escolas de Vasco Fernandes e Sucessores, mas no estender e empregar as tintas, porque no resto a disciplina conduz os dois processos para explorações distintas, já no emprêgo das côres e na apresentação das figuras como pela diversidade do desenho, pelas proporções das personagens, concepção e execução dos assuntos. No mestre do retábulo de Viseu o humanismo que se evolva da sua obra obedece a uma psicologia própria.

É devido mesmo a esse individualismo — chamemos-lhe assim — e à feição pessoal do pintor que a influência de Nuno Gonçalves se quebrou e deixou de exercer efeitos mais pronunciados nas escolas que se sucederam. Vasco Fernandes, que nas suas idealizações busca o método realista de Nuno Gonçalves, concorre para imprimir uma directriz nova, não se deixando influenciar a seu turno nem impressionar pela viva imaginação dos modelos que lhe caem sob a vista diàriamente e sob a análise, vivendo em contacto com elles enquanto reside em Viseu durante trinta anos, criando como que uma imunidade técnica. É essa

imunidade que couraça os artistas da escola da Beira representados no museu de Viseu. Mas ela não se teria realizado, mesmo justificado na dignidade e no orgulho de produzir obra original, senão fôsse facilitada,



«A circuncisão», da série da Vida de N.ª S.ª, no Museu de Viseu.  
Antigo retábulo do Altar-mor da Sé

esclarecida mesmo, pela marcante personalidade individualista dos modelos do retábulo da Vida da Santa Família — inimitáveis a não ser por imitação.

Cada um desses artistas da escola de Viseu tem o seu lugar definido na história da pintura regional e se o quinhão de cada um não é confundível com o quinhão do outro, compete ao mestre das cores vivas uma iniciação de arte de classe superior.

A tendência miniatural, que poetisa a obra, predomina tanto na transcendência dela que se torna um «leit» motivo de classissismo e de método escolar. Foi de certo por recurso, por artifício, que a conservou das velhas composições da iluminura e por necessidade de concepção artística para traduzir no mister a realidade convencional, que se resume em suma numa harmonia de modelos disparatados.

Na essência dessa harmonia disparatada de modelos, equilibrou os princípios de concordância de estética e de conjunto que pela disciplina iluminurista produzem os efeitos surpreendentes nas proporções ampliadas. E tudo isso foi trazido, traduzido, remechido nos moldes dessa iluminura de que o artista não conseguiu emancipar-se, mas que pôde com vantagem transportar para a natureza da quadrografia.

Pelo brilho e radiação das cores dos vestidos e dos hábitos, pela graça amaneirada que animam os tipos, pela iluminação fresca dos ambientes e das paisagens, por todo esse bom humor que é derramado em conjunto, por essa harmonia integrada de sentido que não é nem elegância nem pretenciosismo, mas uma imperiosa intuição psíquica para surpreender a verdade em flagrante; por todos esses pequenos detalhes de técnica que traduzem o saber da vida e a ciência da observação, o artista impôs por tal forma a influência do seu génio que nas mais felizes expressões fisionómicas e plásticas das figuras pintadas nos quadros do declinar das escolas do século seguinte, isto é, quando a scenografia alegórica abandona o classissismo da ilustração dos fundos pelos temas do convencionalismo similar, se surpreende ainda a espiritualidade do pintor, que se conservou sempre fora de concurso no exemplo escolar, revivida nesses indivíduos de somenos importância e que vivem individualmente no ridículo ou no exagêro particular de um sentimento.

Vasco Fernandes procurou a razão artística da sua obra num tipo de beleza que classificou, à maneira de Sodoma, à maneira de Rafael, nas suas virgens, nos seus anjos, nas suas mulheres em geral, os quais inspiraram mais tarde os grandes mestres das escolas de Lisboa e do Alentejo; como o autor do baptismo de Cristo no museu de Viseu tem o seu Jesus martir estilizado numa espécie de degenerado

físico. O colorista do retábulo da S.<sup>ta</sup> Família, não! Não respeita a doçura feminina nem o empolgam as expressões cansadas e predominantes dos velhos nas suas venerandas austeridades. Colhe indiferentemente nos modelos, o ingénuo burlesco das tendências e predisposições pessoais buscando a poesia dos sentimentos e reprodu-la nas naturais expressões que as scenas requisitam para viverem espontaneamente nesse ambiente semi-lendário.

A actividade de Nuno Gonsalves que se exerceu na proximidade d'este artista destacou-o no carácter da sua obra sem a isolar. A continuidade manifesta-se na aglomeração dos materiais das obras de ambos que vão reviver nas escolas do sul durante o decurso do século XVI.

Os artistas dessas gerações que sucederam estudam o retrato em Nuno Gonçalves. No seu contemporâneo a natureza pelo modelo. Servem-se da disciplina do classissismo d'este para ordenar os elementos de conjunto e auxiliarem a sua imaginação; obedecem-lhe por disciplina de officio, por sentir nele um inovador da realidade plástica. E essa inovação que nasceu nele pela necessidade de satisfazer uma concepção de verdade fora do mundo convencional em que fizera a sua educação, mecaniza-se nos continuadores automaticamente original na idealização da natureza, que é restituída com as antíteses e os contrastes das aptidões de ambos no domínio da arte.

Em Nuno Gonçalves e no autor da série da Vida da Santa Família, de Viseu, estão pois os dois mestres inspiradores das escolas do século XVI e aqueles que dirigem os princípios e as disciplinas do método, conjugando a surpresa da verdade com os artificios artisticos da natureza na pintura nacional.

---

PINTORES DO SÉCULO XV CITADOS POR SOUSA VITERBO  
NAS «NOTÍCIAS SÓBRE PINTORES»

Nomes	Datas a que se refere o documento
Afonso Gonsalves.....	1451
Álvaro Pires .....	1478
» Gonsalves .....	1460
Antoninho (mestre).....	1430
António Florentim... ..	1439?
» Morales.....	1475
Fernão Cerveira.....	1478
» de Lisboa.....	1471
Francisco Anes (de Leiria).....	1450
João Afonso .....	1473
» Álvares .....	1451
» Anes.....	1454
» Gonsalves .....	1465
» Martins .....	1449
Luís Dantas.....	1454-1466
Pero Afonso.....	1446-1456
» Vaz .....	1473
Rodrigo Anes.....	1481
Vasco .....	1455
» Anes.....	1450
Vitor Visete.....	1452

## BIBLIOGRAFIA PARA O ESTUDO DO SUJEITO

---

- |  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| VASCO FERNANDES, (Coimbra, 1924).....  | <i>Vergilio Corrêa</i>               |
| OS QUADROS DA SÉ DE VISEU, 2. <sup>a</sup> edição, Pôrto, 1925                         | <i>F. de Almeida Moreira</i>         |
| BOLETIM DE ARTE E ARQUEOLOGIA, 1921.....   |                                      |
| GRÃO VASCO, Viseu, 1900 .....  | <i>Maximiano de Aragão</i>           |
| VISEU, 1894 e 1895.....  | »                                    |
| ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE PINTURA, Viseu, 1897..  | »                                    |
| REVISTA CRÍTICA DE BELAS ARTES, ano de 1877,<br>(artigo) .....                         | <i>Visconde de Juromenha</i>         |
| PORTUGAL ANTIGO E MODERNO, vol. XII, artigo<br>por Pinho Leal.....                     | <i>Joaquim de Vasconcelos</i>        |
| ANTIGUIDADES DE VISEU (manuscripto 907, Fundo<br>Geral), na Biblioteca Nacional.....   | <i>Manuel Botelho Ribeiro</i>        |
| ARCHEOLOGIA ARTISTICA, (fascículo IV).....   | <i>Joaquim Vasconcelos</i>           |
| DA ANTIGA ESCOLA PORTUGUESA DE PINTURA, (na<br>tradução do Marquês de Sousa Holstein). | <i>J. C. Robinson</i>                |
| NOTÍCIA DE ALGUNS PINTORES.....  | <i>Sousa Viterbo</i>                 |
| CEU ABERFO NA TERRA, (Crónica dos Loios) .....   | <i>Frei Francisco de Santa Maria</i> |
| CONFERÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS, 1926  | <i>Pelo autor</i>                    |
| HISTÓRIA CRÍTICA DOS PAINÉIS DE NUNO GONSALVES,<br>1927 .....                          | » »                                  |

# O "MISSAL BRACARENSE" IMPRESSO POR GERMÃO GALHARDE EM 1538

(NOTICIA BIBLIOGRÁFICA)

COMUNICAÇÃO FEITA À SECÇÃO DE BIBLIOLOGIA E BIBLIOGRAFIA  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
EM SESSÃO DE 17 DE MARÇO DE 1927

POR

AUGUSTO CARDOSO PINTO

SÓCIO EFFECTIVO DA MESMA ASSOCIAÇÃO

Os livros quinhentistas portugueses, relíquias veneráveis da arte tipográfica que são ao mesmo tempo padrões do alto nível da intelectualidade portuguesa no século XVI, tem sido objecto de estudos aturados e pacientes por parte dos que se dedicam ás tão árduas quão mal apreciadas investigações bibliográficas, achando-se já estudadas e descritas em bibliografias gerais ou especiais algumas centenas de espécies que aos bibliógrafos tem sido dado conhecer.

Apesar disto, existem edições desta época que, devido á excepcional raridade dos exemplares, tem escapado a todas as vistas, sendo as bibliografias erróneas ou deficientes, quando não omissas, a seu respeito.

Está neste caso a edição do «Missal Bracarense» executada em Lisboa nos prelos de Germão Galharde no ano de 1538, de que tenho o prazer de apresentar nesta Secção um exemplar, único de que até ao presente tenho conhecimento.

E como não encontro esta edição descrita conforme o exigem os preceitos da bibliografia moderna, vou passar a fazê-lo, tanto quanto o exemplar mo permita.

Antes, porém, de entrar nêsse exame, não será descabido dar al-

gumas informações sobre a bibliografia dos livros do rito bracarense e ainda uma noticia das referências que encontrei acêrca da edição de que estou tratando.

\*

\*

\*

Anteriormente á invenção da imprensa, os livros, manuscritos, eram guardados com carinho e a bom recato, por serem objectos raros e preciosos, cuja cópia occupava durante longos menses os escribas e illuminadores, donde resultava custarem quantias muito elevadas.

Mas pelos meados do século xv descobre-se na Alemanha o processo de imprimir com caracteres móveis, o que assegurava uma maior rapidez e facilidade de trabalho, e, dentro em pouco, grande número de obras eram dadas á estampa e iam correr mundo, passando fronteiras e entrando em países onde só muito mais tarde a arte tipográfica seria cultivada.

Para o nosso país teriam vindo em abundância as produções dos prelos primitivos, e entre elas figurariam, decerto, livros de character litúrgico, destinados ás principais igrejas e casas conventuais.

As igrejas do Arcebispado de Braga, em razão do seu rito especial, não podiam gozar dêsse beneficio; e talvez neste facto se encontre a explicação de se terem imprimido os livros litúrgicos bracarenses muito antes que quaisquer outros de assunto litúrgico fossem dados á luz em officina portugueza ou de estrangeiro estabelecida no país.

Efectivamente, se não contarmos com um hipotético Breviário ebo-  
rense de 1490, o primeiro livro de liturgia que se imprimiu em Portugal foi o «Breviarium bracharense», executado em Braga no ano de 1494, na imprensa de João Gherlinc, alemão, que dois anos depois tambem deu á estampa o «Manuale Sacramentorum», estando em Monte-Rei, na Galiza. Só em 1496 é que se imprimiu um «Votivale missarum secundum ritum romanum».

A essas duas impressões segue-se a do «Missale bracharense», saída da officina lisbonense de Nicolau de Saxónia a 20 de Junho de 1498, e que, segundo Ribeiro dos Santos, seria já uma segunda edição, tendo sido a primeira executada pelo mesmo impressor, edição da qual, no entanto, se não conhece exemplar algum.

Depois destas, muitas outras impressões tiveram os livros da liturgia bracarense.

O Breviário teve mais as seguintes: duas de Salamanca datadas de 1511 e 1528; trez de Braga datadas de 1549, 1634 e 1724; e, finalmente, uma de Roma que data de há poucos anos.

O Manual foi reimpresso em Salamanca no ano de 1538 e em Braga no de 1562.

Tambem o Missal teve várias edições, havendo as de Salamanca (1512), de Lisboa (1538), e de Lyon (1558).

Vejam, agora, as escassas notícias que da edição de 1538 nos oferecem os bibliógrafos.

Na «Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI», elaborada pelos distintos funcionários da Biblioteca Nacional, srs. Raul Proença e Antonio Anselmo e publicada nos «Anais das Bibliotecas e Arquivos», menciona-se esta edição, que vem sob o número 1108 (Anais, vol. VI, pg. 36), entre as obras que não contem indicação de tipografia; e, os autores, não tendo tido conhecimento da existência de qualquer exemplar em biblioteca pública ou particular, ou ainda de qualquer referência em catálogo ou bibliografia, dão como fonte dessa notícia a «Memória sobre a história da tipografia portuguesa do século XV» de Antonio Ribeiro dos Santos (in «Memórias da literatura portuguesa da Academia Real das Ciências», tomo VIII, pg. 52. nota), o qual apenas diz que o Missal de 1538 fôra impresso por mandado de D. Jorge de Almeida, Arcebispo de Braga (4).

Mas o ilustre académico Monsenhor José Augusto Ferreira, no seu livro «Estudos Histórico-Litúrgicos-Os Ritos particulares das igrejas de Braga e Toledo» (livro que me forneceu preciosos elementos para esta pequena noticia) ao fazer a bibliografia dos livros da liturgia bracarense, pôde dar mais completas informações acêrca desta edição do Missal, graças a um trabalho manuscrito do Padre Antonio Pereira de Figueiredo intitulado «Dissertação critica sobre o antigo e moderno calendário bracarense para servir de plano à emenda e reformação, que no Breviário e Missal da mesma Santa Igreja meditava fazer o Serenissimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo Primaz», datado de 1771.

Pereira de Figueiredo examinou um exemplar do Missal de 1538, falto de frontispício, tal como êste que possuo, o que me permite su-

(4) Os srs. Proença e Anselmo no «Suplemento» á sua obra (Anais, vol. VII, pg. 94) transcrevem a leitura do «colo; hon» dada por Monsenhor Ferreira, atri- buindo assim a impressão do Missal a Germão Galharde.



**Missa prima aduentus. fo. i.**

**I**n nomine sanctissime trinitatis necnō eiusdem  
individue unitatis patris et filii et spūs sancti: or  
do missalis secundū ritum et consuetudinē alme  
Sacharensis ecclesie feliciter incipit.

**M**issa prima aduentus Introitus.



De te levavi animā meam deus  
meus in te confido nō erubescā  
neq; irideant me inimici mei et  
enim vniuersi qui te expectāt non  
cōfundētur. **V**ersus tuas dñe de  
mōstra mihi: et semitas tuas edo  
ce me. **G**loria patri. **Nō dica**

**tur Gloria in excelsis per to**  
**tum aduentum nisi in festis sanctorum. Oratio.**

**E**xalta quesumus dñe potētiā tuā et veni: vt  
ab imminētibus pctōrū nostrorū periculis te  
mereamur protegente eripi: te liber ante saluari.  
Qui vivis. **L**ectio epistole beati pauli apo

**M**atres. **S**cientes q̄. **Noli ad Romanos.**  
hora est iā nos de somno surgere. Mūc eniz  
proprior est nostra salus q̄ cum credidim⁹. Nox  
precessit: dies aut̄ appropinquabit. Abijciamus  
ergo opera tenebrarū: et induamur armalucis:

Reprodução reduzida da 1.ª folha de texto do Missal  
O original mede 291 mm x 191 mm

pôr que seja o mesmo, e copiou a extensa subscrição final que transcreveu na «Dissertação», donde Monsenhor Ferreira a extraiu, publicando-a no seu livro; verifico, porém, que neste livro a citada subscrição não está conforme o original, pois apresenta variantes, além de se achar incompleta, o que foi devido possivelmente a má cópia de Pereira de Figueiredo.

Ribeiro dos Santos não menciona exemplar algum e é possível que tivesse tido conhecimento da edição apenas por informação de Pereira de Figueiredo de quem foi contemporâneo e consócio na Academia.

Seja como fôr, o facto é que de todos êstes autores só Pereira de Figueiredo declara ter visto, em 1771, um exemplar do Missal de 1538; em mais nenhuma bibliografia, além das citadas, vejo descrita a referida edição, assim como não a encontro mencionada em qualquer precário de livros ou catálogo de livreria particular que tivesse sido ou não leiloadas.

Isto permite-me, sem ter receio de cair em exagero, classificar êste Missal como espécie bibliográfica da mais extrema raridade e considerar o exemplar presente como o único que se conhece.

Pelo livro de Monsenhor Ferreira fica-se sabendo que: «O Infante D. Henrique não mandou imprimir o Missal bracarense; o Missal chamado do Infante D. Henrique foi mandado imprimir, na vacância de D. Diogo de Sousa, falecido a 19 de Junho de 1532, pelo Arcebispo eleito de Braga D. Jorge de Almeida, Bispo de Coimbra, e, como se concluiu a sua impressão em 1538, sendo Arcebispo de Braga o Infante D. Henrique, por não ter efeito aquella eleição, d'ahi a denominação de Missal do Infante D. Henrique», (ob. cit., pg. 286).

O Missal, para esta reedição, sofreu emendas que foram feitas por Fernando Oletano, sacerdote da diocese bracarense, segundo se declara no «colophon», por onde se pode ver também que a sua impressão terminou no décimo sétimo dia das calendas de Agosto, isto é, a 15 de Julho do citado ano.

Germão Galharde, para quem fica reivindicada a execução de mais um trabalho que, se não é primoroso, se mostra, no entanto, limpo e cuidado, foi um dos tipógrafos quinhentistas que mais produziram, sendo numerosas e bem executadas as obras saídas dos seus prelos. O seu nome, que nas suas impressões aparece sob várias formas até tomar a definitiva de Germão Galharde, tem neste Missal a de «GERMANUS GALHART».

**I**spetibus venerandi sacerdotis librū missalē iuxta antiquā alme **Bracha**  
**rēis** ecclesie cōsuetudinē: iussu reuerēdissimi patris ⁊ dñi: dñi **Beo: xii**  
**de Almeida:** electi ⁊ dignissimi ep̄i **Lolimbriēsis:** comitis **de Argamū. ⁊ c**  
**Alisipone** nūc vltimo oprimis t̄p̄is excussum per **Bermanū galbart**  
**gauuz:** vigilātiq; diligētia ab innumeris quibus scatebat mēdis emēda  
tū per **Fernandū oletanū** eiusdē dioecesis vobis dilectione ⁊ humilitate  
conseruū ⁊ cōsacerdotē. fuerūt igr̄ huic sacro operi plures reſiuiti loci  
er quibus deprauatis vti erāt, null⁹ poterat ellici sensus: fuerūtq; multi  
defectus preteritarū impressionū integritate reparati: fuerunt preterea  
apposite regule dicendi **Oratio ⁊ credo:** necnō missa de **victoria christia**  
**no: vi** ⁊ missa sc̄tē **Apolonie** nunq̄ antea in hoc libro visē nūc primū addi  
te sunt: ⁊ cantus prefationū signatus fuit notulis ⁊ forma quib⁹ in ecclia  
cathedrali colimbriensi v̄tūtur: quedā vero alia q̄ vel huiusmodi missa  
rū libro pertinere minime videbātur vel i manuali alio libro etiā mis  
sarū, iam edita habētur veposita fuerūt. Quapropter cōsacerdotes: ⁊ tā  
to pontifici gr̄as maximas eribentes ⁊ nomē eius imortalitatis dignus  
reuerētes ⁊ vestre vtilitati bene cōsulētes: libētī aīo morē antiquū, cano  
nicū: ⁊ piū suscipite ⁊ librū hūc accipite ⁊ eo vt̄imini: absolutum. Anno a  
christo incarnato millesimo quingentesimo trigesimo octauo: decimo sep  
timo kalendas **Augusti**

Passemos, agora, ao exame bibliográfico do exemplar:

Trata-se dum in-fólio de 192 folhas, medindo 315 mm por 221 mm, sendo as 8 primeiras inumeradas (e destas faltam as duas primeiras) e as 184 restantes numeradas pela frente em algarismos romanos. Notam-se bastantes erros nesta numeração: a folha XX traz XXII; a XXV traz XXX; a XLIX exhibe um erro curioso assim formado: IXL; a CXXVII traz CXXVIII; a CXXXIII traz CXXXII; e, finalmente, em vez de CXXXV lê-se CXXXVIII. Falta no exemplar o frontispício em que o título decerto figuraria dentro duma artística moldura xilográfica.

Na segunda folha, que também não existe, deveria começar o calendário, trazendo esta folha as tabelas respeitantes aos meses de Janeiro e Fevereiro, porque na terceira (a primeira contida neste exemplar) se encontra já a tabela de Março, seguindo-se-lhe as dos restantes meses que ocupam o verso desta e as quatro seguintes.

A oitava folha (6.<sup>a</sup> do exemplar) é ocupada pela: «Tabula presentis operis».

Vem a seguir, já no segundo caderno, a primeira página do texto, o qual está dentro duma portada xilográfica no estilo característico do Renascimento, começando aqui a numeração.

Esta portada, que apresenta a particularidade de estar assinada com as iniciais F D e datada de 1534, é a mesma que figura no frontispício das «Constituições do Bispado de Evora» impressas por Galharde no referido ano, para as quais devia ter sido expressamente gravada.

O texto, que tem de altura 267 mm por 168 mm de largura e nesta página é a uma coluna, no mais que se segue, acha-se impresso a duas colunas de 44 linhas cada uma, excepto na última página cuja metade inferior está preenchida pela subscrição final. numa só coluna.

O volume é formado por 25 cadernos cujas assinaturas são: no primeiro uma cruz, e nos restantes as minúsculas *a, b, c, d, e, f, g, h, i, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, v, x, y, z* e *r*; todos os cadernos se compõem de quatro folhas, excepto *n* e *o* que tem três e *r* que tem duas como se declara no registo que vem no fim da «Tabula».

Na composição foram empregados caracteres góticos, tendo a impressão sido feita a preto e vermelho; a abrir os parágrafos numerosas iniciais embelezam o texto, sendo as simples impressas a vermelho e as

de fantasia a preto, e estas de vários tamanhos, e de desenho rude, enquadras em molduras.

Das iniciais de fantasia, umas são decoradas com flores que se estendem caprichosamente, enchendo todo o interior do quadrado, que nalgumas tem um fundo negro; outras exibem aves e grotescas cabeças de monstros; e nas maiores, de desenho um tudo nada menos tôsko, a par de tais ornatos, veem-se, ocupando o vazio da letra, figurinhas de santos com os seus atributos, e de cortezãos trajados á moda do Renascimento; reis e peregrinos em atitude de rezar; scenas da vida de Cristo, etc.

Não faltam tambem as gravuras, poucas, pequenas e de infimo valor artístico, é certo, mas constituindo, no entanto, interessantes especimes dessa maravilhosa arte da gravura em madeira de que ha tantas e tão belas produções a embelezar os livros dos séculos XV e XVI.

Assim, a meio da segunda coluna da folha LXXXV, verso, vê se uma bem curiosa que representa a Ceia do Senhor e na folha CXVI, verso, uma outra não menos interessante em que estão representados os apóstolos S. Pedro, S. Paulo e S. Tiago; além destas, outras ha, mas todas de menores dimensões.

Infelizmente, o exemplar está muito mutilado e em bastante mau estado de conservação. O bicho pouco entrou com êle, a humidade não deixou vestigios consideráveis e, com respeito a margens, não é dos peores; mas o sujo das margens produzido pelo muito manuzear e os numerosos remendos com que se pretendeu concertar rasgões e reforçar folhas, deitados com imperícia e colados com qualquer substância que manchou o papel, dão-lhe um aspecto que o faz parecer mais arruinado do que realmente está e de que, a seu tempo, será expurgado.

As faltas é que são consideráveis:

Além do frontispício e da folha seguinte, faltam as folhas XVI, CXII e as oito que vão de CLXV a CLXXII, isto é, todo o caderno a que correspondia a assinatura *y*.

É natural que, depois de ouvirem tão longo arrazoado, Vas. Excias. desejem saber como é que me veio parar ás mãos um livro tão raro; dir-lhes-ei que procede do leilão da livraria do malgrado livreiro Manuel dos Santos <sup>(1)</sup>, onde, graças á insuficiência de referências do catá-

(1) Catálogo duma importante livraria que será vendida em leilão sob a direcção de Manoel dos Santos, 1927; pág. 164.

logo (em que vem descrito sob o N.º 1563) e também á pouca atenção dos licitantes, o adquirir por quantia que não chegou a prefazer setenta mil réis.

A fechar esta breve notícia, dou a leitura fiel do «colophon» :

Habetis venerādi sacerdotes librū missalē iuxta antiquā alme *Bracharēsis* ecclesie cōsuetudinē : iussu reuerēdissimi patris r dñi : dñi *Georgii de almeida* : electi r dignissimi ep̄i *Colimbrīensis* : comitis de *Arganil* . rē *Ulissipone* nūc vltimo optimis tipis excussum per *Germanus galhart galluz* : vigilātiqz diligētia ab innumeris quibus scatebat mēdis emēdatū per *Fernandū oletanū* eiusdē diocesis vobis dilectione r humilitate conseruū r cōsacerdotē . Fuerūt iḡr huic sacro operi plures restituti loci ex quibus deprauatis vti erāt, null' poterat ellici sensus : fuerūtqz multi defectus preteritarū impressionū integritate reparati : fuerunt preterea apposite regale dicendi . *Gi'ia* r *Credo* : necnō missa de *Victoria christiana* r missa setē *Apolonie* nunq antea in hoc libro vise nūc primū addite sunt : r cantus prefationū signatus fuit notulis r forma quib' in eccl'ia cathedrali colimbriensi vtūtur : quedā vero alia q̄ vel huiusmodi missarū libro pertinere minime vide debātur veli manuali alio libro etiā missarū, iam edita habētur deposita fuerūt . Quapropter cōsacerdotes : r tāto pontifici grās maximas exhibentes r nomē eius immortalitatis dignuz reuerētes r vestre vtilitati bene cōsulētes : libētī aio morē antiquū, canonicū : r piū suscipite r librū hūc accipite r eo vtimini : absolutum . Anno a christo incarnato millesimo quingētesimo trigesimo octauo : decimo septimo kalendas Augusti (1).

---

(1) As palavras impressas em itálico são, no missal, a vermelho.

# A SIGLA DE NUNO GONÇALVES

POR

ARMANDO DE SOUZA GOMES

(ARMANDO LASSANCY)

SÓCIO EFFECTIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Prometera, no meu último artigo, publicado na revista «Brasões e Genealogias» (1.<sup>a</sup> série-t. III-VI), tratar do autor do «políptico da evocação da Rainha D. Isabel, mulher del-Rei D. Afonso V», o que considero como o terceiro ponto de vista em que divido o estudo das táboas quatrocentistas que tanta discussão têm levantado.

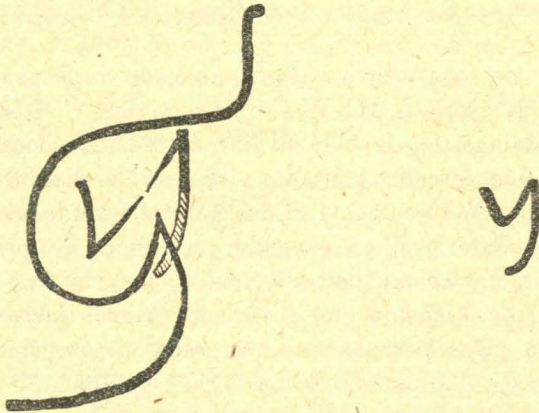
Nos artigos anteriores já expendera a opinião de que as pinturas revelam um carácter acentuadamente semita, despido da exteriorização cristã que estamos acostumados a vêr em quadros sacros. Ainda que não apercebido pelas pessoas que têm estudado os painéis, tem sido esse o principal escolho para a interpretação e identificação das pinturas. Assim, a muitos repugna aceitar a interpretação dada por nós do «painel dos apóstolos» e o das «ordens militares», por não verem os santos com os seus atributos próprios e os cavaleiros com os mantos e cruces.

A achega de hoje é a presumível decifração da sigla que se vê na bota que D. Afonso V calça no pé direito.

Aceito como bom, e assim já o dava a entender no meu último artigo, que tivesse sido Nuno Gonçalves o autor dos painéis. Focados estes na sua devida época — 1464/66 — e havendo conhecimento, por Francisco de Holanda, dos talentos de Nuno Gonçalves, que Sousa Viterbo provou ser do reinado de D. Afonso V, pela documentação que encontrou a seu respeito na Torre do Tombo, acrescido com os documentos encontrados pelo Dr. Vergilio Correia no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa e publicados no fascículo I do *Boletim de Arte e Archeologia*; sabendo-se, portanto, de fontes incontroversas que elle vivera na data da factura das táboas; e dada a grandeza da obra e a circunstância de nitidamente uma das iniciais que constituem a sigla ser um G, não se conclui mal, antes mesmo de outra prova mais forte,

que o artista que pintou o políptico seja Nuno Gonçalves. Desacertado seria querer que tendo Nuno Gonçalves pintado o retábulo de S. Vicente, fatalmente os painéis em questão fôsem os que estavam nêsse retábulo, o que levaria a admitir que êsse pintor só tivesse pintado os dois trabalhos a que se refere Francisco de Holanda. Já se disse que os painéis deveriam ter sido escondidos algum tempo depois da sua execução, pelo motivo de não representarem uma scena cristã.

É a sigla constituída por duas letras, a que parece um N maiúsculo voltado ao contrário dentro da curva superior dum gótico G, também



A SIGLA DE NUNO GONÇALVES

N HEBRAICO

maiúsculo. E nada mais. O resto que se tem querido encontrar de s, l, u, v e z, ou a data, são fantasias sugeridas pelos efeitos do sombreado das manchas da tinta.

Consultando o índice do Registo da Freguesia da Sé (1563-1710), da colecção dos registos paroquiais de Lisboa editada pela Academia das Ciências sob a direcção de Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, a minha atenção foi despertada para, na parte referente a officios, a rubrica Judeu, marcando as páginas 233 e 346. Na pág. 233 está o registo de baptismo dum «dom nuno da silva fr<sup>co</sup> q̄ era judeu de sinal»; e na pág. 346 está o registo de baptismo de um indivíduo em que o único padrinho é Nuno Barbudo, abrindo assim: «Aos 14 destes Few<sup>o</sup> de 94 foi segunda feira depois da queima dos Judeus baptisei», onde vejo que esta citação tivesse sido, talvez, pelo facto do padrinho ser judeu, pois que é de notar que em milhares de nomes só exista a referênciã a judeus quando se alude a Nunos. Aguçada assim a minha curiosidade para o

nome de Nuno, verifiquei que em cêrca de 20:000 nomes inscritos nos registos da igreja romana da Sé só existem uns 30 Nunos. E no Registo da Freguesia de Santa Cruz do Castelo, da mesma edição, obra que foi publicada primeiro do que aquela pelos mesmos escritores Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, que regista os assentos de 1536 a 1628, em mais de 3:000 nomes só se apanham 3 Nunos, e sendo um destes o baptismo dum engeitado. Em compensação, o índice da chancelaria de D. Afonso V (1438-1481) regista uns 400 Nunos. Se compararmos no mesmo índice um nome cristão, por exemplo António, com o nome retintamente israelita Abrahão, vemos que apenas se encontram mencionados uns 60 Antónios, ao passo que Abrahão aparece citado umas 200 vezes, o qual não se encontra nos referidos registos cristãos. E também devemos notar que o nome António nos registos paroquiais está registado com mais de 1:000 e 100 citações respectivamente em cada uma das freguesias.

É o reinado de D. Afonso V, indubitavelmente, aquele em que os judeus tiveram maior preponderância em Portugal.

Parecendo-me que não estava em presença dum nome cristão, procurei averiguar a sua proveniência. Recorri à Bíblia que, no seu capítulo 7 das I Crónicas, quando trata dos descendentes de Manassés, no versículo 27, diz «*Seu filho Nun*».

Assente que estava em presença dum nome hebraico, fácil foi decifrar a sigla.

A letra N tem a sua correspondente no idioma semita, que no alfabeto antigo se escrevia em tudo semelhante à letra que se vê dentro da curva do G. Acresce ainda que o valor em hebraico dessa letra é exactamente Nun, o nome do pintor. O que é mais natural é que o artista empregasse as duas letras iniciais do nome e apelido.

É de presumir, pois, que a sigla represente o nome de Nuno Gonçalves, judeu, pintor régio que foi de D. Afonso V.

Não é de admirar o capricho do pintor, sabido como é a variedade de siglas e anagramas que se encontram tanto em artistas antigos como modernos,

No *fac-simile* da sigla que acompanha este artigo completou-se a perna final do N, que nitidamente se vê no painel estar incompleta, pois que existe o sulco onde a tinta estava e que se nota bem nas reproduções fotográficas, além do que ficou dessa perna mostrar não ter uma terminação completa.

# DA INSTITUIÇÃO DE ALGUNS MERCADOS E FEIRAS NA PROVÍNCIA DA BEIRA

---

*Comunicação feita na Secção de Diplomática da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses*

POR

J. MENDES DA CUNHA SARAIVA

(PRIMEIRA SÉRIE)

A existência das feiras logo no princípio da nacionalidade é uma prova da actividade comercial exercida pela forma quasi unicamente possível, numa época em que a falta de communicações, o perigo e a despesa das jornadas, tornavam de conveniência para todos, produtores e consumidores, tais mercados transitórios, mas effectuados em lugar e tempo certo, onde cada qual, empreendendo uma só viagem ia encontrar, ou saída para as suas mercadorias, ou ainda para tratar qualquer outra forma de negócios com indivíduos que vinham de diversas e longínquas partes.

Diz Gamas Barros na sua *História da Administração Pública em Portugal*, cuja magistral lição seguimos, que o vestígio mais remoto, que da existência de feiras aparece nos forais portugueses, é um texto do de Ponte de Lima, 1125, em que se impõe certa multa aos que causarem dano às pessoas que de qualquer lugar concorram à feira, quer seja na vinda ou no regresso. Estas reuniões iam decaindo de importância à medida que se tornavam menos difíceis as relações de comércio <sup>(1)</sup>.

---

(1) Gama Barros, *Hist. da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. II, pág. 153.

O nosso propósito é simplesmente dar algumas notícias de feiras e mercados instituídas na Província da Beira; e, embora não seja nossa intenção alongar em demasia estas desataviadas considerações, não queremos deixar de referir a seguinte passagem do proficiente Gama Barros, da qual se pode avaliar o grande desenvolvimento das feiras e mercados no século XIII. Diz elle:

«É desde a segunda metade d'esse século que a instituição de feiras toma incremento no nosso paiz, a julgarmos pela frequencia dos diplomas que desde então lhes dizem respeito; e no fim, em 1300, achamol-as estabelecidas pelo rei em todas as provincias, quer seja na mesma carta de foro do que se conferiu á terra, quer seja em diploma especial. Até para se fazer feiras ou mercados semanaes, ha exemplos já do fim do século XIII em que se vê ser necessaria tambem a autorização regia». (1)

Referindo-se este autor à região da Beira, dá-nos a notícia do estabelecimento dos seguintes mercados no século XIII, alguns mensais e outros anuais. São elles:

Guarda, 1255; Covilhã, 1260; Penamacôr, 1262, que eram anuais. S. João da Pesqueira, 1281; Sabugal, 1296 (confirmação dos foros do concelho (2), anuais; Ranhados, 1299, mensal, (3) e ainda o de Cernancelhe, também mensal, que D. Dinís manda estabelecer nesta sua vila por carta mandada de Trancoso a 8 de julho de 1295 (4) e que Gama Barros não menciona ao tratar desta região, collocando-a na Província de Trás-os-Montes.

O estabelecimento de mercados e feiras que os Reis ordenavam, em alguns casos, era uma forma de chamar a atenção dos povos para as terras onde eram instituídas, para que se povoassem mais rapidamente e o seu comércio se desenvolvesse. E para isso lhes davam liberais privilégios e isenções, tanto aos naturais como aos que a essas terras concorriam.

São vários os exemplos desta natureza que conhecemos, mas ape-

(1) *Obra e tomo citado*, pág. 163.

(2) Arq. Nac. da Torre do Tombo. *Chanc de D. Diniz*, Livro 2.º, pág. 128.

(3) Gama Barros, *Obra citada*, vol. II, pág. 163.

(4) Arq. Nac., *idem, idem*, Livro 2.º, pág. 110.

nas tomamos o da vila de Cernancelhe, visto que o estabelecimento da sua feira data do século XIII.

Esta vila é de difficil acesso por ficar situada em lugar alto e os passageiros que faziam caminhada de Lamego para Trancoso contornavam o cêrro onde ela demora e não faziam passagem por lá. Daí a sua decadência por falta de comércio proveniente dêste contacto natural, ficando reduzida à sua vida própria, o que não é tudo, e demais naquelas épocas.

Por isso, naturalmente, vendo D. João I o estado decadente daquela sua vila ou a pedido dos officiais da câmara ordena a todos os caminhantes que de Lamego sigam viagem para Trancoso, ou vice-versa, que façam passagem obrigatória por aquela vila. (1)

Mas, voltando ao nosso ponto, nem sempre vingavam o estabelecimento de feiras em certas localidades, quer pedidas pelas respectivas câmaras ou mesmo instituídas por iniciativa régia. A da vila de Cernancelhe é um exemplo, pois que Afonso IV, autorizando que se transferisse o dia em que se deveria realisar, atendendo aos interesses do concelho, vamos encontrar em 1364 a pedido da sua câmara, D. Pedro I confirmando aquella transfêrência para o primeiro domingo do mês (2).

E mesmo assim, a-pesar das régias proteções e das instantes boas vontades dos officiais da câmara, o mercado decafu por completo, pela razão lógica da falta de concorrência na procura e oferta; e por isso, em 1690, a pedido dos officiais da dita câmara, D. Pedro II, por alvará de 9 de fevereiro daquele ano, atendendo a que a vila era de «piquena Povoação e não haver nella obras com q̄ se costumão e ricos nas mais vilas e logares deste Rn.º e per esse resp.º e per se não fazer na d.ª villa feira alguã...» ha por bem que êles possam ter feira no terceiro domingo de cada mês (3).

Posto isto, vamos entrar no assunto, principiando por aquella de que mais remota notícia possuimos.

### Vila de Santa Marinha

A vila de Santa Marinha, situada nas abas da Serra da Estrela e em lugar baixo, ubérrima de vegetação, foi desmembrada do vasto

(1) Arq. Nac. Chanc. de D. João I. Liv. 3.º, pág. 94.

(2) Idem. Chanc. de D. Pedro I, Liv. 1.º, pág. 103.

(3) Arq. Nac. Chanc. de D. Pedro II. Liv. 49.º *De Doações*, fl. 423 v.

termo da vila de Seia e passou a constituir um concelho autónomo pela sua carta de foral dada por Soeiro Mendes no mês de julho de 1150 (1) e reformado por D. Manuel em maio de 1514 (2) depois de se haver procedido às respectivas inquirições (3).

Em julho de 1138 Pelágio Frojas fez doação da quarta parte da Igreja de *Sante Marine* ao Convento de Santa Cruz de Coimbra (4). É esta a primeira forma em que se encontra escrita Santa Marinha; e no ano de 1148 aparece *Sancta Marina*, para passar à sua actual forma logo que aparece esta palavra no português arcaico, onde ainda a encontramos sob esta outra forma — *Sancta Mariam* numas inquirições de D. Diniz.

O termo ou aro dêste concelho era pequeno, visto que só a freguesia de S. Miguel de Paços da Serra e a Vila de Castro Verde ficaram sob a sua jurisdição com a respectiva freguesia de Santa Marinha e o lugar do Eirô.

Parece-nos, segundo alguns documentos dos séculos XII e XIII, que o lugar da Povia Nova também ficava dentro do seu termo.

Por doação de D. Manuel, de 16 de Outubro de 1503 da vila de Castro Verde com toda a jurisdição cível e crime a Cristóvão de Melo, passou esta vila a ter administração autónoma, separando-se assim do concelho de Santa Marinha (5).

O concelho de Santa Marinha foi extinto pelo governo liberal, e dos seus foros municipais apenas restam a casa da Câmara com o seu pelourinho em frente, que é uma das belas peças architectónicas daquele género e das mais antigas pela sua rudeza.

A notícia mais remota da realização de feiras na vila de Santa Marinha é do século XV, conforme se infere duma carta de quitação de 5 de Fevereiro de 1439 a Gonçalo Anes, almoxarife da Guarda, para o rendeiro das sisas Fernão Martins, da vila de Seia, pela quantia

(1) Arq. da Torre do Tombo, *Colecção Especial*, 2.ª parte, caixa 41, maço único dos forais avulsos. *Port. mon. Hist. Leges*, vol I, pág. 474, onde se encontra com a data errada em virtude de ter sido razurada quando foi passada a leitura nova pelos Cónegos do Convento de Santa Cruz de Coimbra.

(2) Idem, *Livro dos Floraes Novos da Beira*, fl. 92.

(3) Idem, *Inquirições do Honras e Devaças*, Livraria, n.º 110.

(4) Idem, *Colecção Esp.*, 2.ª parte, caixa 35, maço 4.

(5) Idem, *Livro 1.º da Beira*, fl. 234.

de 5.200 libras duma feira que se soya de fazer em o dito logo de Santa Marinha (1).

Não temos mais notícia desta feira que deveria ser annual; e naturalmente teria qualquer ligação com uma outra que se realizava em dia de S. Brás, hoje completamente extinta. Não sabemos.

Pelo crescimento da população e necessidades dos seus habitantes, fôram os officiaes da Câmara desta vila obrigados a fazer sua petição para que lhe fôsse autorizado a realização dum mercado semanal; mas depois das necessárias informações tiradas sôbre o assunto e necessidade do estabelecimento duma feira pela Provedoria da Guarda, foi-lhe concedida licença para que se fizesse nos quartos domingos, sômente, de cada mês, conforme a provisão de 28 de Fevereiro de 1719 e que abaixo reproduzimos.

Esta feira é uma das mais importantes que se realiza nas faldas da Serra da Estrela, onde se fazem importantes transacções de tôda a qualidade de comércio. Dêste mercado publicou na revista *Os Serões* A. de Sousa Moreira Pinto, uma bela fotografia (2).

O teor da provisão é este:

«Dom João por graça de Deus Rei de Portugal &c. faço saber q̄ hauendo respeito ao q̄ me representarão por sua petição os moradores da villa de Santa Marinha com.<sup>a</sup> da Guarda em razão de q̄ elles supp.<sup>tes</sup> necessitavão de ter hum mercado na dita villa todas as quartas e quintas feiras de todas as semanas do anno p<sup>r</sup> ser a dita villa populosa e hauer muitas terras circumuezinhas da mesma maneira e ser passagem para outras em a qual se podião refazer das cousas necessarias para suas casas. Pedindo-me lhes fizesse m.<sup>oe</sup> conceder Prouizão para q̄ na dita Villa se possa fazer o dito mercado nos dias refferidos q̄ seja liure de toda a siza para no dito dia comprarem e uenderem como se tinha concedido a villa de çerolico do Hespindel e outras e visto o que allegão e informação q̄ se ouue pello sindicante do Prou.<sup>or</sup> da com.<sup>ca</sup> da Guarda ouindo aos officiaes da camara, e pouo q̄ derão sua resposta por escrito e constar outrosim por ella ser conveniente q̄ o dito mercado seja sômente nos quartos domingos de todos os mezes do anno. Hei por

(1) Idem, Chanc. de D. Afonso V, L.<sup>o</sup> 18, fl. 59, publicado por Pedro de Azevedo nos *Doc. das chanc. Reais*, I, pág. 31.

(2) *Os Serões*, 2.<sup>a</sup> série, vol. 7.<sup>o</sup> pág. 404.

bem de conceder Licença aos supp.<sup>tes</sup> para que nos quartos Domingos de todos os mezes do anno se possa fazer na dita Uilla o mercado de q̃ fazem menção. Pello q̃ mando a todas as justisas o q̃ o conheçim.<sup>to</sup> disto pertensser lhes cumpram e guardem esta provizão int.<sup>a</sup>mt.<sup>o</sup> como nella se conthem e não pagarão nouos direitos por não ser este mercado franco como constou por certidão dos officiaes delles El Rey nosso sr. o mandou pellos D.D. Miguel frz de Andrade e Affonso Botelho Sotto Mayor ambos do seu cons.<sup>o</sup> e seus Dez.<sup>res</sup> do Paço fran.<sup>co</sup> ferreira a fez em Lix.<sup>a</sup> occidental a outo de Outubro de mil setecentos e dezoito pagouisse defeitio duzentos réis «Luiz Paulino da Silva e Az.<sup>do</sup> a fez escrever» Por desp.<sup>o</sup> de Dez.<sup>o</sup> do Paço de 30 de Agosto de 1718 em observancia da lej de 24 de Julho de 1713 Miguel fr'z de Andrade, Affonso Botelho Soutto Mayor «Joseph Galvão de Lacerda» Pg. onze mil e duzentos rs. e os supp.<sup>tes</sup> quatrocentos e uinte e oito rs. Lx.<sup>a</sup> occ.<sup>al</sup> 28 de feur.<sup>o</sup> de 1719 (a) D. Miguel Maldonado «C.<sup>do</sup> Patricio Nunes.» (1).

### Sameice

A povoação de Sameice, hoje freguezia do concelho de Seia, pertenceu ao termo da Comenda do Casal; segundo um documento do mês de Setembro do ano de 1197 chamava-se *Sametze do Casal* e ficava junto à quinta do *Vidueiro in territorio senne*, e foi doada por *gōzaluo paiz* e sua mulher *Maria fernández* à rainha *D. Dolza* e que a haviam comprado por Xj morabitinos (2).

Pedro Nunes e sua mulher que tinham o padroado da Igreja de Sameice, fizeram doação dele à ordem de Aviz em Março de 1275, que ficou pertencendo a Comenda do Casal (3).

Por representação dos officiaes da câmara, nobreza e povo do conselho do Casal, alegando a que no termo desta vila se notava grande falta de pescado e outros provimentos, autorizou D. João V a que se realizasse nesta frêguezia um mercado nos terceiros domingos de cada mês, como se vê do documento mandado de Lisbôa a 24 de Julho de 1717, que segue:

(1) Arq. da Torre do Tombo, *Chanc. de D. João V*, Livro 47, fl. 365, *ofícios e mercês*.

(2) Arq. da Torre do Tombo, *Cartório da Ordem de Aviz*, maço II,

(3) Idem, idem.

«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal &c. Faço saber ao q̃ me representarão por sua petição os off.<sup>es</sup> da Camara nobreza e povo da V.<sup>a</sup> do Casal comarca da Guarda em rezão de q̃ na d.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup> e seu termo se experimentava grande falta de pescado e de outros prouim.<sup>tos</sup> necessarios p.<sup>a</sup> o sustento daquelle cons.<sup>o</sup> e tratam.<sup>to</sup> de suas pessoas e porq̃ era utilidad.<sup>e</sup> publica aver no lugar de Sameice da mesma V.<sup>a</sup> hum mercado em hum dos Domingos de cada mes p.<sup>a</sup> os supp.<sup>es</sup> se prouerem do q̃ lhes for necessarios no q̃ se seguia conuiniencia aos pouos circunvizinhos p.<sup>a</sup> comprar e uenderem. Pedindome lhe fizesse m.<sup>co</sup> conceder licença p.<sup>a</sup> se fazer o d.<sup>o</sup> mercado e visto o q̃ allegão e informação q̃ sobre este particular mandei tomar plo correg.<sup>or</sup> da com.<sup>ca</sup> da Guarda ouuindo a nobreza e o pouo q̃ não pos duuida a este requerim.<sup>to</sup> Hey por bem de conceder licença aos supp.<sup>tes</sup> p.<sup>a</sup> q̃ no d.<sup>o</sup> lugar de Sameice se possa fazer mercado nos terceiros Domingos de cada mes do ano Pello q̃ mando as Just.<sup>as</sup> a a quem o conhecim.<sup>to</sup> disto pertencer lhes cumprão e guardem esta prouizão intr.<sup>m.</sup> como nella se conthem e não pagarão dirt.<sup>os</sup> novos por não os deuer como constou por certidão dos off.<sup>es</sup> dos nous dirt.<sup>os</sup> El Rey N. S. o mandou p.los D.D. Ant.<sup>o</sup> de Beja de Nor.<sup>a</sup> e Luiz Guedes Carnr.<sup>o</sup> ambos do seu cons.<sup>o</sup> e seus Dezr.<sup>es</sup> do Paço Fran.<sup>co</sup> Frr.<sup>a</sup> a fez em Lx.<sup>a</sup> occi.<sup>tal</sup> a vinte e tres de Julho de i7i7. Pagou de feitio duz.<sup>tos</sup> rs. Luiz Paulino da Sylva a fez escrever Ant.<sup>o</sup> de Beja de Nor.<sup>a</sup> e Luiz Guedes Carnr.<sup>o</sup> Por desp.<sup>o</sup> do Dez.<sup>o</sup> do Paço de 8 de Julho de i9i7 em observancia da Ley de 24 de Julho de i7i7 Joseph Galuão de Lacerda Pg. onze mil e duz.<sup>tos</sup> rs. e aos off.<sup>es</sup> quatro centós e vinte e outo rs. Lix.<sup>a</sup> occi.<sup>tal</sup> 24 de Julho de i7i7 Dom Miguel Maldonado — C.<sup>do</sup> Antonio Frr.<sup>a</sup> Barreto» (1).

#### Vila de Seia

A vila de Seia, a *Senna*, da reconquista cristã, caiu em poder dos reis de Espanha em 1058, depois de Lamêgo e Vizeu<sup>(2)</sup>. Da sua importância naquelas épocas, basta citar que o Conde D. Henrique e sua mulher D. Tereza, no foral de Tavares, junto ao rio Mondêgo, dado

(1) Idem, idem, *Chancelaria de D. João V*, L.<sup>o</sup> 50 fls. 14, *ofícios e mercês*.

(2) Vidè o nosso opúsculo *O conceito histórico da palavra Beira*, pág. 10, Lisboa, 1928.

por êles no ano de 1114. se dizem *regnantes in Portugal* (1) *et in Stramadura, Colimbria, Viseu et Sena* (2).

O distrito ou termo nos séculos XI, XII e XIII da *civitate Sena* era bastante extenso, como se infere de documentos que temos à vista e que em outro trabalho teremos ocasião de apresentar.

O fundador da nacionalidade deu-lhe o primeiro foral no mês de Maio de 1136 (3) e todos os demais concelhos que do seu *aro* se desmembraram, embora tivessem o seu estatuto municipal, muitos se regiam por êle em alguns casos, como claramente se observa, a cada passo, nas inquirições de D. Afonso III.

El-Rei D. Manuel I, reformou êste foral em 1 de junho de 1510 e nêle se trata sómente das terras de Folhadosa, Légeas e Reguengo de Passarela (4).

A palavra *Seia*, que nos documentos em latim barbaro, aparece:— *Sene, Senna e Sena*, e em português passou a escrever-se *Sea, Seea e Ssea e Seia*, nos meados do século XVIII mudou para *Cêa* ou *Ceia*, sem sabermos porque razões filológicas ou etimológicas tais autores procedessem assim. Sobre êste ponto aqui deixamos a promessa de voltarmos a falar um dia para trazermos todos os documentos que nos autorizam a continuar na fôrma antiga e que de facto, é a oficial, a-pesar-da sua câmara Municipal o não querer...

O desenvolvimento da vila de Seia e sobretudo o comercial, é alguma coisa de notável; é daí a necessidade do estabelecimento dum mercado para ocorrer às suas necessidades e dos que a ela concorrem.

A notícia que chegou até nós da instituição por autorização régia duma feira é de 13 de Agosto do ano de 1755 que se realiza no primeiro domingo de cada mês.

Além dêste, tem a vila de Seia um outro mercado, semanal, às quartas feiras, cuja instituição ignoramos.

A provisão relativa ao primeiro é a que se segue:

«Dom Jose Por Graça de Deos Rey de Portugal &c. Faço saber q̃ os moradores da V.<sup>a</sup> de Cea e seu termo com.<sup>ca</sup> da cid.<sup>o</sup> da Guarda

(1) Relativo ao bispado do Porto.

(2) Vidé o *Conceito histórico da Salavra Beira*, p. 11.

(3) Arq. da Torre do Tombo, *maço 12 dos foraes antigos*, n.º 3, e de *Leitura nova*, fl. 30, publicado no T. VIII das M. da Academia.

(4) Arq. da Torre do Tombo *Livro dos Forais Novos da Beira*, pág. 15, e memorias da Academia, tomo VIII, part. II. pág. 29.

me representarão por sua p.<sup>am</sup> q̄ elles pertendião fazer mercado na d.<sup>a</sup> vila pela grande utilid.<sup>e</sup> q̄ dele se seguia ao bem comum; p.<sup>a</sup> effeito de q̄ qualquer pessoa podesse comprar e vender os viveres ou mantimentos de que necessitassem e q̄ o mercado querião os sup.<sup>es</sup> se fezezem em segundos domingos de cada mes do anno pela razão de q̄, naquele dia o não havia naquelas vezinhanças e só assim distante quatro legoas como eu me poderia mandar informar. Pedindome lhe fizeze m.<sup>co</sup> conseder lhes Provizão p.<sup>a</sup> a factura do d.<sup>o</sup> mercado E visto seu req.<sup>to</sup> imformação q̄ se houve pelo juiz de fora da Guarda, servindo de Provedor da mesma Com.<sup>ca</sup> ouvindo os off.<sup>es</sup> da camara nobreza e Povo q̄ não tiverão duvida, e não a ter igualmente o Procurador de m.<sup>a</sup> Real Coroa aq.<sup>m</sup> se deu vista Hey por fazer m.<sup>co</sup> aos supp.<sup>es</sup> p.<sup>a</sup> q̄ possa fazer a feyra de q̄ tratão no pr.<sup>o</sup> domingo de cada mes cumprindo esta Prouizão como nella se conthem q̄ valerá posto que seu effeyto haja de durar mais de hum anno sem emb.<sup>o</sup> da ordenação do L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> tt.<sup>o</sup> 40 em contr.<sup>o</sup> e se registrará nos l.<sup>os</sup> da camara p.<sup>a</sup> a todo o tempo constar q̄ eu asim o houve por bem e não pagarão novos dir.<sup>os</sup> pelos não deverem como constou por certidão dos off.<sup>es</sup> deles El Rey Nosso S.<sup>r</sup> o mandou pelos ministros abayxo asinados de seu cons.<sup>o</sup> e seus Dez.<sup>res</sup> do Paço José da Mota Serveyra a fez em Lx.<sup>a</sup> a dezoyto de Nov.<sup>ro</sup> de mil setecentos sessenta e hum desta oytocentos r.<sup>s</sup> e de asinar oytocentos r.<sup>s</sup> Pedro Noberto de Ancourt e Padilha a fez escrever «Simão da Fon.<sup>ca</sup> e Seq.<sup>ra</sup>» João Pacheco Per.<sup>a</sup> «Por desp.<sup>o</sup> do Dez.<sup>o</sup> do Paço de 10 de outubro de 1761» M.<sup>el</sup> Gomes Carv.<sup>o</sup> «Pg. honze mil e duzentos r.<sup>s</sup> e aos off.<sup>es</sup> mil e duzentos r.<sup>s</sup> Lx.<sup>a</sup> 13 de Agosto de 1765. Dom Seb.<sup>am</sup> Maldonado, C.<sup>do</sup> Fran.<sup>co</sup> Joseph de Saá» (1).

### Vila Nova

A povoação de Vila Nova do Casal ou Vila Nova de Tazem como hoje é conhecida, também foi *Casale de Vila Nova* conforme a doação feita no ano de 1229 à ordem de Calatrava (Avis) por *Gumectos Egée* e muitos outros documentos.

(1) Arq. da Tôrre do Tombo, *Chanc. de D. José I*, Livro 6 fl. 98, *mercês e officios*.

Esta povoação pertencia ao termo do concelho da Comenda do Casal da ordem de S. Bento de Aviz, cuja doação de *ij do Idos* do mes de Janeiro do ano de 1215 havia sido feita à mesma ordem pela Princesa D. Mafalda, filha de D. Sancho I (1).

Querem alguns autores que *Vila Nova* e *Casal* fôsse a mesma localidade, e que também se chamou *Vila Nova de Riba Mondego* ou de *Folgosinho* e que o seu foral foi dado por D. *Guilelmus Reimondiz* no mês de Fevereiro do ano de 1220.

Quanto a nós, por enquanto, julgamos, que esta *Vila Nova* não é a do *Casal*, por que ela havia sido desmembrado do termo do concelho de Folgosinho e como se vê no mesmo foral, foram habita-la ou já a a habitavam 30 povoadores (2) e como já vimos, no ano de 1215, já pertencia à Ordem de Calatrava ou de Aviz.

D. Manuel lhe deu foral a 21 de Fevereiro de 1514 e não menciona o antigo, como acontece com outras terras. Nêste foral se mencionam as povoações de Cativelos, Lageosa, Pereiro, Póvoa da Rainha, Sameice, Travancinha, Várzea do Fundo e Vila Nova (3).

Nesta última é que se realiza a feira depois do mercado de Mangualde, conforme o provisão de 19 de Julho de 1778, cujo teor tal é:

«Dona Maria &.º Faço saber que os moradores do Lugar de V.<sup>a</sup> Nova termo da vila do Casal, com.<sup>oa</sup> da Guarda, me representarão p.<sup>r</sup> sua petição: Que o seu Povo era o mais numeroso daquele termo, e vizinhanças, e é a maior p.<sup>to</sup> dos seus moradores vivião do comércio p.<sup>r</sup> cuja razão ficava sendo de grande utilid.<sup>o</sup> ao publico haver nele hum Mercado: q̄ podia ser a primeira segunda feira depois do Mercado de Mangualde, não sendo dia Santo de Guarda, e sendo-o ficar p.<sup>a</sup> o dia seg.<sup>to</sup> E p.<sup>r</sup> q̄ de semelhante utilid.<sup>o</sup> participavão, igualm.<sup>to</sup> os povos circunvisinhos, em razão de lhe ficar distante o d.<sup>o</sup> Mercado de Mangualde quaze 3 leguas. Me pedia Fose servida conferir-lhe o meu Real Beneplacito p.<sup>a</sup> o estabelecim.<sup>to</sup> do d.<sup>o</sup> Mercado. E visto seu req.<sup>to</sup> o q̄ constou p.<sup>r</sup> informação do carregador da d.<sup>a</sup> com.<sup>oa</sup> da Guarda, com audiencia dos off.<sup>es</sup> da Camara, Nobreza e Povo, q̄ não teve duvida na pertençaõ, e a q̄ igualm.<sup>to</sup> não teve duvida em sua resp.<sup>ta</sup> o Procura-

(1) Arq. da Torre do Tombo, *Cartório da Ordem de Aviz*, maço II.

(2) Port. M. Hist. *Leges et Consuetudines*, vol. I, pág. 885.

(3) Arq. da Torre do Tombo. *Livro dos Forais Novos da Beira*, fl. 33.

dor de M.<sup>a</sup> Coroa. Hey p.<sup>r</sup> bem Permitir q̃ no d.<sup>o</sup> lugar de V.<sup>a</sup> Nova, se posa estabelecer hum mercado no dia prefixo da pr.<sup>a</sup> seg.<sup>da</sup> feira depois do d.<sup>o</sup> Mercado de Mangualde sem distincção de ficar p.<sup>a</sup> o dia seguinte a segunda feira, sendo esta dia Santo. Pelo q̃ m.<sup>do</sup> a todos just.<sup>as</sup> a q̃ o conhecim.<sup>to</sup> desta M.<sup>a</sup> P.<sup>am</sup> (Provizão) p.<sup>er</sup> q̃ a cunprão e g.<sup>em</sup> (guardem) como nela se contem q̃ se trasladará nos livros da respectiva Camara, e valerá posto q̃ seu ef.<sup>o</sup> haja de durar mais de hum ano, sem Emb.<sup>o</sup> da ord.<sup>ao</sup> do L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> tt.<sup>o</sup> 40 em contr.<sup>o</sup> E não pagarão novos dirt.<sup>os</sup> p.<sup>r</sup> assim estar determinado como constou do conhecim.<sup>to</sup> dos of.<sup>es</sup> deles reg.<sup>do</sup> no L.<sup>o</sup> 59 do Reg.<sup>to</sup> G.<sup>al</sup> a fl. 50 v. A R.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> o mandou pelos Min.<sup>os</sup> Ab.<sup>o</sup> asig.<sup>os</sup> do seu cons.<sup>o</sup> e seus Dez.<sup>res</sup> do Paço Paulo J.<sup>e</sup> do Vale a fez em Lix.<sup>a</sup> aos 13 de Julho de 1798 e Desta 800 rs. e de asig.<sup>ar</sup> o m.<sup>mo</sup> = J.<sup>e</sup> Fi.<sup>do</sup> Lud.<sup>e</sup> a fez escrever = Ant.<sup>o</sup> H.<sup>es</sup> da Silv.<sup>ra</sup> = Alex.<sup>e</sup> J.<sup>e</sup> Ferr.<sup>a</sup> Castro = P.<sup>r</sup> Desp.<sup>o</sup> do Dez.<sup>o</sup> do Paço de 25 de Janeiro de 1798 = J.<sup>e</sup> Alb.<sup>o</sup> Leitão — Pg.<sup>r</sup> 11§200 rs. e aos of.<sup>es</sup> 1§200 rs. Lx.<sup>a</sup> 19 de Julho de 1798. Jer.<sup>o</sup> J.<sup>e</sup> Corr.<sup>a</sup> de Moura = C.<sup>do</sup> Tomás Ant.<sup>o</sup> Lopes da C.<sup>ta</sup>» (1).

#### Vila de Sandomil

Teve a vila de Sandomil o seu primeiro foral dado por *D. Urraca Fernandes*, mas não sabemos em que época, pois não conseguimos vêr tal diploma; e, se não fosse o Rei D. Manuel I deixar-nos a lembrança dele quando o reformou a 10 de Agosto de 1514, mencionando-o, nem tampouco hoje teriamos conhecimento de tal (2).

O concelho de Sandomil, conforme se vê na doação de *Salvador Arias* ao Mosteiro de S. Romão, filial do de Santa Cruz de Coimbra, em Julho do ano de 1148, foi desmembrado do antigo termo de Seia — *in territorio Sene in loco q̃ dicitur Sendamir* (3) — esta a sua primitiva forma — e *Sadamir*, como se vê ainda em documento de Novembro de 1176 na doação da herdade de *Ravaal*, na mesma povoação (4).

Foi naturalmente, da forma *Sadamir*, pois que ainda aparece em

(1) Idem, Ch.<sup>a</sup> de D. Maria I, L.<sup>o</sup> 56 fl. 206.

(2) Arq. da Torre do Tombo, *Livro dos Foraes Novos da Beira*, fl. 93.

(3) Arq. da Torre do Tombo, *Livro Santo do Convento de Santa Cruz de Coimbra*, fl. 69 V.

(4) Idem, *Livro de D. João Teotónio*, Idem, fl. 71.

1196 *Sendimir*, que a palavra teve a sua transformação em textos portugueses para Sandomil, embora escrita com certas variantes.

A vila de Sandomil, situada nas márgens do Alva, e servida de maus caminhos para com comodidade os seus habitantes se poderem transportar a outras localidades para comerciarem, e ainda pelas grandes distâncias, resolveu pedir a criação dum mercado mensal para bem dos seus naturaes e povos visinhos, conforme a licença régia de 10 de Julho de 1804 que se deveria realizar no primeiro domingo de cada mês.

Mas, a-pesar das boas vontades da Câmara, da Nobreza e Povo, o mercado não vingou, naturalmente por falta de concorrência e caiu por completo no esquecimento. Por isso, atendendo às instantes necessidades, os moradores deste extinto concelho, solicitaram da Câmara de Seia autorização para fazerem um mercado que foi inaugurado no último domingo do mês de Maio de 1928, realizando-se todos os meses... se houver concorrentes.

Segue-se a provisão da criação da primeira feira que já publicamos em «A Voz da Serra» a quando das aludidas festas em Sandomil:

«D. João &.ª Faço saber q̃ os officiaes da Camara, Nobreza, e Povo da Vila de S. Domil, me reprezentarão p.<sup>r</sup> sua Petição q̃ eles pertendião se lhes concedese Provizão p.<sup>a</sup> na d.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup> fazerem todos os mezes de cada ano, em o primeiro Domingo deles im perpetuum, hum mercado p.<sup>a</sup> se comprar, e vender nele toda a qualidade de animais, Viveres e alactos, sem excepção, ou rezerva de couza alguma, asim, e pelo modo franqueza, e liberdade de outros Mercados Publicos q̃ havião neste Reino, ainda em terras, e Povoações onde p.<sup>r</sup> concorrência de outros das confinantes se não fazião tão uteis e necessarios aos Povos serem precizos p.<sup>a</sup> q.<sup>al</sup> q.<sup>r</sup> compra, e venda q̃. houvesse de fazer andarem duas legoas, p.<sup>r</sup> ser o Mercado q̃ tinhão mais perto daquela V.<sup>a</sup>, e cheio de Maiores emcomodos, e p.<sup>r</sup> iso me pediu a Graça de lhes conceder Provizão p.<sup>a</sup> terem hum Mercado em todos os primeiros Domingos dos mezes, E visto o q̃ alegaram e Informação q̃ se houve do Corregedor da Com.<sup>ca</sup> da Guarda, com audiencio dos of.<sup>es</sup> da Camara Nobr.<sup>a</sup> e Povo da referida V.<sup>a</sup> de S. Domil q̃ unanimam.<sup>te</sup> todos concordarão pela necessid.<sup>e</sup> e utilid.<sup>e</sup> q̃ tinhão naquele Mercado, e não haver, outro proximo am.<sup>ma</sup> V.<sup>a</sup> senão em distancia de duas legoas, e padecerem graves incomodos os recorr.<sup>tes</sup>, e Povos vezinhos, pela defi-

culd.<sup>o</sup> dos tranzitos, e ribeiras invadiaveis de Inverno; tendo a tudo consideração Hey p.<sup>r</sup> bem conceder aos sup.<sup>tes</sup> a licença necessaria p.<sup>a</sup> estabelecerem hum Mercado Mençal nos primeiros Domingos dos Mezes havendo o ajuntam.<sup>to</sup> da Feira, comprindo-se esta P.<sup>ão</sup> como nela se contem e se trasladara nos L.<sup>os</sup> da Camara respectiva. E valerá posto q̃ seu ef.<sup>o</sup> haja de durar mais de hum ano, sem Emb.<sup>o</sup> da Ord.<sup>ção</sup> do L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> tt.<sup>o</sup> 40 em contr.<sup>o</sup>, de não Pagarão novos dir.<sup>tos</sup>, e se registou o con.<sup>o</sup> em forma no L.<sup>o</sup> 69 do reg.<sup>to</sup> G.<sup>al</sup> a fl. 189 O Pr.<sup>e</sup> N.<sup>o</sup> S.<sup>or</sup> o mandou pelos Min.<sup>os</sup> Ab.<sup>o</sup> Asig.<sup>os</sup> do seu Cons.<sup>o</sup>, e seus De.<sup>res</sup> do Paço, Joaq.<sup>m</sup> Pedro de Mir.<sup>da</sup> a fez em Lx.<sup>a</sup> a 28 de Junho de 1804. Desta 800 r.<sup>s</sup>, e de as.<sup>ar</sup> o m.<sup>mo</sup> = B.<sup>ar</sup> Ant.<sup>o</sup> Sinel de Cordes a fez escrever = João Ant.<sup>o</sup> Salter de Mend.<sup>a</sup> = Ant.<sup>o</sup> Gomes Ribr.<sup>o</sup> = P.<sup>r</sup> Despa.<sup>o</sup> do Daz.<sup>o</sup> do Paço de 12 de Junho de 1804 = Dig.<sup>o</sup> Ig.<sup>a</sup> de Pina Mani.<sup>e</sup> = Pg. 11§200 r.<sup>s</sup> e aos of.<sup>es</sup> 1§200 r.<sup>s</sup> Lx.<sup>a</sup> 10 de Julho de 1804 = D. Mig.<sup>el</sup> J.<sup>e</sup> da Camara Mald.<sup>o</sup> = C.<sup>da</sup> Tomas Ant.<sup>o</sup> Lopes da C.<sup>ta</sup> (1).»

### Vila de Gouveia

O castelo de Gouveia, assim como a vila, sofreram bastante ruína nas lutas entre cristãos e sarracenos, e só em 1186 é que D. Sancho I lhe deu foral, publicado nos *Portugaliae Monumenta*, que foi confirmado em Coimbra no ano de 1216 (2), e reformado por D. Manuel a 1 de Junho de 1510 (3).

Nos documentos latinos aparece *Goudelã*, bem assim como no seu foral de 1186; e numa carta de doação da Vila de Nogueira, que ficava entre Louroza e Oliveira do Hospital, a Mendo Pais, no mês de Agosto de 1211, feita por D. Afonso II *apud Gouuelã da Beira* (4) encontramos esta forma, talvez de transição para *Govêa*, *Gouvêa* ou *Gouveia* da actualidade.

Gouveia é hoje um importante centro industrial e comercial e o seu desenvolvimento desde há muito que a história o vem registando.

(1) Arq. da Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. Maria I*, L.<sup>o</sup> 71, fl. 161 V.

(2) Arq. da Tôrre do Tombo, *Maço 6 dos Forais Antigos*, n.<sup>o</sup> 7, e maço 12, n.<sup>o</sup> 3, fl. 2, e no *Livro dos Forais Antigos da Leitura Nova*, fl. 32.

(3) Idem, *Livro dos Forais Novos da Beira*, fl. 10.

(4) Vidê o nosso opusc. *O Conceito Histórico da Palavra Beira*, pág. 21 e as fontes cit.

Além do Convento do patrono *Espírito Santo* que já tinha, D. João V autorizou a fundação do *Colégio dos Padres da Companhia de Jesus* e quando se andava construindo o referido Colégio atendendo às grandes necessidades que padeciam, tanto os padros, como os alunos e os moradores, autorizou o *Rei Sol* da Península, pela provisão de 8 de Agosto de 1741 o estabelecimento dum mercado semanal, tôdas as quintas-feiras, que ainda hoje se realiza.

A provisão é a que segue :

«Dom João por graça de D.<sup>s</sup> Rey de Portugal e &c. Faço saber q̄ os off.<sup>es</sup> da Camera da V.<sup>a</sup> de Gouvea com.<sup>ca</sup> da Guarda me representarão por sua p.<sup>am</sup> a utilid.<sup>o</sup> q̄ resultava aos lugares daquela v.<sup>a</sup> o fazerem feira todas as quintas feiras da Semana em rezão de se achar m.<sup>to</sup> populosa e o tr.<sup>o</sup> dilatado e se ter dado principio na d.<sup>a</sup> villa a hum Colégio de Padres da Comp.<sup>a</sup> de q̄ eu sou protetor e Padroeiro e p.<sup>a</sup> a sua subsistencia necessitavão de Legumes e mais comestiveis q̄ não havia na d.<sup>a</sup> villa nem os podião hir buscar a partes remotas sem detrim.<sup>to</sup> pois nas uillas de Cabra e Folgoso q̄ erão pouco distantes não havia mercado donde se pudesse conduzir o provim.<sup>to</sup> nestr.<sup>o</sup> assim como p.<sup>r</sup> os moradores da d.<sup>a</sup> villa, e tambem p.<sup>r</sup> os estudantes do d.<sup>o</sup> novo Collegio Pedindo me lhes fizesse m.<sup>o</sup> concedendo lhe Provisão p.<sup>a</sup> fazerem o d.<sup>o</sup> mercado e visto o seu requerim.<sup>to</sup> e informação q̄ se ouve plo. corregedor da Com.<sup>ca</sup> da Guarda e resposta do meu Procurador da Crôa a q.<sup>m</sup> se deu visto e não teue duuida q̄ se concedesse aos supp.<sup>tes</sup> a d.<sup>a</sup> graça sem prejuizo dos meus dir.<sup>tos</sup> reaes. Hey por bem fazer m.<sup>os</sup> aos supp.<sup>tes</sup> de q̄ possão fazer o d.<sup>o</sup> mercado em todas as quintas f.<sup>as</sup> de cada semana sem preiuzo dos meus dir.<sup>tos</sup> Reaes, cumprindosse esta Prouizão como nella se contem q̄ valera posto que seu effeito haja de durar mais de hun anno sem emb.<sup>o</sup> da ordanação do L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> tt.<sup>o</sup> 40 em contr.<sup>o</sup> e não pagarão novos di.<sup>tos</sup> pellos não deverem como constou por c.<sup>am</sup> (certidão) dos off.<sup>es</sup> delles esta se passou com salua por se ter passado outra do mesmo theor em 22 de fev.<sup>ro</sup> do anno proximo passado e não valerá senão huma e pagarão de novos dir.<sup>tos</sup> 40 rs. q̄ se carregarão ao thez.<sup>ro</sup> delles a fl. 167 e se registou o conhecim.<sup>to</sup> em forma no L.<sup>o</sup> 5.<sup>o</sup> do Reg.<sup>to</sup> Geral a fl. 265: El Rey N. S.<sup>r</sup> e mandou p.<sup>los</sup> D. D. Ant.<sup>o</sup> Teix.<sup>ra</sup> Alv'z e José Vaz de Carv.<sup>o</sup> ambos do seu Cons.<sup>o</sup> e seus Dez.<sup>res</sup> do Paço M.<sup>el</sup> Ozorio da Fon.<sup>ca</sup> a fez em Lix.<sup>a</sup> occ.<sup>al</sup> a 6 de Ag.<sup>to</sup> de 1741 P.<sup>o</sup> Norberto de Ancourt e Padi-

lha o fez escrever «Ant.<sup>o</sup> Teix.<sup>ra</sup> Aluz» José Vaz de Carvalho» Por Desp.<sup>o</sup> de Dez.<sup>o</sup> do Paço de 17 de Julho de 1741 e pela premissão da Ley de 24 de Julho de 1713. «José Vaz de Carv.<sup>o</sup> pag. 11\$200 rs. e aos off.<sup>es</sup> 228 rs. e ao vedor da Chancr.<sup>a</sup> mor nada por quitar. Lix.<sup>a</sup> 8 de Agosto de 1741», Dom Mig.<sup>el</sup> Mald.<sup>o</sup> Cop.<sup>o</sup> por Joaquim Guilherme» (4).

---

(4) Arq. da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, L.<sup>o</sup> 102, fl. 98 v.

# A HERÁLDICA NO MUSEU DO CARMO

## INVENTÁRIO

PELO

CONDE DE S. PAIO (D. ANTÓNIO)

Sócio Titular da Associação dos Arqueólogos Portugueses  
e Secretário da Secção de Heráldica e Genealogia da mesma Associação

Novas pedras de armas têm dado entrada no Museu Arqueológico do Carmo depois que o Sr. Affonso de Dornellas fêz o inventário delas no seu artigo «A Heráldica no Museu do Carmo», publicado no *Boletim dos Arqueólogos Portugueses*, Tomo XIII, pag. 122 e seguintes, e no volume primeiro da sua bela obra *História e Genealogia*. Para que êste inventário não fique incompleto por desactualizado, e como S. Ex.<sup>a</sup> não tenciona bulir mais no assunto, é debaixo do mesmo título e com a sua autorização que venho completar o inventário do nosso Museu.

Sigo a numeração que as espécies têm actualmente :

- N.º 58-C — Escudo das armas reais portuguesas, do século XVIII.
- N.º 60-C — Escudo de armas com um leão rompante, cujo estilo parece ser dos principios do século XVIII. É impossivel identificá-lo por falta de mais elementos. Será Silva? Castel-Branco? Leitão?...
- N.º 3790 — Escudo de armas do século XVIII com as armas dos Costas, assente sobre uma cruz da Ordem de Cristo.
- N.º — Escudo das armas reais do reinado de D. Manuel II, esculpido em cinco pedras, que se destinava ao edificio do quartel da Guarda Municipal. Entrou em Maio de 1923, oferecido pelo Ex.<sup>mo</sup> Comandante da Guarda Nacional Republicana.
- N.º — Escudo esquartelado de *Teles de Meneses e Silvas*, com seu paquife, elmo (aberto, e de tres quartos) e timbre (o dos

- Meneses). Baixo relêvo da sepultura de Afonso Teles de Meneses, cuja inscrição completa foi inserta no volume III de «Arqueologia e História» pelo Sr. J. M. Cordeiro de Sousa, que proficientemente se encarregou da publicação das inscrições existentes no Museu do Carmo.
- N.º — Escudo partido de *Vasconcelos* e *Silvas*. Esta campá e a precedente vieram ambas de Campo-Maior. A campá tem uma inscrição que foi estudada pelo Sr. J. M. Cordeiro de Sousa no volume IV de «Arqueologia e História».
- N.º 57-C — Escudo das armas reais (de Portugal moderno). Século XVII?
- N.º — Escudo das armas reais, conforme a disposição anterior à reforma de D. João II. Estas armas, apesar da sua feição, parecem ser de uma época muito posterior à que apresentam.
- N.º 144 — Escudo partido de *Abreus* e *Freitas*. Foi adquirido pelo Museu do Carmo à Companhia dos Caminhos de Ferro. Deve ser este brasão o da casa dos Abreus Freitas, em Santa Apolónia, a que Júlio de Castilho se refere na «Ribeira de Lisboa» (páginas 174 e 175) nos seguintes termos: — «Sobre a praia do Tejo tinha o palácio dezesseis janellas em fila. O todo formava na secção horizontal um angulo muito agudo, com o vertice ao poente, e ahí se via um brazão d'armas partido em pala, dos apelidos Abreu e Freitas; brazão que mereceu á illustrada direcção da Companhia (dos Caminhos de Ferro) ser conservado no telheiro que substituiu o predio, e pregado na parede para a banda do mar, onde o tenho visto centos de vezes».
- N.º 145 — Escudo das mesmas armas; as peças, porém, em disposição fantasista, seguindo o artista, sem a menor consideração pela heraldica, a que melhor entendeu. Pelo gosto artístico e forma geral, lembra-me que talvez estas armas estivessem na capela de S. Pedro de Alcantara, que estava anexa a esta casa, e que com ella foi demolida. Fôra fundação de D. Ana da Fonseca, sobrinha deste grande santo, e foi a primeira capela que se lhe erigiu. Quem quizer ver a genealogia destes Abreus Freitas consulte a «Corografia Portuguesa» do Padre Carvalho da Costa. Tomo III, pag. 366, 1.ª edição.
- N.º — Escudo franchado, tendo em cada quartel cinco escudetes em cruz, os dos flancos apontados ao centro, e carregados

cada um de cinco<sup>(1)</sup> besantes. São as armas de D. Fernão Sanches, filho natural e reconhecido del-Rei D. Denis, que se vêem no seu túmulo, e que nele se encontram mais cinco vezes repetidas, sendo quatro em forma de escudo, e uma — a que está na cabeceira — em forma de sêlo, o que em tudo, à excepção do número de besantes, é igual ao que D. António Caetano de Souza publicou em o IV volume da sua «Historia Genealogica da Casa Real». Vem a heráldica a comprovar a proficiência da leitura do epitáfio publicado pelo Sr. Cordeiro de Sousa, a paginas 97 do volume II da «Arqueologia e Historia».

N.º — Escudo das armas da Ordem de São Domingos feito em pedra branca com embutidos de pedra negra.

(1) Este número vem confirmar a opinião de que o número cinco, enquanto aos besantes, era *diferença* dos bastardos,

# MILIÁRIOS INÉDITOS

## SUA DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO

COMUNICAÇÃO FEITA Á SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

POR

CESAR ALVES DE AZEVEDO PIRES

SECRETÁRIO INTERINO DA MESMA SECÇÃO

Desejando continuar as boas tradições d'este logar que tão indevidamente me foi cometido, e contribuir pela minha grande vontade, de ser prestavel a esta importante Secção da n.<sup>a</sup> colectividade e ainda em homenagem ao seu douto Presidente o Ex. Snr. D. José Pessanha, consagrado e auctorizado mestre de tão eloquente e expressivo ramo da Arqueologia, venho informar a Secção que ora reúne sobre duas especies epigraficas que lhe foram endereçadas e ás quaes me dediquei por serem dois monumentos fora do vulgar e não estudados. Essas duas especies, ambas de granito, devéras mutiladas médem: uma que é quasi cilindrica, 80<sup>cm</sup> de alto por 32<sup>cm</sup> no diametro do topo e 32<sup>cm</sup> da base, a outra mede 38<sup>cm</sup> de altura por 32 de diametro nos topos por ser cilindrica, e a elas já foi feita referencia em Assembleia Geral realisada em 25 de Fevereiro p. p. pelo n/ dedicado Segundo Vice Secretario Sr. J. Paulo Pereira, a quem se deve tão inestimavel doação. Julgo porem conveniente descrevel'as e dar d'elas os devidos detalhes e indicar claramente a sua proveniencia, afim de ficarem arquivadas assim as fontes de possiveis investigações, que futuramente se façam na região onde elas eram jacentes, como recomenda a critica historica.

D'um officio do n/. consocio correspondente Snr. Artur Robalo, datado de 5 d'Outubro de 1907, do Candal, transcrevo:

que a referida peça maior foi encontrada na quinta de Cadôço, em Famalicão da Serra, mas que constava ter sido empregada no alpendre da arruinada hoje Igreja de Barrélas, povoação tambem hoje arruinada; que a peça menor foi encontrada na quinta da Tranginha ou Tapada da Eira, propriedade de Antonio Grilo que a recolheu na sua tarefa para lhe servir d'esteio de lenha em queima, onde o negociante

Sr. J. do Couto, de Famacão da Serra a viu e indicou ao n/. benemérito ofertante o Ex. Snr. Robalo que em Setembro p. p. lá foi conseguir obtel'a, e que os locaes dos dois achados distam 200 metros.

Tambem como elemento curioso d'informação, se relata no mesmo officio, que Antonio Esteves, pastor que percorre aquelas serranas paragens tem visto no sitio «Os Marcos» uma pedra meio enterrada de forma redonda (sic), mas não sabe se terá letras.

Comenta esta informação o mesmo Sr. Robalo dizendo que ella lhe sugere a ideia que outra peça arqueologica se encontra n'aquelle local e que oportunamente lá irá procurar obtel'a, caso tenha valor artistico ou documental.

A referida peça maior embora da rudeza dos analogos monumentos de granito, pode-se identificar com relativa facilidade, como sendo um miliario da epocha da decadencia da dominação romana, pois tem insculpidas letras em que se lê uma dedicatória a um imperador romano do sec. III.

E' um marco miliario erigido em qualquer ponto da estrada romana, possivelmente da do Rei Herodes chamada, que por aquella região atravessa e que se dirige a Folgozinho ou a Linhares e que passa assim não longe de Famacão da Serra, naturalidade do n/. doador Sr, A. Robalo.

D'uma rudeza pouco vulgar no seu tipo de letra, é alem d'isso inédita a inscrição d'este marco, do ano 276 da ref. era.

As letras deveras espaçadas medem 9 cm, exceptuando a ultima da palavra C O S, consuli, que mede 16 cm.



**I M P (eratori) C (ae) S (ari)**  
**M (arco) CLAVDIO TACITO PIO F, (elici)**  
**INVICTO AVG (usto)**  
**T (ribunitia) P (otestate) P (atri) P (atria) II (bis)**  
**C O (n) S (uli)**

Ao imperador Cesar Marco Claudio Tacito Piedoso, Feliz, invencível, do poder tribunicio, pae da patria, duas vezes consul.

E' esta a interpretação que lhe dei, interpretação absolutamente concorde com a do meu antigo professor e nosso venerando Presidente d'Honra. No nosso Museo existe um miliario do mesmo imperador, porem sem as características de raridade do que agora descrevo como seja a abreviatura C S (de Caesari) e o grande S final de consuli como anteriormente disse, alem dos grandes espaços entre as letras embora da mesma palavra. Não são raras no n/. paiz as inscrições em honra do imperador Tacito, que tentou reorganizar o exercito romano desmembrado com as invasões dos godos e que deu grande impulso ás letras pelas muitas copias que maudon fazer das obras de C. Cornelius Tacitus, de quem se dizia descendente taes como: os Anaes, que vão desde a morte d'Augusto á de Nero, as Historias desde Galba, pretor na Lusitania em 161 antes de Cristo, a Nerva, e outras sobre assuntos juridicos, vida agricola, costumes dos germanos, alem de muitas outras que se perderam.

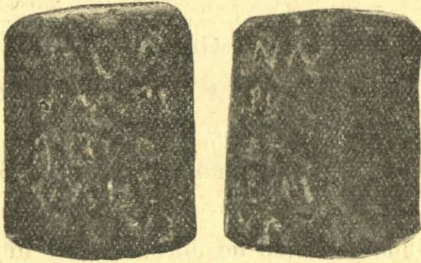
\*

A outra peça menor, mais mutilada que a que já descrevi, é também um miliario historicamente de alguma raridade e do estudo do qual se depreheende ser do ano 305 da n/. era, pelo facto de ser dedicado aos imperadores Constancio Clóro e Galerio Maximiano, interpretação a que cheguei depois de estudar as formulas epigraficas da tetrarquia de Diocleciano e o historico tão acidentado dos primeiros anos do sec. IV, em que Maximiano Erculeo tendo nomeado César a Constancio e o ter adoptado, lhe entregou o governo das Galias, Espanha e Britania, forçou Diocleciano a abdicar; cabendo-lhe assim o Occidente para governar, e por isso se tornou Augusto. Este marco que está devéras mutilado devido ao uso que teve, está incompleto faltando-lhe grande parte da inscrição, conseguindo eu porem a muito custo chegar á interpretação aceite pelo nosso Mestre de ciencias filologicas o Ex. Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, e que é conforme ás referencias emboras resumidas dos tratadistas Srs. Dr. Emilio Hübner Orellius e Hermann Dessau, sobre as várias inscrições miliarias que da dualidade de Constancio Cloro com Galerio Maximiano existem, raridade devida ao curto governo d'esta dualidade que foi de 305 a

306. Constancio Cloro ou Constancio o Palido foi estimado pelos seus contemporaneos e apreciado por ser tolerante e humano para com os cristãos, donde lhe veio o cognome de Clementissimus (vide Orellius (n.º 1057), alem do de Invictus (ibidem) pelas s/. victorias sobre os Gallos, germanos e francos. D'esta sorte lerei completando a inscripção

**DD(ominis) NN(ostris)  
IMP(eratoribus) CAESA  
RIBVS FLAVIO  
VALERIO  
CONSTAN(TIO et Galerio Maximiano Invictis et Clementissimis  
Auggustis)**

Ao inscrever a designação auggustis daria a forma abreviada



AVGG conforme era de uso nas legendas imperiaes da epoca em que havia o imperio romano do Ocidente e o do Oriente. Trad: *Aos nossos senhores os imperadores e Cesares Flavio Valerio Constancio e Galerio Maximiano, invenciveis e clementissimos Auggustos.*

Não está no limitado ambito dos meus conhecimentos comentar como erudito, problema epigrafico como seja o aparecimento da forma Caesaribus que eu julgo muito pouco vulgar, senão muito rara e demais em conjunto com as abreviaturas dos titulos imperiaes usados então, limitando-me a chamar para ele a atenção dos mestres, terminando por isso esta já longa e quiçá fastidiosa sabatina com a seguinte sentença:

*Nihil mortalibus arduum est.*

Lisboa, 21 de Junho 1928.

# NOTÍCIA DA GENTE DE GUERRA QUE FOI Á INDIA NO SECULO XVI

(SÉRIE I)

COLIGIDA

POR

ROGÉRIO DE FIGUEIRÓA RÊGO

Alvaro da Gama, cavaleiro com 1250 rs. de moradia, de Olivença, filho de António de Sequeira e de Inês da Gama, em 1538 na Nau Graça.

Alvaro da Gama, cavaleiro, filho de João da Gama, em 1538.

Alvaro Roiz, filho de João Alvares Tourinho e de Constança Roiz, de Elvas, de 18 anos, em 1550.

Alvaro Sardinha, de Moura, filho de José Mendes e de Joana Sardinha, em 1537 e morreu em 1541.

Ambrosio Botelho, escudeiro-fidalgo, filho de Jeronimo do Rêgo, em 1555.

André Borges Pimentel, filho de Francisco do Bouro e de Inês de Mesquita, de Guimarães, em 1563.

André Coelho, escudeiro-fidalgo, filho de Nicolau Coelho, foi para Feitor de Diu, em 1561.

André Pessoa, de Azambuja, filho de Lourenço Pessoa e de Francisca Calado, em 1577.

André Sardinha, cavaleiro, de Moura, marido de Maria de Figueiredo, moradores no Porto, em 1575.

António de Anaia, com 1000 rs. de moradia de cavaleiro-fidalgo, filho de Manuel de Anaia e de D. Maria Coutinho, em 1534.

António Baracho, colação de D. Jorge de Ataíde, filho de Vasco Baracho, moço da camara, em 1564.

António de Barbuda, escudeiro, de 25 anos, de Serpa, filho de Martim Bentes e de Maria de Barbuda, em 1543.

António Galvão, fidalgo, filho de Duarte Galvão, foi para Capitão de Moluco em 1533.

António da Gama, escudeiro, de Arruda, filho de André Ribeiro e de Marta da Gama, de 18 anos, em 1563.

António da Gama, escudeiro, filho de Afonso Roiz da Gama e de Briolanja de Oliveira, de 17 anos, foi na Nau Tigre em 1558.

António Gramacho, escudeiro, de Alcácer, filho de Rui Gramacho e de Maria Ferreira, de 24 anos, foi na Nau Graça em 1538.

António Leitão, moço da camara, natural de Serpa, filho de Duarte de Sampaio e de Maria Leitão, em 1585.

António de Ornelas, da Madeira, filho de Alvaro de Ornelas e de Branca Fernandes de Abreu, morreu em 1545.

António de Palhares, filho de Rui de Palhares e de Maria Lopes, moradores no Pinheiro, em 1538 e morreu em 1541.

António Pereira, escudeiro, filho de João Simões Pimentel e de Clara Pereira, em 1533.

António do Prado, filho de António Vaz, de Braga, foi em 1537 e morreu em Ormuz em 1542.

António Ribeiro, de Arruda, filho de outro e de Antónia Gorjão, em 1588.

António Roiz de Gambôa, Licenciado, foi em 1552; vedor da Fazenda de Malaca, juiz da Alfandega de Gôa e Procurador de Malaca.

António Sanches de Gambôa, vedor da Fazenda da India, em 1571.

António Sardinha Borrvalho, filho de Tomé Borrvalho e de Catarina Sardinha, moradores em Elvas, de 19 anos, em 1587.

António da Silveira, filho de Manuel da Silveira, Alcaide-mór de Terena, foi em 1544 na Nau S. Tomé.

António de Sousa, marido de Brites Fragoso, foi em 1533, como capitão da Caravela Rosa, morreu em 12 de Julho de 1542.

António de Sousa, filho de João de Sousa, morador em Chaves, fidalgo, foi em 1525, morreu em Malaca em 1534.

António de Sousa, filho de José de Sousa e de Francisca Cabral, foi em 1532, morreu em Bengala em 1538.

António de Sousa, filho bastardo de Nuno de Sousa, foi em 1543, morreu em Gôa; em 13 de Janeiro de 1545.

António Vieira, moço da camara, de Santarem, filho de Luís Vieira, em 1550.

Artur Varela, do Tojal, moço da camara da Infanta Dona Maria, em 1554.

Bartolomeu de Lemos, de Lisboa, acrescentado de moço da camara a escudeiro-fidalgo, foi em 1562; era filho de João Alvares de Lemos.

Bartolomeu do Prado, filho do Corregedor Baltasar do Prado, cavaleiro-fidalgo, foi em 1527 e morreu em Cananor em 1544.

Basilio Furtado, cavaleiro-fidalgo, de Lisboa, filho de Pedro Furtado, em 1597.

Belchior Pestana de Brito, moço da camara, filho de outro, de Azeitão, em 1578.

Braz de Aguiar, moço da camara da Rainha, de Torres Vedras, filho de Bartolomeu de Aguiar e de Brites Leitão e cunhado de João de Figueirôa, foi em 1573 e voltou em 1581.

Braz da Rocha, do Barreiro, filho de Miguel de Moraes e de Leoniza da Rocha, em 1598.

Cristovão de Aguiar, filho de Francisco de Sequeira e de Maria de Aguiar, da quinta da Balandeiro, termo da Feira, foi em 1541 e morreu em 1543.

Cristovão Geraldês, filho de Manuel Geraldês e de Catarina André, moradores na Esperança, foi em 1568 e voltou em 1573.

Cristovão Simões, escudeiro, de Evora, marido de Jeronima de Carvalhais, em 1533.

Denis Alves Campelo, de Amarante, filho de Francisco Alves Campelo e de Ana Fernandes, em 1572.

D. Denis de Sousa, fidalgo com 3000 rs. de foro, filho de D. António de Sousa, em 1585.

Diogo Fernandes, escudeiro, de Elvas, filho de Fernão Coelho e de Brites Fernandes, em 1533.

Diogo Fernandes Cabreira, de Santarem, marido de Simôa Borges, foi em 1538 e morreu em Cochim em 1546.

Diogo Madeira, filho de Aires Batalha e de Leonor Madeira, de Alcochete, foi em 1559.

Duarte Coelho da Silva, moço-fidalgo, filho de Aires Coelho, em 1546.

Duarte de Pina, de Evora, filho de Luís de Pina e de Joana Roiz, em 1567.

Duarte do Rêgo, escudeiro, de Barcelos, filho de outro, em 1532.

Estevão de Aguiar, filho do Dr. Ruí Gomes, em 1540.

Estevão Barreiros, cavaleiro-fidalgo, filho de outro, em 1597.

Estevão Fernandes Coelho, de Evora, filho de João Esteves e de Isabel Pires Coelho, foi em 1538 e morreu em 1541.

Estevão Lourenço de Avelar, escrivão da Alfandega de Ormuz, foi em 1568 e voltou em 1573.

Feliciano Teles, cavaleiro-fidalgo, de Alenquer, filho de Pero Lopes Teles, com 1200 rs. de moradia, foi em 1591 na Nau S. Cristovão.

Felicio de Lemos Morgado, moço da camara, filho de António Lopes Morgado, de Lisboa, foi para Malaca em 1591.

Fernão Leitão, filho de João Gonçalves, moço da camara de Pedro-gão Pequeno, em 1546.

Fernão Leitão, de Vila do Conde, filho de Diogo Leitão e de Isabel Leitão, foi em 1538 e morreu em Malaca em 1544.

Fernão do Rêgo, escudeiro, de Caldas, filho de João do Rêgo e de Violante Dias, em 1535.

Fernão Vieira, escudeiro, do Porto, filho de Tristão Vieira e de Joana de Castro, de 20 anos, em 1553.

Fradique Ribeiro, de Arraiolos, filho de João de Barros foi em 1576.

Francisco de Avelar, escudeiro, filho de Fernão de Avelar, cavaleiro de Atougia, e de Isabel da Vaza, de 18 anos, em 1553.

Francisco de Aragão, do Bombarral, marido de Isabel Henriques, de Santa Maria de Obidos.

Francisco Botelho, moço da camara, filho de Luís do Quintal, em 1564.

Francisco Barbosa de Novais, cavaleiro-fidalgo, de Caminha, filho de Gonçalo Barbosa, foi para Malaca em 1591.

Francisco de Brito Lobato, capitão da Nau Santiago, que foi para Malaca em 1587.

Francisco de Lucena, cavaleiro da Ordem de Santiago, natural de Setubal, filho do Dr. Antonio Roiz de Lucena e de Margarida Anes, de 22 anos, em 1560.

Francisco de Lucena, filho de Pedro Vaz de Lucena, e de Inês Ferreira, de Evora, foi em 1588.

Francisco Pessanha, escudeiro, de Alenquer, filho de outro e de Isabel Leitão, em 1535.

Francisco de Sequeira, de Elvas, filho de Manuel de Sequeira e de Tareja de Aboim, foi em 1538 e morreu em 1541.

Francisco Tavares, moço-fidalgo com 900 rs. de moradia, filho de João Roiz de Lucena e de Maria Tavares, foi em 1538.

Francisco Vaz Lobato, filho de Pedro Lobato e de Joana Pereira, moradores em Monsão, de 24 anos, foi para Malaca na Nau Reis Magos, em 1585.

Frutos do Rêgo, escudeiro, de Viana do Castelo, filho de João do Rêgo, e de Isabel Caminha, de 28 anos, em 1538.

Gaspar de Abreu, escudeiro, do Cadaval, filho de António de Abreu e de Genebra Fernandes, foi em 1591.

Gaspar de Almeida, filho de Henrique de Figueiredo e de Maria da Gama, foi por capitão da caravela Rosário, em 1516. Foi anadel-mór dos espingardeiros em Malaca, morreu em 1539.

Gaspar Barbosa, moço da camara, filho de André Barbosa e de Ana de Belas, foi em 1564.

Gaspar Barreto, escudeiro, de Arraiolos, filho de Fernão Barreto e de Brites Fidalgo, de 25 anos, em 1538.

Gaspar Borges, escudeiro, de Mesão Frio, filho de Bartolomeu Borges e de Maria Pinto, em 1550.

Gaspar de Goes, escudeiro, de Sintra, marido de Ana de Quadros, foi na Nau Atouguia.

Gaspar de Valadares, moço da camara, da Lourinhã, filho de Alvaro de Valadares, em 1597.

Gonçalo Pereira, de Vila Verde, filho de Lopo de Sousa e de Leonor Pacheco, foi em 1540 e morreu em 1542.

Gonçalo de Pina, cavaleiro-fidalgo da Infanta Dona Isabel, filho de Lopo de Pina, em 1551.

Heitor de Meira, escudeiro, da Merciana, filho de Alvaro Vaz e de Isabel de Meira, foi para Sofála em 1530 e de lá para a Índia.

Heitor de Sousa, filho de João Lopes de Almeida e de Jeronima de Sousa, em 1533.

Henrique da Gama, escudeiro, de Aldeiajavinha, filho de Nuno de Morais e de Antónia da Gama, de 17 anos, em 1538.

Henrique da Silva, de Braga, filho de Diogo de Sousa e de Clara Anes, em 1534.

Henrique de Sousa, filho de Garcia de Sousa, em 1528.

Jeronimo Denis, filho de Tomé Denis e de Brites da Costa, de S. António do Tojal, em 1567.

João Alvares Baracho, de Vila Franca, filho de Diogo Pires Baracho, em 1550.

João Bentes, escudeiro de Serpa, filho de outro e de Violante de Matos, em 1533.

João Caiado de Gambôa, filho do Dr. Antonio Roiz de Gambôa e de Isabel de Figueirôa, em 1568.

João de Carvalho, escudeiro, de Meca, Alenquer, marido de Antónia de Faria, em 1532.

João Gonçalves de Aragão, escudeiro, filho de Bartolomeu Gonçalves Neto e de Leonor de Aragão, de 23 anos, foi em 1563 na Nau Castelo.

João Mendes Morêno, moço da camara, de Vila Viçosa, filho de Belchior Morêno, em 1597.

João Pereira, escudeiro, de Tentúgal, filho de Rui Pereira de Sampaio e de Maria Nunes do Quintal, de 22 anos, foi em 1563 na Nau Castelo.

João Pestana, filho de Gonçalo Pestana e de Maria Aires, de Estremoz, em 1586.

João de Quadros, filho de André de Quadros, foi em 1546, com 1200 rs. de moradia de escudeiro-fidalgo.

João do Rêgo, cavaleiro-fidalgo, escrivão da Feitoria da Pedraria, em 1534.

João Ribeiro, filho de Afonso Gil Ribeiro, de Lisboa, foi em 1528 e morreu em 1538.

João da Rocha de Almeida, moço da camara, filho de Gonçalo Carrilho, de Castelo de Vide, foi para Malaca em 1591.

João Roiz Geraldês, moço da camara, em 1568.

João Sardinha, moço da camara, filho de Gil Sardinha, de Setubal, e de Catarina Vaz, em 1537.

José de Leão, de Santarem, filho de Paulo de Leão, foi em 1537 e morreu em 1539.

José Soeiro Dória, de Faro, de 35 anos, filho de Estevão Soeiro Dória e de Inês Dória, em 1585.

Lançerote Barbudo, de Beja, escudeiro, filho de António Barbudo e de Filipa do Carvalhal, em 1542.

Lançerote Frois, marido de Genebra de Frois, em 1531.

Leonardo Brandão, escudeiro, de Setubal, filho de Estevão Denis e de Gracia Ribeiro, de 24 anos, em 1550.

Lopo Botelho, filho de Bento de Sousa e de Filipa Rebelo foi em 1533 e morreu em 1541.

Lopo da Gama, moço da camara, de Olivença, filho de João da Gama e de Inês Lobo, foi em 1551 e voltou em 1572.

Lourenço de Bulhão, moço da camara, filho de Simão Roiz de Bulhão e de Maria de Valadares e irmão de Rui Fernandes de Bulhão, todos de Vila Franca de Xira, foi em 1576 e voltou em 1587.

Lourenço Landeiro, filho de Fernão de Faria, que morreu na Índia, e de Constança Soeiro, filha de Vicente Landeiro e de Brites Ribeiro, que receberam na Casa da Índia, em 1530, o sôlido vencido.

Luís Alvares Baracho, de Vila Franca, filho de outro e de Francisca de Oliveira, em 1561.

Luís de Barbuda de Vasconcelos, filho de Fernão Ponce de Vasconcelos e de Isabel Godinho, foi em 1566 e voltou em 1574.

Luís de Camões, escudeiro, filho de Simão Vaz de Camões e de Ana de Sá, foi em 1553 (parece ser a 2.<sup>a</sup> vez).

Luís Fragoso, escudeiro, de Lisboa, filho de Duarte Fragoso e de Inês Fragoso, moradores defronte da Alfandega, de 25 anos, em 1537.

Luís Lopo de Sousa, moço fidalgo, de Chaves, filho de Francisco de Sousa, foi para Malaca em 1591.

Luís da Rocha, do Barreiro, filho de Miguel de Moraes e de Leoniza da Rocha, em 1598.

Luís da Silveira, moço-fidalgo, filho de Manuel da Silveira, em 1441 e morreu em 1543.

Manuel de Aguiar, escudeiro--fidalgo, de Arruda, filho de Fernão Pires e de Brites de Aguiar, em 1553.

Manuel de Avelar, escudeiro, filho de Alvaro de Avelar e de Brites de Almeida, moradores em Alenquer, em 1533.

Manuel de Azevedo, de 19 anos, de Monsão, filho de Gregorio Casco Bacelar e de Brites de Merim, em 1585.

Manuel da Gama, escudeiro, de Elvas, filho de Diogo da Gama e de Margarida Sotil, de 24 anos, foi em 1558 na Nau Graça.

Manuel da Gama, filho de Rui Lobo, cavaleiro-fidalgo, com 1050 rs. de moradia, pai de Leonor da Gama, viuva de Pedro Mascarenhas, falecido em 1625, foi á Índia em 1561; foi feitor de Sofála e por morte de Fernão Martins Freire, foi provido na capitania.

Manuel Homem, escudeiro, de 30 anos, filho de Lourenço Henriques e de Antónia de Aguiar, em 1546.

Manuel de Liz, moço da camara, filho de Alvaro Gil de Liz, foi em 1527 e morreu em 1529.

Manuel de Medeiros, filho de Gaspar de Medeiros e de Isabel Gonçalves, de Montemór-o-Novo, de 30 anos, foi em 1587 na Nau Nazaré.

Manuel Nunes, de Alenquer, marido de Briolanja do Quintal, em 1571; foi meirinho da Alfandega de Gôa.

Manuel do Rêgo, moço da camara, filho de Pedro do Rêgo e de Antónia Gomes, em 1574.

D. Manuel da Silveira, morreu na jornada, indo por capitão de Ormuz, em 1544.

Manuel de Sousa Coutinho, moço-fidalgo, com 1000 rs. de moradia, foi em 1559 como capitão da galeota Santa Ana e em 1568 foi-lhe dado o senhorio duma aldeia nas terras de Baçaim.

Manuel de Sousa Pereira, moço-fidalgo, com 1000 rs. de moradia, filho de Diogo de Sousa, em 1568; foi capitão de Gôa.

Martim de Foios, de Ameixoeira, escudeiro, filho de Francisco de Foios e de Leonor Botado, em 1533.

Martim Franco, filho de Vasco Franco, morador em Borba, escudeiro do Conde de Borba, foi em 1520 e em 21 de Dezembro de 1533 foi cativo em Bengala, onde morreu em 15 de Janeiro de 1536.

Mateus Mendes de Carvalho, do Porto, filho de João Mendes de Carvalho e de Cecilia de Figueirôa, em 1547, foi tanador mór da Ilha de Gongolão ou Goglá.

Matias de Albuquerque, escudeiro, filho de Manuel de Albuquerque, em 1566.

Miguel Marinho, escudeiro, de Amarante, filho de Francisco de Queirós e de Catarina de Coimbra, de 20 anos, foi em 1578 na Nau S. Gregorio.

Nicolau da Cunha, moço da camara, filho de Simão da Cunha, em 1596.

Nicolau Denis, cavaleiro-fidalgo, com 900 rs. de moradia, marido de Filipa de Azevedo, em 1552.

Nuno Roiz de Beja, fidalgo do Infante D. Luís, filho de João Afonso de Beja e de Lucrecia Frois, foi no titulo dos criados do Rei, em 1553, na Nau Loreto.

Paulo da Fonseca, cavaleiro-fidalgo, com 1000 rs. de moradia, de Trancoso, filho de Francisco da Fonseca Saraiva, foi em 1591, na Nau S. Cristovão.

Pero Barata, filho de outro e de Leonor Pires, moradores em Castelo Branco, foi em 1576 e voltou em 1585.

Pero Barata, moço da camara, filho de António Barata, em 1586.

Pedro Barbosa Pereira, de Viana do Castelo, filho de Diogo Barbosa e de Jeronima de Abreu, de 28 anos, foi em 1587 na Nau Nazaré.

Pedro Mascarenhas, filho de Alvaro de Brito e de Joana Mascarenhas, pagem do Arcebispo de Lisboa, teve o foro de escudeiro-fidalgo com 1200 rs. de moradia, foi em 1551.

Pedro Mendes, de Faro, filho de João Franco e de Leonor Mendes, de 20 anos, em 1534.

Pedro Mendes da Silveira, escudeiro fidalgo, de Vila Viçosa, em 1530.

Rodrigo Barbosa de Albuquerque, moço da camara, filho de João Roiz de Sá, em 1575.

Rui de Carvalho, cavaleiro-fidalgo, de Alcácer do Sal, filho de Diogo de Carvalho, em 1562, foi feitor de Malaca.

Rui Lobo, filho de André da Gama e de Filipa Teixeira, naturais de Montemor-o-Novo, foi em 1538 na Nau S. António.

Rui de Pina, escudeiro com 1200 rs. de moradia, filho de Vasco de Pina, em 1530.

Rui Salema, moço da camara do Infante Dom Luís, foi por feitor, alcaide do mar e provedor de Chaul, em 1531.

Rui Vaz de Mendanha, escudeiro, filho de Antonio Vogado de Mendanha e de Agueda de Avelar, de 24 anos, em 1594.

Salvador Gramacho, filho de outro e de Isabel Matoso, foi em 1534 e morreu em 1540.

Sebastião de Beliago, filho de João Alvares de Beliago, do Porto, em 1533.

Sebastião Falcão, filho de Fernão Falcão e de Maria Tavares, de S. Vicente da Beira, em 1533.

Sebastião de Leão, filho de Alvaro de Arruda e de Catarina de Leão, de Alvito, foi em 1536 e morreu em 1541.

Sebastião Pais, escudeiro, de Beja, marido de Leonor Fernandes, em 1533.

Sebastião de Pina, cavaleiro, de Cascais, filho de Pero Fernandes de Pina, foi para Malaca em 1591.

Sebastião Ribeiro, de Penaguião, filho de João Ribeiro e de Ana do Rêgo, foi em 1538 e morreu em 1542.

Simão de Moura Rolim, moço-fidalgo, filho de Mem de Ornelas, em 1585.

Simão Ribeiro, moço da camara, filho do Licenciado Roque Anes e marido de Isabel Leitão, em 1576, voltou em 1586.

Tristão Magro, dos Vidais de Alcobaça, filho de João Alvares Magro e de Margarida Gil, em 1530.

Tristão Ribeiro, de S. Gonçalo de Amarante, filho de Luís Ribeiro e de Maria Dias, foi em 1539 e morreu em 1542.

Vasco da Gama, filho de Fernão da Gama, de Olivença, serviu e morreu na Índia em 1523.

Vasco Leitão Sanhudo, moço da camara, filho de Pero Vaz Leitão, em 1598.

Vasco de Pina, moço de camara, filho de Lopo de Pina e pai de Vasco de Pina de Azevedo, em 1554, foi provido na fortaleza de Sofála.

Vicente de Carvalho, cavaleiro-fidalgo, filho de António de Carvalho, foi para feitor e tesoureiro de Cochim em 1567, voltou em 1573.

# NOTAS SOBRE A BAIXELA GERMAIN DA ANTIGA CÔRTE PORTUGUESA

LIDAS NA SESSÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE ESTUDO  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
DE 25 DE FEVEREIRO DE 1928

POR

LUIZ XAVIER DA COSTA

SÓCIO TITULAR DA MESMA ASSOCIAÇÃO

---

*A JAIME LEITÃO, elo da notável dinastia  
portuguesa de artistas da prata. Com a minha  
grande admiração e a nossa velha amizade.*

---

Não está feita ainda a história da baixela Germain, que pertenceu á Côrte portuguesa.

Apesar dos trabalhos importantes de G. Bapst <sup>(1)</sup>, ou dos outros mais recentes do Marquês da Foz <sup>(2)</sup> e do Dr. José de Figueiredo <sup>(3)</sup>, o assunto só muito imperfeitamente se encontra esclarecido.

Expõe o Marquês da Foz que Thomas Germain, filho de Pedro Germain fundador da artística dinastia, recebeu em 1728 a primeira encomenda para o Rei de Portugal <sup>(4)</sup>. L. Dussieux, na obra intitu-

---

(1) *Études sur l'orfèvrerie française au XVIII.<sup>e</sup> siècle — Les Germain Orfèvres-Sculpteurs du Roy par Germain Bapst — Paris 1887.*

Germain Bapst — *L'Orfèvrerie française à la Cour de Portugal, au XVIII.<sup>e</sup> siècle — Paris 1892.*

(2) *A baixela Germain da antiga côrte portuguesa pelo Marquês da Foz — Lisboa MCMXXV.*

(3) José de Figueiredo — *A Baixela Germain — Separata do volume III da Lusitania — Revista de estudos portuguezes.*

(4) *A baixela Germain... pelo Marquês da Foz — Pag. 16.*

lada «*Les artistes français à l'étranger*», dá porê m notícias documentadas de dois trabalhos acabados em 1725, um para o dito monarca e outro para a Rainha, além de mais executados desde 1744 a 1745 (1).

G. Bapst, citando também o trabalho de 1725 destinado para o Rei, e ajuntando que dois anos mais tarde outro foi entregue para a Princesa do Brasil (2), noticia igualmente a primeira encomenda régia como sendo de 1728 e menciona os trabalhos de 1744 e dos anos seguintes como numerosos e importantes (3).

Dessas valiosas encomendas feitas pela Côrte de Portugal a Thomas Germain, não existiriam documentos, o que deve atribuir-se á destruição dos arquivos de Lisboa quando do terramoto de 1755 (4). Nem delas restava vestígio na extinta Casa Real, sendo contudo possível que a lâmpada suspensa na capela do Palácio da Ajuda houvesse saído das mãos daquele artista (5). O Marquês da Foz possuiu algumas peças assinadas, ou punctionadas, e datadas por êle, mas que não tinham a referida proveniência (6).

Segundo o mesmo historiôgrafo, a baixela haveria sido também encomendada a Thomas Germain. Foi porê m terminada e entregue por seu filho François Thomas Germain, último da série (7). E, ainda que recebida e paga no reinado de Dom José I, constituiu provavelmente um dos muito grandiosos caprichos que, em assuntos de arte, caracterizaram o Rei Dom João V (8).

Conforme veremos, existe um depoimento que contraria esta opinião, aliás bastante generalizada entre os escritores, pelo menos em relação ao conjunto de peças existentes actualmente e conhecido sob a designação de «baixela». Que muitas outras peças existiram, e várias existem ainda, fora de tal conjunto e encomendadas em épocas diversas,

(1) *A baixela Germain...* pelo Marquês da Foz — Pag. 29.

(2) *Études...* — *Les Germain...* par Germain Bapst — Pag. 40.

(3) *Idem* — Pags. 55-56.

(4) *Idem* — Pag. 56.

(5) *A baixela Germain...* pelo Marquês da Foz — Pag. 29.

(6) *Idem* — Pags. 14-15.

*Catalogue raisonné des pièces d'orfèvrerie française composant la collection du Marquis da Foz* par Germain Bapst — Paris 1889 — Pags. 13-20.

(7) *A baixela Germain...* pelo Marquês da Foz — Pag. 16.

(8) *Idem* — Pag. 25.

isso é indubitável, conhecido dos historiógrafos e ressalta quer dos documentos, quer do estudo comparativo dos próprios objectos.

O desaparecimento da maior parte do Arquivo da antiga Secretaria de Estado, por ocasião do terramoto de 1755 que arrasou o Paço da Ribeira, é confirmado pelo actual Arquivista do Ministério dos Negócios Estrangeiros em notável livro da sua autoria (1). Mas por este mesmo trabalho ficamos sabendo que, no depósito moderno, «entre as correspondências de character privado, avulta a chamada «Correspondência de Francisco Mendes de Góis» (2); o qual é o «*s<sup>r</sup> Mendes, commissaire du roi de Portugal*», a quem G. Bapst se refere por vezes a propósito das relações d'este com os Germain (3) e que «em 1736 foi mandado da Haia para Paris, por ordem de D. João V, para assistir a algumas encomendas do monarca» como «*pessoa de toda a confiança e... homem de bom gôsto a julgar pelas encomendas de que o encarregavam*» (4).

Acrescenta o mesmo escritor que «logo de entrada recebeu Mendes de Góis ordens para tratar de baixelas (incluindo a de Germain), de coches, de joias, etc.,» desempenhando-se brilhantemente das incumbências, e sendo abundante no Arquivo do Ministério dos Estrangeiros, além de outra muita, «a sua correspondência com Diogo de Mendonça Côrte Real, Pedro Vergolino e Cónego Magistral, em execução de ordens do Soberano.» (5)

Sobre as «Compras» referidas (6), existem também no citado Arquivo dois «Livros de vários assentos feitos por Francisco Mendes de Góis... 1726-27 e 1727-30» (7). Assim como, entre a «Correspondência de e para» o mesmo (8), existem cartas de «*Germain*» [sic]. Quanto

(1) Luiz Teixeira de Sampaio — *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Subsídios para o estudo da história da diplomacia portuguesa)* — Coimbra 1925 — Pags. 16-17 e 25.

(2) *Idem* — Pag. 55.

(3) *Études...* — *Les Germain...* par Germain Bapst — Pags. 55, 56, 168, etc.

(4) Luiz Teixeira de Sampaio — *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros* — Pag. 55.

(5) *Idem* — Pag. 55.

(6) *Idem* — Pag. 122.

(7) *Idem* — Pag. 125.

(8) *Idem* — Pag. 135.

ás cartas do Cónego Magistral, são de 1725-27; as de Diogo de Mendonça Côrte Real, de 1726-35, 1728-36 e 1742-51; e as do guarda-jóias Pedro António Vergolino, de 1727-48 e 1729-52.

Por motivos que adiante veremos, podem antolhar-se as últimas como merecedoras da prioridade no exame. Apesar de que todos os documentos citados devem ser lidos e estudados cuidadosamente por quem pretender historiar as relações da Côrte portuguesa com os Germain, pois aí encontrará provávelmente, não só notícias abundantes e dados seguros a respeito do assunto, mas a resolução completa e definitiva do problema da baixela. Sei de fonte segura que andam investigadores procedendo a êsse trabalho.

Mendes de Gois já era falecido em 1765, sendo «*Delorme, representante do banqueiro Beaumont, de Lisboa, quem ficou encarregado em Paris dos negócios particulares do soberano.*» (1) Thomas Germain falecera quási súbitamente a 14 de Agosto de 1748 e a sua reputação era tão brilhante em Portugal, que o rei, «*ao saber da morte do joalheiro a quem devia tantas obras primas, ordenou que lhe fôsem feitas na catedral solenes exéquias, pagas do próprio bolsinho e ás quais assistiram todos os artistas*» da cidade (2).

François Thomas Germain, além da baixela própria dita, a qual, por documentos existentes nos Arquivos Nacionais franceses, consta haver sido encetada em 1757 de colaboração com Jacques Balin, enriqueceu com outros objectos a Casa Real portuguesa (3). A data citada encontra-se gravada na base do centro de mesa, peça principal do serviço (4), estando a mesma data e a do ano 1758 acusadas nos punções de outras peças importantes (5).

Mas, em 1764 ainda François Thomas Germain trabalhava na baixela (6); e um inventário judicial de 1765 fala de quatro serviços em

(1) *Études...* — *Les Germain...* par Germain Bapst — Pag. 168.

(2) L'abbé Lambert — *Histoire littéraire du règne de Louis XIV* — Tome III — Pag. 289. (Citação de *Études...* — *Les Germain...* par Germain Bapst — Pag. 101).

(3) *A baixela Germain...* pelo Marquês da Foz — Pag. 30.

(4) *Idem* — Pags. 33-34.

(5) *Idem* — Pag. 35.

(6) *Études...* — *Les Germain...* par Germain Bapst — Pags. 139-140.

curso de execução, além de um centro de mesa sómente modelado (4). Na verdade, pouco tempo antes de lhe ser aberta falência na data acabada de indicar, havia êle recebido encomendas valiosas da Côrte de Lisboa, a qual lhas pagara de contado e antecipadamente (2), expondo o artífice ao público, no comêço de 1766 e na própria officina, um certo número dos objectos a que elas se referiam (3).

Decorridos anos e após variadas peripécias forenses, comerciais e diplomáticas, de que nos fazem conhecedores os documentos publicados pelos historiógrafos, um acórdão do Parlamento de Paris, datado de 1774, diz respeito aos objectos mencionados, declarando que vários dentre êles haviam sido terminados depois de 1767, não por Germain, mas por Louis Regnard. Cumpridas então novas formalidades e havendo o Rei de Portugal entrado pela segunda vez com a importância dos mesmos objectos, que já saldara anteriormente, é que os pôde adquirir e que êles vieram para a posse dos seus representantes (4).

G. Bapst é de opinião que François Thomas Germain não era bastante habil na sua arte para haver modelado certas figuras e grupos com a perfeição que ostentam, devendo para obtê-los haver-se dirigido a escultores de mérito, cujos nomes ocultava cuidadosamente (5). Pigalle foi provávelmente um dêles (6). O mesmo autor chega a aventar que o filho não possuia o talento do pai; e que não era artista de facto, mas simples empreiteiro de trabalhos, fazendo lavrar os modelos que encontrara na officina de Thomas Germain, ou encomendando a outros artistas os objectos que se encarregava de fazer executar (7).

Ao vêr a perfeição das suas obras, interessa portanto sabêr quem foram os artistas que as executaram. Sem contar a provada colaboração de Louis Joseph Lehendrick, ou a possível de Pierre Etienne Buron, que ambos haviam sido aprendizes e officiais do pai, e companheiros do filho antes de se tornarem artistas célebres e independentes sob o impulso do primeiro, a cuja memória ficaram sempre reconhe-

(1) *Études... — Les Germain...* par Germain Bapst — Pag. 142.

(2) *Idem* — Pags. 168-169.

(3) *Idem* — Pags. 170 e 140.

(4) *Idem* — Pags. 142 e 169-170.

(5) *Idem* — Pag. 132.

(6) *Idem* — Pag. 131.

(7) *Catalogue... d'orfèvrerie... du Marquis da Foz* par Germain Bapst — Pag. 23.

cidos (1); sem contar a colaboração de Lehesdin, de Lemoine, de Raveché, de Outrebon, expressa em documentos jurídicos; ficaram-nos os nomes de alguns artífices que trabalhavam na oficina de François Thomas Germain por ocasião da sua falência. E eram os lavrantes Colezon, Meunier, Leitz e Descour; os abridores Colart, Olivier e Nicol; o caldeireiro Peletier; o vasador Sellier; o torneiro Taratte; e o estojeiro Prieur. A todos devemos ajuntar o célebre dourador Pierre Gouthière que trabalhava em domicílio próprio e independente; e que também era lavrante, ou pelo menos de tal deixou a fama (2).

Isto pode explicar a diversidade das marcas (Durand, Lehendrick, Pierre Germain II, Frankson, . . .) verificadas pelo Dr. José de Figueiredo e pelo Conservador Luis Keil nas peças da baixela que deram entrada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, até agora atribuídas na generalidade a François Thomas Germain e que de facto não são todas da sua autoria (3).

\*

\*      \*

O nosso consócio P.<sup>o</sup> Ernesto Augusto Sales divulgou ha pouco tempo uma notícia, a qual, completando as informações que deixo transcritas e esclarecendo-as quanto ás épocas da encomenda da baixela e da sua vinda para Lisboa, descobre a entidade que tratou do assunto e simultâneamente invalida a conjectura de que haja sido o Rei Dom João V quem ordenou a referida encomenda.

Ainda que patente num documento impresso em pleno século XVIII, não raro como espécie bibliográfica, coevo dos factos e redigido por quem de perto os conheceria em virtude das funções officiais que desempenhava na Côrte e de ser filho do individuo encarregado do negócio, a aludida noticia, aliás bastante explícita e possuindo todas as condições de veracidade, parece não haver sido notada por aqueles a quem o problema histórico interessava, até que o erudito Conservador da

(1) *Études* . . . — *Lcs Germain* . . . par Germain Bapst — Pags. 72 e 74.

(2) *Idem* — Pags. 132 e 154 (nota 2).

(3) José de Figueiredo — *A Baixela Germain* — Pags. 3-4.

Biblioteca do Ministério da Guerra chamou a atenção para ela, citando-a e comentando-a em notável trabalho seu (1).

Encontra-se no «Auto/do levantamento, e juramento, /que os grandes, títulos seculares, ecclesiásticos, /e mais pessoas, que se acharão presentes, /fizerão á muito alta, muito poderosa /rainha fidelissima /a Senhora /D. Maria I. /nossa senhora /na coroa destes reinos, e senhorios de Portugal, /sendo exaltada, e coroada sobre o regio /throno juntamente com o Senhor Rei /D. Pedro III. /na tarde do dia treze de Maio de 1777 / [Grande vinheta com o escudo das armas reais portuguezas gravadas em cobre] /Lisboa /Na Regia Officina Typografica. /Anno de M.DCC.LXXX.», volume in-4.º, de 98 paginas.

Ao tratar dos aposentos preparados no edificio do Terreiro do Paço, anexo ao qual fôra construída a artistica galeria de occasião, onde se procedeu á ceremónia, narra o seguinte (2):

*«...via-se a nobilissima sala destinada para jantarem Suas Magestades, e Altezas, na qual se preparou huma mesa com a maior grandeza, e luzimento, que foi servida com inexplicavel profusão, inalteravel ordem, e ceremonial.*

*Além desta se preparárão mais duas mesas em diversas salas com a devida decencia: huma, em que jantárão as Marquezas Camareiras môres com as Donas de Honor, e Damas; e outra de Estado para os Camaristas, Veadores, e mais Officiaes da Casa, que se achavão de semana, e forão nomeados para neste dia assistirem a Suas Magestades, e Altezas,...*

*Estas tres mesas estavão guarnecidas da riquissima, e copiosa baixela de prata, feita modernamente na Corte de Paris pelo célebre artifice Germain por especial ordem de El-Rey o Senhor D. José I. (2), sendo a primeira vez que servio, e appareceu em publico com a maior admiração, e applauso de todos os Nacionaes, e Estrangeivos, que tiverão a honra de gozar deste novo, agradavel, e brilhante espectáculo nunca visto em semelhantes funções.*

*Tambem se ordenárão outras mesas em differentes salas com propor-*

(1) P.º Ernesto Sales — *Nosso Senhor dos Passos da Graça (de Lisboa) — Estudo histórico da sua irmandade com o título de «Santa Cruz e Passos»...* Lisboa 1925 — Pag. 61. Nota.

(2) *Auto do levantamento...* — Pags. 14 e 15.

*cionado apparatus para a mais, e distincta familia empregada no Real serviço, nas quaes servio a muita, e preciosa prata, que ElRei Nosso Senhor conserva na sua Regia quinta de Queluz. (1)*

[Em nota] (2) *Foi encarregado desta comissão Pedro Antonio Vergolino, Fidalgo da Casa Real, e primeiro Guarda Joias da Coroa, por Alvará de 14 de Janeiro de 1751. pela estimação, e confiança, que mereceo a Suas Magestades Fidelissimas.»*

Que Pedro Antonio Vergolino dispunha de influênciã na Côrte e era homem de grande capacidade administrativa e de valor como dirigente, bastariam para demonstrá-lo as funções que exercia no Paço e a escolha que dêle foi feita para tratar do ponderoso assunto da baixela.

Que não era pessoa de somenos importânciã social, comprova-o a circunstância do livro «**Demonstraçam / historica / da primeira, e real parochia / de Lisboa de que he singular Patrona, e Titular / N. S. Dos Martyres. / . . . / Lisboa: / . . . / Anno de MDCCL.**», de que é autor Fr. Apollinario da Conceiçam, sêr por êste oferecido «*à mesma senhora, por mão do senhor Pedro Antonio Vergolino, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Moço Fidalgo da Casa Real, e primeiro Escrivão das unidas Irmandades do Santissimo, e da excelsa titular,*» como se lê no rosto da obra; o que significa, provávelmente, haver o nomeado corrido com as despesas da edição. Êle representava o Rei como juiz nas imponentes cerimónias religiosas do templo, ao qual dedicou sempre activo ministério, prestando grandes serviços e fazendo valiosas doações que veem citadas com louvor no livro referido (2).

E a «*Gazeta de Lisboa*», que só noticiava acontecimentos relativos a particulares, quando diziam respeito a indivíduos altamente colocados ou a familias de elevada categoria, referindo-se largamente, no seu número de 17 de Agosto de 1752, aos desposórios de Antonio Pedro Vergolino, realizados a 5 do mês com uma senhora da nobre casa de Campo Belo, em Gaia, diz que o noivo era «*filho primogenito de Pedro Antonio Vergolino, Fidalgo da Caza Real, Cavaleiro da Ordem de*

(1) Quanto ás pratas pertencentes ao Rei Dom Pedro III, deve consultar-se: Antonio Caldeira Pires — *História do Palácio Nacional de Queluz*... — Vol. I — Coimbra 1925 — Pags. 214 e segs.

(2) *Demonstraçam historica*... — Tomo primeiro — Pags. 414-415 e 515.

*Christo, antigo, e fidelissimo Criado de SS. MM e Guarda das joyas da sua Coroa». Passaram os nubentes ao Porto, para casa do «Dr. José Pedro Vergolino, Fidalgo da Caza de S. Mag. Arcipreste da Cathedral do Porto, Examinador Synodal, Juiz Apostolico, e Ouvidor dos Coutos da Ex.<sup>ma</sup> Mitra, Opozitor as Cadeiras de Canones na Universidade de Coimbra, Conservador da Congregaçam dos Conegos seculares de S. Joam Evangelista, e da sagrada Companhia de Jesus, e Provisor, e Vigario geral in spiritualibus do mesmo Bispado», ao certo irmão do guarda-joias e tio do recémcasado, cujas boças foram festejadas aparatosamente durante três dias e três noites (4).*

(4) *Gazeta de Lisboa... de 1752* — Pags. 475-476.

O P.<sup>o</sup> José Pedro Vergolino, a quem se refere a noticia, vem apontado a pag. 401 do tómo II do «*Súmmario da Bibliotheca Lusitana* — Lisboa... 1786» como natural de Lisboa, provizor e vigário geral do Porto, havendo escrito um trabalho literário cujo título aí é indicado. Contudo nem o «*Diccionario bibliographico portuguez...* de Innocencio», ou a sua continuação por Brito Aranha, nem os «*Aditamentos...* por Martinho da Fonseca — Coimbra... 1927», mencionam o autor e a obra referida. Esta é constituída por longa e indigesta dissertação canonicojurídica, de pesado saber e intrincada dialética, sôbre uma divergência na atribuição de interesses e proventos levantada entre os membros do Cabido da Sé do Porto; e os seus exemplares impressos, da maior raridade bibliográfica, formam ponderoso volume, in-4.<sup>o</sup> grande, composto de frontespício, reverso em branco, «*Dedicatoria*», «*Ao leyltor*» (2 pags. inum.), reverso em branco, texto (258 pags. num.), «*Taboa dos erros*» (3 pags. inum.); dizendo o frontespício textualmente o seguinte: «**Manifesto / theo-jurídico, / canonico, e apologetico, / Do anno da graça dos Conegos Portuenses, / Dividido em tres partes / Na primeira o Parecer Juridico, na segunda a Resposta Apologetica á Allega- / ção Theo-juridica, e especie de facto, e na terceira o Additamento declara- / torio, e decisivo : fas-se men- ção da Bulla do Motu proprio, e de varias / Representaçoes feitas a Sua Magestade Fidelissima pertencentes á / mesma materia, / efferecido, e dedicado / á / V. N. Senhora / da / Purificação / Protectora do Real Collegio de Evora, / Pelo seu Author o Doutor / Jozé Pedro Vergolino / Fidalgo da caza de Sua Magestade Fidelissima, Arcipreste da Santa Sé do Por- / to, Mestre em Artes pella Universidade de Evora, Oppositor ás Cadeiras / dos Sagrados Canones da Universidade de Coimbra, Juiz Conservador / do Collegio de S. Lourenço da Companhia de Jesus, e antiga- / mente tambem dos Conegos seculares de S. João Evangelista / do Convento do Porto. Exa- minador Synodal, Ouvidor / dos coutos da Excellentissima Mitra, Provisor, e / Vigario Geral no espirital do mesmo Bispado. / Impresso por obsequio de hum seu Amigo, e Parente. / [Vinheta : cabeça alada de serafim] / Coimbra : / No Real Colle- gio das Artes da Companhia de Jesus anno de 1756. / Com todas as licenças necessa- rias.». Ex digito gigas!...**

No «Registo de promoções» de 1762 (1) aparece também um Joaquim Pedro Vergolino, «Tenente Coronel agregado ao Regimento do Caes», solicitando que lhe seja concedido «o exercicio de capitão de cavalos».

Todos êstes apontamentos sôbre Pedro Antonio Vergolino foram colheita do senhor P.<sup>e</sup> Ernesto Augusto Sales, a quem manifesto o devido agradecimento pela espontânea comunicação que dêles me fez para serem aproveitados no presente trabalho.

Interessam-nos porêem, de igual modo, os dados relativos ao citado Antonio Pedro Vergolino, filho primogénito daquêle; e que, na mencionada notícia dos seus desposórios, dada pela «Gazeta de Lisboa», vem categorizado como «Fidalgo da Caza Real, Cavaleiro da Ordem de Christo, Escrivam da Camara do Desembargo do Paço, da repartição da Corte, Estremadura, e Ilhas». Conforme já fiz notar, as informações sôbre a baixela Germain contidas no «Auto do levantamento» de Dona Maria I teem a aboná-las, quanto á exactidão, a circunstância de haverm sido redigidas e publicadas pelo filho de quem directamente interferiu no assunto. Dadas a continuidade do parentesco entre ambos e a natureza dos cargos de confiança que exerceram na Côrte, devia o cronista ter perfeito conhecimento do caso.

De facto, no reverso do frontespício do livro em que tais informações se encontram, lê-se: «Manda a Rainha Nossa Senhora que Antonio Pedro Vergollino, Fidalgo da sua Real Casa, seu Escrivão da Camara da Mesa do Desembargo do Paço, e Notario Público da mesma Senhora nestes Reinos, e seus Dominios, e muito especialmente para o Auto do Levantamento, e sua feliz Acclamação, faça imprimir o mesmo Auto pela pessoa que lhe parecer. | Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 8 de Junho de 1780. | Visconde de Villa Nova da Cerveira.» E em certa altura do texto (2): «O qual Auto se celebrou perante mim Antonio Pedro Vergollino, Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Escrivão da Camara de Sua Magestade, Fidalgo da sua Casa, e seu Notario público para o dito Real Auto, por especial Alvará da dita Senhora, que no fim deste Instrumento irá trasladado...» Ao que segue a nota:

(1) Fls. 63 e 79.

No Arquivo Histórico-Militar do Ministério da Guerra.

(2) Auto do levantamento — Pags. 4-5 e Nota (1).

«*Já tinha sido nomeado para Notario da Coroa na Real Acclamação do Senhor Rei D. José o I., e por impedimento que lhe sobreveio, foi nomeado em seu lugar Pedro Norberto d'Aucourt e Padilha.*»

Repetem-se análogos dizeres noutros pontos do documento (1).

Finalmente, para completar a exposição dos méritos e aptidões reveladas por indivíduos da família que me tem ocupado, mencionarei ainda outro Pedro Antonio Vergolino, talvez filho segundo ou sobrinho do guardajoias do mesmo nome que tratou da baixela Germain, quiçá afilhado canónico do citado Dr. José Pedro Vergolino, arcepreste da catedral do Pôrto. Exerceu cargo igual na dita sé e aparece em 1808 a poetar louvores ao seu bispo, exhibindo simultâneamente uma curiosa enumeração de postos militares, que possuía.

A circunstância de fazer versos melhores ou peores, sendo qualidade vulgar entre as humanas, não merece reparo. Agora a acumulação de venerandas funções eclesiásticas, com as de coronel, major e capitão de um regimento de milícias, ainda que só composto de frades e de padres, é que por sua originalidade se torna interessante e digna de registo.

Devia ser de fôrça o tal arcepreste guerreiro!

Com efeito, no frontespício de um raro folheto (2) da sua autoria e do qual existem dois exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa, lê-se o título seguinte: «*Epistola / que / ao ill.<sup>mo</sup>, e ex.<sup>mo</sup> Senhor / D. Antonio de S. José de Castro, / bispo, presidente, e governador, / em nome do seu clero / D. O. C. / Pedro Antonio Vergolino, / fidalgo ca-*

(1) *Auto do levantamento* — Pags. 92-93 e 94.

Sobre Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, pode ver-se: *Diccionario bibliographico portuguez...* de Innocencio Francisco da Silva — Tomo sexto — Lisboa — MDCCCLXII — Pag. 436.

(2) In-4.º, de oito páginas: Frontespício. Reverso, com citação de «*Diniz. Ode a D. João de Castro. / Antistrophe 1.ª*». Páginas (3) e (4), com «*Mote. / Pela fé, pela patria, e pelo throno. / . . . . / Diniz na mesma Ode.*». Páginas (5) (6) e (7) com a «*Epistola. / . . . .*». Ultima página em branco.

O folheto vem citado no *Diccionario bibliographico portuguez...* de Innocencio e Brito Aranha — Tomo decimo setimo (Decimo do supplemento) — Lisboa MDCCCXCIV — Pag. 185.

Também figurou na *Exposição biblio-iconographica do 1.º centenario da Guerra Peninsular*. Veja-se *Catalogo da Exposição...* — 1916 — Lisboa — Pag. 374—3395.

valleiro da real casa do príncipe regente nosso senhor, arcipreste da santa sé cathedral do Porto, e / coronel graduado do regimento de voluntarios ecclesia- / sticos seculares, e regulares desta cidade, major do 2.º batalhão, com exercicio de capitão da 1.ª companhia dos / regulares. / [Vinheta das armas reais portuguezas] / Porto : / Na Typographia [sic] de Antonio Alvarez Ribeiro, / 1808. / Com licença, e privilegio do Governo Supremo.»

Inibe-me a extensão que assumiram estas notas de recordar a propósito, com desenvolvimento e rigor, o papel histórico, primacial e activo, que o citado bispo do Porto, eleito depois patriarca de Lisboa em 2 de Janeiro de 1809, teve de facto nos acontecimentos da revolta contra a invasão franceza do norte do país e naquelles que se lhes seguiram (1). O poeta, após comparar volubilmente o antiste, na fidalguia, no valor e nas proezas, a D. João de Castro, ao celebrar-lhe a criação da religiosa milícia onde se agruparam todos os elementos clericais e monásticos da sua diocese, verseja dêste modo :

*«Graças, Prelado exímio, aos teus desvêlos.*

*.....*  
*Quizeste o Clero teu por companheiro ;*

*.....*  
*As mãos lhe armaste de luzentes ferros,*

*.....*  
*Para repôr no Throno o Luzo Joas.*

*A mão, que o incenso queima, empunha a espada»*

Certo é não haver tido a aguerrida coorte ocasião de efectivar a sua valentia :

*«Não quiz a grande Mão, que os Orbes rege,  
Que em sangue se tingissem nossos braços»*

---

(1) O assunto encontra-se proficiente, documentada e largamente tratado no recente livro do Dr. Pedro Vitorino «O grito da independência em 1808 (com 34 gravuras)—Coimbra... 1923», de pag. 82 em diante, devendo lêr-se especialmente o segundo período da nota (1) a pags. 94-95. Nesse livro se reproduzem também (Est. V e Est. VI) duas gravuras de retratos do bispo D. Fr. Antonio de S. José e Castro

Mas nem por isso deixou de requerer luzida condecoração, em prêmio dos feitos que não pudera realizar (4):

«Honroza **Palma** o Clero teu distinga:  
Permitte este Braço aos teus Soldados:»

\*  
\*       \*  
\*

E eu, para terminar, vou proceder de forma análoga, solicitando benevolência por não haver conseguido servir, na preciosa baixela Germain da antiga Côrte portuguesa, mais succulentas notícias a respeito do assunto, de modo que satisfizessem a expectativa de quem por certo aguardava cousas superiores, ao confiar no título do meu trabalho.

---

(4) Veja: Pedro Vitorino—*O grito da independencia em 1808*—Est. XVIII.

# TORRE DE BELEM

## PROJECTOS DE REMODELAÇÃO NO SÉCULO XVI

COMUNICAÇÃO FEITA NA ASSEMBLEIA GERAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

POR

AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

SÓCIO TITULAR DA MESMA ASSOCIAÇÃO

Decorrido cerca de um seculo depois da sua construção, a torre de Belem esteve para ser victima de um attentado de lésa-arte.

Filippe II de Castella incumbiu, em 1589, de proceder a um estudo do melhoramento das condições de defesa da barra do Tejo, o padre frei João Vicencio Casale<sup>(1)</sup>, seu architecto e engenheiro, que em outubro de 1586 havia mandado vir de Napoles para dirigir obras de fortificação em Portugal.

As differentes phases d'esse estudo, os desenhos das obras projectadas, as plantas levantadas, e muitas circumstancias interessantes para o conhecimento da arte de fortificação e de construcção n'aquella epocha acham-se colligidas n'um livro ou relatorio, que se conserva manuscrito, e com desenhos aguarellados, pertencente hoje ao auctor desta communicação, e cujo titulo é:

«Descripção do Reino do Algarve o qual conpessou fazer Alex.<sup>ro</sup> massay Engen.<sup>ro</sup> nelle por S. Mg.<sup>de</sup>, por mandado de Dom João de Castro, guouernador do ditto Reino pello ditto S<sup>or</sup>, no anno de 1617 e 18, que por emdesposição do sobredito massay e morte do ditto guouernador não ficou apreifeioada como aguora o está neste anno de 1621, que o sobredito apresenta ao Supremo couss.<sup>o</sup> de S. Mg.<sup>de</sup>—

---

(1) Veja-se uma noticia sobre este architecto na obra: *L'Abecedário Pittorico*, etc. In Napoli—MDCCXXXIII, pag. 154.

vaj deuedido em duas partes—na pr.<sup>a</sup> se relata os fructos que nelle se colhem, os numeros e nomes das armassois dos peixes q. na sua costa ha e o rendim.<sup>to</sup> dellas. O que rende cada Cidade e Villa em cada hũ anno p.<sup>a</sup> a faz.<sup>da</sup> do ditto Sor—E q.<sup>to</sup> tem o Bispo do ditto Reino de Renda em cada hũ anno—It. e a infantaria de pé e de caualllo que cada hũa das dittas Cidades e Villas tem, e todo o Reino junto—E assim mesmo as torres e postos de vegias q. nelle ha e o numero de Bonbardeiros e mais officiaes, e com q. dr.<sup>o</sup> e ordem elles se pagão. —It. o nome dos alcaides, comendadores e capitães mores de cada Cidade ou Villa—It. a artelharia vtil e desnecess.<sup>ras</sup> q. no ditto Reino ha, e a q. lhe falta, com a mais monição e armas, e o q. se deve de nouo fortefiquar e reparar com novas fabriquas, e o q. as tais farão de custo, e se dis das fortificaçõis e obras nelle conpeçadas e q. estão por se acabarem, e o q. os tais farão de custo em se acabarem, com suas trassas e declaraçõis necess.<sup>ras</sup>—e no fim se trata e do modo de se fazerem nouas terras de pão p.<sup>a</sup> q. o ditto Reino esteja mais prouido e abundante, e outras particularidades como lendoçe se poderá ver, etc.»

(*Verso da pagina*): Na segunda parte se descreue o Reino de Portugal e se amostra alguãs Villas e fortalezas assim em trassas como em relaçõis e descurssos emportantes e necess.<sup>ros</sup> ao Seruiço de Sua Mg.<sup>de</sup>, como lendoçe se verá, etc.» (1).

Este relatorio, como se vê, foi feito em 1621 por Alexandre Massey, tambem engenheiro, e sobrinho do referido padre frei João Viçencio Casale, a quem acompanhou na sua vinda para Portugal em 1586, por mandado de Filippe II de Hespanha.

No 2.<sup>o</sup> tratado desta obra vem transcripta uma serie de cartas tro-

---

(1) Este livro, com o formato de 0,<sup>m</sup>465 × 0,<sup>m</sup>305, tem 99 folhas numeradas, sendo porem repetidas as fls. n.<sup>os</sup> 51 e 75, e innumerada uma entre 76 e 77. Todas as folhas, tanto as do texto como as dos desenhos, são cercadas por 2 filetes, cuja tinta tem corroido o papel d'algumas, separando a parte central da margem. Na 1.<sup>a</sup> pagina, por cima do titulo, apresenta o escudo das armas de Portugal bellamente aguarellado. Tem 39 desenhos aguarellados de plantas de cidades e villas da costa, e de fortificações existentes, ou projectos de modificações das mesmas. A segunda parte ou *tratado*, occupa-se quasi exclusivamente da defesa da entrada do Tejo, com plantas da barra, dos fortes que a guarnecem, e com projectos para a construção de novos fortes ou de modificações dos existentes.

casas entre o rei e o architecto Casale, em que se mostra como este se desempenhou do encargo de estudar o plano de defesa da barra do Tejo, o projecto das obras a executar, entre as quais figurava o forte de S. Lourenço da Barra, conhecido tambem desde o principio do século XVIII, pelo menos, por Torre do Bugio, e o Forte de S.<sup>to</sup> Antonio da Barra, entre S. Julião e Cascaes, proximo então do Convento de S.<sup>to</sup> Antonio no Estoril, e hoje no logar de S. João do Estoril, obras estas que começaram a erigir-se logo no anno de 1590, e finalmente o projecto de modificações das fortificações existentes, para melhor satisfazerem ás condições de defesa julgadas necessárias.

A *lembrança* ou, como diriamos hoje, o programma dos estudos a realisar, submettido por Philippe II ao architecto Casale, em 1589, foi o seguinte (fl. n.<sup>o</sup> 76).

«Primeramente la cabessa se qua q esta en frente del fuerte de san gian y prensipalm.<sup>te</sup> aquellas jsletas de arena q estan abaxo della cabessa se qua más enfrente de san gian por uer si alhi se pudiesse o de piedra o de madera hazer algun cimientto y fundamento para hazer algun Baluarte o torreon para q pudiesse auer alguna cantidade de Artelheria para guardar la entrada de aquellas varras, prinsipalm.<sup>te</sup> lo q coresponde a san gian, reconosser toda aquella Barra e uer la distansia q ai dellas arenas al dicho fuerte de san gian, hazer modello de lisboa como meior le paressiere del sitio delha, senhalando los montes, y en particular mirará por donde se á tratado de fortificar q es entre el caez de la madera y entre santa clara y dar a la huerta de los frailes de san vicente de fora y de alhi a la punta della muralha de la tierra q sale a las graçias y de aj a santa maria del monte y dar desde alli al monte de santa Barbola por ensima de san lazaro y de alhi al monte de santa Anna y desde alhi a los molinos de uiento y a san Roque y desde alhi a dar ao monte de santa catelina y de alhi a la mar y desde aquellos y la mar ir por la marina adelante hasta el caez de la madera de donde se enpesso.

Hacer modello de casquaẽz ansi del castilho como de la vilha metiendo dentro la Iglesia q se haze aóra y la casa del señor y vnos reutos q aj.

Vn dessineo della ribera de casquaẽz hasta san gian con las emensias q ai metiendo el monasterio de santo Antonio, y se le paressiere hazer modello lo haga.

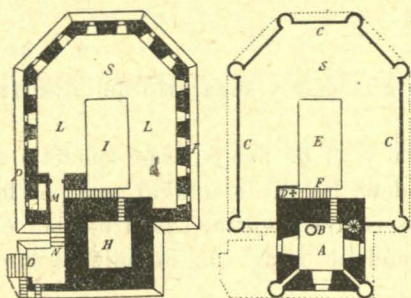


Fig. 1

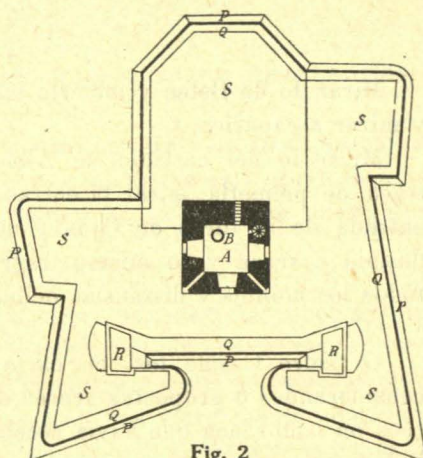


Fig. 2

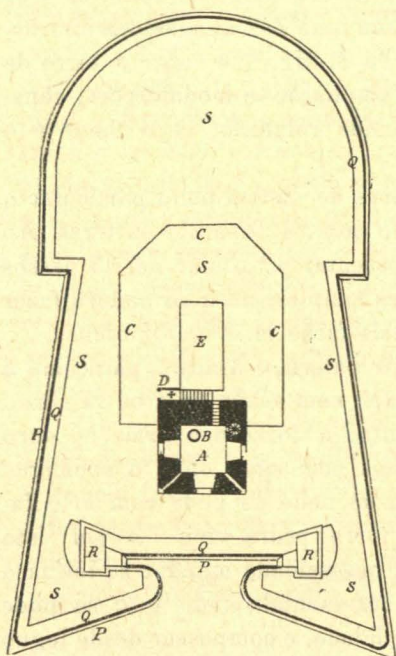


Fig. 3

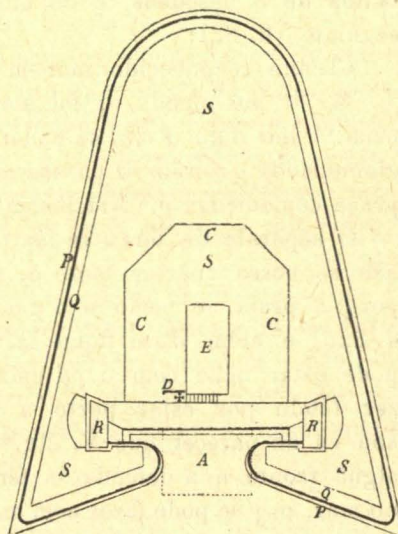


Fig. 4

Fig. 1—Plantas da Torre de Belem a que, no original, se sobrepõem os projectos de modificações.

Figs. 2, 3 e 4—Projectos de modificações de Fr. João Vicencio Casale.

#### LEGENDA

A, Torre alta palmos sento e trinta e seis — B, broqual da sisterna — C, resinto da torre ou de todo o sitio — D, capella — E, cazas doa soldados — G, guorittas — H, sisterna — I, cazas e almazens — L, praça baxa coberta para Artelharia — M, entrada — N, ponte leuadiça — O, embarcadioiro — P, escarpa — Q, parapeito — R, cazasmatas — S, praça para Artelharia.

Mirar lo de Belen y meterlo mas a la mar y separarlo della tierra y mirar a caparica.

Mirar lo del castilho de Almada y el de lisboa, traer modello o traça de palmella, mirar la entrada della Barra de setubal ansi por la entrada de la torre de Oton y unas isletas y entrada de troja ber el desinio o traça y lo mismo traer modello dela Vilha de setubal com todos los montes y distancias delhos».

O padre Casale fez, em carta de 2 de dezembro de 1589, os seus considerandos e propostas ácerca de cada uma das alíneas das instrucções ou lembrança que havia recebido de S. Mg.<sup>de</sup>, e sobre a torre de Belem apresentou tres propostas de ampliação e modificações, constantes de 3 desenhos, e de um resumido relatorio, cujo theor é o seguinte, (fl. 82):

«Tenho reconhecido tambem a Torre de Belem pello particular q V. Mg.<sup>de</sup> me manda, q foi metela ao mar e separala da terra. Ao prim.<sup>o</sup> lhe digo q ella se podera acrescetar p.<sup>a</sup> o mar até 35 passos geometricos q serão 70 passos andantes simples, no q se podera fazer praça comodiçima p.<sup>a</sup> Artelharia as quais farão m.<sup>to</sup> major ofensa.

O separala da terra se faz p.<sup>a</sup> fugir bateria e asaltos, pareçeme q não se possa apartar tanto q. se escape nem a hũa ne a outra coiza, porq a praia he perto e o fundo entre a torre e a praia he duro e fixo, e além disto fica m.<sup>tas</sup> vezes sem agoa onde o enemigo pode estar nelle com o pé emxuto, nem nelle se pode com arte fazer fundo por estar perto á ditta torre pedra viva— e por isto sou eu de parecer que V. Mg.<sup>de</sup> terá neçessidade mandar se lhe faça alguã fronte q a defenda da terra e acrescentalala tudo o q se pode no mar, o q se pode fazer com m.<sup>ta</sup> facilidade, e compassar desde loguo por estar o fundam.<sup>to</sup> feito da natureza; nem deixarei de advertir q no termo em q está oje a Artelharia no q se deue guardar o canal está em sitio cuberto, por onde e pello fumo se confundirão os Artilheiros, e pello tremor da Artelharia tirando a meude corerá venturá a abobada a qual he baxa; a fronte da p.<sup>te</sup> da terra não tem sitio onde ella possa ofender o enemigo, e a sisterna da agoa he na p.<sup>te</sup> mais comoda p.<sup>o</sup> ser batida, tem tambem a torre e seu resito m.<sup>to</sup> eminente e de orn.<sup>to</sup> de pedra, a qual sendo batida não deixará de adsestir nenhũa defenssa, tem me parecido com este prepozito redozir estes emcomvenientes ha memoria de V. Mg.<sup>de</sup> por q comprindolhe q ella se possa

alarguo defender a força daquele sitio possa mandar o remedio. Nosso Sor ho g.<sup>de</sup> e comserue larguam.<sup>te</sup> de Lx.<sup>a</sup>»

A estas considerações respondeu o rei em carta de 15 de dezembro de 1589, dizendo-lhe que se apressasse a levar-lhe as *traças e relações* de tudo, (plantas e descripção), para sobre o assumpto tomar a resolução que ao seu serviço conviesse.

Os 3 projectos elaborados, que no livro se fazem sobrepor separadamente, por meio de tiras de papel servindo de charneiras, sobre a planta da torre existente, a fim de mostrarem assim as relações entre esta e as alterações propostas, apresentam um alargamento consideravel da plataforma ou *praça para artilheria*, que approximadamente triplica o terrapleno primitivo, que é o actual. Para a frente e para os lados o traçado ficava incaracteristico, revelando perfeitamente o capricho do architecto fortificador; mas para a parte posterior, ou lado da gola, com a preocupação d'um assalto pela banda da terra, posta a enxuto nos baixamares, o artista desenhou uma frente perfeita abaluartada, de consideraveis dimensões. A torre propriamente permanecia, em dois dos projectos, cercada pela immensa plataforma para a artilheria, mas pelo terceiro projecto, se fosse adoptado, ella seria totalmente arrazada.

Escusado é lembrar quanto aquella joia de architectura, que é a torre de Belem, teria perdido se qualquer das propostas do padre João Vicencio Casale tivesse tido execução; felizmente o bom senso, ou a falta de dinheiro para se fazer um trabalho de tamanho vulto, ou qualquer circumstancia que hoje não podemos desvendar, evitaram que tão grande crime tivesse sido commettido.

# LISBOA ANTIGA

## APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DAS VIAS PÚBLICAS LISBONENSES

### RUA NOVA DO CARMO

A MURALHA DO CARMO (1)

POR

JOSÉ JOAQUIM GOMES DE BRITO

Na extrema oriental daquela chapada de terra que limitava um dos promontórios desta medieva cidade, e que primeiro foi conhecida pela designação de *Bairro do Almirante*, depois, no século XVI, trocada pela de *Bairro do Marquês*, determinou o Santo Condestável fazer construir, como todos o sabemos, no último quartel do século XIV, o cenóbio onde acabou a gloriosa existência.

Assentando a vasta igreja conventual a meio do *terreiro*, que do edificio carmelitano veio a tomar o nome, separara-a pelo sul, e por meio de uma espécie de alfuja, dos velhos paços de Micer Carlos Passagno (2), entanto que ia profundando os alicerces da desamparada ábside no resvaladio promontório, à raiz do qual corria, cá em baixo, uma

---

(1) Exiracto de um relatório elaborado em 20 de Junho de 1909 sobre o *Património da Cidade de Lisboa*, apresentado pelo autor ao sr. A. Braancamp Freire, par do Reino e então Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Êste artigo foi reformado pelo seu autor em 1922, que, nessa ocasião, exprimiu o seu desejo de vê-lo publicado nas páginas do nosso *Boletim*.

De 1909 até 1922, algumas alterações se deram na matéria do texto, e foram mencionadas em notas.

A REDACÇÃO

(2) Esta versão, que é a da crónica da construção conventual, na obra de Fr. José Pereira de Sant'Anna, afasta-se um tudo-nada da narrativa de Herculano, in: *O monge de Cister*, vol. II, cap. XVII, em que é descrita a procissão do Corpo de Deus, em 1389.

ladeirenta calçada, já na primeira metade do século xvi cognominada *Calçada de Pai-Navais*.

É bem possível que aquela estreita betesga, hoje o aplanado corredor por onde rodam os carros electricos, posta entre o Paço do Almirante e o convento carmelitano, haja sido, de sua primitiva, destinado a esboçar o mal gradado caminho por onde os alvenéus constructores da igreja se servissem para levantar, primeiro, a parede lateral dela, depois, laborando o promontório, aquela alterosa ábside, cujos alicerces três vezes foram começados, antes que de todo se solidificassem, permitindo, enfim, os progressos da construção. Como quer que haja sido, certo é que, ao cabo daquele extenso corredor, começava o declive do promontório, contornando as costas da arrojada capela-mór, e que nesse declive se foi cavando a espécie de caracol, e tal o indica o Padre Castro, em seu *Mappa de Portugal* (1), que, de volta em volta, vinha surdir em Valverde.

Estabeleceram-se assim uma comunicação do velho Bairro com a Baixa da cidade. Tal caminho, para os que o subiam, uma laboriosa ascensão, para os que o desciam, um temeroso despenhadeiro, venceu o revoltear dos séculos, chegando, tal qual no-lo descreve o Tombo Pombalino de 1756, até o grande terramoto, com os seus seis lanços orientados a todos os quatro pontos cardiais, e os seus 581 palmos de total extensão, com as suas poucas casas dispostas a um e outro lado do apertado trilho, entre as quais, à direita, o Hospital dos Terceiros do Carmo, com o Oratório de N. Senhora de Piedade, enfim, encostado, lá em cima, ao dorso da secular ábside, rematando a fadigosa ascensão; começando, ao cabo do corredor, a vertiginosa descida (2).

A *Travessa das Escadinhas do Carmo*, como ela era na manhã do 1.º de novembro de 1755, entalada entre o cunhal do palácio do Conde de Valadares, ao sul, e a igreja carmelitana, cujas segundas ruínas aí vemos, ao norte, deu margem a um complicado tratado geométrico dos tombadores do ano seguinte. As medições do terreno que antecedia as próprias escadinhas são, com efeito, de pôr o miolo a arder! Quem hoje considera o espalmado local, como êle se acha, quem, como eu, o viu e conheceu, quando mal se pensava no elevador de Santa Justa, e nas modificações de desorientar, que êle imprimiu ao limitado

(1) Freguesia de S. Nicolau, Tom. v, pág. 644, da ed. de 1758.

(2) Tombo citado, *Bairro do Rocio*, fls. 65 v.º

recinto, mal pode imaginar que semelhante reduzido espaço dêsse para um tratado de trigonometria, qual o que o Tombo de 1756 apresenta, em medições e triangulações, ao chegar aos limites da paróquia do Sacramento e da jurisdição do Bairro Alto <sup>(1)</sup>.

Não é menos custoso de entender também como foi que um tal João da Costa Carneiro pôde ter, ao longo do *Corredor do Carmo*, umas *casas nobres*, nas quais se ensanchavam os gigantes da parede conventual! <sup>(2)</sup> Que ainda em 1854 existiam, encostadas à parede, não sei dizer se reconstruídas após o terramoto, umas miseráveis barracas, é o de que dá testemunho o architecto desta Camara, Pezerat, em documento a que adiante me hei de referir. Hoje mesmo se podem ainda ver os vestígios da linha irregular das empenas, e os furos para o travejamento, esburacando a arruinada parede. De quanto, porém, existia em 1755, nenhum vestígio, ao menos em apparencia, resta. Tudo que eram construções ruiu; foi prêsa do fogo a maior parte do que ficou. Apenas persistiu no local onde a devoção previdente do piedoso Fundador fizera construir o primitivo oratório, o que lhe sucedera, e veio a ser testemunha do grande cataclismo <sup>(3)</sup>.

Chegou-lhe por fim, a vez também. Mal se pode hoje perceber onde esteve, soterrada lá em baixo, a frontaria, sob uma mal conservada arcada de ferro e vidro. Peor, porém, succedeu à alterosa cruz de magnífico lioz, erguida sôbre o parapeito daquele abismo, que é o saguão do grande prédio n.º 69, da Rua Nova do Carmo, e cuja parte posterior, mais elevada, defrontava com o antigo quintalinho dos Carmelitas. Essa cruz foi derrubada, para dar lugar a um *pandemonium* de trapalhadas de madeira e ferro, que ficaram, por fim, por acabar, como o próprio elevador que foi origem a todo êsse desmazelado aspecto <sup>(4)</sup>.

<sup>(1)</sup> *Bairro Alto*, fls. 79.

<sup>(2)</sup> *Idem*, *idem*.

<sup>(3)</sup> A história do Oratório de Nossa Senhora da Piedade, das Escadinhas do Carmo, pode ler-se em Fr. José Pereira de Sant'Anna.—*Chronica dos Carmelitas*, etc.

<sup>(4)</sup> O risco do elevador de Santa Justa esteve muito tempo em exposição na montra da loja de modas de Tito Livio Barata, na Rua do Carmo, próximo à muralha. Rematava-se o taboleiro superior da construção por quatro tórres, fechadas pelas respectivas calotes e competentes grimpas, correspondendo tudo aos quatro varandins semi-circulares que lhe limitam os ângulos, dando à construção um remate natural e elegante.

Como, porém, tal remate não era preciso para o funcionamento daquela má-

\*  
\*

Entanto era preciso reparar os desastres do terramoto. O novo plano da cidade não permitia agrestes ribanceiras por sítios que a régua niveladora do Grande Reedificador marcava com o inflexível *reforme-se*.

A segurança da grandiosa mole carmelitana, que se pensava reconstruir, impunha o amparo de seus fundamentos. Alinhou-se, pois, a rua que substituiu a medieva calçada de Pai-Navais, e a que o século culto que assistiu ao melhoramento modificara já a denominação, apelidando-a *Calçada de Paio de Novais*; os entulhos nivelaram o despenhadeiro, e sepultado neles o secular *Caracol do Carmo*, a massiça, a desgraciosíssima muralha, cunho do engoiado gôsto então dominante, levantou-se formidável de aspecto e de péso sôbre a Rua Nova do Carmo, e mascarou para sempre a face rugosa mas pitoresca do alcantilado promontório, com as feições imperturbáveis de secura e de frieza que lhe emprestara o rígido Erector.

Do fundo dos 4 0/0 com que o comércio da capital voluntariamente contribuíra para a reedificação da arrasada cidade, saíram os 18.886\$242 réis, em que importou aquele escândalo do gôsto, prolongado pela nova Rua do Príncipe, conforme o memorou o bem informado José Accursio das Neves (1).

Pelos anos adiante, a Ordem Terceira do Carmo veio a estabelecer-se onde ainda agora se acha, no amplo terreno que ocupa entre as ruas da Oliveira e da Condessa, logrando substituir o hospital que perdera nas *Escadinhas do Carmo*, pelo bem construído prédio que o acomoda (2). Só os frades ficaram, ao que parece, de peor partido. Reconstruíram, é verdade, o convento, mas já não puderam concluir o novo templo, e assim ficou a malfadada reconstrução da igreja iludindo tantos dos que se persuadem serem as *Ruínas do Carmo* a obra

---

quina, a empresa construtora dispensou-se de o fazer executar, tal qual é provável haja sido aprovado pela Repartição Técnica da Câmara, onde, aliás, deve existir, pelo menos, a cópia de todo o risco, sendo, por isso, fácil de verificar se sim, se não, a obra fôra projectada como digo, e, no primeiro caso, se está ou não acabada tal qual foi aprovada.

(1) *Noções históricas*, Lisboa, 1827, pág. 126.

(2) *Tombo Pombalino, Bairro Alto*, fls. 78.

autêntica do grande terramoto. Tinham os carmelitas prédios bem por perto do seu convento; todos ficaram arrazados, e da perda que sofreram mal pôde indemnizá-los a modesta lojinha que a generosidade pom-balina lhes facultou possuírem na recém-construída muralha, aberta acaso no sítio onde alguma depressão do terreno, pelas alturas do desaparecido *Caracol*, facilitaria tal obra <sup>(1)</sup>.

Tinha dois vãos a tal lojinha. Por cima do segundo deles, subindo a rua, que tem hoje o n.º 79, rasgou-se-lhe uma acanhada janela, que dava ar e luz aos sotãos de que dispunha. Hoje, os vãos praticáveis, existentes na muralha, são seis. Um dos dois primitivos é o ultimo, subindo, o que tem a janelinha por cima, o n.º 79 de policia; é a luvaria, enfim. Porém o outro, o anterior, subindo, o que devia ter o n.º 81, acha-se mascarado com a armação da Fábrica de Luvras, e por tal motivo suprimiram-lhe a indicação policial do número. <sup>(2)</sup>

Os dois vãos imediatos são ambos praticáveis, e têm os n.ºs 83 e 85. <sup>(3)</sup>

Os dois vãos seguintes, descendo, são também ambos praticáveis, e não têm numeração policial. <sup>(4)</sup>

Por último, o 6.º vão, n.º 87, está ocupado por outra ourivesaria «Muralha da Moda». <sup>(5)</sup>

\*  
\*   \*  
\*

Voltemos, para concluir, ao passado.

Aos frades, ou ao que deles vinha, sucederam, socios na muralha do Carmo, a Guarda Municipal e o Progresso.

(1) Acompanhe-se esta descrição com o exame da planta que se encontra na página imediata. — *Nota da Redacção*.

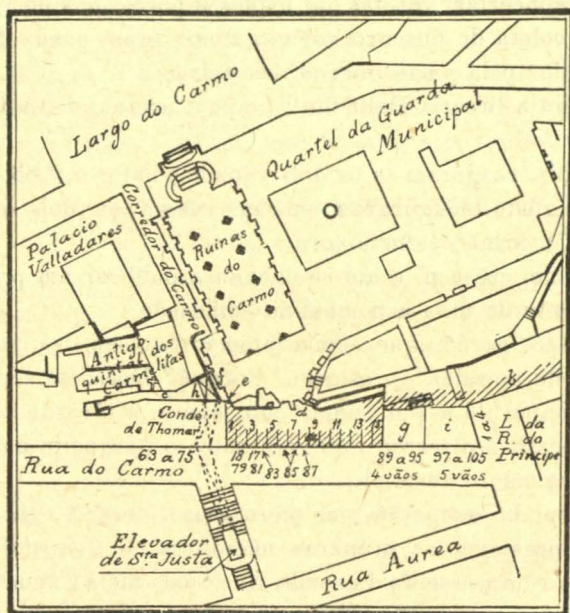
(2) Êstes dois vãos têm hoje (1922) o letreiro «Antiga Luvaria Palladini». — *(Nota da Redacção)*.

(3) Actualmente (1922) êstes vãos portencem a uma loja com o letreiro *Muralha da Moda; Chapéus de Senhoras e accessorios*, sendo o superior o n.º 83, e o inferior sem número. — *(Nota da Redacção)*.

(4) Êstes dois vãos pertencem hoje (1922) a uma loja de artigos de vestuário para senhoras, com o letreiro *Arcada de Lisboa, Viegas & C.ª*, e têm ambos o n.º 85. — *(Nota da Redacção)*.

(5) Actualmente (1922), é uma loja de chapéus para senhoras. — *(Nota da Redacção)*.

## Escala 1:1500



Extracto da *Planta de Lisboa* mostrando a muralha do Carmo, os edificios e as vias publicas das suas proximidades

- a — Muralha com a face para a Rua do Carmo.
- b — Muralha da Rua do Principe, em parte só até á altura dos 2.º andares.
- c — Saguão.
- d — Terreiro na posse da Guarda Municipal de Lisboa.
- e — Muro que separa o terreiro superior do inferior.
- f — Oratorio de N. S.ª da Piedade.
- g e i — Predios da Rua do Carmo que occultam a muralha.
- h — Porta no 5.º andar do predio do Conde de Thomar que tinha acesso pelo Corredor do Carmo.

Aí por 1847, o mais fundo que a minha débil memória me permite penetrar, passado a dentro, o inquilino da cidade era, na lojinha primitiva n.º 79, bem entendido, um modesto industrial, exímio ao que parecia, em concertar varetas de leques e porcelanas de preço. Lembro-me da taboleta do obscuro «deita-gatos»: eram panos daqueles artefactos, colados pela parte interna das vidraças.

Depois veio a luvaria Palladini; limpou, arejou, deu tom ao escuro antro.

Anos depois, rasgaram-se os dois vãos imediatos n.ºs 83 e 85; e dois joalheiros de gosto inauguraram em mais três vãos (dois sem numeração e o n.º 87), armações *arte nova*.

O entusiasmo cresceu, e até se chegou a publicar um projecto para o embelezamento de toda a pombalina edificação.

O Progresso, porém, que seguia intemerato o seu destino, chegando ao parapeito da muralha... estacou. Porquê? Dera, de repente com a Guarda Municipal! Lá por cima, com efeito, a Guarda açambarcára tudo; o convento e o terreiro que jaz entre o parapeito da muralha e a linha do elegimento absidial.

Só escapou da ocupação, por mero acaso, decerto, ou porque não foi tido por prestável ás militares manobras, o *Corredor do Carmo*. Este continuou na posse da Fazenda Nacional, até a Câmara Municipal o comprar, como vamos vêr. Um pouco abaixo do deserto Oratório de N. Senhora da Piedade, tapára-se, com um pequeno muro, a estreita passagem das antigas *Escadinhas*, ligando-o ao alteroso prédio do Conde de Tomar.

O recinto circunstante, que fôra o quintalinho dos Carmelitas, e que se desdobrava em dois socalcos, paralelo aos quais passava, nos ares, o potentíssimo botaréu que ainda lá vemos, jazeu por anos abandonado. Aí renovou plantações e traçou taboleiros e alegretes, matizando de flores aquele despresado e menos ainda do que inculto pedacinho de terra, outrora alegre desfastio dos frades, o poeta dos *Cantos Matutinos*, o amigo indefectível e o biógrafo eminente do autor do *Camões* e do *Frei Luiz de Sousa*, o meu sempre lembrado amigo Francisco Gomes de Amorim.

\*  
\* \* \*

Passo agora à própria história da muralha.

Passo agora a historiar quanto se deu, desde meados da primeira

metade do século XIX até à actualidade, tendo relação com a loja única que a muralha do Carmo sempre teve e sempre conservou tal qual, até ao estabelecimento da luvaria a que acima me referi.

O denominado *Corredor do Carmo* fará também, e ver-se-á porquê, o objecto de um dos proximos capítulos.

No *Discurso do Sr. Presidente da Camara, no acto do encerramento da Vereação de 1838* declarava este cidadão que o balanço presente á vereação que ia entrar em funções mostrava o deplorável estado do cofre municipal.

Devia-se — feliz administração! — obra de uns 37 contos de réis, mas o Governo devia à Câmara cêrca de 126. A iluminação, as calçadas e as Águas Livres eram os três ramos da administração do Município interessados em que o Governo lhes satisfizesse os encargos ou habilitasse a Câmara a solvê-los. *Dâqui se infere*, concluía o zeloso declarante, *o apuro em que se têm visto os Senhores Vereadores, para não deixarem a Capital do Reino, imunda e sem luz.* (1)

Fôra nestas apuradas circunstâncias, seqüência de semelhantes anteriores, que uma 2.<sup>a</sup> feira, 2 de outubro de 1837, apparecera no *Diário do Governo* n.º 232, a lista n.º 300, da Administração dos Próprios Nacionais, contendo a relação, para venda, por arrematação em hasta pública, no dia 6 de novembro seguinte, de quatro edificios conventuais situados em diversas partes da província da Extremadura. Figurava, por sinal, entre eles, o de N. Senhora da Porta do Céu, em Telheiras, o último testemunho sobrevivente da fervorosa fê abraçada por um poderoso catechumeno asiático, o Principe D. João de Candia, um dos derradeiros atestados da nossa influêcia mundial, ainda em pleno século XVII. A lista mencionava igualmente diversos lotes de somenos importância, pertencas de outros conventos, e entre estes, o seguinte:

«1768 — Uma loja com os n.ºs 17 e 18 (2) sita na Rua do Carmo, e

(1) *Synopse dos Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa, 1837.* pag. 35 e seguintes. Este discurso não se remata com a assinatura presidencial, mas sabe-se que foi seu autor o Dr. Maximiano Ernesto da Silva Matos e Carvalho. A Câmara que succedia a esta tão independente quanto zelosa vereação, foi presidida por Ildefonso Fernandes da Cunha.

(2) Ainda que não haja até agora apparecido o diploma que mandou estabelecer em Lisboa a providência da numeração policial, sabe-se, todavia, pelo testemunho indirecto dos anúncios, publicados pela *Gazeta*, que esta útil disposição começou a vigorar por meados do ano de 1802.

A numeração das portas não era alternada. Começava pela direita das vias

por baixo da muralha do mesmo nome, que se compõe de duas casas com seus sótãos... Réis 400\$00.

«O arrematante dêste prédio fica obrigado a reedificar a muralha à sua custa, fazendo desaparecer a deformidade que ora se acha.

Lêr-se em Câmara êste anúncio, e resolver para logo a verificação requerer ao Governo, pelo Ministério da Fazenda, a venda do anun-

públicas, segundo esta era arbitrariamente considerada, e na extrema delas voltava para o lado esquerdo, vindo o número mais alto a ficar fronteiro ao primeiro, se as edificações marginantes se prestavam a tal simetria.

Depois da implantação do sistema constitucional, a policia da via pública lisbonense, no tocante aos disticos das ruas e outras categorias de viação, e à numeração dos prédios, pertenceram por largo tempo à competência do Governador Civil do Distrito de Lisboa.

Como porém faltava a esta providência da numeração policial dos prédios, a da orientação da rêde geral da viação, assente em dados fixos, o edital do Governador Civil de Lisboa, de 31 de dezembro de 1855, preceituou as regras consoante as quais se haveria de ficar entendendo o que é a *direita* e a *esquerda* das vias públicas, e a sua orientação, e como, de acôrdo com tais preceitos, deviam ser estabelecidas as numerações policiais dos prédios, *pares*, ou *impares*, e *seguidas* ou de série não alternada. O edital do Governo Civil de 1 de setembro de 1859, corroborando e ampliando o anterior, acabou com muitas denominações escusadas, reunindo em um só diversos grupos de dois troços da mesma via pública, simplificou muitos disticos, alterou, enfim, vários outros que, por se acharem repetidos em diferentes sitios da cidade, eram origem de complicações escusadas, e que dificultavam o serviço da posta interna.

Em virtude destas providências aconteceu que, do ano de 1855 em diante, a considerável número de vias públicas da capital houve de ser invertida a orientação, e por consequente, *vice-versa*, transmudadas as respectivas cabeceiras.

A Rua Nova do Carmo foi uma das que tiveram de sujeitar-se a este processo, pois que sendo perpendicular ao rio Tejo (art.º 7.º do edital de 1 de setembro de 1859), pelo facto de *subir* do Rocio para o Chiado, era primitivamente do Rocio que se considerava o começo, e não do extremo opôsto. A *direita*, pois, desta rua, é hoje a sua *esquerda*, a numeração *desce*, em vez de *subir*.

Nestes termos, não havendo, do lado do Rocio, e antes da muralha, mais que 9 vãos de dois prédios, e nesta 12 vãos figurados ou fingidos, antes de se chegar aos dois penúltimos, que eram os praticáveis, e portanto, os numeráveis, tem que concluir-se que, por ocasião da aposição em 1802, dos dois números 17 e 18, com que a loja foi oficialmente anunciada para venda, trinta e cinco anos após aquella aposição, não existia ainda o prédio da Rua do Carmo, com os n.ºs actuais 97 a 105, tornejando para o Largo da Rua do Príncipe, n.ºs 1 a 4.

Com efeito, tendo a muralha do Carmo 15 vãos, acrescentando a estes os dos dois prédios que se acham para o norte dela, e que são, como disse, 9, teremos 24 vãos.

ciado imóvel, pelo preço da avaliação, mediante a retirada da praça, foi tudo um<sup>(1)</sup>.

A 27 daquele mês de outubro, mencionado acima, era expedida a portaria, pela qual ficava à disposição da Câmara Municipal de Lisboa e a requerimento desta Corporação, pelo preço de 400\$000 réis, *uma loja* situada por baixo da muralha do extinto Convento do Carmo, sob a condição aceita pela Câmara, transcrita na respectiva lista, e ficando esta deliberação dependente da aprovação das Côrtes.

Ora, não é possível que ao 3.º e ao 2.º vãos da muralha correspondam os n.ºs 17 e 18, contando o n.º 1 da porta hoje n.º 105, ao passo que eliminadas as 5 portas n.ºs 97 a 105, teremos :

Rua do Carmo, n.ºs 1 a 4 (actualmente n.ºs 89 a 95);		
vãos .....		4
Muralha, vãos inumerados.....	12	} 15
Dita, portas n.ºs 17 e 18.....	2	
Ultimo vão fingido desta, sem n.º.....	1	
Total.....		19
Vãos n.ºs 97 a 105.....		5
Total dos vãos actuais (acessíveis e inumerados) .....		24

Presentemente a numeração está errada, pois que os encarregados de a apôr não contaram com os dois numeros que devia ter a primeira das duas ourivesarias ou do sul, e, saltando-os, vieram apanhar com o n.º 87 a segunda, ou do norte, a intitulada *Muralha de Ouro*, e com o n.º 89 a primeira das quatro portas do predio n.ºs 89 a 95, quando aquele numero 89 pertence realmente á porta do norte da primeira Ourivesaria cujas portas escaparam á numeração. (Actualmente, 1922, ambas as portas d'esta loja, que é hoje um estabelecimento de artigos para senhoras, teem o n.º 85). — (*Nota da Redacção*).

Finalmente, o edital da Câmara Municipal de Lisboa de 8 de junho de 1899, acabou com o distinctivo *Nova*, passando a Rua Nova do Carmo a chamar-se simplesmente Rua do Carmo.

(1) Lê-se na *Synopse dos Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa*, referida ao ano de 1837 :

«Deliberou-se que se officiasse á Junta do Crédito Público, participando-lhe que a Câmara *consentia* em tomar uma loja situada debaixo da Muralha do Carmo, pela avaliação de 400\$000 réis, obrigando-se a reparar a sobredita muralha.»

Não é possível conhecer os motivos que a Câmara teve para desejar effectuar a compra de que se trata, nem quais os termos do officio a que esta informação se refere. Tão pouco se póde saber se tal officio era já resposta a alguma pergunta feita á Câmara, em consequência de anterior comunicação, expremi-

Esta última clausula tinha seu fundamento em que, retirada da praça a loja de que se trata, para ser vendida pelo preço da avaliação, carecia o Governo de que os poderes legislativos lhe sancionassem o proceder, uma vez que a Administração da Fazenda Pública arbitrariamente se privava do maior lanço que aquêlê imóvel, posto em praça, poderia alcançar.

Um mês depois (25 de novembro de 1837), transmitia o Presidente da Junta de Crédito Público ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a cópia daquêlê diploma. Êste passo era como que o convite que se fazia à Câmara para mandar entregar nos cofres da mesma Junta o preço da venda, a fim de se tirar a respectiva carta. Isso, porém, fôsse qual fôsse o motivo, não aconteceu; e só dezenove meses depois da data do anúncio que determinara esta singular deliberação da Câmara, em 17 de maio de 1839, é que a vereação sua sucessôra mandou satisfazer a importância da compra que ela se propuzera realizar.

Convém agora lançar ao papel, ainda que sem esperança de resposta, a seguinte pergunta:— Para que pretenderia a vereação de 1837 comprar a loja da muralha do Carmo? Poder facilitar o desaparecimento da deformidade existente na muralha? Mas que tinha de comum aquella compra com êste defeito, ou com o remédio a dar-lhe? Como era o Governo que impunha a condição de restauro na muralha a quem ficasse com a loja nela existente, qualquer particular arrematante do imóvel se desempenharia do encargo.

Sucedê que a 17 de maio 1839 entra a Câmara, como acima deixei dito, com os 400\$00 réis da avaliação da celebrada loja, no cofre da Junta, e que, portanto, a 24 do mesmo mês lhe é passada a carta de pura e irrevogável venda «de *uma loja*, debaixo da muralha do Carmo, n.<sup>os</sup> 17 e 18, e que pertencera ao extinto Convento do Carmo Calçado, em Lisboa, satisfazendo à obrigação com que o dito predio foi anunciado para venda, sob o n.<sup>o</sup> 1786, da lista 300, de

---

do o desejo da vereação de adquirir a loja da Rua Nova do Carmo para o patrimônio da cidade. A declaração de que a Câmara *consentia* na transacção, auctoris, parece, esta hipótese. Os Registos de Consultas e as Actas das Vereações, dêste, e de anos próximos, consumiram-se no incêndio dos Paços do Concelho de 19 de novembro de 1863. A *Synopse* indicada supra não inclue, entre os documentos impressos, nenhum que se refira a esta matéria. Entre os documentos arquivados, também nenhum existe que a ilucide.

reedificar a mesma muralha, a fim de fazer desaparecer a deformidade em que ora se acha, ficando esta concessão, todavia, dependente da aprovação do poder legislativo».

\*  
\*   \*  
\*

Complica-se, porém, agora a peripecia, e nasce a lenda de ser a Câmara, isto é, a sua administrada a Cidade de Lisboa, *proprietária* da muralha do Carmo.

Na coleção de documentos de que me tenho servido, e continuarei, para compôr esta narrativa, existentes no Arquivo da Câmara Municipal, está o *Auto de posse* da loja que acabava de ser comprada. É datado de 18 de maio de 1839 (1).

Que título lhe deu o escrivão da diligência? «Auto de posse das lojas e muralha (!!) do extinto Convento do Carmo», conferido à Câmara Municipal de Lisboa, na pessoa do seu Fiscal. Esta posse foi, com efeito, dada pelo Administrador do 3.º Julgado da Capital Dr. José Manuel Leitão, e em virtude da portaria da Junta de Crédito Público de 17 de maio de 1839, ao vereador-fiscal Manoel José Henriques de Campos, *para tomar posse das lojas, etc., com todas as suas pertencas, conforme se vê do competente alvará de procuração, junto a esse documento.*

Vejâmos agora em que termos redigiu este auto o respetivo escrivão Manuel Joaquim de Mascarenhas, que foi um dos funcionários de fazenda, da sua classe, mais hábeis, sabedores e exactos, e conhecia Lisboa como os melhores que a conhecem.

No auto diz-se que o vereador delegado por seus colegas para este acto, *jura tomar posse das «ditas lojas e muralha», e de uma e de outra lhes conferiu o Administrador posse, que elle, em nome da Câmara Mu-*

(1) Reparar-se-á, decerto, como o expediente dos serviços públicos era bem melhor servido neste tempo do que actualmente.

A 17 de maio de 1839 entrou a Câmara no cofre da Junta com o preço da transacção. Nesse mesmo dia expediu aquela corporação a sua portaria ao administrador do 3.º julgado, e no seguinte deu este magistrado a posse preceituada ao vereador-fiscal da Câmara, o qual se apresentou munido com o competente alvará de procuração, datado do próprio 18 de maio.

Dada a posse, foi a carta régia respectiva à primeira assignatura seguinte aquêlê acto, a qual, por qualquer impedimento, se não realizou na quinta-feira 23, mas na sexta 24, data dêste diploma.

*nicipal de Lisboa, que representa, tomou natural, rial e civil, sem opposição alguma, fechando e abrindo portas, e praticando todos os actos possessoriaes da lei e prática.*

Assim, de dentro da Câmara Municipal saía um documento credi-tório que fazia plural: *lojas*, do que nunca fôra senão um mero singular: *uma loja com os n.ºs 17 e 18, sita na Rua Nova do Carmo, etc.* O escrivão do acto da posse engana-se, supondo que a portaria de 18 de maio, em virtude da qual esta posse era dada, auctorisava a entrega da própria muralha, conjuntamente com a loja única rasgada nela!... E sem reparar que o n.º 17 estava no vão dependente do n.º 18, pois que ambos eram comum serventia a um tódo único, a um só espaço, a *uma só loja* por conseguinte, inventa *lojas*, e leva, decerto na melhor bôa fé, ainda que inatenta, o Administrador do Julgado a dar uma posse... nula, visto que o mandato foi excedido, e ilegal, portanto, a investidura, tudo salvo melhor juizo.

\*  
\*   \*  
\*

Em correspondência com a narrativa que acabo de fazer, aparece na *Synopse dos Actos Administrativos da Camara Muncipal de Lisboa*, referida ao dito ano de 1839, a seguinte noticia, entre as do mês de maio :

«Resolveu (a Câmara) que se mandasse rebocar a muralha situada debaixo do ex-convento do Carmo, de que a Câmara acabava de tomar posse, enquanto se não (*sic*) se lhe podiam fazer outros melhoramentos, e que se procedesse à construção de um passeio de lagedo no indicado local».

Pela nota das despezas feitas neste ano com as diversas obras municipais, colocada no logar competente da mesma *Synopse*, se vê que o *Reparo na muralha do Carmo* importou em reis 277\$845. A Câmara satisfazia pois, como podia, à obrigação que contraíra, ao aceitar o condominio com o Govêrno na *Muralha do Carmo*, de lhe melhorar êste imovel.

Mas que fazia o Govêrno para alcançar do poder legislativo a aprovação da responsabilidade em que incorrera, de ter consentido em alienar a posse da loja, objecto da transacção, subtraindo-a à arremataçãõ legal? Nada. E era ainda a Câmara que, passados 15 anos, lhe representava, solicitando-lhe o preenchimento da clausula com que lhe

havia sido vendidas a loja da Rua Nova do Carmo, e o terreno superior, junto às ruínas, de que vou tratar, vendas que haviam ficado dependentes da aprovação das Côrtes.

Quanto à loja da muralha que tem os n.ºs 83 e 85 (1), não se sabe a data em que foi construída, mas é provável que o fôsse quando a Câmara por si, e por seus funcionários, cria que a muralha, de facto, pertencia ao património da Cidade, em vista do erro cometido pelo escriptão do auto de posse da loja n.ºs 17 e 18. É por isso considerada propriedade da Câmara Municipal (2).

\*  
\*   \*  
\*

Em outubro de 1839, ou talvez anteriormente, porque a respeito dêste novo caso nada nos diz a respectiva *Synopse*, e tam pouco existem as actas correspondentes que desapareceram pelo incendio que teve logar nos Paços do Concelho em 19 de novembro de 1863, deliberou a Câmara propor ao Govêrno a compra, pelo preço da avaliação, reis 156\$980, da *area superior que forma uma rampa para o escoadouro das águas que recebe* — (quiz dizer: *que despeja?*) — *sobre a muralha do extinto convento do Carmo, a fim de aformosear aquella parte da cidade.*

Como a pretensão da Câmara se apresenta, ou me parece, pouco explícita, torna-se mister, antes de proseguir, esclarecer que *area superior* era esta que a Câmara desejava adquirir, *para a aformosear.*

E' a muralha do Carmo constituída por três corpos ou panos cuja ligação, do primeiro para o segundo, vindo do norte, e dêste para o terceiro, fórma ângulos rectos, que põem em primeiro plano o corpo central, o da Rua do Carmo, e que é, dos dois descobertos, o que mais saliente se apresenta a todos os olhares. Os prédios que formam a esquina oeste da Rua do Carmo para o Largo da Rua do Príncipe

(1) Actualmente 83 e inumerado; são as portas da *Muralha da Moda, Chapus de Senhora e Acessórios* e eram a loja n.º 17 de 1837, como veremos — (*Nota da Redacção*).

(2) Parece que a administração municipal possuía um mui bem elaborado Tombo das propriedades que fazem ou faziam parte do património da Cidade, e mediante o qual se conheciam quais os motivos porque andavam na posse da Câmara, desde quando, etc.

Este Tombo foi victima do voraz incendio dos Paços de Concelho em 19 de novembro de 1863.

constituem um rectangulo, cujos dois lados externos, ou as respectivas fachadas, occultam os dois internos formados pela muralha. Ao sul desta, o prédio n.º 69 da Rua do Carmo encosta a empena norte ao outro ângulo, quasi recto, de modo que, mercê de uma pequena folga entre o canto da muralha e as paredes posteriores do prédio, alcançou êste possuir um saguão, a que serve de parapeito, fronteiro à construção, o derradeiro dos três lanços aludidos.

O último andar do prédio n.ºs 63 a 75, andar que foi adquirido pela empresa constructora do elevador, tinha uma pequena porta para o recinto que êste último pano da muralha ampara, e que foi, como já disse, logradouro dos Carmelitas. Esta portinha vinha a ficar bem perto do profanado Oratório de Nossa Senhora da Piedade e permitia aos amigos de Gomes de Amorim, entrando pelo *Corredor do Carmo*, visitar o poeta, sem terem de subir os enormes cançativos cinco andares da escada geral, pela Rua do Carmo. Como já deixei explicado, entre o prédio e o dorso da abside carmelitana, um pouco adiante do Oratório, levantava-se o pano de muro que constituia a vedação das antigas *Escadinhas do Carmo*, interposta entre o terreiro que fôra o quintal dos frades, e o taboleiro que a construção da pombalina muralha puzera diante de toda a base absidial. Este taboleiro, onde se afundaram os vestígios do *Caracol do Carmo* depois de 1755, é o de que a Guarda Municipal andava já de posse, como dependência do convento, convertido em quartel, e onde ela fez construir, rente com o parapeito da muralha, a linha de barracas que se desfructa do passadiço do elevador do Carmo.

Por conseguinte, e em conclusão:

A area superior à muralha do Carmo está, da banda do sul, e da face a leste, dividida em dois terreiros; um em nível inferior ao outro. O do nível inferior é o que fica entre o parapeito do segundo corpo da mesma muralha e os fundamentos da capela-mór da igreja conventual carmelitana. E' o correspondente ao pano da Rua do Carmo, onde existia a loja n.ºs 17 e 18, adquirida pela Câmara. O do nível superior é o que, partindo do Largo do Carmo, descia em dois socalcos, a nivelar-se como o Oratório da Senhora da Piedade, encostado ao dorso da abside, e correndo para o sul, anda sustido pelo terceiro pano da muralha, occulto, a quem transita a Rua do Carmo, pelo grande prédio n.ºs 63 a 75, que o mascára. Entre um e outro dos dois terreiros havia já neste tempo, como ficou havendo, perfeita independência. Separava-os,

como os separa ainda hoje, o estreito murinho a que me tenho referido, que fechou a garganta das *escadinhas*, e sobre o qual a empresa constructora do elevador fez encarrapitar uma janela de teatro.

Era, pois, este segundo terreiro a *area superior* que a Câmara pretendia adquirir para o *aformosear*. A rampa a que a mesma Câmara se referia em seu pedido, longe de ser propositada, outra coisa não era, como fica explicado, senão o secular declive do terreno, procurando, de soalco em soalco, as *escadinhas* que os frades tinham feito construir para acompanharem o Oratório, e a volta em torno das construções absidiaes, como claramente o conta o cronista da Ordem. De sorte que, a *muralha do extinto convento do Carmo*, sobre a qual, no dizer um tanto obscuro da Câmara, se escoavam as águas recebidas pela *area* que ela pretendia adquirir, não era o pano que todos vemos, recamado de figuradas portas e janelas, mas sim o seu parceiro, do lado do sul, escondido pelo prédio n.º 69, formando a face do fundo do seu obliquo saguão.

\*  
\*   \*  
\*

Vamos vêr, pela seqüência da narrativa, que a Câmara andava, ou tal parece, um tanto alheia ao que pretendia. Se não é que, desejando muito louvavelmente, aliás, beneficiar a entrada para o recinto convertido em montureira, que fôra primitivamente logradouro fradesco, e depois, quando os monges pretenderam reconstruir a sua igreja, depósito de entulhos, até jazer de todo abandonado (1), e talvez porque, para facilitar o zeloso intento, lhe não conveiu explicar-se mais amplamente, vieram a sair os termos da sua resolução incompletos e faltos de precisão e de clareza.

(1) E' provavel que o proprietário do imovel que tem a fachada na Rua do Carmo, n.ºs 63 a 75, e elevou o prédio até ficar superior ao pavimento do antigo quintal dos frades, haja alcançado licença ou negociado qualquer concerto com a Fazenda Nacional para abrir para o recinto a portinha, na parte posterior do 5.º andar, a que me referi. Com mais um cento de mil reis, poderia êle ter dotado aquele andar, como se vê, com um logradouro magnífico, e passagem para o Largo do Carmo, sem receio de possíveis e até legalíssimas reivindicações.

Não quiz, e não fez mal; sem nada gastar, deu ao seu ilustre inquilino as mesmas regalias. E' verdade que, — não faz mal notal-o — por mercê do pouco caso que a Câmara fazia do terreno que adquirira, e que tentou aproveitar, por fim, para levar a efeito uma obra que foi providência não ir por diante.

Como quer que seja, se o intuito desta compra nos pôde parecer algum tanto ambicioso, tendo em vista a péssima configuração de tal *area superior*, que formava a rampa para o escoadouro das águas, manda a verdade confessar que esta nova deliberação da Câmara era decerto mais plausível do que o fôra a da compra da loja da muralha. *Aformosear aquela parte da cidade* não seria o mais viavel dos intentos, decerto; mas melhorar ao menos aquele recinto, levando aí a limpeza e a higiêne, de que tudo aquilo carecia, fazer desaparecer as miseráveis e imundas barracas que se encostavam ao longo do extenso corredor, à arruinada e vetusta parede da não acabada igreja, dar em suma um aspecto decente a todo aquele emunctorio de que o architecto Pézerat nos deixa perceber a existência, na sugestiva descrição constante do seu relatório de 13 de março de 1854, fazendo parte dos documentos que tenho examinado, era já, sem nenhuma dúvida, um bom, um excelente serviço até.

O peor, porem, foi que a vereação que teve o, em todo o caso, louvavel intento acima descrito, ou não chegou a perceber o que é que queria comprar, ou tão disfarçada quiz fazer a compra, que veio a succeder-lhe peor ainda: — não saber que foi o que de facto pagou! E' o próprio chefe da Contadoria da Câmara, o velho Jerónimo José da Silva, que o declara na informação de 15 de março do dito ano de 1854.

Nêste documento, redigido para acompanhar o relatório de Pézerat, escreve com efeito aquele funcionário:

«Quanto ao terreno que fica por cima da dita muralha, foi comprado por 156\$980, de que se passou carta em 14 de outubro de 1839, mas desta compra não existe documento por onde conste se tomasse posse, nem da referida carta consta quais sejam as confrontações e medição, nem mesmo a serventia, sendo certo que a Guarda Municipal desde muito tempo se tem aproveitado do dito terreno, sem que conste tambem que para isso tivesse autorisação.»

Nisto é que, segundo acima vimos, o venerando funcionário municipal se enganava. O terreno de que a Guarda muito legitimamente se apossára, era, como vimos, o inferior a êste; era o que se estende em frente das construções absidiaes, e onde ela acabou por estabelecer dependências do seu quartel; era, em suma, o tampo da caixa, de que a muralha da Rua do Carmo fórma um dos lados: o único visível.

Em suma, certo é que a carta de pura e irrevogável venda, a que

se refere, em sua curiosa e elucidativa informação, o antigo contador da Câmara, datada de 15 de outubro de 1839, e da qual consta que a Câmara fizera entregar no cofre da Junta do Crédito Público, no dia 1 do dito mês, a importância de Reis 156\$980, preço em que fôra avaliada a *área superior* etc., existe, com efeito, entre os documentos que formam a colecção que tenho consultado, e, por sinal, junta com a primeira, — a da venda da loja da Rua Nova do Carmo — em uma folha de papel, na qual o antigo arquivista Francisco Xavier da Rosa escreveu, agravando o êrro do escrivão Mascarenhas, a indicação seguinte: «1839, maio 24 — 1839, outubro, 15 — Cartas das Compras que a Câmara Municipal de Lisboa fez da *Muralha do Carmo*, e da loja que está por baixo da mesma muralha»...

Para a colecção de confusões que este assunto estava destinado a engendrar, também o próprio contador concorria, escrevendo na informação que acima citei, e a que ainda me hei de referir:

«Quanto à muralha, tem nela a Câmara *duas* lojas (!) arrendadas, as quais comprou por 400\$000 réis, aos Bens Nacionais».

\*

\*   \*

São passados quinze anos. Estão presentes, sob o n.º 188, a informação, o orçamento e a planta do *Pátio do Carmo*, datado tudo de 11-13 de março de 1854, assinadas estas peças pelo engenheiro da Câmara Pedro José Pézerat.

Tratava-se então de estabelecer aí... umas latrinas, remate, diga-se, bem pouco digno das tenções de quem projectara *aformosear aquela parte da cidade*...

O engenheiro municipal achara ali, com efeito, tôdas as conveniências para executar a ideia de quem quere que lhe mandara ocupar se de tal obra!

A descrição que êle faz daquele recinto, áparte a existência de umas desaparecidas e miseráveis barracas, ao longo do corredor, e cuja propriedade êle atribuiu à Câmara, no que foi desmentido pelo velho contador Jerónimo; áparte tudo quanto era possível remover e limpar, e desaparecera, com efeito, sob a jardinagem de Gomes de Amorim, concorda inteiramente com o que eu próprio vi tantas vezes, bastantes anos mais tarde.

Nisto, contudo, nos igualavamos também, Pézerat e eu; ambos vimos aquele recinto, a trinta anos de distância um do outro, com a mais perfeita indiferença, ácerca do que elle representava, como testemunha derradeira do fradesco e melancólico passado que por ali reinou. De mim, pelo menos, posso affirmá-lo. Centos de vezes passei por diante do arruinado Oratório da Nossa Senhora da Piedade, centos de vezes passei em frente daquelle testemunho da providente devoção do Santo Condestável, ali mandado por elle erguer, *para que a todos consolasse*, sem me importar saber o porquê daquelle escalavrado Oratório, sem presumir, sequer, que elle estivera aí como um penhor de tranquila segurança para os que desciam, como um alívio consolador para os que, ofegantes e tresuando, lhe paravam devotadamente diante, murmurando uma prece, ao terminar, enfim, a cansada ascensão.

Sirva a confissão de penitência!

\*

\* \* \*

Entanto, a informação do contador produzira seu fruto.

A 17 daquelle mesmo mês de março, officia o escrivão da Câmara Costa e Silva, ao vereador-fiscal João de Matos Pinto, participando-lhe que «a Câmara, em sessão de ontem (16) deliberara autorisar este vereador para todos os actos preparatórios e necessários para tomar posse de um terreno sobre a muralha do Carmo».

A esta tardia, e ainda mal orientada resolução, pois que a Câmara, por *muralha do Carmo* não entendia, decerto, a parte que está oculta, senão a que todos vemos, e não era do terreno superior a esta que se tratava, respondeu, em 20, aquelle vereador-fiscal, requerendo que pela secretaria lhe fôsse dada vista de todos os títulos, documentos, informações e mais papeis que dissessem respeito ao terreno de que se tratava.

O que se passou, e qual o resultado dêste requerimento, di-lo ainda o mesmo vereador, em nova exposição, datada de 27 do mesmo mês.

A secretaria facultou ao vereador Matos Pinto o que podia — a carta de venda de 15 de outubro de 1839, único diploma que, a este respeito, possuía, como informara já o respectivo contador.

Na carta de venda consigna-se a obrigação em que se constituiu o Govêrno, de solicitar das Câmaras a aprovação para esta venda, visto

haver sido dispensada a hasta pública. Não tendo o Govêrno, porém, até à data, pedido em Côrtes a necessária confirmação, e sendo certo que a autoridade administrativa nem confere, nem ratifica posse, senão em presença de título corrente, Matos Pinto entendia que devia sobre-estar nas deligências para que fôra autorizado, e requerer à Câmara solicitasse do Govêrno a graça de levar êste negócio ao conhecimento do Poder Legislativo, afim de ser por êle confirmado, *sem o que não ficará*, concluia, *radicado o dominio da Câmara*.

A 24 de abril de 1854 ainda o Governador Civil, Conde da Ponte, officou, com efeito, à Câmara, comunicando-lhe as sabidas contradanças de tais casos; isto é, que o Ministério do Reino transmitira ao da Fazenda a representação da Câmara, solicitando o preenchimento da clausula com que lhe foram vendidas a loja e terreno do Convento do Carmo; vendas que haviam ficado dependentes da aprovação das Cortes.

Depois disto, porém... mais nada... A loja da muralha do Carmo e o terreno superior a uma parte dela, tauto o que hoje se acha nas costas da esplanada em que a empresa do elevador de Santa Justa converteu o telhado do prédio da Rua do Carmo n.º 69, como o secular *Corredor do Carmo*, ficaram em poder da Câmara por direito de prescrição. E não será descabido perguntar se igual direito não protege a posse dada à Câmara pelo Dr. José Manuel Leitão, Administrador do 3.º Julgado, da própria muralha, que nem a Fazenda Nacional vendera, nem a Câmara pretendia comprar?

O último documento em data, dos guardados na Pasta n.º 17, Processo n.º 92, de 1839, do Arquivo da Câmara Municipal, é ainda uma informação de Pézerat, de 6 de dezembro de 1861.

Trata-se da medição e avaliação da *Courela de terreno, pertencente à Ex.<sup>ma</sup> Câmara, junta, e ao sul da Igreja do Carmo, tendo entrada do lado do poente pelo Largo do Carmo, e confrontando pelo sul com o Palácio do Clube (sic) e com quintais e socalcos*, etc. — A superfície medida ascende a 5 ares e 28 centiares. O engenheiro e o mestre avaliaram êste terreno, com os materiais nêle existentes, em 400\$000 réis, que entenderam produziria a renda anual de 20\$000 réis.

Não tenho elementos alguns para ajuizar do que seria que determinou es'a medição e avaliação. O documento, em todo o caso, não é absolutamente inívalioso; dá a medição do terreno. Se tivesse havido notícia dela, ter-se-hia podido confrontar com a que terá sido necessário fazer para a cessão do malfadado terreno à empresa do elevador.

## Nota da Redacção

Aqui termina a parte do relatório do sr. Gomes de Brito que interessa a história da muralha.

Convém recordar que a muralha tinha, entre os prédios actuais n.ºs 63 a 75 e 89 a 97, 15 vãos de portas ou de janelas, entre praticáveis e fingidas, na altura do 1.º pavimento, inferiormente a algumas das quais ficavam vãos também fingidos; na altura do 1.º andar tinha 15 vãos de janelas de sacada, fingidas, com seu aro e pedras de sacada de cantaria, mas sem grades; e na altura do 2.º andar tinha 15 janelas de peito, fingidas, com seu aro de cantaria; o coroamento da muralha era encimado por um gradeamento de ferro, como ainda lá se encontra.

Parece que o sr. Gomes de Brito se enganou nas suas deduções, porque as lojas primitivas da muralha eram as duas superiores, que têm actualmente os n.ºs 79 e 83; eram estas a loja com os n.ºs 17 e 18 (que corresponderiam respectivamente aos n.ºs 83 e 79) do anúncio de 2 de outubro de 1837, e que foram compradas pela Câmara, à qual ainda pertencem, não devendo portanto merecer reparo a este respeito os termos do *auto de posse* lavrado em 18 de maio de 1839. A loja n.º 83 tem 4<sup>m</sup>,5 de profundidade desde a fachada, e a loja n.º 79, 4<sup>m</sup>.

As duas lojas imediatas para o norte, que têm os n.ºs 85 e 87, foram abertas por 1901, tendo a Câmara Municipal dado a respectiva licença a Francisco Maria de Almeida. Tendo o Estado conhecimento do facto, e reconhecida a boa fé da Câmara, que se julgava proprietária da muralha, manteve o contrato por 10 anos, em 2 de julho do referido ano, mas passando o senhorio a ser o Estado. Estas lojas, como as anteriores, foram construídas por simples perfuração da muralha; e têm aproximadamente 6<sup>m</sup> de profundidade.

\*

\* \*

Achando os negociantes da Rua do Carmo pouco estético o aspecto da muralha que, na extensão total de 46<sup>m</sup>,27, se apresentava quasi toda recamada de vãos fingidos de janelas de sacada e de peito, representaram em 1903 ao Ministério da Fazenda, pedindo o embelezamento da muralha, conservando a disposição da sua fachada, mas completando-a com a colocação de caixilhos envidraçados nos vãos, grades de ferro

nas janelas de sacada, e revestimento das paredes com azulejo. Este requerimento não obteve parecer favorável das estações consultadas, e o architecto chefe de secção da 3.<sup>a</sup> Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, sr. Leonel Gaia, elaborou em 20 de agosto de 1903 um projecto de embelezamento, constituído por um alto envasamento geral, servindo de apoio a pilastras decoradas, das quais nascem cinco arcos, sôbre os quais simula assentar a cimalha corrida suportada por misulas.

Este projecto veio a executar-se mais tarde pelo Ministerio do Fomento, em virtude da portaria de 20 de abril de 1911, tendo terminado as obras em 24 de maio de 1913, as quais foram, parte feitas por administração, e parte por empreitada adjudicada ao construtor civil Fernand Touzet, tendo importado na quantia total de Esc. 3.774\$50.

\*

\* \*

Depois de abertas na muralha as quatro lojas cuja numeração actual das portas vai de 79 a 87, várias tentativas foram feitas para a abertura de mais lojas na parte que fica entre as últimas e o prédio contra o qual, ao norte, topeja a muralha do Carmo.

Em princípio de 1911 o sr. Antonio Reis e Sousa requereu ao Estado licença para a abertura de lojas na parte da muralha que as não tinha, e juntou ao seu requerimento um projecto feito pelo sr. architecto Alvaro Machado.

Este projecto mereceu a honra de ter larga referência, incluindo a inserção de gravuras com os detalhes principais, na *Construção Moderna*, revista de architectura, que então se publicava, mas não logrou deferimento, por as entidades competentes terem julgado que o género de construção proposto (simples perfuração) enfraqueceria a resistência da muralha, sendo perigoso tal trabalho.

\*

\* \*

Em 18 de março de 1916 o sr. Joaquim Rodrigues Simões requereu ao Ministério das Finanças, licença para abertura de lojas na dita muralha, e em 30 de junho seguinte apresentou o respectivo projecto,

elaborado pelo sr. engenheiro Artur Guilherme Rodrigues Cohen, e pelo qual a construção seria de cimento armado, e de fôrma tal que a muralha nada sofreria na sua resistência.

Sobre este projecto pronunciou-se o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, em parecer datado de 9 de fevereiro de 1917, no qual confessa que *os cálculos a que procedeu o autor do projecto para justificar o que deseja construir, estão bem feitos e nas suas conclusões reconhece que o projecto para a abertura de três lojas de 5<sup>m</sup>, 10 de vão cada uma, na muralha dõ Carmo, está bem elaborado e revela estudo. contudo entende não ser prudente permitir que se faça qualquer obra n'ela, por haver perigo para a sua estabilidade...*

Em virtude dèste parecer, foi o requerimento indeferido.

Não se conformou o requerente com tal despacho, por lhe parecer haver contradicções no parecer, e em 29 de março de 1917 apresentou novo requerimento, insistindo pela sua pretensão, e fazendo-o acompanhar por um parecer do sr. engenheiro Luís Feliciano Marrecas Ferreira, em que este douto professor, a par dos mais rasgados elogios ao projecto do sr. Cohen, diz que: *a obra projectada não apresenta perigo algum, antes redunda em beneficio para a estabilidade da muralha e que o projecto muito honra o seu autor e constitue mais uma gloria para a engenharia portuguesa.*

Sobre este requerimento lançou o sub-secretário de Finanças, sr. dr. Albino Vieira da Rocha, em 4 de setembro de 1917, um despacho nomeando uma comissão composta dos engenheiros Antonio Lourenço da Silveira, general José Emilio de Sant'Ana Castel-Branco, Severiano Monteiro, Antonio dos Santos Viégas e Diogo Domingos Peres, servindo o primeiro de presidente, *com a missão de informar sobre a possibilidade do aproveitamento da muralha em lojas e exequibilidade do projecto.*

Depois de largo estudo, formulou esta Comissão o seu parecer no qual se leem as seguintes conclusões:

- 1.º *Que podem abrir-se mais lojas na muralha da rua dõ Carmo;*
- 2.º *Que é exequível sem risco o projecto do sr. Artur Cohen, apresentado pelo sr. Joaquim Rodrigues Simões, devendo a concessão ser condicional, nos termos do parecer... e que os trabalhos sejam competente e seguidamente fiscalizados.*

Foi este parecer entregue em 5 de dezembro de 1917, dia em que se iniciou uma revolução que mudou a feição política dos negócios pú-

blicos, sendo chamado a sobraçar a pasta das Finanças o sr. engenheiro António dos Santos Viegas, o qual, tendo-lhe sido apresentado o respectivo processo, considerou-se suspeito, por nele já ter intervindo como vogal da Comissão que deu o citado parecer, e mandou que aguardasse novo titular.

Só em 5 de março de 1919 o requerimento foi deferido pelo sr. ministro Paiva Gomes, com o seguinte despacho: *Atenta a opinião emitida por tão abalizados técnicos, defiro a pretensão nos termos do parecer da Comissão para este fim nomeada, certo de que assim se contribui para o embelezamento de uma das principais artérias da cidade.*

Não indicou este despacho as condições e a forma do contrato a realizar e só em dezembro seguinte, por despacho do sr. ministro Rêgo Chaves, se lavrou um alvará para a abertura das lojas, o qual foi publicado no *Diário do Govêrno* n.º 1 — 2.ª série — de 2 de janeiro de 1920, e do qual constam as condições em que foi feita a concessão, que é pelo prazo de 25 anos, e devendo o concessionário, durante este prazo, pagar ao Estado 20 0/0 das rendas recebidas; findo o dito prazo, as lojas passarão para a plena posse do Estado.

Em 12 do mesmo mes, foi publicado no *Diário do Govêrno* n.º 12 — 2.ª série — uma portaria nomeando o sr. *Eduardo Augusto Valério Vilaça engenheiro-chefe do quadro de Minas e professor do Instituto Superior Técnico, para fiscalizar a execução das obras e cumprimento exacto dos termos e condições da concessão aludida.* Em 2 de fevereiro seguinte começaram os trabalhos pela abertura dum poço de sondagem, nas trazeiras da muralha, visto haver opiniões de que nelas havia entulhos. Foi este poço até abaixo do nível do Rossio e apenas se encontrou, de cima a baixo, terra natural (argila e algum cascão de rigeza vária).

Seguiu a obra com todo a normalidade, e em 26 de maio de 1923, foram os trabalhos principais dados por concluídos, e todos os restantes em 28 de dezembro do dito ano, começando o prazo da concessão a contar-se desde 1 de janeiro seguinte.

As obras foram executadas sob a direção do construtor civil sr. Anselmo Luiz Guerra e do sr. Domingos Mesquita, engenheiro-construtor (cimento armado), sob a direção superior do sr. engenheiro Artur Cohen, autor do projecto, e com a fiscalização permanente do sr. engenheiro Valério Vilaça.

Os trabalhos foram sempre executados com a máxima perfeição,

não se tendo dado qualquer desastre ou acidente digno de nota, e o sr. Vilaça, ao dar a sua missão por concluída, dirigiu ao Ministério das Finanças um officio, no qual se lê o seguinte: *o concessionário, apesar das contrariedades que sofreu no decorrer da construção, seguiu esta sempre com a sua melhor atenção, empregando os melhores materiaes, não se poupando a despesas, o que representa um fâtor importante no successo da referida construção, e é de justiça aqui ficar consignado.*

Em 9 de maio de 1924 foi publicado no *Diário do Govêrno* n.º 106, 2.ª série, uma portaria *exonerando e louvando* o sr. Valerio Vilaça *pela competência e zelo com que procedeu á fiscalisação das obras de trans formação de parte da muralha do Carmo, na rua do mesmo nome.*

As lojas foram dados os numeros 87-A, 87-B, 87-C e 87-D. Cada uma dos n.ºs 87-B, C e D é constituída por um andar térreo, sobre-loja e uma casa de arrecadação, na parte posterior, com o comprimento de frente a fundo de cêrca de 16 metros e na sua maior largura 5<sup>m</sup>,10; a n.º 87-A tem apenas andar térreo e sobre-loja, 7 metros de profundidade, e 1<sup>m</sup>,10 a 1<sup>m</sup>,95 de largura.

A n.º 87-D foi alugada em 7 de junho de 1924 à Sociedade Atlas, L.<sup>da</sup> (calçado); a n.º 87-C em 1 de agôsto seguinte à Compagnie Internationale des Wagons Lits e des Grands Express Européens, e a n.º 87-B em 17 de outubro do dito ano aos srs. Raúl Pereira & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup> (actualmente Joalheria do Carmo, L.<sup>da</sup>, ourivesaria).

A n.º 87-A, pequenina buceta, reservou-a o concessionário para si, e nela estabeleceu uma luvaria — A Luvaria Ulisses — nome em homenagem ao fundador de Lisboa, segundo a lenda

\*

\*            \*

O trabalho de beton armado é constituído por: 4 pilares como sapatas, tendo os do centro 1<sup>m</sup>,00 de grossura e as sapatas 4<sup>m</sup>,00 de largura, e os pilares extremos 0<sup>m</sup>,50 de espessura, e as sapatas 2<sup>m</sup> de largura; sôbre estes pilares assentam as abobadas de volta abatida, com 0<sup>m</sup>,30 de espessura na flecha. O pavimento das sobre-lojas, que serve tambem para travação, têm 0<sup>m</sup>,20 de espessura.

\*

\*            \*

Estes apontamentos foram obsequiosamente fornecidos pelos srs. architecto Leonel Gaia e Joaquim Rodrigues Simões, a quem a REDACÇÃO agradece a amabilidade das suas informações.

# BETHENCOURT

(Resolução definitiva da densa bruma que, ha seculos, paira  
sobre as origens desta familia)

*Communicaçãõ feita á secção de Heraldica  
e Genealogia, da Associação dos Archeologos  
Portuguezes, em sua sessão de 29-X-1923*

POR

JACINTHO D'ANDRADE ALBUQUERQUE DE BETTENCOURT

SÓCIO TITULAR DA MESMA ASSOCIAÇÃO

Quando em 1921 publicamos um estudo sobre este apelido, fizemol-o só depois de muitos anos de longas pesquisas, de muitas consultas e de lér tudo aquilo de que dispunhamos.

Apresentamos um trabalho que, em nossa consciencia, tinha todas as probabilidades de ser verdadeiro, mas nunca deixou de nos perseguir a ideia de haver respeitaveis e auctorisadas opiniões de illustres genealogistas que punham em duvida tudo o que se dissesse da ligação dos Bettencourt de Portugal, com os de França.

Nunca desprezamos, pois, a mais pequena referencia, que nos pudesse vir desfazer o denso nevoeiro em que os genealogistas antigos envolveram as origens d'esta familia.

Por acaso, estando em casa do nosso amigo e illustre genealogista, Snr. Afonso de Dornellas, consultando os armoriaes de Hauterive, de Herenkenrode e de Rietstaps, pasmamos, encontrando, como armas de Bettencourt, em França, uma coisa muito diferente do que eram as armas dos Bettencourt, em Portugal e Hespanha.

Chamada a atençãõ do nosso citado amigo, começamos ambos, com toda a avidez, só comprehensivel a quem meche n'estes assuntos, percorrendo todos os armoriaes francezes da sua vasta biblioteca, á pro-

cura de umas armas — de prata com um leão de negro, armado e lampassado de vermelho.

Encontramos!

Mas... oh desilusão!

Eram as armas dos Fiennes, Senhores de Bethencourt!

Ficamos desorientados!

Assaltou-nos logo a ideia de que os primeiros Bethencourt que vieram para Portugal, para a Hespanha e para as Canarias, eram João de Fiennes, Senhor de Bettencourt e, os sobrinhos d'este, André e Gaspar, eram de apelido — de Fiennes — mas que só tivessem adoptado, como apelido, o senhorio do tio.

Pedimos á Associação dos Archeologos Portuguezes para se fazer uma consulta para França, afim de tentar esclarecer esta escuridão em que se transformara a densa bruma dos antigos genealogistas do seculo XVI.

Assim se resolveu, e em tão boa hora, que dirigindo-se ao nosso illustre e amavel consocio, Snr. Marquez de Faria, este, não se poupando a despezas, conseguiu enviar-nos um trabalho, expressamente feito pelo muito illustre Mr. R. de Champorin, bibliotecario principal da Biblioteca de Paris, colaborador de Mr. G. de Berly, referendario do Selo de França e de Mr. Amadeu Coutot, advogado-genealogista.

Redigimos as consultas, ás quaes Mr. R. de Champorin responde com a sua auctorizada opinião e que, para acabar de vez com qualquer dúvida, vamos transcrever, traduzindo, «ipsis verba».

Um descendente de Reinaldo de Bethencourt, irmão de João III, conquistador das Canarias, Mr. Galien de Bethencourt, conselheiro do parlamento de Rouen em 1629, produziu a genealogia seguinte, proveniente dos arquivos da familia de Bethencourt, da qual ele era o primogénito e representante.

A terra de Bethencourt en Bray, de que é chefe e onde teem o seu principal solar, os senhores d'esta casa, está situada na parochia de Sigy, do bailliado de Caux, Viscondado de Neufchâtel (Neufchâtel-en-Bray), actualmente capital de provincia, do departamento do Sena-Inferior.

A casa de Bethencourt da Normandia é nobre e antiga:

conhece-se desde o ano de 1067 um Buthecourt que naturalmente é Béthencourt e que foi um dos gentis-homens que acompanharam Guilherme o Bastardo, duque da Normandia, na sua conquista da Inglaterra. — Depois, encontra-se memoria d'um

I — *Philippe de Béthencourt* no tempo do Rei Luiz VIII pae de S. Luiz (1223-1226), enterrado na igreja do priorado de Sigy. Este Philippe é chamado Cavaleiro, Senhor de Béthencourt e de Saint-Vincent de Rouvray e teve por filho Reygnault de Béthencourt que segue.

II — *Reygnault de Béthencourt*, Cavaleiro, Senhor de Béthencourt e de Saint-Vincent de Rouvray, é mencionado n'uma carta latina datada do ano 1282. Teve por filho João I de Béthencourt, que segue.

III — *João I de Béthencourt*, Senhor de Béthencourt e de Saint-Vincent de Rouvray, é mencionado n'uma carta de permuta feita no ano de 1346. Casou com Dame Isabel de Saint-Martin, filha e herdeira do barão de Saint-Martin-le-Gaillard, no Condado d'Eu, que lhe trouxe em dote a baronia de Saint-Martin-le-Gaillard, no Condado d'Eu. Morreu em Honfleur, na companhia do Marechal de Clermont, no ano de 1357. Do seu casamento, houve 3 filhos como segue:

1.º João II de Béthencourt, que segue.

2.º Uma filha que casou com Messire Pedro de Neuville e depois com Messire Eustachio d'Erneville, de quem ela teve Philipote d'Erneville, mulher do Senhor de Maurepas, de quem teve uma filha casada com o Senhor de Bonterviller.

3.º Uma outra filha que casou no Auge e de quem provém a Senhora d'Espreville, os Senhores de Vipars e de Mailloc, e a mulher do Senhor des Angles.

IV — *João II de Béthencourt*, Senhor de Béthencourt e de Saint-Vincent de Rouvray, barão de Saint-Martin-le-Gaillard, casou com Maria de Braquemont, filha de Messire Reygnault de Braquemont, Cavaleiro, Senhor de Traversain na Normandia.

O seu contrato de casamento foi feito no Viscondado de Longueville, em 1538. Morreu na jornada de Cocherel, em 1364, na companhia de Messire Bertrand du Guesclin.

Do seu casamento teve trez filhos como seguem:

1.º João III de Béthencourt (conquistador das ilhas Canárias), Senhor de Béthencourt, de Grainville-la-Teinturière, de Saint-Sère-Sous-Neufchâtel, de Lincourt, de Riville, do Grand-Quesnay e de Hucquellen, de 2 feudos que ficam em



*Le vray Pourtraict de Messire Jhean  
de Bethencourt Roy des Canaries*

*Balthasar Moncornet. fecit*

Gourel, em Caux e barão de Saint-Martin-le-Gaillard, no condado d'Eu.

Casou com uma senhora da casa de Fayel, das proximidades de Troyes, na Champagne, de quem não teve filhos.

Foi Camareiro do Rei Carlos VI e de Philippe, duque-

de Borgonha, o que está provado por uma carta d'este Rei, no ano de 1400. Morreu em 1425 no castelo de Grainville-la-Teinturière e está sepultado na igreja d'esta cidade, deante do altar-mór,

2.º *Galien*, que morreu novo.

3.º *Reygnault II de Béthencourt*, chamado Morelet ou Moreau, Cavaleiro de Béthencourt, Mordomo-Mór de João, duque de Borgonha e Cavaleiro du Guet, em Paris, do tempo em que os inglezes tinham a cidade. Herdou os bens do seu irmão primogenito excepto a terra de Grainville.

Casou em primeiras nupcias com Maria de Bréanté, Senhora de Rouvray, perto de Verneuil e em segundas com Philipote, irmã mais velha de sua cunhada, mulher do conquistador.

D'este segundo casamento descendem todos os Béthencourt, como segue:

1.º Galien de Béthencourt que continuou esta familia, até ao presente, em França.

4.º Maciot	} acompanharam o seu tio para as ilhas Canarias e d'elles proveem os Béthencourt de Hespanha e de Portugal.
2.º Henrique	
3.º Jorge	

Foi João V de Béthencourt, bisneto de Reygnault II, irmão do conquistador, quem deduziu esta genealogia dos Béthencourt, em 1540, no tribunal da cidade de Gisors, deante dos Eleitos da cidade e dos Commissarios do Rei, tendo sido copiada, em 1556, do processo original de justificação. Esta copia conserva-se manuscripta no departamento dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Paris, na serie do Gabinete dos titulos chamada *Dossiers bleus*, registo 93, artigo da familia Béthencourt. Esta mesma genealogia foi impressa por Bergeron no fim do seu *Tratado de navegação*. Ele proprio diz que ela foi feita segundo as peças produzidas por Mr. de Béthencourt, Conselheiro do Parlamento de Rouen, e que estas peças eram *bons titulos, cartas e provas documentaes*.

O volume é datado de 1630 e a licença para imprimir é de 1629.

Emfim ella foi tomada em consideração pelo proprio d'Hozier, ou pelo seu filho Carlos René d'Hozier e pelos seus sobrinhos d'Hozier de Sérigny, pois que algumas folhas impressas, contendo-a, arrancadas d'um exemplar do *Tratado da navegação* de Bergeron, acham-se nos papeis d'estes sabios genealogistas do Rei e são egualmente conservadas no Departamento dos Manuscritos da Bibliotheca Nacional de Paris, na serie do Gabinete dos titulos chamada: Gabinete d'Hozier, Registo 43, artigo Béthencourt.

Á 2.<sup>a</sup> pergunta — pode-se saber se o Conquistador das Canarias seria de Fiennes, Senhor de Béthencour? — posso responder sem hesitação que não apparece de qualquer maneira que elle tenha nunca tido o mais longinquo parentesco com a familia de Fiennes. Afim de provar esta minha asserção, responderei successivamente a cada uma das notas que precedem as duas perguntas dadas.

Li com a mais escrupulosa attenção e por muitas vezes o artigo Nettancourt, na obra «Livre d'or de la noblesse française» e nada ahí encontrei, que me indicasse ligação com a familia do conquistador.

E certo, comtudo, que um dos ramos da familia Nettancourt (é mesmo o ramo que existe presentemente e que usa o titulo de Marquez) é chamado ramo de Béttancourt, barões de Fresnels, etc., mas este senhorio de Béttancourt entrou, para a familia de Néttancourt, por 1502, pelo casamento de Nicolau de Néttancourt com Ana d'Espence, Senhora de Béttancourt.

O seu filho mais novo Antonio de Néttancourt herdou o senhorio de Béttancourt e transmitiu-o a seu filho Jorge de Néttancourt.

Este casou-se em 1595 com Adriana de Fresnels que lhe trouxe a baronia de Fresnels.

Foram estes os progenitores do ramo dos marquezes de Néttancourt, cujos descendentes existem actualmente.

O feudo de Béttancourt de que foram Senhores é situado no departamento da Marne, provincia de Vitry-le Francois, muito proximo do departamento da Meuse, onde está o feudo de Néttancourt; mas este feudo de *Béttancourt*, situado na Marne,

nada tem de commum com o feudo de Béthencourt, de que João III, conquistador das Canárias, usava o nome, assim como os seus antepassados o usavam havia dois seculos e, sem duvida, havia mais tempo; este ultimo feudo é situado, como acima digo, no paiz de Bray, comuna de Sigy (Departamento do Sena-Inferior, provincia de Neufchâtel-en-Bray).

Em trez genealogias da familia Néttancourt, que se encontram no Gabinete dos titulos nas series chamadas *Chérin*, volume 146, *Gabinete d'Hozier*, volume 254 e *Dossiers bleus*, volume 486, nada se vê de ligação d'estes dois feudos.

Exploremos agora a familia de Fiennes.

Tendo sido um membro d'esta familia, condestavel de França (Roberto de Fiennes, chamado Moreau, que morreu em 1384), a sua genealogia acha-se na «Historia dos Grandes Officiaes da Corôa» pelo padre Anselmo, volume, 8, pag. 167 a 178.

Encontra-se tambem no «Dicionario da Nobreza de La Chenaye des Bois», 3.<sup>a</sup> edição, Paris, 1866, a paginas 38 a 50.

Emfim, encontra-se ainda nos manuscriptos da Biblioteca Nacional de Paris, Gabinete dos titulos, nas series chamadas: Gabinete d'Hozier, vol. 140 e «Dossiers bleus», vol. 269.

Em nenhuma d'estas genealogias, que compulsei com o maior cuidado, encontrei qualquer ligação com os Senhores de Bettancourt, ou com os de Bethencourt.

Emfim, que os Marquezes d'Yves, que os de Fiennes e que os de Béthencourt da Normandia, trez familias muito diferentes e nada aparentadas entre si, tenham as mesmas *armas*, não é nada de extraordinario e a isto, eu responderei simplesmente que não é raro que familias, não tendo entre si qualquer parentesco ou aliança, tragam as mesmas armas. E' isto mais frequente em paizes mais distanciados, o que é muito natural, mas constata-se este facto em terras limitrofes e até na mesma terra.

Pela minha parte, em França, tenho tido imensos exemplos, que poderei citar.

Assim, a familia de la Cour, Marquez de Balleroy, na Normandia usa: d'azul com 3 corações d'oiro chagados, 2 e 1; e

as familias Laisré de Kéranguiriec, da Bretanha, e Faignier, do Maine, usam todas as mesmas armas.

E poderia citar muitos outros exemplos semelhantes.

Não ha, pois, nada de surpreendente que os Marquezes d'Yves e os de Fiennes, tenham as mesmas armas que os Béthencourt, da Normandia, sem que por esse facto sejam parentes.

A familia de Fiennes é oriunda de Flandres e do Luxemburgo e muito antiga. Um dos seus ramos, emigrou para a Inglaterra e não usa lá das mesmas armas que o ramo que ficou em Flandres e no Boulonnais.

Esse ramo, traz: d'azul, com 3 leões d'oiro passantes, postos 2 e 1.

Guardaram a recordação da sua origem, o leão como peça principal do seu escudo.

Isto confirma uma vez mais que os Soberanos da Edade Media, como hoje, não concediam armas aos seus subditos, segundo as suas fantasias, mas sancionavam, com a sua auctoridade real, as pretensões das familias e concediam-lhes assim o direito de as fazer valer e de as usar, em premio de serviços prestados.

É o que succedeu com os Bethencourt em Hespanha e Portugal: depois de provar o seu parentesco com João III de Béthencourt, conquistador das Canarias, pediu André de Bethencourt, em 1503, ao Rei d'Hespanha, que lhe confirmasse, com a Sua auctoridade real, o direito de usar em Hespanha as armas da sua familia, mas não de lhas conceder, visto que ele tinha, por *direito de hereditiedade*, a faculdade de as usar.

O mesmo succedeu, em 1505, com o seu irmão Gaspar de Béthencourt, (filho de Henrique), a quem o Rei de Portugal não podia deixar de fazer a mesma concessão.

Houve em França muitas familias que não eram parentes, apesar de se chamarem de Béthencourt, e que não traziam as mesmas armas.

No Artois (Departamento do Pas-de-Calais) está situado o Béthencourt da communa de Tincque, que era o feudo da familia de Béthencourt mencionada nos armoriaes de Herenkenrode e de Rietstap e ahí indicada como tendo tido dois escudos dife-

rentes: armas antigas — enxequetado d'oiro e d'azul — armas modernas — de prata com banda de vermelho carregada de trez vieiras d'oiro.



Brazão d'armas concedido em Hespanha, em 1503, a André de Bathencourt e, em Portugal, em I-IV-1505, a Gaspar de Bethencourt, seu irmão

O facto é ainda muito frequente: posso citar as familias d'Albert e d'Alégre que teem tambem armas antigas e modernas; mas pode-se mesmo citar muitas outras.

Geralmente elas são esquarteladas ou contra esquarteladas no escudo.

Uma outra familia de Béthencourt era originaria da Picardia e usava — de vermelho com cruz de Santo André de prata, acompanhada em chefe de uma merleta do mesmo e de trez guisos d'oiro.

Finalmente, uma terceira familia de Béthencourt era ainda da Normandia e usava — d'oiro, com uma orla de 9 merletas de negro.

Nenhuma d'estas familias era parente dos de Béthencourt que foram barões de Saint-Martin-le-Gaillard.

Ninguem se deve admirar de que tivesse havido tantas familias usando de apelido de Béthencourt, pois que nos devemos lembrar de que em França as familias nobres tomavam os nomes dos feudos e das terras allodiaes que recebiam como apagnio, quer do Soberano, quer do seu Suzerano e que se contam 15 lugares, com o nome de Béthencourt, na Alta Normandia, na Picardia, no Artois e em Flandres; 3, na Champagne e no Barrois.

Creio que, com este trabalho, respondi de uma maneira clara e precisa ás perguntas que me foram feitas, bem como ás observações preliminares de que eram acompanhadas.

(a) *R. de Champorin.*

Bibliotecario principal na Biblioteca Nacional de Paris; colaborador de Mr. G. de Berly, referendario do selo de França e de Mr. Amadeu Coutot advogado-genealogista.

Resta-nos, depois desta transcrição, que de vez acaba com qualquer sombra de dúvida que ainda se suscite a propósito da origem dos de Béthencourt de Portugal, agradecer ao nosso prezado e illustre consocio, Sr. Marquez de Faria, o serviço que à Associação dos Archeologos Portugueses prestou.

Ao terminar, queremos aqui deixar bem expressa a nossa muita satisfação por vêmos que a genealogia por nós publicada foi absolutamente confirmada, e, não só isto, por termos provocado o completo esclarecimento de todas as lendas e divagações de imaginosos genealogistas do século XVI, desfazendo-as para sempre.

*J. d'A. A. de Betencourt.*

## ADDENDA

Aproveitamos a occasião para nos referirmos á imagem de «Nossa Snr.<sup>a</sup> de Bettencourt», que ainda hoje se venera na Sé Cathedral de Lisboa.

Esta imagem foi posta na capella instituida n'aquella Sé por Gaspar de Bethencourt e sua mulher D. Guiomar de Sá, nos primeiros annos do seculo XVI.

E' toda de pedra, mas, quando se desfez a capella e mudaram a referida imagem para o altar que hoje occupa, no transepto, do lado do Evangelho, vestiram-na, pondo-lhe um resplendor na cabeça.

A photogravura que publicamos é de uma gravura da collecção do nosso illustre consocio Snr. Tenente-coronel Henrique de Campos Ferreira Lima e só conhecemos mais dois exemplares eguaes, um em poder do nosso consocio, parente e amigo, Luiz Filippe de Freitas d'Andrade Albuquerque de Bettencourt, e um terceiro, que possuímos.

Como tivesse existido uma nau da Corôa, chamada «Nossa Snr.<sup>a</sup> de Bettencourt», vamos dar a palavra ao nosso consocio e amigo, José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcellos, que sôbre ella coligiu algumas notas.

J. d'A. A. de B.

## A NAU NOSSA SENHORA DE BETTENCOURT

A armada que em 9 de Abril de 1603 partiu de Lisboa para a Índia, era composta de cinco navios<sup>(1)</sup> e levava como capitaina uma nau da invocação de *Nossa Senhora de Bettencourt*, na qual ia o capitão-mor Pedro Furtado de Mendonça, cavaleiro maltês. A mercê desta viagem do capitão-mor havia sido feita a Simão de Mendonça, que, com licença

---

(1) Os outros navios eram, segundo as ementas, o galeão *S. Salvador*, sob o comando de Vasco Fernandes Pimentel; o galeão *S. Simão*, sob o comando de André Moreira [André Moreira e não Antonio Moreira, como vem em *Os Portuguezes no mar*, do sr. Quirino da Fonseca]; *S. João*, sob o comando de António Vaz Salema; e *S. Mateus*, sob o comando de Pedro de Almeida Cabral.

Estes dois últimos navios apparecem em quasi tôdas as ementas que conhecemos sem a indicação de serem galeões ou naus. Cremos que eram naus. Relativamente à *S. João*, figura, nos *Portuguezes no mar*, na relação dos galeões e na das naus, no mesmo anno e com o mesmo capitão.

de Sua Majestade, renunciou a favor de seu sobrinho Pedro Furtado de Mendonça, do que se passou carta em forma, em Lisboa, a 29 de Novembro de 1597 <sup>(1)</sup>.

Chegaram todos os navios da armada a Goa, entre 13 e 28 de Outubro de 1603. No ano anterior havia partido de Lisboa para a Índia uma nau *S. Jacinto*, que já em 1601 tentara a viagem, mas que, em virtude do tempo desfavorável, arribara. Saíu novamente de Lisboa a 25 de Março de 1602 e chegou a Goa a 13 de Setembro. Fazia parte de uma armada de seis velas, e nela ia o capitão-mor D. Francisco Telo. Voltou ao reino e de cá partiu outra vez em 28 de Abril de 1604, numa armada de cinco velas, da qual era capitão-mor Brás Teles de Menezes, que ia na nau *Nossa Senhora da Palma*, que arribou. Brás Teles de Menezes voltou como capitão-mor na *Nossa Senhora de Bettencourt*. A nau *S. Jacinto*, em que ia o Vice-Rei D. Martim Afonso de Castro, invernou em Moçambique, mas o Vice-Rei seguiu numa galeota para Goa, aonde chegou em Maio de 1605. A *S. Jacinto* seguiu em Setembro para a Índia e em Dezembro desse mesmo ano partiu de Goa, trazendo como capitão Pedro da Silva de Menezes.

Referê-se o sr. Quirino da Fonseca, em *Os Portugueses no mar*, à nau *S. Jacinto*, mas da nau *Nossa Senhora de Bettencourt* nada diz. Ora ambas partiram de Goa em 1605. Assim no-lo conta o clássico Fr. Gaspar de S. Bernardino, no *Itinerário da Índia*:

«Imperando no Estado da Índia a Católica Majestade del Rei Felipe nosso Senhor, segundo deste nome, e sendo Vice-Rei nela D. Martim Afonso de Castro, partiram de Goa para Portugal, uma sexta feira, trinta do mês de Dezembro, em o ano de mil seiscentos e cinco, duas naus: a capitaina *Nossa Senhora de Bettencourt* [de *Betanchor* escreveu Fr. Gaspar], capitão-mor Brás Teles de Menezes, e a nau *S. Jacinto*, capitão Pero da Silva de Menezes, dos quais o Vice-Rei se veio despedir a bordo delas, mandando dar a cada um seu Regimento e ordem conforme à de Sua Majestade lhe tinha dado, e aos pilotos e oficiais das naus aprestar as cousas necessárias, como era fazer aparelhos lestes, cortar amarras, desfraldar velas, largando primeiro

(1) Verba de capitão-mor da armada da Índia a Pedro Furtado de Mendonça *Tôrre do Tombo*, Chancelaria de D. Felipe I, Livro 18, fls. 43.

S. Jacinto a cevadeira, com tanta alegria e alvoroço, quanta depois com tristeza e pesar soube colhê-la. Doutra parte a capitaina fazia o mesmo, inda que com mais vagar, havendo a bordo muitas embarca-



N SENHORA DE BITANCOURT

*Originalmente chamada S. Teresinha do mundo, que se conserva na Paróquia de Santa Maria Maior em Lisboa.*

ções de amigos e parentes, que de nós se vinham despedir, cuja saudade acrescentava o tocar da frauta e charamela, a que doutra parte respondiam as do Capitão-mor do Malabar D. Nuno Alvares Pereira, meneando o brando vento, nas galés e navios, os galhardos pendões e

estandartes, cuja vista tanto acrescentava a magoa em todos, quanto a despedida em tão largo apartamento era sufficiente para a causar...»

Fr. Gaspar de S. Bernardino, que vinha na nau *Nossa Senhora de Bettencourt*, descreve-nos, sempre elegante em seu dizer, o seguimento e trabalhos da viagem. A 13 de Janeiro, cafu ao mar um menino de dez anos, filho do sota-piloto, que milagrosamente se salvou, nadando durante mais de duas horas, e sendo, na nau, «com grandíssimo alvoroço de todos recebido, como se de novo-nascera, e com razão, que como o mar seja um traslado da morte, podemos dizer de novo ressur gir quem nele sabe não morrer».

Passada a faina da largada, determinou o capitão-mor capitães de vigia, para de noite. Eram êles, na nau *N. S. de Bettencourt*, D. Pedro de Souto Maior, Francisco Correia da Costa, Martim da Cunha Deça e Diogo Florim. «Vinha a nau tambem provida de tôdas as cousas necessárias, assim para a alma como para o mais, que com verdade se pode afirmar haver muitos anos da India não partir outra semelhante». Nela vinham nove religiosos, um da Companhia de Jesus, que era o padrê Fr. Prepósito Francisco Vieira, e os restantes de S. Francisco: Fr. Miguel de S. Boaventura Custodio, comissário geral que acabava de ser na India; Fr. Manuel do Monte Olivete, Fr. Jerónimo de S. Pedro, etc. Vinham mais o Padre Antonio de Barros, que durante dôze anos fora inquisidor na India, muitos fidalgos e pessoas nobres, de «mui honrado termo, e modestia, sem que ouvesse escandalo, ou differença alguma, nem inda na gente comã e do convez...».

O contra-mestre da nau era Francisco da Silveira, na arte do mar mui esperto, no dizer do cronista. <sup>(1)</sup>

No dia 22 de Janeiro passaram a linha. A 4 de Fevereiro tiveram vista da ilha do Arco, «que está a dez leguas ao mar de terra firme, em dez graus e meio, a qual cuidio que vem apontada em poucas cartas de marear, pelo que os pilotos vigiem sobre ela por ser terra baixa, e uma coroa de areia mui pequena, a qual julgaram todos ser o Cabo Delgado, no que se enganaram. Êste êrro e nossos pecados foram o principio de tôda a nossa perdição». Debaixo de grossa chuva, assim

(1) Fr. Gaspar refere-se várias vezes ao mestre e ao piloto, mas não lhes dá os nomes. O mesmo não fez quanto ao contra-mestre e ao sota-piloto — Manuel Rodrigues.

foram navegando as duas naus, sem que pudessem tomar «com o astro-lábio a altura do sol». A 9 de Fevereiro achavam-se a dôze graus da banda do Sul, vendo, na tarde dêsse dia, as ilhas do Comaro, «das quais fizeram terra firme e costa de Moçambique, e, posto que não faltaram alguns homens que as conheceram», isso não obstou que prevalecesse opinião contrária. «A nau *S. Jacinto* conheceu as ilhas e assim se foi cozendo com elas, quanto pôde, de sorte que sem perigo as passou». (2) Queixa-se Fr. Gaspar de os da nau *S. Jacinto* não darem sinal ou aviso do perigo que corria a nau *N. S. de Bettencourt*, com alguma peça de artilharia, e à própria desculpa ironicamente alude, dizendo que eles deram «por escusa sem empacho que levavam o convez mui empachado». «Verdade seja, diz Fr. Gaspar, que amainaram as velas de gávea, ambas, e ferraram a cevadeira, mas tudo não bastou, para que ao outro dia, que foram dôze de Fevereiro, três horas andas da noite, deixássemos de ir encalhar na ilha de S. Lourenço, indo com vento em pôpa, largas tôdas as velas».

«Tão confiados iam os todos no governo da nau quanto descuidados dos revezes da fortuna, passando a noite com várias histórias e contos de passatempo, quando um dos que vigiavam a prôa, começou a gritar: olá!, que vulcão é aquele negro que aparece? O contra-mestre, a quem o coração não aquietava, que sempre nos casos adversos êle é o primeiro, correu, mandou logo amurar a cevadeira e traquete, a tempo que o leme tinha já tocado a primeira vez. O piloto, a grandes brados, disse: caceia meus filhos pela banda de bombordo, que não foi pequena advertência naquele tempo, pois com ela virou a nau a proa ao mar, que ficando em contrário impossível fôra sair ela dali nunca».

Apesar da hábil manobra, não pôde evitar-se que, na volta que deu, em tão pouco fundo, lhe saltasse fora o leme. Lançado o prumo, verificaram que estavam em um lamarão de três braças de fundo menos dois palmos.

Depois do encalhe, reconheceram, passados três dias, estarem na ilha de S. Lourenço.

Não nos permite o espaço que acompanhemos miudadamente as peripécias desta viagem. Resumimos, pois. A nau *Nossa Senhora de Bettencourt* conservou-se ali durante muitos dias, alijando-a os tripu-

(2) Adiante se verá o que succedeu à nau *S. Jacinto*.

lantes e passageiros de grande parte da carga, tendo cortado o mastro grande, e deitado pela borda fora até roupas e peças de ouro e prata. As velas rotas, as ancoras perdidas e as amarras quebradas, todos tinham a esperança da vida apenas posta em Deus.

«Acabados catorze dias de alijamento se lavantou a nau com um cançasso mui grande». Com engenho maravilhoso, maquinado pelo contra-mestre, diz Fr. Gaspar, conseguiram colocar novamente o leme, que desenterraram do atoleiro, e, depois de várias conversas com os habitantes da terra, que eram mouros e que à nau foram em batéis oferecer cabras, galinhas, peixe, figos da India, etc., fizeram-se, finalmente, de vela a onze de Março.

Apanhados por forte temporal, arribaram a Pemba onde se demoraram cinco dias e, prosseguindo viagem, aportaram a Mombaça, onde tiveram novas da nau *S. Jacinto*, sabendo então que também ela encalhara na ilha de S. Lourenço, em um arvoredor de coral, onde estivera prestes a perder-se, mas conseguindo depois arribar a Moçambique, sem leme, com duas pás que fizeram<sup>(4)</sup>. Em Mombaça realizaram os tripulantes e passageiros da nau *N. S. de Bettencourt* uma comovente procissão de graças pela salvação das suas vidas. À frente ia D. João de Monroio, com uma grande cruz feita de tábuas encontradas na ilha de S. Lourenço. D. Pedro de Souto Maior levava uma âncora de madeira, do tamanho da que a nau havia perdido. Por fim, ia a «Rainha dos Anjos, de tão excelente mão acabada que parecia ir-se gloriando na soberana mercê que a todos fizera».

Fr. Gaspar, deixou a nau em Mombaça, e, depois de uma aventureira viagem, desembarcou em a ilha de Ormuz, passando à Persia, Arábia, Caldeia, Babilónia, Mesopotâmia, Palestina, e cidade de Alepo, no coração da Turquia. Foi depois ter a Antióquia, donde, navegando pelo Mediterrâneo, tomou o pôrto da ilha de Chipre, e correndo a Itália, Espanha, Sardenha, ilhas Baleares, etc., chegou por fim a Valença de Aragão, donde, a pé, foi a Madrid e desta côrte a Lisboa, sua pátria, da qual havia seis anos que partira.

(4) A nau *S. Jacinto*, cujas viagens anteriores foram sempre acidentadas, depois de reparada em Moçambique, seguiu viagem para o Reino, mas não conseguiu chegar a Lisboa, naufragando junto da ilha Terceira, em 1607.

Quando estava em Moçambique, alguns dos passageiros não esperaram as reparações, seguindo em um pangaio para Mombaça, onde se encontraram com a gente da nau *N. S. de Bettencourt*, tomando parte na procissão que referimos.

A nau *N. S. de Bettencourt* voltou em Setembro de 1606 para a Índia e quando lá chegou «foi em estado que não serviu mais para cousa alguma».

Brás Teles de Menezes partiu de Mombaça para o Reino em 1607, em uma naveta que foi ter à Galiza.

Temos acompanhado unicamente a descrição impressa de Fr. Gaspar de S. Bernardino, mas outras fontes há, até agora inéditas, que merecem ler-se e que reservamos para mais extensa referênciã. Queremos aludir aos volumes n.ºs 328, 340 e 341 do *Fundo Geral* da Biblioteca Nacional de Lisboa. O n.º 340, de 46 fl., em letra do século XVII, tem, além outras, a particularidade de ter pertencido a Brás Teles de Menezes. É assim intitulado: «*Rotetiro de viagem que fes a Nao Nosa S.ª de Betancor capitania en que haja bras telles de menezes uindo de goa pera portugal feito pelo ld.º Ant.º de misquitta que uinha nella*».

O n.º 341 não é menos interessante e pertenceu a Pedro Furtado de Mendonça. Intitula-se textualmente: «*do caminho q fes da jndia vido por tera nicolao da costa naturall de sancto Ant.º do tojar o qual estando e madril o tornou sua mag. A mãdar outra ves por tera a pouços dias/este livro deu A P.º de mendonça furtado o ano de 607 e 4 de dezembro*».

É também em letra do século XVII e começa no capítulo X, mas o princípio encontra-se noutro volume, sob o n.º 328.

Barbosa Machado refere-se ao licenciado António de Mesquita, a quem chama piloto da carreira da Índia e atribui a autoria de outra obra que também se não imprimiu: *Roteiro de viagem de Mazagão*.

Quanto à obra de Nicolau da Costa, merece ela um estudo mais demorado, comparando-a e cotejando-a com o *Itinerário* de Fr. Gaspar de S. Bernardino. Fica para outra ocasião.

*Frazão de Vasconcellos.*

# RELATÓRIOS

# GERÊNCIA DE 1926-1927

## Relatório do Secretário Geral

Sr. PRESIDENTE E ILUSTRES CONSÓCIOS :

No cumprimento do percebido no Art.º 19.º do nosso Regulamento, venho pôr-vos ao corrente do que se passou durante o ano académico de 1 de Julho de 1926 a 30 de Junho de 1927.

Não é um relatório brilhante, na forma literária, como era mister, atentos os assuntos a que tenho de aludir, porque para isso não tenho engenho, nem arte de burilar a frase. E só porque o Sr. Secretário Geral apenas tomou posse do seu cargo em 28 de Maio passado, e eu, apagadamente, o desempenhei desde 31 de Julho de 1926 até àquela data, me vejo obrigado a vir-vos enfastiar com estas frases sem brilho e este mencionar de factos, sêco e sem interêsse na forma de exposição.

Fui por vós honrado com a eleição do cargo de Secretário Geral, em substituição do Sr. Afonso de Dornelas, êsse trabalhador intemerato, de uma erudição que todos respeitamos e admiramos, e fui substituído pelo Sr. Dr. Fontes, êsse médico e professor distinto, glória da nossa Associação, pelos seus valiosos trabalhos de pura arqueologia, que são honra para todos nós.

Não admira, pois, que entre o rebrilhar de tão fulgentes estrelas, ficasse invisível um planeta, que apenas refracta, uma luz fixa e mortiça.

E se, uma ou outra vez, se pôde adivinhar a existência de um secretário geral, foi sem dúvida porque um fervoroso consócio, que modestamente se tem acobertado com o cargo de 1.º Vice-Secretário, o nosso querido Frazão de Vasconcelos, esteve sempre pronto a fazer o que ao Secretário Geral cumpria. Para êle vai o meu agradecimento.

*À tout seigneur, tout honneur* : vou referir-me ao nosso douto e ilustre Presidente, o Sr. Dr. Xavier da Costa, honra da sciência, meu amigo, amigo de todos nós e glória desta Associação, a quem dedica um acrisolado amor. Sua Exce-lência é credor do vosso melhor agradecimento, pela maneira distinta e alevantada como a tem dirigido, conseguindo guindá-la ao ponto mais alto da escala intelectual do nosso meio.

É verdadeiramente *The right man, in the right place*.

Antes de entrar pròpriamente no assunto, permita-se-me que dedique o meu mais rendido preito de homenagem à memória dos nossss consócios falecidos, todos obreiros desta santa cruzada do saber humano.

Dividirei este trabalho, fastidioso para vós, em várias fases distintas, que vos mostrarão, em largos traços, o que foi a vida da nossa Associação.

Começarei pelo Conselho de admissão dos sócios.

Entraram: 3 sócios efectivos pela secção de Arqueologia Pré-histórica; 4 efectivos pela secção de Heráldica e Genealogia, 4 efectivos e 3 correspondentes, pela secção de Arqueologia Histórica e 1 efectivo pela secção de Numismática e Sigilografia.

Resumindo, entraram 12 sócios efectivos e 3 correspondentes, ou seja um total de 15 novos sócios, a quem cumprimento com a mais viva satisfação, por ver engrossar a falange destes escavadores do passado.

Compondo-se este Conselho: do Presidente da Associação, de 6 Presidentes das secções de estudo, do Secretário Geral, do Vogal-redactor e do Tesoureiro, nunca se reuniu completamente.

O Conselho Administrativo reuniu dez vezes, também incompletamente,

Ocupou-se este Conselho, sempre com o maior disvelo, da boa marcha dos nossos trabalhos, promovendo o intercâmbio intelectual com algumas colectividades científicas.

Resolveu encarregar os nossos ilustres e presados consócios Srs. Dr. Joaquim Fontes e Cordeiro de Sousa de arrumar convenientemente a sala pré-histórica e romana e tão distintamente se desempenharam desta árdua missão que o Conselho lhes não regateou agradecimentos e se acha na obrigação de recomendar os referidos consócios à vossa consideração.

Ainda este Conselho, que promoveu várias conferências, como adiante vereis, resolveu dotar a Associação com uma máquina de projecções, de cuja guarda e trabalho encarregou dois nossos prestantes consócios, os Srs. Coronel Azevedo e Silva e Luís Felipe de Andrade Albuquerque de Bettencourt, dois devotados, mercedores dos nossos agradecimentos.

Não foi possível a este Conselho publicar o V volume da *Arqueologia e História*, embora para isso se empregassem os maiores esforços, pelo péssimo trabalho da oficina de impressão onde êle tinha começado a fazer-se.

Está já adiantada, ao fim de muitos meses, a impressão do V volume, que é dedicado ao nosso Presidente de Honra, Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, e é de esperar que possá sair em breves dias.

Permita-se-me um desabafo: este Conselho trabalhou intensamente, mercê das dedicações do nosso Presidente, Dr. Xavier da Costa, Dr. Joaquim Fontes, Frazão de Vasconcelos, Júlio Nunes de Freitas e Paulo Pereira: para estes carolas (permita-se o termo) deve ir todo o nosso reconhecimento.

Na sessão em que este relatório foi lido, resolveu-se, pôsto que eu disse discordo, que o relator-sinatário seja incluído no número daqueles que devotadamente trabalharam.

Antes de começar pròpriamente na referência à Assembleia Geral, direi

alguma coisa das Secções de Estudo, embora os respectivos Secretários tenham de apresentar os seus relatórios, no mês de Novembro e estes sejam, como de costume, brilhantes na forma e cheios de interesse, quanto ao que relatam.

Começarei pela Secção de Arqueologia Pré-histórica, sem dúvida aquela que conta entre os seus membros as mais categorizadas autoridades da ciência arqueológica.

Mas, porque o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, seu presidente, é uma pessoa doente e o seu vice-presidente, Sr. Dr. Felix Alves Pereira, tem estado retirado da actividade académica, não tem reunido esta secção.

Contudo, o seu secretário, Dr. Joaquim Moreira Fontes iniciou um curso de arqueologia, que abriu no nosso Museu, sendo frequentadas as lições, por muitos sócios, desejosos de ouvir a palavra fluente e clara de tão ilustre arqueólogo.

Foi este um serviço de alto valor prestado à Associação e que bem merece os mais rendidos agradecimentos.

Cinco sessões houve, na secção de Arqueologia histórica.

Uma comunicação muito valiosa e interessante, do Sr. Dr. Jordão de Freitas, sobre as «Serras de Água» da Madeira; além de outras de menor vulto, mas todas reveladores de profundos estudos, como sejam as de Frazão de Vasconcelos, D. José Pessanha, Cordeiro de Sousa, etc.

Ocupou-se esta secção em organizar um programa de excursões e em elaborar um plano de questionário a ser distribuído por todos os professores de instrução primária, sobre edificios e monumentos dispersos pelo país.

Apenas conseguiu reunir-se três vezes a secção de Numismática e Sigilografia, tendo-se tratado de responder à pergunta feita pelo Sr. Dr. Manuel Heleno: *Como devemos ordenar uma colecção de moedas?*

As discussões a que esta pergunta deu lugar são muito interessantes, para os estudiosos de numismática.

É conservador, por esta secção, o Sr. Júlio Nunes de Freitas e, como tal, organizou a colecção de moedas, notas, cédulas, medalhas e selos, do nosso museu, por forma tal que merece os maiores elogios da Associação.

A secção de Bibliologia e Diplomática reuniu-se cinco vezes.

Desde a sua instalação foi seu presidente o nosso Presidente de Honra, mas pela razão da sua doença, a que acima me refiro, raramente pôde presidir a esta secção, até que pediu a sua demissão, tendo sido substituído pelo Sr. Dr. Laranjo Coelho, que tomou posse em 8 de Março do corrente ano.

De erudição fulgurante foi essa sessão da posse de presidente, do ilustre Dr. Laranjo Coelho, abalizado cultor da Diplomática.

Desta secção partiu a iniciativa, por proposta do Sr. Henrique Loureiro, de um «Arquivo Histórico» na nossa Associação, onde possam ser depositadas e convenientemente registadas todas as espécies diplomáticas oferecidas ou facultadas por particulares.

O ilustre secretário desta secção, Sr. Dr. Perry Vidal, fez várias comunicações sobre livros aparecidos e é autor de uma saudação ao Sr. Dr. Joaquim de Carvalho, pelos serviços que à história este senhor tem prestado, publicando na Imprensa da Universidade, de que é director muito ilustre, várias obras mo-

numentais, tais como a *Crónica do Felicissimo Rei Dom Manoel* por Damião de Gois, *Subsidios para a historia da arte portuguesa*, etc. Desta saudação ficou encarregado o Sr. Albino Forjaz de Sampaio.

A secção de Estudos Olissiponenses reuniu 5 vezes.

Interessantes discussões houve, sobrelevando-se, entre os assuntos ventilados, a comunicação feita pelo ilustre consócio Sr. Comandante Quirino da Fonseca, expondo brilhantemente os seus planos de modernização e aformoseamento de Lisboa, como distinto membro da Comissão Administrativa Municipal.

A secção de Heráldica e Genealogia reuniu 14 vezes, isto é, tódas aquelas que lhe foram marcadas, excepto nos dias que, por factos de alteração da ordem pública, a autoridade militar o não permitiu.

Em tódas as sessões houve alguma comunicação, feita por qualquer dos consócios Afonso de Dornelas, Henrique Loureiro, Conde de São Paio, José Mendes da Cunha Saraiva, Dr. Perry Vidal, Jacinto de Bettencourt, Paulo Pereira, Queiroz Pinto, etc., etc.

O presidente da secção é o titular Sr. Afonso de Dornelas, que é sempre quem elabora os pareceres, aprovados pela secção, sobre os brasões de armas a ser adoptados por municipalidades do país.

Assim, no período que vai de 1 de Julho de 1926 a 30 de Junho de 1927 foram votados pareceres sobre os brasões de armas seguintes: Tomar, Castro Marim, Paredes de Coura, Penafiel, Guarda, S. João da Madeira, Alcoutim e Monchique, além do parecer sobre o emblema heráldico dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, ficando mais resolvido, pela secção, que para tódas as corporações de bombeiros fique assente a norma: *uma fenix, renascendo das chamas e sustentando nas garras o brasão de armas das municipalidades a que os bombeiros pertencam*.

Pena é que as actas desta secção, quasi tódas feitas pelo seu ilustre Secretário, Sr. Conde de São Paio, não sejam publicadas na integra, para que todos os nossos consócios correspondentes tenham verdadeiro conhecimento do que se passa nas suas reuniões, tódas de uma erudição vasta, profunda e judiciosa.

Propositadamente deixei para o fim a referência à Assembleia Geral. Quinze sessões houve até 30 de Junho, sendo apenas uma administrativa.

As quatorze restantes, extraordinárias e ordinárias, de estudo, foram tódas de um alto valor científico, tendo nelas sido efectuadas as conferências seguintes:

**Conde de São Paio** — *O direito na heráldica e O Tição do Inferno*.

**Afonso de Dornelas** — *Rochx de Dighton e Miguel Côte Real*.

**Dr. Joaquim Fontes** — *A sciência da arqueologia pré-histórica e romana e O Santuário pré-histórico de Gião*.

**Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal** — *Prefácio dum livro que vai publicar sobre a genealogia da familia Gavazzo*.

**Dr. Ludovico de Meneses** — *A batalha de Ourique e Antiguidade de alguns ferros peninsulares*.

Em breves palavras direi que a conferência de abertura do ano académico, feita pelo Sr. Conde de São Paio, sobre *O Direito na Heráldica*, foi um notável trabalho, em que bem mostrou a importância da Heráldica na sociedade medieval, falando da fundação, em Berlim, por Frederico I da Prússia, da cátedra de Heráldica, na Academia dos Nobres. Vários países da Europa seguiram este exemplo e no nosso bom Portugal encontramos, através da História, regras e disposições legais acêrca desta sciência, citando a Lei de D. Afonso V, de 21-5-1466, até à provisão de 3-7-1807, e terminando por encarar as várias hipóteses em que podiam intentar-se acções judiciais para contestação, ou reinvidicação de brasão de armas.

*O Tição do Inferno*, conferência também, feita pelo mesmo illustre consócio, foi um estudo muito interessante sobre um manuscrito que descobriu e que vai publicar, falando brilhantemente e terminando por afirmar o cuidado que havia em se manter a pureza de sangue nas famílias cristãs velhas.

Afonso de Dornelas fez duas conferências de um alto valor histórico: *Arocha de Dighton*; é um estudo sobre Miguel Côte Real e prova que foi este o primeiro europeu que se naturalizou americano.

A conferência sobre os *Tapetes de D. Afonso V* foi um hino cantado às glórias portuguesas do tempo dêste rei.

Muito brilhante e altamente patriótica como todos os trabalhos dêste nosso illustre consócio.

*A sciencia da arqueologia pré-histórica e romana*, confêrencia feita pelo Sr. Dr. Joaquim Fontes, foi um trabalho de alto valor.

Serviu esta conferência para abertura ao público das salas de arqueologia pré-histórica e romana.

Ainda o Sr. Dr. Joaquim Fontes fez outra conferência, que foi talvez o mais notável estudo que se tem aqui apresentado sobre arqueologia.

O Santuário pré-histórico de Gião é muito notável pela abundância e beleza dos desenhos rupestres que lá se encontram. A esta conferência assistiu o Ministro da Instrução Pública, Sr. Dr. Alfredo de Magalhães.

O facto desta visita official, a primeira que esta Associação tem tido de titulares da pasta da Instrução, é motivo de alto desvanecimento para nós.

O Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal leu o prefácio do livro que vai publicar sobre a genealogia da familia italiana Gavazzo, de que o orador descende.

Na noite em que se realizou esta conferência, foi a Associação honrada com a presença de S. Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima o Sr. Bispo de Trajanopolis e com a do secretário e representante official do Sr. Ministro da Itália.

*A Batalha de Ourique*, êsse assunto do maior interêsse para os historiógrafos, foi tratado pelo Sr. Dr. Ludovico de Meneses, que tentou provar que ela se não deu em Ourique do Alentejo. Notável foi também a sua conferência sobre *A Antiguidade de alguns ferros peninsulares*, procurando demonstrar como se podem ligar com os desenhos rupestres.

Passarei agora em rápida revista algumas das comunicações scientificas.

O Sr. Dr. Laranjo Coelho, depois de ter regressado de uma viagem a Marrocos, fez a descrição de cada um dos monumentos ali construídos

durante a occupação dos portuguezes, em Ceuta, Mazagão, Tanger, Azamor e Arzila.

O Sr. Frazão de Vasconcelos comunicou uma curiosa relação dos pilotos existentes em 1610, que tinham conhecimento da carreira da Índia, lista até então desconhecida.

Jacinto de Bettencourt comemorou a morte, há 250 anos, do filósofo Bento Spinoza.

O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos leu um capítulo do livro que vai publicar, sobre a toponímia estrangeira,

E muitas outras comunicações se fizeram, às quais me não refiro para não alongar ainda mais este trabalho.

Dir-vos-ei algumas das resoluções que se tomaram, como sejam :

A criação de um Arquivo Histórico, destinado a colleccionar e arrecadar todos os documentos que se possam obter;

A nomeação de agregado à nossa Associação, do «Instituto Etnológico da Beira», como já o era o «Instituto Histórico do Minho»;

A proclamação de 29 sócios titulares, eleitos na respectiva assembleia de 28 de Julho de 1926;

A representação ao Govêrno, por iniciativa do Sr. Comandante Quirino da Fonseca, para adaptação de parte do edificio dos Jerónimos à criação de um Museu de Marinha e, ainda, os esforços a empregar para que vários edificios sejam declarados monumentos nacionais.

Ainda um facto que não deve passar sem referência especial: foi a honrosa visita que nos fez, em Maio último, o illustre arqueólogo Sr. Conde de Bégouen, professor de Arqueologia na Universidade de Toulouse.

Finalmente, dir-vos-ei algumas palavras, poucas, sobre o estado financeiro da nossa Associação.

Ao nosso illustre Tesoureiro, Sr. Júlio Nunes de Freitas, devo as informações que seguem e que sumariamente vos darão ideia do que é a administração financeira desta casa, austera e rigorosa, porque o nosso Tesoureiro é uma pessoa de sãos princípios, de uma só fé e de um só querer.

Em 30 de Junho último ficámos tendo:

Em Caixa .....	192\$39
Depósito no Monte-Pio .....	2,102\$60
o que, somando, dá.....	<u>2,294\$99</u>

Entraram no Museu, desde 1 de Julho de 1926 até 30 de Junho de 1927 5,498 visitantes, o que rendeu 5 498\$00.

Não temos dívida alguma; comprámos já todo o papel para a «Arqueologia e História», e estão pagas todas as fôlhas já impressas para o V volume.

Durante o ano fizeram-se várias obras tendentes a valorizar o nosso Museu, especialmente no que diz respeito às *vitrines* para a numismática, aos ar-

mários para a arqueologia prè-histórica e romana e às arrumações de muitas peças, para a sua melhor exposição.

Concertou-se o mobiliário e adquiriu-se, por 1.200\$00 Esc., a lanterna de projecções a que atrás me referi.

Já vêem, pois, V. Ex.<sup>as</sup> que o estado da nossa Associação, se não é financeiramente brilhante, é, pelo menos, desafogado, tendo como garantia as qualidades do nosso Tesoureiro, cuja firmeza e sisudez fazem lembrar os tradicionais princípios dos homens de outras eras.

Eis, Sr. Presidente e meus Senhores, o que de mais notável se passou de 1 de Julho de 1926 a 30 de Junho de 1927.

Resta-me, agora, juntar uma nota da freqüência às Assembleias Gerais:

Afonso de Dornelas, 15; J. de A. A. Bettencourt, 15; J. M. Cordeiro de Sousa, 14; J. Paulo Pereira, 14; Luís Albuquerque Bettencourt, 14; Dr. Luís Xavier da Costa, 14; L. Ferreira Lima, 13; A. César Mena Júnior, 12; J. Cardoso Marta, 12; Comandante H. Quirino da Fonseca, 11; J. A. A. Frazão de Vasconcelos, 11; J. Mendes da Cunha Saraiva, 11; Cardoso Gonçalves, 10; Engenheiro Vieira da Silva, 10; Henrique Loureiro, 10; Jesuino A. Ganhado, 10; D. António, Conde de São Paio, 8; Tenente-Coronel H. Campos Ferreira Lima, 8; José Rodrigues Simões, 8; Júlio Nunes de Freitas, 8; Dr. F. G. Perry Vidal, 7; Dr. Joaquim M. Fontes, 7; José Augusto Neves, 7; Augusto Cardoso Pinto, 6; D. José da S. Pessanha, 6; Coronel Azevedo e Silva, 5; Dr. Vaz Ferreira, 5; Dr. José Leite de Vasconcelos, 4; Dr. Laranjo Coelho, 4; D. Maria do Carmo S. Coutinho, 4; Marquês de Jácome Correia, 4; Afonso do Paço, 3; Eng.º António J. de Ávila Amaral, 3; C. A. de Azevedo Pires, 3; Gastão de Melo de Matos, 3; José de Sommer Ribeiro, 3; Dr. Ludovico de Meneses, 3; Alberto de Gusmão Navarro, 2; António da Costa Leão, 2; Archer de Lima, 2; Dr. Caetano de Oliveira, 2; Dr. Carlos Santos, 2; Conde de Almarjão, 2; Eloi do Amaral, 2; Ernesto R. Soares, 2; Godofredo Ferreira, 2; Dr. Felix Alves Pereira, 2; J. Artur Barcia, 2; J. Ribeiro Cristino da Silva, 2; D. Robélia Pires de Sousa Lobo, 2; Rui Pinto de Azevedo, 2; Albino Forjaz de Sampaio, 1; Augusto de Melo Nogueira, 1; A. Trancoso, 1; Eduardo Leitão, 1; Francisco S. Ó'Sullivand, 1; G. J. de Oliveira Lima, 1; Gustavo de Matos Sequeira, 1; Henrique Lopes de Mendonça, 1; Joaquim Rasteiro, 1; Dr. Jordão de Freitas, 1; Dr. Jorge de Faria, 1; José F. Machado V. de Sampaio, 1; L. Battistini, 1; Luís Chaves, 1; Mário de Sá, 1; Nogueira de Brito, 1; Coronel Ribeiro Vilas, 1; Viriato Silva, 1; Visconde de Santarém, 1.

Depois dèste longo relato, nada mais tenho a dizer, além de vos pedir que me desculpeis de vos roubar tanto tempo, para ouvirdes um amontoado de palavras rudes, ligadas em frases frias.

Tenho dito.

Lisboa, 28 de Julho de 1927.

*Jacinto d' Andrade Albuquerque Bettencourt*  
Secretário

## Relatório da Secção de Arqueologia Pré-histórica

Reúniu esta Secção duas vezes no ano transacto. Por motivos de impedimentos constantes dos membros da mesa e de vários consócios, o que o relator é o primeiro a lastimar, não houve por isso na Secção a actividade que devia ter havido, como aconteceu no outro ano da sua existência. No entanto, a Pré-história não foi descurada na nossa Associação, pois além de se ter arrumado e catalogado a colecção do museu, fizeram-se também conferências nas assembleias gerais sobre esta ciência. É de esperar que no novo ano associativo êste facto se não repita.

Lisboa, 3 de novembro de 1927.

O secretário :

*Joaquim Fontes.*

## Relatório do Conservador de Arqueologia Pré-histórica

Quando o actual conservador da colecção de arqueologia pré-histórica do Museu tomou a seu cargo ordenar e dispôr os objectos, alguns dêles preciosos, que existiam e existem no nosso Museu, notou a impossibilidade do desempenho do seu cargo, sem se proceder à adaptação dos armários para permitirem o exame dos objectos expostos. Encontrou, porém, da parte do Conselho Administrativo (nessa ocasião ainda o conservador não tinha a honra de ter sido eleito secretário geral) tôdas as facilidades, o que lhe facultou imenso a sua árdua tarefa.

A colecção de pré-história, nas condições em que se encontrava, não permitia um exame perfeito dos objectos. Não se tinha obedecido a uma classificação sistemática; objectos das mais diferentes idades encontravam-se a par, e apesar de o actual conservador muitas vezes ter procurado estudar a nossa colecção, nunca pudera julgar da sua importância. Factos vários, que não vêm para aqui enumerar, ocasionaram êste estado de coisas. Vários antecessores procuraram resolver estas dificuldades, porém a falta de verba para a remodelação dos armários tinha sido um grande óbice com que todos esbarraram. O início de catalogação, feito pelo nosso consócio sr. Dr. F. Alves Pereira, aproveitado agora, é digno de registo; porém, catalogar sem se poderem expôr convenientemente os objectos, era trabalho perdido e daí o seu abandono por parte dêste senhor. Depois, remechimentos sucessivos nos armários, que certas condições de momento impuseram e que se não repetem, tinham transformado a nossa colecção num verdadeiro labirinto. Entendeu o Conselho Administrativo, e bem, fechar a sala de pré-história para que não fôsse interpretado menos convenientemente pelo público o mau aspecto que tinha esta parte do nosso Museu. Por outro lado, as colecções de pré-história estavam dispersas por duas salas e era indispensável retiná-las, não só para utilidade do visitante como para comodi-

dade de arrumação. Tal era o estado em que se encontrava esta nossa colecção quando o actual conservador tomou a seu cargo a disposição d'esses objectos.

Impunha-se em primeiro lugar o arranjo dos armários. Era preciso pintá-los com uma côr, da qual os objectos sobressaíssem, visto que a côr acinzentada que tinham pouco contraste permitia com os sílices, pedaços de cerâmica, ossos, etc. de côr terrosa. Para evitar isso precisava-se duma mais clara, mas a branca, além de fatigar a vista, precisa de constante e dispendiosa conservação, além de que a tinta branca de alvaiade de chumbo amarelece, e a de alvaiade de zinco é bastante cara. Preferiu-se um verde-amarelado que, além de alegrar interiormente os armários, que são pintados exteriormente de preto, se conserva bastante bem. Preferiu-se uma côr clara porque, além do contraste ser mais perfeito, a observação dos objectos se fazia melhor, visto que a sala é um pouco escura.

Tornava-se também necessário que os objectos colocados nos armários se não deslocassem para não se misturarem, e por isso se adoptou a sua separação com delgadas réguas de madeira, que, tendo esta enorme vantagem, obriga o visitante a prender a sua atenção sobre cada uma dessas divisões, e portanto sobre os objectos expostos, sem necessidade de esforço intelectual para a sua observação. Como os armários n.ºs 1, 2, 3 e 4 tinham as prateleiras horizontais resolveu-se incliná-las para assim se tornar mais perfeita a visibilidade das colecções neles guardadas.

No estado em que se encontravam os objectos, misturados uns com os outros, tendo na sua maioria os letreiros comidos pela traça e desbotada a tinta com o tempo, difficilimo foi ao conservador poder saber as condições dos achados, proveniências, etc. Consultaram-se os antigos catálogos e o nosso *Boletim* e só depois de dois meses e meio de trabalho diário se pôde identificar a maioria dos objectos. Para alguns d'elles foi isso impossível, por má diligência que se fizessem. Era material completamente perdido. Como porém um museu serve para o ensino do grande público, por tanto, curioso mas de pouca cultura especializada, resolveu-se, com os objectos cuja proveniência se desconhecia, organizar secções demonstrativas da maneira de fazer utensílios, tipos de instrumentos, etc. que serviam de illustração. Para ajudar o grande público puseram-se muitos letreiros explicativos em todos os armários, dando indicações gerais em linguagem chã, da significação dos grandes períodos da evolução pré-histórica da humanidade, do uso dos instrumentos, da sua importância, etc., de maneira que o visitante menos illustrado nesta sciência pudesse aproveitar com a sua visita ao museu. Para alguns mais curiosos montaram-se em dispositivos especiais instrumentos mais típicos, mais bem feitos ou mais raros, a fim de que sobressaíssem dos outros congéneres. Dispuseram-se os objectos seguindo o critério geográfico, em primeiro lugar, isto é, pelos países de origem e para cada país adoptou-se uma disposição cronológica. Assim, tem o visitante uma ideia da evolução da humanidade em cada país representado no nosso museu. Nota desta maneira que o Homem, no princípio da sua evolução, criou tipos iguais em toda a parte do mundo, visto que idénticas eram as suas necessidades mais elementares, mas que depois a sua crescente civilização, a vizinhança de povos mais

civilizados, etc., lhe trouxe necessidades especiais que faz com que a sua maneira de ser se tornasse diferente, conforme os pontos do globo em que habitou. Este espírito que presidiu à arrumação dos objectos da colecção de pré-história — a da illustração do grande público — será completada pela impressão de um catálogo explicativo dos objectos expostos. O conservador já fez a sua leitura numa assembleia geral e espera-se simplesmente a oportunidade para a sua publicação. Assim, o visitante, com êsse catálogo — rápida exposição da evolução da humanidade — em face dos objectos indicados no catálogo com o número do armário, da prateleira e do local onde êles se encontram, poderá verdadeiramente, assim o julga o conservador, aproveitar da visita feita ao museu.

Esta exposição didáctica não prejudica os arqueólogos, para quem ella é desnecessária, e que queira estudar as nossas colecções, antes lhe simplifica o trabalho, visto que pode rapidamente escolher a secção que mais deseja observar.

Fêz-se também o catálogo completo da colecção. Cada objecto tem um verbete com um número. Nele se descreve o utensílio, se realçam as suas características, constam as suas dimensões e lugar de proveniência, quando isso foi possível. Êsse número do verbete é o mesmo, escrito a tinta litográfica, sôbre o objecto. Essa tinta difficilmente desaparece, mas sai com facilidade com água se se pretender um dia mudar a numeração. Se o acaso fizer desaparecer um número, pelo local fixo que os objectos occupam nos armários, pelos letreiros explicativos e pelos verbetes assim minuciosos, impossivel quasi se torna repetir-se o que aconteceu, isto é, a impossibilidade da sua identificação.

Esses verbetes encontram-se depositados na nossa biblioteca. Julga o conservador ter cumprido a missão que lhe fôra confiada e elle só deseja que as considerações fastidiosas dêste relatório mereçam à assembleia geral a sua aprovação. Seria ingratição não agradecer aqui e pedir aos nossos consócios o seu agradecimento aos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Dr. Felix Alves Pereira, Cordeiro de Sousa, Frazão de Vasconcelos e Constantino Fernandes que tanto o ajudaram na sua missão.

Lisboa, 1 de Novembro de 1927.

O conservador :

*Joaquim Fontes.*

## Relatório da Secção de Estudos Olisiponenses

EX.<sup>mo</sup> PRESIDEXTE E ILUSTRES CONSÓCIOS :

Cumprindo com o preceituado pelo Regulamento interno desta Associação, no seu artigo 40.º, capítulo 5.º, venho, no desempenho do cargo, que me foi cometido, de secretário da Secção de Estudos Olisiponenses, relatar a actividade desta Secção no período decorrido de 20 de Novembro do anno findo de 1926 a 21 de Maio do corrente anno, última reunião havida antes do período de férias.

Realizaram-se cinco sessões sob a presidência do devotado Vice-Presidente

da Secção, o Ex.<sup>mo</sup> Coronel Augusto Vieira da Silva, sendo, na sua maioria, regularmente concorridas. Devem especial menção, entre outros assuntos, a proposta do illustre consócio Sr. Ribeiro Cristino para o aproveitamento do Arco monumental da Rua Augusta, para nele ser erigido o monumento-túmulo ao Soldado Desconhecido; manifestou a Secção o seu voto contrário, mas que seria para desejar que o Município de Lisboa desviasse o trânsito de veículos e tracção electrica de sob o Arco, transferindo-o para a Rua do Comércio e Largo do Pelourinho; a pedido da Secção de Arqueologia Histórica, foi eleito um delegado da nossa Secção para elaboração do programa de excursões de estudo, cabendo essa escolha no nosso consócio José Augusto Neves. Manifestou a secção o seu voto para que a obra de Gonzaga Pereira, sôbre monumentos sacros, da mais alta importância para o estudo da velha Lisboa, reprodução que estava sendo feita nas oficinas de tipografia da Biblioteca Nacional, não soffra interrupção.

O ano de estudo da Secção terminou com uma proposta do illustre consócio António César Mena Júnior para que no Largo de Santa Luzia, centro da velha Lisboa, que o Município vai mandar ajardinar, seja erigido um pequeno, ainda que modesto, mas artístico, monumento ao grande erudito que foi o Visconde de Castilho (Júlio), cabendo essa iniciativa a esta Associação.

O Secretário da Secção de Estudos Olisiponenses:  
*L. de Albuquerque Bettencourt*

## Relatório da Secção de Numismática

Ex.<sup>mos</sup> SENHORES :

Não obstante, por motivos diversos, a Secção de Numismática ter reunido pequeno número de vezes durante o ano findo em 30 de junho pp. justo é consignar que a sua vitalidade se afirmou duma maneira proveitosa para a nossa colectividade.

Registo em primeiro lugar que as obras a que fiz ligeira referência no meu último relatório, relativas a uma melhor instalação da nossa colecção de moedas e medalhas, foram postas em execução, resultando dêsse facto um aspecto mais atraente para o nosso Museu e uma maior facilidade para a catalogação, já iniciada, dos nossos numismas.

Nêste sentido muito deve a Secção a um dos seus mais illustres membros, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Doutor Xavier da Costa, pelo interesse que, como Presidente do Conselho Administrativo, sempre manifestou pelas referidas obras.

Também a Secção, por intermédio do signatário, se pôs em relação com a Casa da Moeda, cujo Director o recebeu muito gentilmente, satisfazendo o pedido que lhe foi feito de nos enviar de futuro todos os relatórios relativos ao fabrico de moeda e oferecendo à nossa Associação um exemplar de tôdas as publicações ainda existentes no arquivo daquele estabelecimento, entre as

quais os *Apontamentos para a história da moeda em Portugal*, publicação interessantíssima, referente à cunagem da moeda de ouro e prata desde 1517 a 1525, onde há larga cópia de dados de ordem técnica, e por todos os motivos dignos de estudo.

Tendo a Secção de Bibliologia e Diplomática, a propósito do seu desdobramento, oficiado à Secção de Numismática no sentido de se juntar à diplomática a sigilografia, foi a Secção de Numismática de parecer que, embora a sigilografia seja, como tantas outras, uma ciência auxiliar da diplomática, ela deve de preferência continuar agrupada com a numismática, como desde há muito está, como sucede nos estudos universitários e ainda em várias revistas estrangeiras, que o são ao mesmo tempo de numismática e sigilografia, não sendo conhecida nenhuma consagrada a esta última ciência e à diplomática.

Manifestando esta opinião, a Secção de Numismática deixou no entanto o assunto pendente, para ser resolvido quando sejam discutidas as alterações que se projectam aos actuais Estatutos.

Tinha ficado pendente, desde o ano passado, a solução do interessante problema, proposto pelo vice-presidente da Secção, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Manuel Heleno: — «Como devemos ordenar uma colecção de moedas?»

No ano corrente, obtidas as respostas dos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Dr. Xavier da Costa, Dr. Silva Carvalho, tenente-coronel Ferreira Lima e Dr. Silva Neves, foi o assunto discutido em várias sessões, que decorreram animadíssimas e à altura da importância do problema, chegando-se, finalmente, a uma solução na sessão de 28 de junho, restando agora proceder à redacção definitiva da resposta ao questionário da Secção, de forma a torná-la suficientemente clara e compreensível mesmo para as pessoas que poucos conhecimentos tenham de numismática.

Finalmente, do interesse que esta Secção está criando, podem V. Ex.<sup>as</sup> avaliar pelas ofertas adiante mencionadas e ainda por outras que V. Ex.<sup>as</sup> já conhecem, mas que por terem entrado já depois de encerrado o ano só serão referidas no futuro relatório.

Lisboa, 3 de Novembro, de 1927.

*Julio Nunes de Freitas*

Secretário e Conservador da Secção

## SECÇÃO DE NUMISMÁTICA

### Ofertas ao Museu

DR. LUÍS XAVIER DA COSTA

1 Nota de 4.800 reis do Contrato dos Tabacos.

DR. FELIX ALVES PEREIRA

2 Cédulas, uma de 10 e outra de 20 centavos, do Hospital de S. José de Arcos de Val-de-Vez.

SANTOS LIMA

43 Moedas de 5 reis dos reinados de D. Luís e D. Carlos, de várias datas.

FRAZÃO DE VASCONCELOS

- 1 Medalhão de 11 <sup>m</sup>/<sub>m</sub>, com o busto de Pio IX.
- 1 Moeda austríaca, de cobre.
- 1 Moeda brasileira, de níquel.
- 1 Moeda de 10 centavos de Angola.

J. NUNES DE FREITAS

- 1 Moeda de 10 reis. de 1845, da Índia.

## Relatório do Conservador da Biblioteca

EX.<sup>mo</sup> SR. PRESIDENTE E PRESADOS CONSÓCIOS:

As disposições estatutárias da nossa Associação, pelo seu n.º 5 do artigo 50.º, manda que o conservador encarregado da Biblioteca apresente na primeira assembleia geral para abertura dos trabalhos associativos um relatório em que exponha a vida da Biblioteca durante o ano findo.

Dando cumprimento a tais disposições, venho comunicar a V. Ex.<sup>as</sup> o seguinte:

Que sobre a beneficiação de espécies existentes, algumas encadernações se mandaram fazer, embora não fôsem tantas como era nosso desejo, dada a falta de recursos com que luta financeiramente a Associação.

Sobre as obras entradas, que vieram enriquecer a nossa Biblioteca, já V. Ex.<sup>as</sup> tiveram conhecimento pela leitura das listas das que entram mensalmente e que eu tive a honra de comunicar a V. Ex.<sup>as</sup> nas respectivas assembleias gerais de estudo.

O total das espécies bibliográficas entradas na Biblioteca foi de 150, das quais 72 obras vieram acrescentar o recheio da Biblioteca, e as restantes são publicações periódicas.

Para não alongar demasiado esta relação e vir repisar o que aqui já comuniquei a V. Ex.<sup>as</sup>, destacarei das novas espécies bibliográficas entradas, algumas, ao acaso, tais como: *As Tapeçarias de D. Afonso V*; *Apontamentos*, livro primeiro, de Afonso de Dornelas; *Super-libros inéditos*, de Matias de Lima; *Monumentos Sacros de Lisboa*, de Gonzaga Pereira, prefaciados pelo coronel Vieira da Silva; *A Sciência Náutica dos Portugueses nos séculos [XV e XVI]*, por Moraes e Sousa; e os *Portugueses no Mar*, por Quirino da Fonseca, etc.

Das obras periódicas, além do *Boletim Arqueológico de la Comission Provincial de Monumentos históricos y artisticos de Orense* e o *Boletim de la Real Academia Gallega*, entraram também na Biblioteca da nossa Associação as *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, *O Arqueólogo Português*, *O Instituto de Coimbra*, o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, *Arquivo do Conselho Nobiliárquico de Portugal*, *Revista de História*, *Arquivo da Universidade de Lisboa*, *Revista de Guimarães*, e *Nação Portuguesa*, etc.

Edifício histórico do Carmo, Associação dos Arqueólogos Portugueses e Sala da Biblioteca, em Lisboa, aos 2 de Novembro de 1927.

O Conservador-Bibliotecário:

*José Mendes da Cunha Saraiva.*

## Relatório da Secção de Heráldica e Genealogia

SR. PRESIDENTE  
MEUS SENHORES

Uma vez mais, no desempenho do cargo que me foi confiado e que tanto me honra, sou chamado a dar contas dos trabalhos da Secção de Heráldica e Genealogia, e é desvanecidamente que constato — digo-o sem falsas modéstias — que a secção não tem diminuído no seu entusiasmo pelo labor científico. Com efeito, mercê da dedicação e boa vontade dos seus membros, e de constantes consultas que lhe são dirigidas, o trabalho científico da secção não diminuiu dos anos anteriores. É que a secção tem trabalhado para fazer conhecer ao grande público as possibilidades de síntese histórica que a simbologia heráldica encerra, e, feito isto, não é para admirar que num país de história como o nosso, em que a simbologia heráldica traduz tôda a epopeia da reconquista e tôda a odisseia das descobertas, e ainda tôda a força e importância dessa instituição romano-goda, o município, haja quem se apaixone pela decifração e interpretação desta escrita hieroglífica, ao mesmo tempo uma formosa manifestação de estética, e haja quem se interesse pelo seu desenvolvimento e pela sua cultura prolongada até à actualidade.

Efectuaram-se 13 sessões, mercê da assiduidade do seu Presidente e sócios inscritos. Fizeram comunicações :

O nosso presidente, tão querido e prestimoso, Sr. Afonso Dornelas, sobre Camilo Castelo Branco e as suas notas à margem do Arquivo Heráldico-Genealógico do Visconde de Sanches de Baena; sobre a circular enviada em 1855 a todas as câmaras municipais para registarem os seus brasões; relatório heráldico e arqueológico da sua última excursão a Espanha e Marrocos; e crítica às referências à heráldica na conferência do nosso consócio Sr. Ludovico de Meneses, efectuada nesta Associação sobre alguns ferros ibéricos.

O Sr. Jacinto de Andrade Albuquerque de Bettencourt, sobre os camareiros secretos de capa e espada pontificais; o Sr. Dr. Perry Vidal sobre as armas da família Pernet; o Sr. José Mendes da Cunha Saraiva sobre o selo do 1.º arcebispo de Lisboa, D. João Anes; o Sr. Cordeiro de Sousa sobre o mesmo arcebispo, e sobre um brasão encontrado na igreja de Nossa Senhora do Ameal de Torres Vedras, e outro na freguesia da Sapataria; o Sr. Henrique Loureiro sobre a identificação do brasão de armas do general Jacinto Lopes Tavares existente numá casa em Trancoso, e sobre as armas da família *Pedegaches*; e o signatário sobre a publicação do Nobiliário de Afonso de Torres, as insignias heráldicas do pariato, e sobre as armas de Pedro Gil Carvalho, Filipe de Brito de Nicote, Sebastião Gonçalves Pita, e da família Daun.

Apresentaram-se variados livros antigos e documentos, entre eles, e pelos seus proprietários, o III vol. do Tombo Histórico e Genealógico, dos Srs. Afonso Dornelas e Alberto Navarro, agora exclusivamente dêste nosso último consócio; a interessante publicação «Brasões e Geneologias» do Sr. Frazão de Vas-

concelos; o 2.º vol. do liv. 5.º da obra «Saúdaes da Terra» de Fr. Gaspar Frutuoso, tão importante para a história insulana, e o belo estudo bio-bibliográfico e geneológico do Sr. Dr. Perry Vidal sobre o insigne genealogista Jacinto Leitão Manso de Lima, que é uma verdadeira ressurreição do autor, sobre o qual os bibliógrafos não sabiam literalmente nada, as quais obras foram eferecidas à Biblioteca por intormédio da secção; pelo Sr. Afonso Dornelas foram ainda apresentadas a «Revue Heraldique et Onomastique» da Bélgica, e o artigo do Sr. Santos Ferreira, intitulado «Munismática Ibérica»; pelo Sr. José Mendes Saraiva um Tombo primorosamente iluminado da Casa Valada; e pelo Sr. Henrique Loureiro um precioso Título de Tabordas.

O nosso presidente tem continuado na sua patriótica tarefa de estudar os antigos e modernos brasões municipais: assim, relatou pareceres para Silves, Penafiel, S. João da Madeira, Alcoutim, Monchique, Olhão, Vila Nova de Ourem e Guarda, tendo para o estudo dêste último brasão muito contribuído com as suas investigações o Sr. José Paulo Pereira.

A outras consultas ainda Sua Ex.<sup>a</sup> deu as suas luzes, tendo relatado pareceres para a bandeira das Juntas de Freguesia de Lisboa, e o emblema para os bombeiros voluntários do Bombarral.

A outra obra de alto alcance scientifico se entregou a sua inexgotável actividade por intermédio da secção: o inventário das cartas de brasões inéditas que existem dispersas por êsse país fora. Para êste inventário têm contribuído com valiosos subsídios os nossos consócios Srs. Henrique Loureiro, com mais de 66 documentos, José Mendes Saraiva, Dr. Perry Vidal e Antonio de Ávila do Amaral.

Na applicação da velha sentença de que a união faz a fôrça, a secção, quando o julga conveniente, tem eleito comissões para estudar determinados assuntos; actualmente estão duas em laboração, uma para comemorar com trabalhos heráldicos e genealógicos o centenário da 1.ª colonização dos Açores; e outra para, por proposta do Sr. Rodrigo Rodrigues, identificar os nomes dos franceses citados por Gaspar Frutuoso como tendo vindo na armada do almirante Filipe Strossi em auxilio do Prior do Crato.

Não quero terminar sem informar a assembleia dum problema de simbologia do mais alto interesse que a secção tem activamente estudado: é o da interpretação da figuração do sol e da lua que se encontra por tôda a nossa meia idade e nos mais variados locais e applicações: desde os selos municipais e as moedas, até o tímpano da porta principal da igreja de Paço de Sousa, símbolo que, no entender de alguns, remonta à mais alta antiguidade ibérica.

A secção não formou ainda opinião sobre o assunto, mas, muito grata, aceita tôda e qualquer contribuição para o estudo dêste interessantíssimo problema.

Finalmente, sem querer meter foice em seara alheia, a secção não quer deixar de para si reivindicar um bocadinho dos louros que merecem as duas brilhantes communicações ou conferências que, em assembleia geral de estudo, realizaram os sócios desta secção Srs. Afonso Dornelas e Dr. Perry Vidal, e os dois modestos ensaios do signatário. É que se os assuntos neles versados interessa-

vam vivamente o mundo científico, alguma coisa deles cabe à secção, que pelo seu regular funcionamento e labor acalentou estas conferências.

Foram, respectivamente, a conferência sobre as tapeçarias de Pastrana, a conferência sobre as origens da família Gavazzo com os elementos fornecidos pelo estudo da heráldica comparada, e as comunicações sobre o *Direito Heráldico Português*, e *O Tição do Inferno*.

A conferência do Sr. Dr. Perry Vidal, onde se destacam tão judiciosas considerações sobre a importância e a metodologia nos estudos genealógicos e heráldicos, a conferência do Sr. Afonso de Dornelas onde se viram aliadas a sólida erudição a uma proficiência artística e a uma paciência que é atribuída exclusivamente a artistas orientais, e as minhas duas conferências onde procurei expôr, sobre um ponto de vista exclusivamente científico, a verdade histórica sobre certos pontos de genealogia, são filhas da secção de Heráldica e Genealogia, e não podem ficar de fora deste relatório.

O Secretário:

*Conde de São Paio (António)*

# GERÊNCIA DE 1927-1928

## Relatório do Secretário Geral

Obrigado, por dever do cargo, a dizer o que foi a gerência e a vida associativa desta casa, de Julho de 1927 a Junho de 1928, fiz o relatório que apresento a V. Ex.<sup>as</sup>, visto que me quiseram honrar nomeando-me indevidamente secretário geral. Sendo este relatório o último feito por um dos membros do Conselho Administrativo que hoje depõe o seu mandato nas mãos dos seus Ex.<sup>mos</sup> consócios, pareceu-me útil também chamar a atenção para algumas deficiências que a experiência nos veio demonstrar existirem e que o actual Conselho não pôde por completo remediar. Relatório feito por um secretário geral que não cultivava alguns dos ramos de sciência aqui estudados, deve éle apresentar lacunas que espero me serão desculpadas. Mas, por outro lado, sinto-me talvez um pouco à vontade para poder relatar a acção dos vários organismos que compõem a nossa Associação e que fazem a sua vida scientifica.

### Assembleia Geral

A Assembleia Geral reuniu, desde Julho de 1927 a Junho de 1928, dôze vezes, tendo havido necessidade de prorrogar três destas sessões para que os trabalhos dos oradores inscritos não soffressem mais prolongado adiamento na sua apresentação.

Em 8 meses de actividade houve quinze sessões, isto é, quasi duas assembleias gerais de estudo por mês. Bastariam só estes números para se ter a certeza de que gozamos uma prosperidade de que podemos ter orgulho. Poucas collectividades da índole da nossa têm uma vida tão próspera, o que representa da parte de V. Ex.<sup>as</sup> o nobre desejo de fazer brilhar a velha Associação de Possidónio da Silva, levando-a a cumprir o papel que ella deve desempenhar na sciencia portuguesa. Nessas assembleias gerais houve sempre communicações de indiscutível valor, excepto na última de Julho do anno findo, taxativamente marcada pelos nossos estatutos como meramente administrativa.

Regularmente concorridas, como se pode ver pelo livro de presenças, se bem que algumas vezes o pudessem ter sido mais, não só pela qualidade dos oradores como pelo interesse dos assuntos tratados, nunca as assembleias gerais envergonharam a nossa Associação.

O número de communicações foi de 38. Conferências ou communicações de maior tômo, como as dos nossos consócios, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Prof. Dr. Leite de Vas-

concelos (Toponímia); Dr. Xavier da Costa (Relicário de Sequeira e Notas sobre a antiga baixela Germain, da antiga côrte portuguesa); Afonso de Dornelas (Conférencias sobre as tapeçarias de Pastrana e Árvore Genealogia do 3.º Conde da Feira, ilustrada por António da Holanda); Ernesto Soares, (Gravura artística sobre metal ou madeira, sua técnica e influências estrangeiras que sofreu o gravador Gregório Francisco de Assis e Queiroz); Conde de São Paio, D. António (Sobre um quadro de Rio Maior em que talvez se tenha pintado o retrato da Beata Beatriz da Silva e Nota II — Duarte Galvão); Luís Chaves (Pelourinhos portugueses); Almirante Gago Coutinho (Caravelas); Comandante Quirino da Fonseca (O que é uma caravela), Jacinto de Bettencourt (Relatório de uma viagem ao norte do país); Dr. Rui de Azevedo (As origens da ordem militar de S. Bento de Aviz); Pina Cabral (Quem ordenou e ilustrou o livro do armeiormor?) e Marquês de Jácome Correia (Duas escolas de pintura do século XV), a par de outras aqui trazidas, mais pequenas mas não menos valiosas, como as dos srs. Cunha Saraiva, Paulo Pereira, Marquês de Jácome Correia, Ludovico de Menezes, etc., são uma justa demonstração do que acabamos de dizer.

### Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo procurou sempre cumprir o melhor possível o mandato de que fôra encarregado. Reünio-se sempre o número de vezes que os estatutos mandam e tôdas aquelas julgadas necessárias quando havia assuntos urgentes a tratar. Com profunda mágoa vimos nunca ter sido possível reünir tôdas as pessoas que o compõem. Éramos sempre os mesmos que comparecíamos e tendo que tomar às vezes resoluções de maior importância sem o bom amparo ou o bom conselho dos consócios que não vinham.

Procurou sempre valorizar a actividade sciérfica da Associação, chamando para ela a atenção dos poderes públicos que sempre nos ajudaram, quer material, quer moralmente.

Do Ministério da Instrução recebemos o auxílio indispensável para o arranjo e conservação do taipal de madeira que fecha as capelas e que ameaçava ruína, como também se conseguiu uma justa pretensão de muitos anos e que era o de se ter água canalizada adentro do nosso Museu. Devemos êstes benefícios ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Professor Dr. Alfredo de Magalhães que, quando Ministro da Instrução Pública, autorizou essas obras. Assim, um Ministro inteligente permitiu essas melhorias, cujo interêsse se torna inútil frisar. S. Ex.<sup>a</sup> merece a nossa gratidão por tão favoravelmente ter acolhido os pedidos de Conselho Administrativo, nem sempre tão completamente executados como certamente S. Ex.<sup>a</sup> tinha em mente. Assim, por exemplo, a autorização ministerial para a canalização da água só pôde ser seguida adentro do Edifício Histórico do Carmo, correndo por nossa conta a despesa importante da sua ligação à rede da Companhia das Aguas. Não se comprehende bem como, sendo o edificio do Estado e havendo um ministro que autorizou a canalização da água para êle, tenha de ser uma entidade particular obrigada a terminar o resto da instalação. A S. Ex.<sup>a</sup> não faremos a injustiça de acreditar que tenha desejado para

a nossa Associação um encargo tão pesado e tão injusto, por quanto temos provas indiscutíveis da muita estima que nos consagra.

Por solicitação e intermédio da nossa Associação, foi concedido pelo Ministério da Instrução, sendo ministro o mesmo Sr. Dr. Alfredo de Magalhães, um importante subsídio financeiro e de representação oficial ao nosso consócio Sr. Afonso de Dornelas para ir a Pastrana, cumprindo uma incumbência da Associação dos Arqueólogos, para estudar minuciosamente e reproduzir as historicas e notabilíssimas tapeçarias de D. Afonso V, que se encontram naquela povoação espanhola. Da maneira proficiente, trabalhosa e eficaz como este nosso consócio se desempenhou dessa missão e dos brilhantes resultados obtidos, deu êle conta à nossa Associação por meio de assídua correspondência com o Conselho Administrativo e com o ilustre Ministro da Instrução, enquanto a esteve realizando no estrangeiro, no relatório que apresentou em Assembleia Geral de esta Associação e nas comunicações que a propósito do mesmo assunto aqui realizou.

Mas não só materialmente nos têm valido os poderes do Estado; uma assistência moral que muito nos sensibiliza nunca nos faltou. Foi assim que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República, Sr. General Carmona, nos honrou com a sua presença a convite do Conselho Administrativo, vindo assistir a uma das nossas sessões de estudo, tendo também visitado a Associação mais alguns ilustres membros do ministério.

Zeloso do bom nome associativo, sabedor de que a nossa Associação havia sido excluída do novo organismo recém-criado, para tratar de assuntos de arte e arqueologia do país, resolveu o Conselho elaborar uma representação protestando contra essa eliminação, fazendo-a chegar às mãos do actual titular da pasta da Instrução, representação na qual se pede que justiça seja feita a quem, como a nossa Associação, tanto tem trabalhado em prol dos monumentos artísticos ou arqueológicos que nos restam do passado. A Assembleia Geral então consultada deu-lhe o seu voto e esperamos que o assunto se resolva favoravelmente como convém.

Como ao Conselho Administrativo chegassem queixas de vários sócios contra o ex-empregado da Associação, e ao próprio Conselho se patenteassem numerosas deficiências no serviço do mesmo, o que era indispensável fazer terminar, foi encarregado o secretário geral de o demitir e contratar outro em sua substituição. O critério que o secretário geral seguiu foi o de fazer uma espécie de concurso entre os candidatos ao lugar, concurso em que, além da exigência de sérias condições de honorabilidade pessoal, os candidatos foram também julgados pelo lado das suas habilitações. O escolhido foi o actual empregado Sr. Fernandes.

O pequeno facto que vou relatar merece menção especial pelo que êle representa e como prova do bom nome associativo de que gozamos. Quando o Sr. Paulo Pereira conseguiu obter duas peças preciosas para o nosso Museu — dois marcos miliários da Serra da Estrêla — o Conselho conseguiu que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses transportasse gratuitamente essas duas peças arqueológicas para o Carmo. Esta amabilidade da Companhia, que

nos aprás registrar e que merece os vossos aplausos e tóda a nossa gratidão, a qual devidamente manifestámos, obtivémo-la porque a nossa Associação se mpõe à gente culta portuguesa.

Autorizou o Conselho a publicação de dois trabalhos de valor. Um é do nosso consócio Sr. Cordeiro de Sousa sôbre epigrafia medieval, trabalho que muito honra o seu autor e que muito nos honrará. Espera-se simplesmente ocasião oportuna para o fazer. O outro é um estudo sôbre moedas da Ordem de Malta do Sr. Viana Morais, que não é nosso consócio, mas trata-se de um trabalho que mereceu as mais elogiosas referências à secção de Numismática. Este trabalho está em impressão.

Uma das mais constantes preocupações do Gonselho Administrativo foi o da impressão do nosso «Boletim», mas circunstâncias de vária espécie impediram-nos de obter mais cedo a sua publicação; por outro lado, a antiga tipografia, onde este era impresso, faltou constantemente aos seus compromissos. Conseguiu-se a sua publicação um pouco tardiamente, é certo, e contra a nossa vontade, não sendo no entanto este número um dos menos valiosos. Para obviar a este inconveniente resolveu-se em Conselhò tomar deliberações especiais que evitassem a repetição de este facto, e posso, neste momento, assegurar a V. Ex.<sup>as</sup> que o VI volume da *Arqueologia e História* será em breve distribuído.

Sabem V. Ex.<sup>as</sup> que, por proposta do sócio Joaquim Fontes, se havia resolvido que o V volume do nosso jornal fôsse dedicado ao nosso presidente de honra Sr. Prof. Dr. Leite de Vasconcelos. Foi esse volume, devidamente encadernado, entregue a este senhor no dia 27 de Maio de 1928. A convite do Conselho Administrativo, grande número de sócios procurou a hora determinada S. Ex.<sup>a</sup> em sua casa, e o que foi essa pequena festa, profundamente emocionante, tódos o sabem. Era uma homenagem que a nossa Associação devia ao seu mais illustre consócio e que é uma legítima glória da sciência portuguesa.

O Conselho Administrativo autorizou, a pedido, a troca do nosso «Boletim» com os das seguintes colectividades que o solicitaram: Institut Nauk Antropologicznyc, Real Academia de Letras, História e Antropologia de Estocolmo, com três associações de genealogia, história e arqueologia da Finlândia e com a revista *Portucale*, de Viana do Castelo.

### Conselho de Admissão de Sócios

Durante este ano foram admitidos como sócios os seguintes senhores:

Efectivos:

João Paulo Freire.  
Armando Carlos de Sousa Gomes.  
Ernesto José de Barros Enes.  
Augusto Botelho da Costa Veiga.  
António Machado de Faria Pina Cabral.  
Joaquim Alves Moreira São Tiago.  
João da Silva Figueiredo.

## Correspondentes :

Dr. Carlos Fernandes de Passos.  
 Antero Pacheco da Silva Moreira.  
 Cap. João Bernardo Pessoa.  
 Dr. Carlos Galvão.  
 Marquês de Ciandoncha.  
 Rev.º P. Otto Schurhamamer.

O Conselho de Admissão de Sócios funcionou quasi sempre com um reduzido número dos membros que o compõem, o que é deveras para lastimar.

## Museu

Enriqueceu-se o nosso Museu com algumas dádivas feitas por alguns dos nossos consócios e pela Câmara Municipal de Lisboa, estas últimas devido aos bons officios do nosso consócio sr. comandante Quirino da Fonseca, que bem merece o nosso agradecimento. Deve ter especial referênciã a oferta de dois marcos miliários de Famalicão (Guarda), feita pelos nossos consócios srs. Artur Robalo e J. Paulo Pereira. Merecem estes nossos consócios um louvor muito especial, porquanto o nosso Museu foi enriquecido com duas peças preciosas, das melhores que possuímos.

Continuou-se na arrumação do Museu, não tendo no entanto ainda sido possível abrir-se a última sala.

## «Boletim»

Já atrás se fêz referênciã ao que de mais importante havia a dizer sôbre este assunto. Era intenção do Conselho Administrativo propôr uma remodelação completa do nosso jornal. A sua publicação mais amêudada e que portanto permitisse ao sócio vêr mais rãpidamente impresso o trabalho apresentado, teria como consequênciã o poder-se obter um grande número de trocas. É escusado frisar as grandes vantagens que daí adviriam; e creio que devemos trabalhar para o conseguirmos. Que lindo seria o nosso *Boletim* se nêle se tivessem publicado as 38 comunicações que se realizaram êste ano aqui nesta sala! E isto só é possível havendo um jornal que se publique com freqüência.

## Secções

a) — Secção de Arqueologia pré-histórica.

Um grave problema que urge resolver é o de se conseguir que esta secção se reúna. É este um dos mais importantes ramos de arqueologia que hoje se estuda com o maior entusiasmo em todo o mundo culto. Esta secção bem precisa sair do estado letárgico em que se encontra. Oxalá o seu futuro seja diferente e que as novas eleições lhe insuflam uma vida que até aqui não lhe tem sido possível ter.

b) — Secção de Arqueologia histórica.

Reuniu-se esta secção 5 vezes, ocupando-se de assuntos da sua especialida-

de e respondendo a vários problemas que lhe foram presentes ou enviados pelo Conselho Administrativo.

Assim, occupou-se esta secção da questão da Batalha de Ourique, que o nosso consócio sr. Ludovico de Meneses trouxe à assembleia geral e que por intermédio do Conselho Administrativo lhe foi remetido. Resolveu esta que o mesmo senhor sócio apresentasse à secção o resultado dos seus trabalhos e os novos documentos que encontrasse sobre o assunto e só depois a secção se pronunciará.

Ocupou-se também da restauração e conservação do Castelo da Guarda e com são critério, apesar de lhe parecer que o projecto apresentado era exequível, pretendeu obter mais elementos para sobre o assunto se manifestar.

Também esta secção foi consultada sobre a fundação e passado da vida de Sortelha, ficando encarregado o sr. Coronel Costa Veiga de fazer um estudo detalhado deste problema.

Além de outras comunicações, houve uma do nosso consócio sr. Azevedo Pires sobre os dois marcos miliários da Serra da Estrêla, a que atrás se faz referência.

Durante o impedimento do sr. Cordeiro de Sousa, foi nomeado interinamente secretário desta secção o sr. Azevedo Pires.

c) — Secção de Numismática e Sigilografia.

O número de sessões de esta secção foi de quatro. Nelas se trataram de vários assuntos de numismática, examinaram-se moedas oferecidos ou adquiridas para o nosso Museu.

Examinou-se também o trabalho do Sr. Augusto Viana de Moraes sobre Moedas da Ordem de Malta, dando-se-lhe parecer favorável para que fôsse impresso no nosso «Boletim», oficiando nesse sentido ao Conselho Administrativo. Sobre a resposta deste, já atrás se fez referência.

Propôs também a secção ao Conselho Administrativo a compra da colecção de numismática que pertenceu ao falecido consócio sr. Ferreira Braga. O Conselho Administrativo resolveu que mais informes fôsem adquiridos para ver até que ponto se poderia enfrentar esta despesa.

d) — Secção de Estudos olissiponenses.

Reuniu esta secção duas vezes. Tratou-se nelas do monumento a Júlio de Castilho e das obras a realizar no miradouro de Santa Luzia e houve palavras de louvor para a reimpressão da obra «Monumentos sacros de Lisboa», de Gonzaga Ribeiro, para cuja publicação muito contribuiu o nosso consócio sr. Vieira da Silva.

e) — Secção de Diplomática.

Instalou-se esta secção no dia 14 de Novembro de 1927. Foram convocados os sócios que nela se inscreveram, pelo secretário geral, e, procedendo-se às eleições, foram eleitos, para presidente, o Sr. Dr. Laranjo Coelho, para vice-presidente, o Sr. Conde São Paio (D. António) e para secretário o Sr. Frazão de Vasconcelos.

Realizaram-se nesta secção 8 sessões., isto é, nunca ela deixou de reunir nos dias que lhe foram destinados.

Em tôdas elas se examinaram ou foram presentes documentos ou cópias, fazendo-se sôbre êles eruditas considerações. Rara foi a sessão em que não entraram documentos novos para o Arquivo Histórico, documentos que na sessão seguinte algum consócio e em especial o seu presidente a êles se não referissem, explicando o seu valor e fazendo-se sempre valiosas considerações de carácter histórico.

Uma das mais importantes ofertas foi a do Sr. Dr. Manuel das Neves Coutinho Ribeiro, por intermédio do sr. Henrique Loureiro, oferta que consta de 82 documentos e livros que pertencem ao nosso Arquivo Histórico.

Fizeram-se nesta secção algumas comunicações notáveis e, entre elas, uma sôbre «Os conhecimentos geográficos no tempo de São Francisco Xavier», pelo nosso consócio Rev.º P. Schurhammer, e outra sôbre «Ribatejo» pelo nosso consócio Dr. Rui de Azevedo.

Instalou a secção o «Arquivo Histórico», tendo já sido aprovado o seu regulamento.

f) — Secção de Bibliologia e Bibliografia.

O nosso Presidente instalou esta secção no dia 12 de Novembro de 1927, procedendo às eleições, em que foram eleitos para presidente o Sr. tenente-cotonel Henrique de Campos Ferreira Lima, para vice-presidente o Sr. Frazão de Vasconcelos e para secretário o Sr. Ernesto Soares. Como Sr. Frazão de Vasconcelos pedisse mais tarde escusa, por motivos justificados, de novo o nosso Presidente, no impedimento do Sr. Ferreira de Lima, procedeu a novas eleições sendo eleito vice-presidente o Sr. Dr. Perry Vidal.

Vários assuntos ocuparam esta secção e alguns dêles da maior importância. O número de sessões foi de onze, sendo uma delas extraordinária.

Após a instalação da secção, o nosso Presidente informou que o Sr. Dr. Joaquim de Carvalho, director da Imprensa da Universidade de Coimbra, punha à disposição da nossa Associação os prelos da Imprensa que dirige, para se publicar alguma obra patrocinada pela Associação. Êste oferecimento foi recebido com o maior entusiasmo e louvor.

Tomou esta secção a seu cargo e organizar uma vasta colectânea de biografias ou bibliografias de personagens ou obras portuguezas e estrangeiras referentes a Portugal, para que muito material disperso se reúna e possa assim mais facilmente ser consultado pelos estudiosos. Inútil se torna encarecer tal desejo que, a realizar-se, será digno de maior louvor.

O Sr. Rodrigues Simões informou também a secção que um grupo de individuos, alguns dos quais em destaque no nosso meio financeiro, pretende constituir-se em sociedade com o fim de publicar documentos notáveis inéditos ou reeditar obras importantes e raras.

Ocupou-se também esta secção do arquivo de ex-libris que pretende fazer e, depois de larga discussão, assentaram-se as bases da catalogação e guarda dos exemplares.

Pela secção foi também proposta à Assembleia Geral que se criasse o ex-libris da Associação, e que esta aprovou. Como o concurso que se fêz entre al-

guns sócios que cultivam as artes ficasse deserto, foi encarregado de o executar o nosso consócio Sr. Alberto de Sousa, o que S. Ex.<sup>a</sup> prometeu.

Foram também apresentadas e estudadas algumas espécies bibliográficas.

g) — Secção de Heráldica e Genealogia.

De Julho de 1927 a Junho de 1928 reuniu esta secção 15 vezes e se uma vez não houve sessão foi por falta de número.

Houve algumas comunicações, todas elas sobre genealogia e heráldica e mais uma vez o Sr. Conde de São Paio (D. António), quis tratar de um assunto já aqui debatido «A púrpura em heráldica», em virtude de várias objecções levantadas por alguns consócios nesta secção. Não chegou a levar por diante o seu intento porque as objecções levantadas parecem ter desaparecido.

O labor de esta secção é também notável e importante naquilo que se pode chamar relações exteriores, isto é, o estudo e resposta a consultas e pedidos de várias terras do país e colectividades sobre estudos e projectos de brasões de armas do domínio e emblemas. Tem sido o presidente da secção que se tem occupado deste assunto. Durante este ano a secção aprovou os seguintes brasões de armas: Olhão, Castro Marim, Estarreja, Azambuja, Vila Nova de Ourém, Arruda dos Vinhos, Cocujões, Portimão, Borba, Alcanede, Pernes, Pombalinho, Alvaizere, Salvaterra, Alhandra, Aljustrel, Beja, Cantanhede, Castelo Branco, Lamego, Alcanena, Rezende, Sandomil, Moura, Bragança, Teixoso, Celorico de Basto, Vila Velha de Rodão, Tábua e emblema do Grémio dos Açores.

\* \* \*

Em resumo, com excepção da de pré-história, todas as secções trabalharam com notável boa vontade.

No entanto, permitam V. Ex.<sup>as</sup> que exponha aqui o modo de vêr dos membros do Conselho Administrativo sobre o modo como devem trabalhar as secções. Nós julgamos que estas têm dois papeis a desempenhar, de uma grande importância nesta Associação. São elles o de consultivas e o de organizadoras de trabalhos gerais. Fazer, dentro das secções, comunicações ou conferências de interesse geral, como algumas vezes têm sido feitas, parece-nos contraproducente. E isto sem querer maguar seja quem fôr; mas sim por vêr privada a Assembleia Geral de estudos tão bons e tão bem feitos, como alguns que nelas se têm realizado. A adoptar este critério, não só as secções se transformam em associações individualizadas, o que não é o seu fim, bem como, por outro lado, só um diminuto número de sócios fica sabedor de determinados estudos de interesse geral.

É certo que se pode argumentar que todos os sócios podem assistir ou inscrever-se em todas as secções, mas também é certo não ser justo obrigar os sócios a virem à Associação assistir a todas as reuniões que nela hajam. Todos nós temos um assunto literário ou arqueológico que de preferência cultivamos e que é da competência especial duma secção; ali devemos levar as nossas dúvidas, os nossos pequenos descolrimentos; mas é na Assembleia Geral que esperamos ouvir as comunicações de interesse indiscutível e geral e que todo o homem deseja conhecer.

## Biblioteca

Foi a nossa biblioteca muito enriquecida este ano, devido a generosas dádivas e também por compra. O nosso Presidente em tôdas as sessões de Assembleia Geral se referiu à maioria das obras entradas e extensa é a sua lista. Esta consta do livro de actas e por outro lado o relatório que o sr. Conservador-bibliotecário trará à assembléa geral em ocasião oportuna esclarecerá perante V. Ex.<sup>as</sup> este ponto. Devo, no entanto, salientar a magnifica oferta do sr. Conde do Almarjão do livro da Rainha Senhora D. Amélia, «Mes dessins», presente generoso que muito enriqueceu a nossa Biblioteca.

\*  
\*   \*  
\*

Tal tem sido, meus Ex.<sup>mos</sup> consócios, muito resumidamente descrita, a nossa vida associativa durante este ano de trabalho. Por este pálido resumo, se vê que a Associação dos Arqueólogos Portugueses não atraiçoo a causa que se propôs defender perante a sciência portuguesa. Ela é sem dúvida uma das colectividades scientificas de maior actividade entre nós, e por isso somos solicitados constantemente para darmos o nosso parecer ou o nosso apoio em assuntos que se liguem com os fins que aqui nos reünem. E se nos devemos sentir satisfeitos com a situação que gozamos e que devemos ao nosso esforço, devemos procurar remediar alguns dos inconvenientes atrás apontados.

Ao terminar este relatório, seja-me permitido uma nota pessoal. O cargo de secretário é bastante trabalhoso; se nunca, porém, tive dificuldades em o exercer, é porque nunca me faltou a ajuda preciosa de Frazão de Vasconcelos a quem a nossa Associação deve os mais preciosos serviços.

Lisboa, 26 de Julho de 1928.

O secretário geral:

*Joaquim Fontes.*

## Relatório da Tezouraria

EX.<sup>mos</sup> SENHORES.

Em 30 de Junho de 1927, isto é, por ocasião do último relatório do Conselho Administrativo, tinha esta Associação, um saldo de...	2.294\$99
Durante o exercício 1927-1928 cobraram-se receitas na importância de.....	20.822\$80
	<hr/> 23.117\$79
E fizeram-se despesas na importância de.....	18.126\$99
O que dá, feitas as respectivas operações, o saldo, em 30 de Junho de 1928, de.....	<hr/> <hr/> 4.990\$80

Este saldo é representado por 3 485\$20 em Caixa e 1.505\$60 depositados no Montepio Geral.

Na composição da receita entraram, como verbas mais importantes, as seguintes :

Quotas e joias.....	12.006\$70
Entradas no Museu.....	5.186\$00
Venda de um contador.....	1.500\$00
Exposição Battistini.....	1.400\$00

Quanto às despesas, foram, como sempre succede, as chamadas Despesas Gerais (ordenados, electricidade, franquias, impressos, despesas de expediente, etc.) que absorveram a maior parte das receitas. No entanto gastaram-se também :

Com o «Boletim» (V volume).....	2.686\$45
Com melhoramentos no Museu e aquisições diversas.....	2.893\$15
Com a bibliotheca (encadernações e aquisição de obras).....	1.237\$32

Isto quer dizer que o nosso capital, que é representado por tudo quanto está dentro do nosso Museu, augmentou por um lado e valorizou-se por outro, dando-lhe uma melhor apresentação, o que não é indifferente para a frequência desta casa, tanto pelos sócios como pelos visitantes.

Resta-me acrescentar que, em 30 de Junho findo, não tinha esta Associação a mais pequena dívida, o que, junto ao que acima fica exposto, significa que a nossa situação financeira, não sendo brilhante, é todavia desafogada, permitindo-nos fazer face a compromissos que se approximam, tais como a canalização da água para dentro do Museu, a publicação do 6.º volume da nossa «Arqueologia e História» e ainda a do livro «Númaria da Ordem de Malta», a que faz referência o relatório apresentado pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário Geral, e cujas despesas me parecem facilmente reembolsáveis.

Lisboa, 26 de Julho de 1928.

*Julio Nunes de Freitas.*